

**CERTIFICAÇÃO DE TRADUÇÃO**

AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART. 38.º DO
DL N.º 76-A/2006, DE 29/03 E DA PORTARIA
N.º 657B/2006, DE 29/06

FILIPA ABRAÚL, Advogada, com domicílio profissional em Lisboa, na Avenida Fontes Pereira de Melo, 6, portadora da Cédula Profissional n.º 53482L, certifica, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76A/2006, de 29 de Março, e da Portaria n.º 657B/2006, de 29 de Junho, que a tradução para língua portuguesa do certificado em anexo, por mim numerado e rubricado, foi efetuada por Patrícia Gomes Silva Fino, titular do número de identificação fiscal 250001977, a qual lhe declarou, sob compromisso de honra, que a tradução do documento foi por si feita e é a tradução fiel e exata do documento escrito em língua castelhana, tradução essa pela qual declarou assumir inteira e completa responsabilidade.

Esta certificação de tradução encontra-se registada no Registo On-Line dos Atos dos Advogados sob o número 15597L/193.

Lisboa, 12 de junho de 2024

A ADVOGADA

Filipa Abraúl
Advogada
NIF: 253919533 - Céd. Prof. n.º 53482L
Avenida Fontes Pereira de Melo, 6
1050-121 Lisboa - Portugal
T.: 21 355 38 00 – M.: +351 910 151 380
E-mail: filipa.abraul@cuatrecasas.com

CERTIFICACIÓN DE TRADUCCIÓN

BAJO LAS DISPOSICIONES DEL ART. 38 der DL
No. 76-A/2006, OF 29/03 Y DE LA ORDENANZA
N.º 657-B/2006, DE 29/06

FILIPA ABRAÚL, Abogada, con domicilio profesional en Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 6, en Lisboa, portador de la Tarjeta Profesional n.º 53482L, certifica, en los términos y según lo dispuesto en el artículo 38 del Decreto-Ley n.º 76A/2006, de 29 de marzo, y Orden No. 657-B/2006, de 29 de junio, que la traducción al portugués del certificado adjunto, numerado y rubricado por mí, fue realizada por Patrícia Gomes Silva Fino, titular del número de identificación fiscal 250001977, quien declaró, bajo compromiso de honor, que la traducción del documento fue realizada por ella y es la traducción fiel y exacta del documento redactado en castellano, traducción de la cual declaró asumir plena y completa responsabilidad.

Esta certificación de traducción está registrada en el Registro de Abogados en línea con el número 15597L/193.

Lisboa, 12 de junio 2024

A TRADUTORA

Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações
Financeiras emitido por um Auditor Independente

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO
Contas Anuais e Relatório de Gestão para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2023

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS CONTAS ANUAIS EMITIDO POR UM AUDITOR INDEPENDENTE

À Assembleia Geral da Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito:

Relatório sobre as contas anuais

Opinião

Auditámos as contas anuais da Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito (a Sociedade), que são constituídas pelo balanço a 31 de dezembro de 2023, pela demonstração dos resultados, alterações no capital próprio, pelos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data.

Entendemos que as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023 e os resultados e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com a estrutura financeira aplicável (conforme identificado na nota 2.a) às demonstrações financeiras) e, em particular, com os princípios e políticas contabilísticas nelas definidos.

Fundamento da opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as normas espanholas de auditoria. As responsabilidades que nos incumbem nos termos dessas normas estão descritas na secção do nosso relatório relativa às responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

Somos independentes da Entidade, de acordo com os requisitos éticos, incluindo os critérios de independência, aplicáveis à nossa auditoria das contas anuais em Espanha, conforme exigido pelas normas que regem a auditoria de contas. A este respeito, não prestámos outros serviços para além da revisão de contas, nem se verificaram situações ou circunstâncias que, de acordo com as disposições da referida regulamentação, tenham afetado a independência necessária de tal forma que esta tenha sido comprometida.

Consideramos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e adequadas para fundamentar a nossa opinião.

Questões fundamentais de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são aquelas que, no nosso entender profissional, foram as mais significativas na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Estas matérias foram abordadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, e não expressamos uma opinião separada sobre estas matérias.

Perdas estimadas por imparidade para risco de crédito em empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado

Descrição A carteira de crédito a clientes da Entidade ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2023 tem um valor, líquido de ajustamentos de avaliação, de 6.813.406 mil milhares de euros, incluindo perdas por imparidade de 286.559 milhares de euros (ver nota 22 das demonstrações financeiras anexas). A estimativa da imparidade da carteira de créditos é uma estimativa significativa e complexa.

A nota 14.i) do relatório anual em anexo detalha os princípios e critérios aplicados pela Entidade para estimar as referidas perdas por imparidade, que são calculadas individual ou coletivamente.

Os métodos utilizados para estimar as perdas por imparidade implicam a aplicação de um elevado grau de julgamento, que incorpora elementos como a classificação das operações em função do seu risco, a identificação e classificação das exposições em imparidade ou em que se tenha verificado um aumento significativo do risco, o valor realizável das garantias associadas e, no caso de estimativas realizadas numa base individual, a avaliação da capacidade de pagamento dos mutuários com base na evolução futura da sua atividade. Neste contexto, a Entidade utiliza, para a análise coletiva, o modelo de estimativa das perdas por imparidade por risco de crédito estabelecido na Circular 4/2017 do Banco de Espanha, com base na experiência e informação que o Banco de Espanha dispõe sobre o setor, e metodologias de cálculo específicas para as provisões individuais.

Além disso, conforme descrito na nota 17 das demonstrações financeiras anexas, a Entidade está exposta a riscos derivados do ambiente macroeconómico e geopolítico, que foram agravados por diversos fatores nos últimos anos e aumentam a incerteza em torno das variáveis consideradas pela administração da Entidade na estimativa das perdas por imparidade para risco de crédito, tais como o desempenho futuro dos negócios dos seus clientes, o valor realizável das garantias associadas às operações concedidas e as variáveis macroeconómicas consideradas. Consequentemente, tal como descrito na nota acima mencionada, a Entidade complementou as perdas por imparidade para risco de crédito resultantes do modelo estabelecido na Circular 4/2017 do Banco de Espanha com os montantes considerados necessários para refletir as características particulares de determinadas exposições.

Assim, a estimativa das perdas por imparidade do risco de crédito em empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado foi considerada uma matéria essencial de auditoria.

A nossa resposta

A nossa abordagem de auditoria incluiu a análise e a avaliação do ambiente de controlo interno associado aos processos de estimativa de perdas por imparidade do risco de crédito, bem como procedimentos substantivos para estimativas individuais e coletivas de perdas por imparidade.

Os nossos procedimentos relativos à análise e avaliação do ambiente de controlo interno centraram-se, entre outros, nos seguintes pontos:

- ▶ A avaliação da conformidade das várias políticas e procedimentos com os requisitos regulamentares aplicáveis.
- ▶ A análise dos procedimentos estabelecidos no processo de concessão de empréstimos para avaliar a cobrabilidade dos empréstimos e adiantamentos com base na capacidade de pagamento do devedor e nas informações financeiras.
- ▶ A revisão dos procedimentos estabelecidos para o acompanhamento periódico das operações de crédito, principalmente os relacionados com a atualização da informação financeira e a revisão periódica do dossier do devedor e o acompanhamento dos alertas estabelecidos pela Entidade para a identificação de operações de crédito sob vigilância especial ou em imparidade.
- ▶ A avaliação do desvio dos controlos relevantes estabelecidos para a gestão e avaliação das garantias associadas às operações de crédito.

Além disso, realizámos, entre outros, os seguintes processos importantes:

- ▶ Em relação à estimativa das perdas por imparidade determinadas numa base individual, analisámos uma amostra de transações para avaliar a sua classificação adequada e os pressupostos utilizados pela gestão para identificar e quantificar as perdas por imparidade, incluindo a posição financeira do devedor, as projeções de fluxos de caixa futuros e, sempre que necessário, a avaliação das garantias.
- ▶ Relativamente à estimativa de perdas por imparidade determinada coletivamente, revimos uma amostra de operações para avaliar a segmentação e classificação das mesmas, verificando com documentação de suporte determinados atributos incluídos nas bases de dados, tais como a antiguidade dos incumprimentos, a existência de refinanciamento ou o valor do colateral, entre outros, considerando, para o efeito, os efeitos que possam ter decorrido da deterioração da economia. Paralelamente ao anterior, recalculámos a estimativa das perdas por imparidade por risco de crédito realizada coletivamente, replicando o modelo que considera as percentagens de cobertura, de acordo com a segmentação e classificação das operações estabelecidas pela Sociedade-mãe, e, se for caso disso, os descontos a aplicar ao valor das garantias associadas, conforme estabelecido na Circular 4/2017 do Banco de Espanha.
- ▶ Em relação à estimativa das perdas por imparidade para o risco de crédito, complementares às exigidas pelo modelo estabelecido na Circular 4/2017 do Banco de Espanha, revimos o quadro de controlo implementado pela Direção para a estimativa dessas perdas por imparidade complementares e efetuámos verificações dos critérios e pressupostos utilizados pela Direção para efetuar essa estimativa.

Además de lo anterior, hemos evaluado si la información detallada en la memoria de las cuentas anuales adjuntas resulta adecuada, de conformidad con los criterios establecidos en el marco normativo de información financiera aplicable a la Sociedad.

Sistemas de informação financeira automatizados

Descrição A continuidade dos processos de negócio da Entidade está fortemente dependente da sua infraestrutura tecnológica, que é subcontratada a um prestador de serviços. Os direitos de acesso aos diferentes sistemas são concedidos aos colaboradores da Entidade com o objetivo de permitir o desenvolvimento e o cumprimento das suas responsabilidades. Estes direitos de acesso são relevantes na medida em que se destinam a garantir que as alterações das aplicações são autorizadas, acompanhadas e implementadas de forma adequada, constituindo controlos-chave para mitigar o risco potencial de fraude ou erro resultante de alterações nas aplicações. Neste contexto, é fundamental avaliar questões como a organização e o quadro de governação dos sistemas de informação.

**A nossa
resposta**

No âmbito da nossa auditoria, avaliamos, com a assistência dos nossos especialistas em TI, os controlos gerais dos sistemas de informação relevantes para a elaboração das informações financeiras. A este respeito, o nosso trabalho consistiu essencialmente em testar os controlos gerais sobre o acesso ao sistema, a gestão das alterações e o desenvolvimento de aplicações, a segurança das aplicações e os controlos das aplicações sobre os principais processos de informação financeira. Entre outros procedimentos, analisámos o Relatório de Perito Independente sobre a Descrição dos Controlos, Conceção e Eficácia Operacional no Ambiente Tecnológico (ISAE 3402) para o ano de 2023, emitido por um perito independente, do qual obtivemos confirmação da sua formação, capacidade técnica e independência.

Outra informação: Relatório de gestão

As outras informações incluem exclusivamente o relatório de gestão para o exercício de 2023, cuja elaboração é da responsabilidade dos administradores da Entidade, e não fazem parte integrante das contas anuais.

A nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório de gestão. A nossa responsabilidade relativamente ao relatório de gestão, em conformidade com os requisitos da regulamentação aplicável à atividade de auditoria, consiste em:

- a. Verificar apenas se a declaração de informações não financeiras foi fornecida na forma exigida pela regulamentação aplicável e, caso contrário, apresentar um relatório sobre a mesma.
- b. Avaliamos e relatamos a consistência das outras informações incluídas no relatório de gestão com as demonstrações financeiras, com base no nosso conhecimento da Entidade obtido através da auditoria das demonstrações financeiras, e avaliamos e relatamos se o conteúdo e a apresentação desta parte do relatório de gestão estão de acordo com as normas aplicáveis. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existem distorções materiais, somos obrigados a divulgá-lo.

Com base no trabalho efetuado, descrito no parágrafo anterior, verificámos que as informações mencionadas na secção a) supra são fornecidas da forma prevista na regulamentação aplicável e que as outras informações contidas no relatório de gestão são concordantes com as das contas anuais do exercício de 2023 e o seu conteúdo e apresentação estão em conformidade com a regulamentação aplicável.

Responsabilidade dos administradores e do Comité de Auditoria relativamente às contas anuais

Os Administradores da são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras anexas, de forma a apresentar adequadamente o património líquido, a situação financeira e os resultados do Grupo, de acordo com o quadro regulamentar de informação financeira aplicável ao Grupo em Espanha, tal como identificado na nota 2.a) das demonstrações financeiras anexas, e pelo controlo interno que determinem ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis pela avaliação da capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades, divulgando, sempre que necessário, as questões relacionadas com a continuidade, utilizando o princípio contabilístico da continuidade, exceto se os administradores pretenderem liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou se não existir uma alternativa realista.

O Comité de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de elaboração e apresentação das contas anuais.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras anuais

Os nossos objetivos consistem em obter um grau de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, que no seu conjunto, estão isentas de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião.

A garantia razoável é um elevado grau de garantia, mas não garante que uma auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria em Espanha detete sempre uma distorção material quando esta existe. As distorções podem ser devidas a fraude ou a erro e são consideradas materiais se, individualmente ou em conjunto, se puder razoavelmente esperar que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

No âmbito de uma auditoria em conformidade com a regulamentação que rege a revisão de contas em Espanha, aplicamos o nosso juízo profissional e mantemos uma atitude de ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não deteção de uma distorção material devido a fraude é maior do que o de uma distorção material devido a erro, porque a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, distorções deliberadas, deturpações intencionais ou a fuga ao controlo interno.

- 
- 
- ▶ Obter uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados em função das nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
 - ▶ Avaliar a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações efetuadas pela gestão.
 - ▶ Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para prosseguir as suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, se essas divulgações forem inadequadas, a expressar uma opinião modificada. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade deixe de ser uma empresa em atividade.
 - ▶ Avaliamos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das contas anuais, incluindo as informações prestadas, e se as contas anuais representam as transações e acontecimentos subjacentes de uma forma que permita obter uma imagem verdadeira e fiel.

Comunicamos com o Comité de Auditoria sobre, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeados da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, bem como quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos no decurso da auditoria.

Apresentamos também ao comité de auditoria da empresa-mãe uma declaração de que cumprimos os requisitos éticos aplicáveis, incluindo os requisitos de independência, e que comunicámos com o comité de auditoria da empresa-mãe sobre questões que se pode razoavelmente esperar que constituam uma ameaça à nossa independência e, se for caso disso, as respetivas salvaguardas.

Entre as questões que foram comunicadas ao Comité de Auditoria, identificámos as que foram mais significativas para a auditoria das contas anuais consolidadas do exercício em curso e que constituem, por conseguinte, as questões-chave da auditoria.

Descrevemos essas questões no nosso relatório de auditoria, exceto se as disposições legais ou regulamentares proibirem a divulgação pública da questão.

Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares

Relatório adicional para o Comité de Auditoria

A opinião expressa no presente relatório é coerente com a do nosso relatório adicional ao Comité de Auditoria da Entidade, datado de 2 de abril de 2024.

Período de contratação

A Assembleia Geral Anual realizada em 11 de maio de 2021 nomeou-nos como auditores por um período de 3 anos a partir do exercício financeiro com início em 1 de janeiro de 2021.



ERNST & YOUNG, S.L.

2024 Núm. 01/24/07621

SELLO CORPORATIVO: 96,00 EUR

Informe de auditoría de cuentas sujeto
a la normativa de auditoría de cuentas
española o internacional

ERNST & YOUNG, S.L.
(Inscrita en el Registro Oficial de Auditores
de Cuentas con el Nº S0530)

Héctor Martín Díaz
(Inscrito en el Registro Oficial de Auditores
de Cuentas con el Nº 21679)

2 de abril de 2024

Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito

Contas Anuais e Relatório de Gestão
para o exercício de 2023

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Balanços a 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Expresso em milhares de euros)

ATIVO	2023	2022(*)
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem (Nota 19)	972.814	747.030
Ativos financeiros detidos para negociação (Nota 20)	<u>1.708</u>	<u>1.454</u>
Derivados	1.708	1.454
Ativos financeiros não negociáveis avaliados obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados (Nota 23)	<u>12.693</u>	<u>13.976</u>
Títulos de dívida	1.990	1.982
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10.703	11.994
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 21)	<u>571.797</u>	<u>744.756</u>
Instrumentos de capital próprio	200.686	174.050
Títulos de dívida	371.111	570.706
<i>Pro memoria: emprestado ou dado em garantia com direito de venda ou penhora</i>	-	58.739
Ativos financeiros ao custo amortizado (Nota 22)	<u>7.980.080</u>	<u>7.923.898</u>
Títulos de dívida	963.011	1.092.632
Empréstimos e adiantamentos a Instituições de Crédito	203.663	193.668
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.813.406	6.637.598
<i>Pro memoria: emprestado ou dado em garantia com direito de venda ou penhora</i>	-	100.937
Derivados – contabilidade de cobertura (Nota 24)	7.509	13.803
Alterações no justo valor dos elementos cobertos numa carteira coberta do risco de taxa de juro (Nota 24)	343	(8.280)
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 26)	-	-
Dependentes	-	-
Negócios Conjuntos	-	-
Associadas	-	-
Ativos tangíveis (Nota 27)	<u>134.172</u>	<u>131.424</u>
Ativos fixos tangíveis	<u>134.172</u>	<u>131.424</u>
Para uso próprio	132.758	130.010
Afeto ao Fundo de Educação e de Promoção	1.414	1.414
<i>Pro memoria: adquiridos por leasing</i>	13.869	13.745
Ativos intangíveis	<u>836</u>	<u>580</u>
Outros Ativos intangíveis	836	580
Ativos por impostos (Nota 28)	<u>122.556</u>	<u>127.988</u>
Ativos por impostos correntes	4.083	8.298
Ativos por impostos diferidos	118.473	119.690
Outros ativos (Nota 30)	<u>4.982</u>	<u>2.867</u>
Outros ativos	4.982	2.867
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (Nota 25)	<u>4.554</u>	<u>7.857</u>
TOTAL ATIVO	<u>9.814.044</u>	<u>9.707.353</u>

(*) É apresentado para efeitos comparativos (Nota 2.b)

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Balanços a 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Expresso em milhares de euros)

	2023	2022(*)
PASSIVO		
Passivos financeiros detidos para negociação (Nota 20)	1.701	1.210
Derivados	1.701	1.210
Passivos financeiros ao custo amortizado (Nota 31)	8.628.407	8.661.233
Depósitos de bancos centrais	103.568	1.095.758
Depósitos de Instituições de crédito	170.105	35.831
Depósitos de clientes	8.226.080	7.409.751
Outros passivos financeiros	128.654	119.893
	102.302	101.943
Derivados – contabilidade de cobertura (Nota 24)	45.850	36.603
Provisões (Nota 32)	-	483
Pensões e outras obrigações de prestações definidas pós-emprego	-	-
Contencioso fiscal pendente e questões de contencioso	2.731	2.810
Compromissos e garantias prestadas	43.119	33.310
Restantes provisões		
	21.987	22.351
Passivos por impostos (Nota 28)	1.203	1.177
Passivos por impostos correntes	20.784	21.174
Passivos por impostos diferidos		
	31.908	23.442
Outros passivos (Nota 30)	13.627	9.551
<i>Dos quais: Fundo de Educação e Promoção (Nota 29)</i>		
TOTAL PASSIVO	8.832.155	8.846.782

(*) É apresentado para efeitos comparativos (Nota 2.b)

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Balanços a 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Expresso em milhares de euros)

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2023	2022(*)
Capital próprio (Nota 34)	934.373	835.303
Capital social	239.981	240.302
Capital realizado	239.981	240.302
Resultados transitados	563.735	502.539
Reservas de reavaliação	19.828	20.148
Outras reservas	6.744	5.692
<i>Menos: Ações próprias</i>	<i>(429)</i>	<i>(574)</i>
Resultado do exercício	104.514	67.196
<i>Menos: Dividendos intercalares</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Outro rendimento integral acumulado (Notas 21 e 33)	47.516	25.268
Rubricas que não serão reclassificados para resultados	47.889	30.544
Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensões de benefício definido	7.717	7.511
Alterações no justo valor de instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	40.172	23.033
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados	(373)	(5.276)
Derivados de cobertura. Reserva de cobertura de fluxos de caixa	(8.408)	(15.770)
Variações do justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.	8.035	10.494
TOTAL PATRIMONIO LÍQUIDO	981.889	860.571
TOTAL PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO	9.814.044	9.707.353
 PRO MEMORIA: EXPOSIÇÕES EXTRAPATRIMONIAIS		
	665.473	611.864
Compromissos de empréstimos concedidos (Nota 35)	100.759	104.174
Garantias financeiras concedidas (Nota 34)	70.683	84.410
Outros compromissos assumidos (Nota 35)		

(*) É apresentado para efeitos comparativos (Nota 2.b)

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Demonstrações de resultados consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Expresso em milhares de euros)

	2023	2022(*)
Receitas de juros (Nota 37)	288.695	139.761
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	10.325	18.147
Ativos financeiros ao custo amortizado	270.369	142.839
Restante rendimento de juros	8.001	(21.225)
Despesas com juros (Nota 38)	(56.505)	(5.833)
MARGEM FINANCEIRA	232.190	133.928
Rendimento de dividendos (Nota 21)	11.080	9.533
Receitas de comissões (Nota 39)	82.571	76.333
Despesas de comissões (Nota 39)	(4.245)	(3.223)
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados, valor líquido (Nota 40)	(56)	1.500
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido (Nota 40)	-	-
Ganhos ou perdas em ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente mensurados ao justo valor através de resultados, valor líquido (Nota 40)	(1.181)	(1.682)
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido (Nota 40)	6	(52)
Diferenças cambiais (ganhos ou perdas), valor líquido	604	531
Outras receitas operacionais (Nota 41)	4.451	3.422
Outras despesas operacionais (Nota 45)	(18.970)	(19.297)
Das quais: dotações obrigatórias para o fundo de educação e de promoção (Notas 4, 29 e 45)	(10.278)	(6.800)
RECEITAS OPERACIONAS	306.450	200.993
Despesas administrativas	(118.281)	(96.998)
Despesas com o pessoal (Nota 42)	(83.319)	(64.732)
Outros Despesas administrativas (Nota 43)	(34.962)	(32.266)
Amortizações (Nota 44)	(8.151)	(8.268)
Provisões ou reversão de provisões (Nota 47)	(16.112)	(11.278)
Imparidades ou reversão das imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através de resultados (Nota 46)	(43.609)	(7.763)
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	121	(148)
Ativos financeiros ao custo amortizado	(43.730)	(7.615)
RESULTADO OPERACIONAL	120.297	76.686
Imparidade ou reversão de imparidade de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos ou associadas (Nota 26)	-	-
Imparidade ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros	-	-
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido (Nota 48)	(36)	(30)
Ganhos ou perdas em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não qualificados como unidades operacionais descontinuadas (Nota 49)	904	325
LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS	121.165	76.981
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de atividades continuadas (Nota 28)	(16.651)	(9.785)
LUCROS OU PREJUÍZOS APÓS IMPOSTOS DAS UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO E RESULTADO DO EXERCÍCIO	104.514	67.196

(*) É apresentado para efeitos comparativos (Nota 2.b)

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Demonstrações das receitas e despesas reconhecidas para
os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Expresso em milhares de euros)

	<u>2023</u>	<u>2022(*)</u>
RESULTADOS DO EXERCÍCIO	104.514	67.196
OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	22.248	(27.723)
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados	17.345	(9.786)
Ganhos ou perdas atuariais com planos de pensões de benefício definido (Nota 32)	275	(1.253)
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	18.032	(9.719)
Impostos sobre os rendimentos relacionados com Rubricas que não serão reclassificados	(962)	1.186
Rubricas que podem ser reclassificados em resultados	4.903	(17.937)
Coberturas de fluxos de caixa (parte efetiva)	9.815	(6.289)
Ganhos ou perdas de avaliação imputadas ao capital próprio	9.815	(6.289)
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral (Notas 21 e 33)	(3.279)	(17.627)
Ganhos ou perdas de avaliação imputados ao capital próprio	(3.375)	(29.990)
Transferido para resultados	96	(1.466)
Outras reclassificações	-	13.829
Impostos sobre rendimentos relacionado com Rubricas que podem ser reclassificados como lucros ou prejuízos	(1.634)	5.979
RESULTADO GLOBAL TOTAL DO EXERCÍCIO	126.762	39.473

(*) É apresentado para efeitos comparativos (Nota 2.b)

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Demonstrações de alterações no capital próprio
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.
(Expresso em milhares de euros)

Exercício 2023

	Fundos próprios					Outro resultado integral acumulado	Total capital próprio
	Resultados transitados	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Menos: Ações Próprias	Resultado do exercício	Menos: dividendos intercalares	Total Fundos próprios
Capital	240.302	502.539	20.148	5.692	(574)	67.196	835.303
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	-	860.571
Efeitos das correções de erros	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	240.302	502.539	20.148	5.692	(574)	67.196	835.303
Rendimento integral total do exercício	-	-	-	-	104.514	-	104.514
Outras variações do capital próprio:	(321)	61.196	(320)	1.052	145	(67.196)	(5.444)
Emissão de ações	36	-	-	-	-	-	36
Redução de capital	(357)	-	-	-	-	-	(357)
Dividendos (ou remuneração dos acionistas)	-	-	-	-	-	(6.000)	(6.000)
Transferências entre componentes do capital próprio	-	61.196	(320)	320	-	(67.196)	-
Outros aumentos ou diminuições do capital próprio	-	-	-	732	145	-	877
Dos quais: dotação facultativa para Obras Sociais e Fundos Sociais	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	239.981	563.735	19.828	6.744	(429)	104.514	934.373
						47.516	981.889

TA

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Demonstrações de alterações no capital próprio
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.
(Expresso em milhares de euros)

Exercício 2022

	Fundos próprios						Outro resultado integral acumulado	Total capital próprio
	Capital	Resultados transitados	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Menos: Ações Próprias	Resultado do exercício	Menos: dividendos intercalares	Total Fundos próprios
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	240.678	448.555	20.736	4.801	(203)	58.156	-	772.723
Efeitos das correções de erros	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	240.678	448.555	20.736	4.801	(203)	58.156	-	772.723
Resultado global total do exercício	-	-	-	-	-	67.196	-	67.196
Outras variações do capital próprio:	(376)	53.984	(588)	891	(371)	(58.156)	-	(4.616)
Emissão de ações	22	-	-	-	-	-	-	22
Redução de capital	(398)	-	-	-	-	-	-	(398)
Dividendos (ou remuneração dos acionistas)	-	-	-	-	-	-	(4.172)	(4.172)
Transferências entre componentes do capital próprio	-	53.984	(588)	588	-	(58.156)	4.172	-
Outros aumentos ou diminuições do capital próprio	-	-	-	303	(371)	-	-	(68)
Das quais: dotação facultativa para Obras Sociais e Fundos Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	240.302	502.539	20.148	5.692	(574)	67.196	-	835.303
							25.268	860.571

(*) É apresentado para efeitos comparativos (Nota 2.b)

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Expressos em milhares de euros)

	2023	2022(*)
A) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	235.689	280.918
Resultado do exercício	104.514	67.196
Ajustamentos para obter os fluxos de caixa das atividades operacionais	94.270	45.226
Amortizações (Nota 44)	8.151	8.268
Outros ajustamentos	86.119	36.958
Aumento/diminuição dos ativos operacionais	82.637	31.045
Ativos financeiros detidos para negociação	(1.932)	(467)
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	101	(46)
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	187.833	236.826
Ativos financeiros pelo custo amortizado	(100.169)	(199.132)
Outros ativos	(3.196)	(6.136)
Aumento/diminuição dos passivos operacionais	(31.553)	149.288
Passivos financeiros detidos para negociação	2.169	235
Passivos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Passivos financeiros pelo custo amortizado	(35.219)	210.861
Outros passivos	1.497	(61.808)
Receitas/pagamentos do imposto sobre o rendimento	(14.179)	(11.837)
B) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.334)	(1.594)
Pagamentos	(8.820)	(6.626)
Ativos tangíveis	(8.171)	(6.320)
Ativos intangíveis	(626)	(155)
Ativos e passivos não correntes classificados como detidos para venda	(23)	(151)
Receitas	4.486	5.032
Ativos intangíveis	-	-
Ativos e passivos não correntes classificados como detidos para venda	4.486	5.032
C) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(6.176)	(4.919)
Pagamentos	(6.357)	(4.919)
Dividendos	(6.000)	(4.172)
Amortizações de Instrumentos de capital próprio	(357)	(376)
Aquisição de Instrumentos de capital próprio	-	(371)
Receitas	181	-
Emissão de Instrumentos de capital próprio	36	-
Alienação de Instrumentos de capital próprio	145	-
D) EFEITO DA ALTERAÇÃO DA TAXA DE CAMBIO	605	529
E) VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (A+B+C+D)	225.784	274.934
F) CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	747.030	472.096
G) CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	972.814	747.030
PRO-MEMORIA:		
Componentes de caixa e equivalentes no final do período (Nota 19)	972.814	747.030
Caixa	57.425	73.652
Saldos de equivalentes de caixa em bancos centrais	780.260	620.069
Outros ativos financeiros	135.129	53.309

(*) É apresentado para efeitos comparativos (Nota 2.b)

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Relatório da Contas Anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Expresso em milhares de euros)

1. Natureza da Entidade

1.1 Aspetos Gerais

A Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito (a seguir denominada “Caja” ou “Entidade”) foi criada através da fusão da Caja Rural de Huelva, Sociedad Cooperativa de Crédito e da Caja Rural de Sevilla, Sociedad Cooperativa de Crédito, tendo sido previamente autorizada por Ordem do Ministério de 22 de fevereiro de 2001, emitida pelo Ministério da Economia. A Caja tem atualmente a sua sede social na Calle Murillo, 2, Sevilha.

A Caja sucedeu a todos os direitos e obrigações das entidades fusionadas, que foram dissolvidas sem liquidação. Todas as reservas ou fundos sociais de ambas as entidades foram integradas na nova Caja. A partir de 1 de janeiro de 2001, as operações das empresas em vias de dissolução passaram a ser consideradas, para efeitos contabilísticos, como realizadas em nome da nova Caja.

Em 8 de abril de 2014, foi autorizada a fusão da Caja Rural del Sur, como entidade incorporante, com a Caja Rural de Córdoba, entidade incorporada, estabelecendo-se o dia 1 de janeiro de 2014 como a data a partir da qual as operações da sociedade que se extingue (Caja Rural de Córdoba, S.C.C.) devem ser consideradas como realizadas, para efeitos contabilísticos, por conta da entidade incorporante (Caja Rural del Sur, S.C.C.).

O objeto social é a realização de todo o tipo de operações de crédito, depósitos e serviços permitidos às instituições de crédito, com atenção prioritária às necessidades financeiras dos seus membros, sem prejuízo das limitações estabelecidas por lei no que respeita a operações de crédito a terceiros, privilegiando sempre a sua atividade no meio rural.

A Caja rege-se pelas normas contidas na Lei 13/1989, de 26 de maio, relativa às cooperativas de crédito e outras disposições complementares e, além disso, pela Lei 27/1999, de 16 de julho, relativa às cooperativas.

O âmbito de ação da Caja estende-se a todo o território espanhol, sem prejuízo das atividades que está autorizado a desenvolver como instituição de crédito no âmbito internacional. Atualmente, as sucursais da Caja estão situadas nas províncias de Huelva, Sevilha, Cádiz, Córdoba, Málaga, Jaén, Almería, Madrid e Badajoz. Assim, o real âmbito de atuação estende-se às Comunidades Autónomas da Andaluzia, Madrid e Extremadura, sem prejuízo das operações típicas da atividade da Caja que se realizam com parceiros de outras Comunidades Autónomas ou países, no que se refere ao financiamento de operações de importação e exportação de bens e serviços.

Adicionalmente, em 3 de março de 2020, a Entidade obteve autorização do Banco de Portugal para operar em regime de livre prestação de serviços em Portugal. Durante o ano de 2023, a Entidade obteve autorização para operar como Sucursal em Portugal, com início de atividade previsto para 1 de janeiro de 2024.

A distribuição por zona geográfica do número de sucursais da Caja em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

Província	Número de sucursais	
	2023	2022
Huelva (*)	59	58
Sevilha	119	119
Córdoba (*)	66	66
Cádiz	47	47
Málaga	18	18
Jaén (*)	1	1
Madrid	2	2
Badajoz	2	2
Almería	1	1
	<u>315</u>	<u>314</u>

(*) Três centros, um na província de Córdoba, um na província de Jaén e um na província de Huelva, correspondem aos contratos de agência referidos na Nota 8.

Como Cooperativa de Crédito, está sujeita a determinadas normas legais que regulam, entre outros, os seguintes aspetos:

- Manutenção de uma percentagem mínima de fundos depositados no Banco de España para cobertura do rácio de reservas mínimas, que em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de 1% dos passivos elegíveis para este efeito, conforme estabelecido pelo Regulamento do Banco Central Europeu n.º 1358/2011, de 14 de dezembro de 2011. De acordo com o Regulamento n.º 2818/1998 do Banco Central Europeu, de 1 de dezembro de 1998, relativo à aplicação das reservas mínimas, as instituições podem solicitar autorização para constituir a totalidade das suas reservas mínimas indiretamente através de um intermediário residente no mesmo Estado-Membro. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como ao longo de 2023 e 2022, a Caja, em conformidade com esta disposição, constituiu as suas reservas mínimas através do Banco Cooperativo Español, S.A. (ver Nota 22.b).
- A dotação do Fundo de Reserva Obrigatório e do Fundo de Educação e Promoção na distribuição do excedente líquido do exercício (Notas 29 e 34).
- Manutenção de um nível mínimo de capitais próprios (Nota 5).

- Contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos das Instituições de Crédito e para o Fundo Nacional de Resolução, para além da garantia prestada pelos fundos próprios da Entidade, aos credores da mesma. Conforme referido na Nota 11 às presentes demonstrações financeiras, a Caja é membro do Fundo de Garantia de Depósitos das Instituições de Crédito, criado em 15 de outubro de 2011 como consequência da entrada em vigor do Real Decreto Lei 16/2011, de 14 de outubro. É também membro da União Nacional de Cooperativas de Crédito e, por sua vez, da Asociación Española de Cajas Rurales.
- Obrigação de utilizar, pelo menos, 50% dos recursos totais da Entidade em operações de crédito (empréstimos, créditos, descontos) com sócios da Entidade ou sócios das Cooperativas Associadas.

1.2 Grupo Consolidado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Caixa Económica é a detentora de um grupo que inclui a Entidade e a Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., uma empresa totalmente detida pela Entidade.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, nos termos acima expressos, a Caja é a entidade responsável pela elaboração das contas anuais consolidadas do Grupo. Estas contas anuais consolidadas, que são apresentadas separadamente em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentam um resultado consolidado do exercício de 104.514 milhares de euros e 67.196 milhares de euros, respetivamente, e capitais próprios consolidados de 981.889 milhares de euros e 860.571 milhares de euros, respetivamente. Estas contas anuais consolidadas são também objeto de auditoria independente.

1.3 Sociedade de Gestão de Ativos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U.

Em 26 de dezembro de 2012, a Caja constituiu a Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A., em cumprimento do Real Decreto-Lei 18/2012 (Nota 26). O objeto social da Sociedade é a gestão, administração e alienação de quaisquer ativos imobiliários relacionados com terrenos para promoção imobiliária e com a construção ou promoção imobiliária, bem como a compra e venda de parcelas, terrenos e todo o tipo de propriedades rurais e urbanas, apartamentos, locais, vivendas e imóveis em geral, a promoção, loteamento e emparcelamento de terrenos e a construção por conta própria ou de terceiros de todo o tipo de edifícios e imóveis em geral; intermediação na comercialização de todo o tipo de imóveis.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Caja é o único acionista da Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U.

A sede social desta sociedade é em Sevilha, Calle Murillo, 2.

1.4 Mecanismo institucional cooperativo de proteção

Em 29 de dezembro de 2017, as Caja Rurales associadas à Asociación Española de Caja Rurales (a seguir designadas “Caja”), incluindo a Caja Rural del Sur, SCC, assinaram um acordo-quadro com a referida associação, o Banco Cooperativo Español, S.A. (a seguir designado “Banco Cooperativo” ou “BCE”) e a GrucajRural Inversiones, S.L. (a seguir designada “GrucajRural”), de um “Mecanismo Institucional de Proteção das Cooperativas” (a seguir denominado “MIP”) e alguns acordos complementares. Estes acordos previam principalmente os seguintes objetivos:

- Promover uma evolução do quadro estatutário e convencional da Associação, com vista à sua modernização e reforço, substituindo os atuais mecanismos de solidariedade por um sistema de proteção institucional (SPI), tal como referido no n.º 7 do artigo 113.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), nos termos previstos na Lei dos Bancos Cooperativos de Crédito. Fazem parte deste SPI as 29 caixas económicas que à data do acordo-quadro eram membros da Associação, o GrucajRural e o Banco Cooperativo (doravante, os membros do SPI).

Para efeitos (i) do artigo 113.º, n.º 7, do CRR e (ii) dos regulamentos que regem as contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos, era necessário que o Banco de Espanha reconhecesse o MIP como um SIP.

- Criar um fundo para cobrir os propósitos de apoio financeiro que possam ser satisfeitos no âmbito do SPI, a ser financiado por contribuições dos membros do SPI. Este fundo deve ser gerido e controlado pela Associação, direta ou indiretamente, através de um ou mais meios.

Relativamente a este fundo, em 29 de dezembro de 2017, a Associação comunicou às caixas económicas associadas os montantes dos compromissos de contribuição ex-ante, correspondentes ao exercício de 2017, a serem efetuados para o fundo.

- Agrupar as ações detidas pelas Cajas no Banco Cooperativo Español, S.A. e na Rural Servicios Generales, S.L. (a seguir designada por RGA) na sociedade GrucajRural, um instrumento criado pela Associação, como membro fundador, em 1 de dezembro de 2017. Este agrupamento foi realizado através da aquisição pelas 29 Cajas, das ações da GrucajRural detidas pela Associação como sócio fundador, e da subsequente transferência para esta sociedade, como contribuição não monetária, das ações detidas pelas 29 Cajas no BCE e na RGA, que aumentou o seu capital através da entrega de novas ações emitidas na GrucajRural às Cajas contribuintes.

Em 29 de dezembro de 2017, realizou-se a Assembleia Geral de Acionistas da GrucajRural, na qual foi acordado o referido aumento de capital através de uma contribuição não monetária.

À data da assinatura do Acordo-Quadro, a referida contribuição não monetária estava sujeita à obtenção da não oposição: (i) do Banco Central Europeu relativamente ao Banco Cooperativo e (ii) da Direção-Geral de Seguros e Fundos de Pensões (“DGSFP”) relativamente à RGA. Adicionalmente, na medida em que o Banco Cooperativo detinha 100% do capital social e dos direitos de voto na sociedade gestora de instituições de investimento coletivo Gescoperativo, S.G.I.I.C., S.A. (“Gescoperativo”), foi necessário obter a não oposição da CNMV.

No entanto, antes da assinatura do Acordo-Quadro, a direção da Associação considerou que, independentemente da necessidade de realizar o procedimento administrativo e tendo em conta, por um lado, as diligências efetuadas antes da apresentação dos pedidos e, por outro, a natureza da operação e a análise da adequação a realizar pelos supervisores, não havia qualquer razão para que a conclusão a que se chegasse não fosse a de “não oposição”.

A participação da Caja no Acordo-Quadro acima referido foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de novembro de 2017.

Em relação aos marcos acima referidos, nos primeiros meses de 2018 tiveram lugar os seguintes eventos:

A 1 de março de 2018, realizou-se a Assembleia Geral da Associação Espanhola de Caixas de Poupança Rurais, na qual todas as Caixas de Poupança associadas, incluindo a Caja Rural del Sur, aprovaram a constituição do MIP, aprovando os novos estatutos da Associação, o Regulamento do MIP, o Regime Disciplinar do MIP, algumas Notas Técnicas relacionadas com a medição da solvência e liquidez dos membros do MIP e a política geral de riscos e um novo acordo que regula as relações económicas dentro do Grupo Caja Rural.

Em 23 de março de 2018, o Banco de Espanha reconheceu o MIP como um SPI para efeitos dos regulamentos acima mencionados.

Em relação à não oposição à contribuição não monetária das ações do Banco Cooperativo e da RGA para o GrucajRural, foi obtida a confirmação dos reguladores correspondentes durante o primeiro trimestre de 2018.

G
A

Em 9 de março de 2018, os documentos correspondentes ao aumento de capital por meio de uma contribuição não monetária para a GrucajRural foram autenticados.

Caja Rural del Sur, SCC, realizou contribuições para o Fundo para cobrir as finalidades de apoio financeiro que podem ser satisfeitas no âmbito do MPI, as quais originaram um gasto de 1.077 milhares de euros e 4.700 milhares de euros nos exercícios de 2023 e 2022, que foi registado na rubrica “Outros gastos de exploração” da conta de resultados (Nota 45). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Fundo tinha pago este montante na totalidade.

Como consequência do acima exposto, em 31 de dezembro de 2023, fazia parte de um Mecanismo Institucional de Proteção Cooperativa (MIP) e faz parte do grupo regulador Caja Rural, composto por entidades ligadas através do quadro associativo e de acordos de solidariedade e apoio mútuo.

2. Bases de apresentação das contas anuais

a) Imagem verdadeira

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos registos contabilísticos das Entidades do Grupo, em conformidade com a Circular 4/2017 do Banco de Espanha, de 27 de novembro, e posteriores alterações, com o Código Comercial espanhol, com o Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julho, que aprova o texto revisto da Lei das Sociedades de Capital, revoga a Lei das Sociedades Anónimas e a Lei das Sociedades de Responsabilidade Limitada, e demais legislação espanhola aplicável, de forma a dar uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira das Entidades do Grupo, em 31 de dezembro de 2023, bem como dos resultados das suas operações, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativos ao exercício então findo.

Conforme indicado na Nota 2.b, a informação comparativa referente ao exercício de 2022 é a incluída nas contas anuais do exercício de 2022, que foram elaboradas em conformidade com o disposto na Circular 4/2017, de 27 de novembro, do Banco de Espanha.

Na referida Circular, o Banco de Espanha indica que na sua elaboração foi respeitado o conteúdo das Normas Internacionais de Informação Financeira, aprovadas pelos Regulamentos da União Europeia, e que cumpriu o quadro concetual em que se baseiam.

Não existem princípios e normas contabilísticas ou critérios de avaliação obrigatórios cujo efeito seja significativo e que não tenham sido aplicados na sua elaboração. A Nota 14 inclui um resumo dos princípios e normas contabilísticas e critérios de avaliação mais significativos aplicados nas presentes contas anuais. A informação contida nestas contas anuais é da responsabilidade dos administradores da Caja.

As contas anuais relativas ao exercício de 2023 da Caja foram elaboradas pelo Conselho de Administração da mesma em 19 de março de 2024 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral, que se espera que as aprove sem alterações significativas. Estas contas anuais, salvo indicação em contrário, são apresentadas em milhares de euros.

Em 16 de maio de 2023, na Assembleia Geral, foi acordada a aprovação das contas anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (entre outros pontos a serem discutidos na Assembleia Geral).

b) Comparação da Informação

O Conselho de Administração da Entidade apresenta, para efeitos comparativos, com cada uma das rubricas do balanço consolidado, da demonstração de resultados, da demonstração de receitas e despesas reconhecidas, da demonstração das variações totais do capital próprio, da demonstração dos fluxos de caixa e das notas às demonstrações financeiras, para além dos valores do exercício de 2023, os valores do exercício anterior que faziam parte das demonstrações financeiras consolidadas aprovadas pela Assembleia Geral realizada a 16 de maio de 2023.

De seguida, apresenta-se um resumo das principais Circulares do Banco de Espanha aplicáveis, emitidas e que entraram em vigor no exercício de 2023:

Circular 1/2023, de 24 de fevereiro, do Banco de España, às instituições de crédito, sucursais em Espanha de instituições de crédito autorizadas noutro Estado-Membro da União Europeia e estabelecimentos financeiros de crédito, relativa à informação a enviar ao Banco de España sobre obrigações hipotecárias e outros instrumentos de mobilização de empréstimos, e que altera a Circular n.º 4/2017, de 27 de novembro, dirigida às instituições de crédito, relativa às normas de informação financeira pública e confidencial e aos modelos de demonstrações financeiras, e a Circular n.º 4/2019, de 26 de novembro, dirigida às instituições financeiras de crédito, relativa às normas de informação financeira pública e confidencial e aos modelos de demonstrações financeiras.

Circular 2/2023 do Banco de España, de 17 de março, que altera a Circular 1/2013, de 24 de maio, relativa à Central de Informação de Riscos.

A entrada em vigor destas normas não teve e não se espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

Apresenta-se de seguida um resumo das principais circulares do Banco de Espanha emitidas e em vigor em 2022:

Circular 3/2022 do Banco de España, de 30 de março, que altera a Circular 2/2016, de 2 de fevereiro, dirigida às instituições de crédito sobre supervisão e solvência, que completa a adaptação do ordenamento jurídico espanhol à Diretiva 2013/36/UE e ao Regulamento (UE) n.º 575/2013; Circular 2/2014, de 31 de janeiro, dirigida às instituições de crédito sobre o exercício das diversas opções regulamentares previstas no Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012; e a Circular 5/2012, de 27 de junho de 2012, dirigida às instituições de crédito e aos prestadores de serviços de pagamento sobre a transparência dos serviços bancários e a concessão responsável de empréstimos.

Esta circular é composta por três normas. A primeira norma atualiza a Circular 2/2016, a segunda norma atualiza a Circular 2/2014 e a terceira norma atualiza a Circular 5/2012.

A alteração completa o processo de transposição para o direito espanhol da CRD V, publicada em 2019. Especificamente, implementa os poderes do Banco de Espanha contidos na Lei 10/2014 e no Decreto Real 84/2015. Além disso, são efetuados outros ajustamentos à Circular para a adaptar ao novo conteúdo das normas de hierarquia superior.

O objetivo desta alteração é cumprir a autorização geral do Banco de Espanha para emitir as normas necessárias para o desenvolvimento e aplicação da Ordem 2899/2011 sobre transparência e proteção do cliente nos serviços bancários, bem como as autorizações específicas conferidas ao crédito revolving.

Esta Circular introduz várias alterações às definições, cálculos e procedimentos para a fixação das reservas de fundos próprios para as reservas EISM, OEISM, a reserva contracíclica e a reserva de risco sistémico.

Circular 2/2022 do Banco de España, de 15 de março, relativa às regras para a apresentação ao Banco de España de estatísticas de pagamentos pelos prestadores de serviços de pagamento e operadores de sistemas de pagamentos.

Esta circular regula determinados aspetos relacionados com o procedimento de reporte estatístico ao Banco de España pelos agentes inquiridos, a periodicidade da informação estatística a apresentar ao Banco de España e o poder do Banco de España de isentar determinados agentes inquiridos do cumprimento das obrigações de reporte estatístico.

3. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas contabilísticas e correção de erros

3.1 Alterações de políticas contabilísticas, estimativas contabilísticas e correção de erros

A informação incluída nas presentes demonstrações financeiras é da responsabilidade do Conselho de Administração da Caja. Nestas demonstrações financeiras foram feitas estimativas, quando apropriado, para a avaliação de determinados ativos, passivos, receitas, despesas e compromissos, as quais foram feitas pela Administração da Caja e ratificadas pelo Conselho de Administração. Essas estimativas referem-se principalmente a:

- Perdas por imparidade de determinados ativos financeiros (Nota 14.i).
- A vida útil aplicada às imobilizações corpóreas (Nota 14.o).
- O justo valor de certos ativos financeiros não cotados em mercados secundários oficiais (Nota 14.e e f).
- O prazo de recuperação ou de realização de certos ativos não correntes classificados como detidos para venda (Nota 14.q).
- O justo valor de certas garantias afetas à cobrança de ativos (Nota 9).
- Os pressupostos utilizados no cálculo atuarial das responsabilidades e compromissos relativos às prestações pós-emprego e outros compromissos a longo prazo para com os colaboradores (Nota 32).
- O justo valor de determinados ativos e passivos financeiros (Nota 51).
- Estimativa do cálculo do imposto sobre o rendimento e da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos (Nota 28).
- A probabilidade de ocorrência dos eventos considerados como passivos contingentes e, se aplicável, as provisões necessárias para cobrir esses eventos (Notas 32 e 47)

As estimativas acima descritas foram elaboradas com base na melhor informação disponível em 31 de dezembro de 2023 sobre os eventos analisados, tendo em conta a atual incerteza macroeconómica e geopolítica descrita na secção anterior. Por conseguinte, é possível que acontecimentos futuros tornem necessário modificá-las (para cima ou para baixo) de forma significativa em exercícios futuros, o que seria feito, se necessário, de forma prospetiva, reconhecendo os efeitos da alteração da estimativa na demonstração de resultados dos exercícios afetados.

Durante o exercício de 2023, não se verificou qualquer alteração material dos pressupostos e estimativas efetuadas em 31 de dezembro de 2022, exceto tal como divulgado nas presentes Demonstrações Financeiras.

a) Alterações de políticas contábilísticas

As alterações nas políticas contábilísticas, quer porque uma política contábilística que rege uma determinada transação ou acontecimento é alterada, quer porque o Conselho Diretivo, por razões devidamente justificadas, decide alterar a política contábilística, são aplicadas retroativamente, a menos que:

- Seja impraticável determinar os efeitos específicos de um período de uma alteração numa política contábilística na informação comparativa de um período anterior, caso em que a nova política contábilística é aplicada no início do período mais antigo para o qual a aplicação retrospectiva seja praticável. Quando for impraticável determinar o efeito cumulativo, no início do período corrente, da aplicação de uma nova política contábilística a todos os períodos anteriores, a nova política contábilística é aplicada de forma prospetiva a partir da data mais antiga para a qual a aplicação retrospectiva seja praticável,
- A disposição ou norma contábilística que altera ou estabelece o critério estabelece a partir de quando o critério deve ser aplicado.

As alterações das normas contábilísticas aplicáveis à sociedade-mãe relativamente às aplicadas no exercício anterior são analisadas na Nota 2.b).

b) Correção de erros

Durante os exercícios de 2023 e 2022, não ocorreram erros que tenham um efeito material nos resultados do exercício ou no balanço.

c) Alterações nas estimativas contábilísticas

Durante os exercícios de 2023 e 2022, não ocorreram erros que tenham um efeito material nos resultados do exercício ou no balanço.

4. Distribuição dos Resultados do Exercício

A proposta de distribuição dos Resultados do Exercício de 2023 que o Conselho de Administração da Caja vai submeter à aprovação da Assembleia Geral, bem como a já aprovada para o exercício de 2022, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Distribuição do resultado antes do F.E.P.C.:		
Rendimento do capital	12.011	6.000
Fundo de reserva obrigatório	82.225	54.396
Reservas voluntárias	10.278	6.800
Fundo de Educação e Promoção Cooperativa	10.278	6.800
Dotação obrigatória (Ganhos e perdas) (Nota 45)	10.278	6.800
Dotação discricionária	-	-
Resultado distribuído	114.792	73.996
Resultado do exercício	104.514	67.196

Além disso, a Entidade vai propor à Assembleia Geral para sua aprovação a constituição de uma reserva de capitalização, que será indisponível por um período de 5 anos nos termos estabelecidos no artigo 25 da Lei 27/2014, de 27 de novembro, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, no valor de 680 mil euros, servindo de contrapartida as reservas voluntárias da Entidade. Na Assembleia Geral realizada em 16 de maio de 2023, os acionistas aprovaram a criação de uma reserva de capitalização no valor de 600 mil euros, tendo como contrapartida as reservas voluntárias da Entidade (ver Nota 28).

No que se refere à informação relativa aos resultados por ação, dada a natureza societária da Caja e tendo em conta que o seu capital não é composto por ações cotadas, a referida informação não deve ser apresentada.

5. Recursos próprios mínimos

Em 27 de junho de 2013 foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia o novo regulamento de requisitos de fundos próprios (conhecido como CRD-IV), com aplicação a partir de 1 de janeiro de 2014, que compreende:

- Diretiva 2013/36/UE, de 26 de junho de 2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e empresas de investimento e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento, que altera a Diretiva 2002/87/CE e revoga as Diretivas 2006/48/CE e 2006/49/CE; e

- G
TA
- Regulamento (UE) n.º 575/2013 (adiante designado por CRR), de 26 de junho de 2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012.

Em Espanha, o Real Decreto-Lei 14/2013, de 29 de novembro, relativo a medidas urgentes para a adaptação do direito espanhol à regulamentação da União Europeia em matéria de supervisão e solvência das instituições financeiras (doravante RDL), transpôs parcialmente para o direito espanhol a Diretiva 2013/36/UE e habilitou o Banco de España, na sua quinta disposição final, a fazer uso das opções atribuídas às autoridades nacionais competentes no Regulamento (UE) n.º 575/2013.

Por conseguinte, a partir de 1 de janeiro de 2014, foram revogadas as disposições da Circular 3/2008 do Banco de España que contrariavam os regulamentos europeus acima referidos. Além disso, em 5 de fevereiro de 2014, foi publicada a Circular 2/2014 do Banco de España, de 31 de janeiro de 2014, através da qual, em conformidade com os poderes conferidos às autoridades nacionais competentes pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013, o Banco de España utilizou algumas das opções regulamentares permanentes previstas no referido regulamento.

É também de salientar que, durante o período de 2015 a 2018, foram emitidos novos regulamentos para complementar o Regulamento CRR em questões relacionadas com os Fundos Próprios, a Liquidez, os Riscos do Pilar I e os Requisitos de Capital.

Em 2 de fevereiro de 2016, foi emitida a Circular 2/2016 do Banco de España com o objetivo fundamental de completar, no que respeita às instituições de crédito, a transposição da Diretiva 2013/36/UE para o direito espanhol. Inclui também uma das opções que o Regulamento (UE) n.º 575/2013 atribui às autoridades nacionais competentes, para além das já exercidas pelo Banco de España na Circular 2/2014.

A presente Circular concretiza ainda alguns aspetos da transposição da Diretiva 2011/89/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011, que altera as Diretivas 98/78/CE, 2002/87/CE, 2006/48/CE e 2009/138/CE no que diz respeito à supervisão complementar das instituições financeiras de um aglomerado financeiro. Esta diretiva já foi transposta, no essencial, através das alterações que a Lei 10/2014 e o Real Decreto 84/2015 introduziram, respetivamente, na Lei 5/2005, de 22 de abril, relativa à supervisão dos conglomerados financeiros e que altera outras leis do sector financeiro, e no Real Decreto 1332/2005 que a aplica.

Em 2017 foi publicada a Circular 3/2017 do Banco de España, de 24 de outubro de 2017, que altera a Circular 2/2014, de 31 de janeiro de 2014. O principal objetivo desta Circular é adaptar determinados aspetos da Circular 2/2014, no que respeita às instituições de crédito menos significativas, às mais recentes disposições aprovadas pelo Banco Central Europeu para as instituições significativas (principalmente a Orientação (UE) 2018/697 do Banco Central Europeu, de 4 de abril de 2017, relativa ao exercício pelas autoridades nacionais competentes das opções e faculdades previstas no direito da União em relação às instituições menos significativas). Além disso, foram suprimidas as regras relativas às opções transitórias que se aplicavam até ao exercício de 2017.

Foi publicada a Circular 3/2019 do Banco de España, de 22 de outubro de 2019, com o objetivo de definir o limiar de significância das obrigações vencidas a aplicar a partir de dezembro de 2020.

Durante o ano de 2020, as perturbações económicas causadas pela pandemia de Covid-19 e as medidas excecionais de contenção adotadas pelas autoridades têm vindo a afetar significativamente os principais agentes económicos.

Por esse motivo, em 24 de junho de 2020, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia adotaram o Regulamento 2020/873 que altera o Regulamento 575/2013 e o Regulamento 2019/876, que altera o CRR e o CRR II em determinados ajustamentos em resposta à pandemia de Covid-19 (“quickfix”). As principais alterações dizem respeito aos seguintes domínios: cobertura do risco de crédito (disposições transitórias da IFRS 9, etc.), rácio de alavancagem, exposições concedidas a trabalhadores/pensionistas, fator de apoio às PME, isenção da dedução sobre determinados ativos de software, bem como a criação de um filtro prudencial temporário que neutraliza o impacto das perdas não realizadas em obrigações do Estado e o risco de mercado.

Das alterações transitórias, destaca-se a extensão por dois anos das disposições transitórias relativas à aplicação da IFRS 9, limitando o efeito negativo que um eventual aumento das provisões para perdas de crédito esperadas possa ter no capital das instituições. E o estabelecimento, com carácter temporário, de um filtro prudencial sobre as exposições a obrigações soberanas, com o objetivo de mitigar as consequências da volatilidade dos mercados financeiros na solvabilidade das instituições.

Em relação à Circular 2/2016, em 2021, o Banco de España publicou a Circular 5/2021 que altera esta circular com a incorporação de ferramentas macroprudenciais. Em 2022, o Banco de España publicou a nova Circular 3/2022 do Banco de España, que altera a Circular 2/2016, que finalmente completa a transposição da CRD V para o direito espanhol.

Tudo isto constitui a regulamentação atualmente em vigor que regula os requisitos mínimos de fundos próprios que as instituições de crédito espanholas devem manter, tanto a nível individual como a nível de grupo consolidado, e a forma como esses fundos devem ser determinados, bem como os diversos processos de autoavaliação de fundos próprios que devem realizar e a informação pública que devem divulgar ao mercado.

Os requisitos mínimos de fundos próprios são calculados com base na exposição do Grupo ao risco de crédito e de diluição, ao risco de contraparte, ao risco de posição e de liquidação na carteira de negociação, ao risco cambial e ao risco operacional. O Grupo está igualmente sujeito ao cumprimento dos limites de concentração de riscos estabelecidos na regulamentação e às obrigações internas de governação empresarial.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os rácios de capital ordinário e adicional Common Equity Tier 1 (CET1) e de capital total do Grupo eram de 20,76% e 20,17%, respetivamente. A Circular 2/2014 estabelece o mínimo exigido para cada nível de rácio. Além disso, no âmbito do processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP), o regulador informou à Entidade de que deve manter um rácio de capital total de 9,375% para 2023 e 2022. Isto eleva o requisito mínimo de capital total, incluindo a reserva de conservação de capital e a reserva contracíclica, para 11,89% em 2023 e 11,88% em 2022. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os rácios de capital da Entidade estão acima do mínimo exigido pelo regulador, com um excedente de 427.144 milhares de euros e 373.027 milhares de euros, respetivamente, sobre os requisitos totais de capital, incluindo a reserva de conservação de capital e a reserva contracíclica.

Além disso, durante o ano de 2023, o Banco de España, em aplicação do artigo 44, secção 1, da Lei (MREL). Este requisito não deve ser inferior a 9,218% da exposição total ao risco (TREA) e a 3% da exposição ao rácio de alavancagem (LRE), a cumprir até 1 de janeiro de 2024. Além disso, a fixação do objetivo intercalar em 9,13% da exposição total ao risco (TREA) e o mesmo valor acima referido para a exposição ao rácio de alavancagem (LRE) até 1 de janeiro de 2022.

Este objetivo foi cumprido pela Entidade, que em 31 de dezembro de 2023 e 2022 mantinha 20,76% e 20,17% da exposição total ao risco (TREA) e 10,27% e 9,12% da exposição ao rácio de alavancagem (LRE).

	Milhares de euros	
	2023	2022
Capital de nível 1:	999.510	907.388
Capital de nível 1 (CET 1)	999.510	907.388
Capital e reservas (*)	922.362	829.303
Outro rendimento integral	47.516	25.268
Outras deduções e ajustamentos	29.632	52.817
Capital de nível 2:	-	-
Cobertura suplementar do risco de crédito	-	-
Outras deduções e ajustamentos	-	-
Ativos ponderados pelo risco	4.814.894	4.497.737
Ratio de capital de Nível 1 (mínimo exigido 4,5%)	20,76%	20,17%
Ratio de capital de Nível 1 (mínimo exigido 6%)	20,76%	20,17%
Ratio de capital Total (mínimo exigido 8%)	20,76%	20,17%

(*) Inclui o resultado proposto para os exercícios de 2023 e 2022, respetivamente.

Relativamente à Gestão de Capital:

- O Quadro de Apetência pelo Risco, aprovado pelo Conselho de Administração da Entidade, contém as principais orientações estratégicas em matéria de gestão do risco. Estas incluem o objetivo e o nível de risco que a Entidade está disposto a assumir em termos de solvência, que estão alinhados com o planeamento de capital.
- A Entidade desenvolveu sistemas de gestão e controlo de riscos considerados adequados ao perfil de risco da mesma.

A Entidade incorpora cenários de stress no seu planeamento a 3 anos do capital, que têm em conta tanto as previsões da própria Entidade como dados externos do ambiente macroeconómico. Os pressupostos utilizados no planeamento são revistos periodicamente.

- O instrumento para a referida avaliação e planeamento é o Relatório de Auto-Avaliação de Capital e Liquidez (o “CLAR”), aprovado pelo Conselho de Administração da Entidade e que estabelece um objetivo de solvência expresso em valor mínimo e que permite cobrir de forma confortável, mesmo em situações de mercado particularmente adversas, eventuais necessidades adicionais de riscos não cobertos pelos mínimos legalmente exigidos.

6. Informações por segmento de atividade

As concentrações por setor geográfico em que se situa o risco, por classe de contraparte, compreendendo as rubricas “Depósitos junto de bancos centrais e outros depósitos à ordem”, “Ativos

financeiros detidos para negociação”, “Ativos financeiros detidos para negociação”, “Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente mensurados ao justo valor através de resultados”, “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, “e ‘Ativos financeiros ao custo amortizado’, ‘Derivados - contabilidade de cobertura’, ‘Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas’, ‘Exposições extrapatrimoniais - Garantias financeiras prestadas’ e as garantias não financeiras prestadas contidas em ‘Exposições extrapatrimoniais - Outros compromissos assumidos’, com indicação da respetiva quantia escriturada em 31 de dezembro de 2023 e 2022, eram as seguintes:

Atividade Total

	Milhares de euros				
	2023				
	Total	Espanha	Resto da União Europeia	América	Resto do mundo
Bancos centrais e instituições de crédito	1.249.343	1.205.755	32.014	4.114	7.460
Administrações Públicas	1.607.255	1.338.208	269.047	-	-
– Administração central	1.241.572	972.525	269.047	-	-
– Outras administrações públicas	365.683	365.683	-	-	-
Outras instituições financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial financeira)	272.197	257.835	12.520	1.459	383
Sociedades não financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial não financeira) (discriminadas por finalidade)	2.719.508	2.537.859	177.820	1.568	2.261
– Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	100.506	100.506	-	-	-
– Construção de obras de engenharia civil	19.267	17.534	1.733	-	-
– Outros fins	2.599.735	2.419.819	176.087	1.568	2.261
Grandes empresas (*)	999.143	923.187	72.139	1.560	2.257
PMEs e empresários em nome individual (*)	1.600.592	1.496.632	103.948	8	4
Outras famílias (repartidas por objetivo)	3.788.995	3.752.142	18.937	6.578	11.338
– Habitação (aquisição e renovação)	3.116.092	3.081.224	17.615	6.540	10.713
– Consumo	229.245	228.952	136	31	126
– Outros fins	443.658	441.966	1.186	7	499
TOTAL	9.637.298	9.091.799	510.338	13.719	21.442

Atividade Total

	Milhares de euros				
	2022				
	Total	Espanha	Resto da União Europeia	América	Resto do mundo
Bancos centrais e instituições de crédito	1.025.765	982.479	32.168	3.338	7.780
Administrações Públicas	1.942.522	1.685.231	257.291	-	-
– Administração central	1.594.023	1.336.732	257.291	-	-
– Outras administrações públicas	348.499	348.499	-	-	-
Outras instituições financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial financeira)	240.634	228.453	10.606	1.229	346
Sociedades não financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial não financeira) (discriminadas por finalidade)	2.668.165	2.522.794	140.314	2.254	2.803
– Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	104.639	104.639	-	-	-
– Construção de obras de engenharia civil	16.907	15.174	1.733	-	-
– Outros fins	2.546.619	2.402.981	138.581	2.254	2.803
Grandes empresas (*)	786.378	726.319	55.024	2.242	2.793
PMEs e empresários em nome individual (*)	1.760.241	1.676.662	83.557	12	10
Outras famílias (repartidas por objetivo)	3.658.909	3.629.693	13.660	6.115	9.441
– Habitação (aquisição e renovação)	3.029.679	3.001.542	12.969	6.081	9.087
– Consumo	209.964	209.713	137	28	86
– Outros fins	419.266	418.438	554	6	268
TOTAL	9.535.995	9.048.650	454.039	12.936	20.370

(*) Para efeitos comparativos, o saldo em 2022 inclui um montante líquido de 91.630 mil euros que é reclassificado de PME e empresas em nome individual para grandes empresas em 2023.

Atividade em Espanha

		Milhares de euros									
		2023									
		COMUNIDADES AUTÓNOMAS									
		C-La		Castilla e		Catalunha		Extremadura		C.	
		Andaluzia	Galiza	Mancha	León	Catalunha	Extremadura	Madrid	Valenciana	Murcia	Outras
Total											
Bancos centrais e instituições de crédito		1.205.755	-	-	289	-	-	1.174.191	3.206	-	1.220
Administrações públicas		1.338.208	50.064	-	20.000	-	36.074	24.155	-	-	982.525
- Administração central		972.525	-	-	-	-	-	-	-	-	972.525
- Outras administrações públicas		365.683	50.064	-	20.000	-	36.074	24.155	-	-	10.000
Outras instituições financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial financeira)		257.835	4.928	-	384	1.113	-	251.410	-	-	-
Sociedades não financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial não financeira)		2.537.859	1.961.949	5.788	16.169	80.751	45.021	309.475	14.360	75.877	24.908
- Construção e promoção imobiliária (discriminadas por finalidade)		100.506	75.503	-	723	1	1	16.322	-	-	7.948
- Construção de obras de engenharia civil		17.534	10.229	-	4.801	-	43	2.461	-	-	-
- Outros fins		2.419.819	1.876.217	5.788	10.645	80.743	44.977	290.692	14.360	75.877	16.960
Grandes empresas		923.187	496.934	2.746	8.751	67.185	23.939	231.842	9.563	67.289	11.722
PME e empresários em nome individual		1.496.632	1.379.283	3.042	1.894	13.558	21.038	58.850	4.797	8.588	5.238
Outras famílias (repartidas por objetivo)		3.752.142	3.691.194	603	1.926	8.027	6.234	30.311	1.716	1.112	9.665
- Habitação (aquisição e renovação)		3.081.224	3.026.901	571	1.477	7.303	5.937	26.643	1.682	922	8.637
- Consumo		228.952	227.138	30	132	184	166	662	30	43	512
- Outros fins		441.966	437.155	2	317	540	131	3.006	4	147	516
TOTAL		9.091.799	5.910.310	56.455	18.095	89.891	87.329	1.789.542	19.282	76.989	1.018.318

Atividade em Espanha

Milhares de euros										
2022										
COMUNIDADES AUTÓNOMAS										
Total	Andaluzia	Galiza	C-La Mancha	Castilla e León	Catalunha	Extremadura	Madrid	Valenciana	Murcia	Outras
Bancos centrais e instituições de crédito	982.479	32.719	-	398	-	-	945.134	3.202	-	1.026
Administrações públicas	1.685.231	172.031	50.064	20.000	-	42.690	24.155	-	-	1.410.796
- Administração central	1.336.732	-	-	-	-	-	-	-	-	1.336.732
- Outras administrações públicas	348.499	172.031	50.064	20.000	-	42.690	24.155	-	-	74.064
Outras instituições financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial financeira)	228.453	4.764	-	136	-	-	223.553	-	-	-
Sociedades não financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial não financeira) (discriminadas por finalidade)	2.522.794	2.024.003	3.969	8.808	79.040	42.096	274.064	13.236	53.266	76.812
- Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	104.639	79.089	-	130	23	1	15.521	-	-	9.875
- Construção de obras de engenharia civil	15.174	7.681	-	-	-	44	7.443	-	-	6
- Outros fins	2.402.981	1.937.233	3.969	8.678	79.017	42.051	251.100	13.236	53.266	66.931
Grandes empresas	726.319	390.903	2.516	8.550	58.304	15.258	192.357	8.193	41.305	49.997
PME e empresários em nome individual	1.676.662	1.546.330	1.453	128	20.713	26.793	58.743	5.043	11.961	16.934
Outras famílias (repartidas por objetivo)	3.629.693	3.575.340	147	1.359	6.582	5.517	28.090	1.457	743	9.798
- Habitação (aquisição e renovação)	3.001.542	2.952.468	119	1.023	5.949	5.326	24.627	1.418	697	9.244
- Consumo	209.713	208.353	26	128	183	134	477	36	43	346
- Outros fins	418.438	414.519	2	208	450	57	2.986	3	3	208
TOTAL	9.048.650	5.808.857	54.180	10.167	85.622	90.303	1.494.996	17.895	54.009	1.498.432

(*) Para efeitos comparativos, o saldo em 2022 inclui um montante líquido de 91.630 mil euros que é reclassificado de PME e empresas em nome individual para grandes empresas em 2023.

7. Remuneração do Conselho de Administração da Caja e do Presidente, do Diretor-Geral, do Comité de Direção e das operações com entidades relacionadas

- a) Benefícios estatutários, outras remunerações, compromissos em matéria de pensões e seguros.

Na Assembleia Geral de 26 de junho de 2012, a Caja acordou em alterar os seus estatutos no que respeita à remuneração dos administradores não executivos da empresa-mãe. Os estatutos aprovados nessa data estabelecem que a remuneração será equivalente ao custo anual de um empregado de nível 5 e os que não participarem em qualquer comité receberão 25% desse montante. Posteriormente, a Assembleia Geral de 30 de julho de 2013 concordou em reduzir este custo anual determinado no artigo 31.3 dos Estatutos em 10%, bem como reduzir as ajudas de custo em 30%.

Na Assembleia Geral realizada a 2 de maio de 2019, a Caja deliberou alterar os seus estatutos no que respeita à remuneração dos Administradores não executivos da Entidade. Os Estatutos aprovados nessa data estabelecem que, pela sua participação em Conselhos, Comissões e Comités, e desde que a demonstração de resultados o permita, os Administradores recebem ajudas de custo que, anualmente e para cada Administrador, não podem exceder a remuneração auferida em 2018 acrescida do montante resultante da multiplicação do valor unitário do subsídio de presença fixado para esse período, pelo número de reuniões de órgãos sociais em que o Administrador participe posteriormente, acrescido de 10%, o qual será atualizado de acordo com o IPC, sem prejuízo da quilometragem correspondente. O limite máximo da remuneração fixado é aplicável tanto aos atuais administradores como aos que venham a integrar o Conselho de Administração no futuro.

Estas disposições não se aplicam ao Presidente, que se rege exclusivamente pelas disposições do artigo 26.2 dos estatutos.

No caso de participação em reuniões dos órgãos sociais de outras entidades, incluindo as do Grupo, em nome ou por designação da Caja, os membros do Conselho de Administração recebem diretamente os montantes estabelecidos por essas entidades para esses elementos e a Caja paga-lhes a diferença, se for caso disso. Para além destes, podem ser recebidos outros pagamentos mediante aprovação de um plano pelo Conselho de Administração.

O gasto registado na conta de resultados dos exercícios de 2023 e 2022 relativo a ajudas de custo e quilometragem recebidas pelos administradores não executivos da Caja ascende a 1.012 mil euros e 740 mil euros, respetivamente, e no que se refere à remuneração, o gasto registado nas contas de resultados dos exercícios de 2023 e 2022 ascende a 526 mil euros e 532 mil euros, respetivamente.

As despesas referidas nos números anteriores são repartidas da seguinte forma:

		Milhares de euros		
		2023		
Nome	Comissão	Ajudas de		
		Retrotribuição (a)	custo	Quilometragem
D. José Luis García-Palacios Alvarez	Presidente	526	-	-
D. Ricardo López-Crespo Delgado	Executiva	-	89	4
D. José María Loring Lasarte(*)	Executiva, Delegada, Agricultura, Auditoria, Remuneração, Eficiência e Expansão e Riscos	-	52	-
D. Francisco José Bernal Muñoz	Executiva, Remuneração, Eficiência e Expansão e Riscos	-	77	-
D. José María Calero Muñoz	Executiva, Agricultura e Auditoria	-	52	3
D. Francisco Contreras Santana	Executiva, Agricultura, Auditoria e Riscos	-	48	1
D. Alberto Garrocho Robles	Executiva e Agricultura	-	73	1
D. Pablo González del Corral Martín	Executiva, Delegada e Agricultura	-	88	2
D. Pedro A. Maestre de León (*)	Executiva, Agricultura, Remuneração, Eficiência e Expansão	-	20	-
D. Juan Mora-Figueroa Gayán (*)	Agricultura, Auditoria, Riscos	-	19	-
Dª. Yolanda Pelayo Díaz	Executiva, Delegada e Riscos	-	89	3
D. Antonio Torres Conde	Executiva, Delegada, Auditoria, Remuneração, Eficiência e Expansão	-	95	3
Dª Rocio Acosta Ferrero	Executiva, Auditoria, Remuneração, Eficiência e Expansão e Riscos	-	83	1
D. Gabriel Villegas Escobar	Executiva e Agricultura	-	76	1
D. Darío Candau del Cid (**)	Executiva, Riscos, Remuneração, Eficiência e Expansão e Agricultura	-	40	-
Dª María del Valle Novales de la Escalera (**)	Executiva, Auditoria, Remuneração, Eficiência e Expansão	-	40	-
Dª Macarena Pérez-Miyares Travieso(**)	Executiva, Delegada, Auditoria, Riscos, Remuneração, Eficiência e Expansão e Agricultura	-	52	-
		526	993	19

(a) Além disso, foram registados 5,1 mil euros como remuneração em espécie, sendo o montante correspondente a cada Administrador de 0,36 mil euros.

(*) Os Srs. Loring Lasarte, Mora-Figueroa Gayán e Maestre de León deixaram o Conselho de Administração em 2023.

(**) Os Srs. Candau del Cid, Novales de la Escalera e Pérez-Miyares Travieso entraram para o Conselho de Administração em 2023.

G
TA

		Milhares de euros		
		2022		
Nome	Comissão	Retribuição (a)	Ajudas de custo	Quilometragem
D. José Luis García-Palacios Alvarez	Presidente	532	-	-
D. Vicente Rodríguez Gómez*	Executiva, Agricultura, Remuneração, Eficiência e Expansão, Riscos	-	20	1
D. Ricardo López-Crespo Delgado	Executiva, Agricultura, Auditoria, Remuneração, Eficiência e Expansão	-	64	-
D. José María Loring Lasarte	Executiva, Agricultura, Auditoria, Remuneração, Eficiência e Expansão, Riscos	-	64	4
D. Francisco José Bernal Muñoz	Auditoria, Remuneração, Eficiência e Expansão e Riscos	-	48	-
D. José María Calero Muñoz	Agricultura, Auditoria e Riscos	-	49	3
D. Francisco Contreras Santana	Agricultura, Auditoria, Riscos	-	46	1
D. Benito Cortines Torres*	Executiva, Agricultura, Riscos	-	20	1
D. Alberto Garrocho Robles	Agricultura	-	46	1
D. Pablo González del Corral Martín	Agricultura	-	46	1
D. Pedro A. Maestre de León	Executiva, Agricultura, Remuneração, Eficiência e Expansão	-	53	1
D. Juan Mora-Figueroa Gayán	Agricultura, Auditoria, Riscos	-	55	1
D ^a . Yolanda Pelayo Díaz	Executiva, Auditoria, Riscos, Remuneração e Eficiência e Expansão	-	61	2
D. Antonio Torres Conde	Executiva, Agricultura, Auditoria, Remuneração, Eficiência e Expansão, Riscos	-	49	1
D ^a Rocio Acosta Ferrero	Auditoria, Remuneração, Eficiência e Expansão, Riscos	-	51	1
D. Gabriel Villegas Escobar	Remuneração, Eficiência e Expansão	-	49	1
		532	721	19

(*) Os Sres. Cortines Torres y Rodríguez Gómez saíram em 2022.

(a) Além disso, foram registados 9,48 milhares de euros como remuneração em espécie, sendo o montante correspondente a cada Administrador de 0,68 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foi reconhecido qualquer passivo atuarial relativo a benefícios pós-emprego acumulados pelos atuais e antigos administradores da Caja. Não existe qualquer responsabilidade atuarial correspondente ao Presidente da Caja, uma vez que esta possibilidade não está expressamente contemplada nos estatutos.

b) A remuneração do Diretor-Geral e do Comité de Direção.

Estão incluídos o Diretor-Geral e o Comité de Direção, a quem foram pagas remunerações brutas de 3.450 e 2.524 milhares de euros por ano em 2023 e 2022, respetivamente, conforme indicado no quadro abaixo:

	Número de pessoas	Milhares de euros			
		Remunerações salariais		Outras	Total
		Fixas	remunerações	retribuições	
2023	12	1.929	929	592	3.450
2022	13	1.877	416	231	2.524

Composição das remunerações:

- Fixa: Foram considerados todos os conceitos do Acordo Coletivo de Trabalho, bem como outros de carácter voluntário, com uma permanência fixa para os cargos que ocupam.
- Variável: Inclui os elementos que dependem do desempenho da Caja, tais como incentivos ou bónus anuais e plurianuais.
- Outras remunerações: Aquelas estabelecidas por circunstâncias de mobilidade, como quilometragem, subsídio de habitação e seguro de acidentes de vida.

O passivo atuarial reconhecido pelos benefícios pós-emprego (custo dos serviços passados) acumulados pelo Diretor Geral e pelos membros do Comité de Direção da Caja ascende a 417 milhares de euros e 426 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente. Durante os exercícios de 2023 e 2022, a Caja efetuou contribuições e prémios de seguro para a manutenção do sistema de Segurança Social no valor de 104 milhares de euros e 53 milhares de euros, respetivamente.

O detalhe da despesa na conta de resultados dos exercícios de 2023 e 2022 para os seguros de vida e acidentes, nos quais o Diretor Geral e o Comité de Direção são beneficiários ou segurados, ascende a 57 milhares de euros e 54 milhares de euros, respetivamente.

c) Outras remunerações de longo prazo.

Relativamente a outras remunerações a longo prazo, a Caja aprovou um Plano de Incentivos que estabelece uma série de objetivos plurianuais para um Grupo Identificado, cujo cumprimento será avaliado na data final, tendo em conta o desempenho das métricas durante os três anos anteriores. A Caja registou na demonstração de resultados o montante de 941 milhares de euros e 512 milhares de euros como estimativa de acréscimo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente.

d) Limitação de assiduidade e outros compromissos contratuais do Presidente, dos Administradores, do Diretor-Geral e do Comité de Direção.

A Caja registou uma provisão para obrigações para com os membros do Conselho de Administração, no valor de 2.241 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023 e 2.158 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022, conforme indicado na Nota 32. Para o Diretor Geral e determinados membros do Comité de Direção existe um montante de 4.179 milhares de euros registado em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Este montante está registado na conta “Outros fundos” na rubrica “Outras provisões” (ver Nota 32).

e) Entidades relacionadas

Os saldos registados nos balanços 31 de dezembro de 2023 e 2022 resultantes das transações com as empresas associadas e empreendimentos conjuntos, os administradores, o presidente, o comité de direção e as partes relacionadas são os seguintes:

Nome	Milhares de euros					
	2023			2022		
	Empresas do Grupo, associadas e empreendimentos conjuntos	Diretores, Presidente, Diretor Geral e Comité de Direção	Outras entidades relacionadas	Empresas do Grupo, associadas e empreendimentos conjuntos	Diretores, Presidente, Diretor Geral e Comité de Direção	Outras entidades relacionadas
Ativo:						
Empréstimos e adiantamentos (*)	90.500	2.903	98.014	95.656	2.661	113.286
Outros Ativos	157	-	-	149	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	149.280	-	-	119.464
Passivo:						
Passivos ao custo amortizado						
Depósitos de clientes	5.053	2.210	34.097	8.600	1.839	33.229
Contribuições para o capital social	-	669	3.221	-	861	3.607
Contas de ordem:						
Garantias e compromissos condicionais concedidos	-	189	351	-	126	41

(*) A rubrica "Empréstimos e adiantamentos" inclui o valor bruto do financiamento concedido à Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U. para a afetação de imóveis. As correções de valor, não incluídas nestes saldos, do financiamento concedido à Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., ascendem a 80.478 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023 (80.201 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022).

As deliberações sobre operações ou serviços cooperados a favor dos membros do Conselho de Administração da Caja, das Comissões Executivas, dos demais órgãos estatutários, da Direção Geral, ou dos familiares de qualquer deles até ao segundo grau de consanguinidade ou afinidade, são tomadas por escrutínio secreto, após inclusão na ordem de trabalhos, e por uma maioria não inferior a dois terços do número total de administradores, não podendo a parte afetada participar na votação.

Os termos e condições das transações cooperativas aplicáveis às partes relacionadas são os do mercado. No entanto, para cada tipo de transação, serão tidos em conta, como referência, os estabelecidos para os clientes preferenciais, acrescidos de um diferencial de juros e comissões. No que respeita às garantias, é aplicado, sem exceção, o manual de risco da Entidade. Do mesmo modo, para além dos conflitos de interesses previstos na lei, devem abster-se de propor a aplicação de excecionalidades nas operações a conceder a qualquer pessoa com quem tenham qualquer relação de parentesco ou afinidade, ou mantenham relações comerciais ou de amizade.

8. Contratos de agência

A lista de agentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 exigida pelo artigo 21 do Decreto Real 84/2015, de 13 de fevereiro, do Ministério da Economia e Competitividade está incluída abaixo:

<u>Denominação da empresa</u>	<u>Âmbito geográfico</u>	<u>Âmbito de aplicação</u>
Almazara de la Subbética, S.Coop. And.	Córdoba	Representação de carácter geral para operações e serviços bancários.
S. Coop. Andaluza Campo de Tejada	Huelva	Representação de carácter geral para operações e serviços bancários.
Aceites de San Benito, S. Coop. And.	Jaén	Representação de carácter geral para operações e serviços bancários.

9. Requisitos de transparência da informação em relação ao financiamento da construção, da promoção imobiliária, do financiamento da aquisição de habitação e de ativos adquiridos para pagamento de dívidas, bem como da avaliação das necessidades de financiamento nos mercados

a) Informação qualitativa sobre as políticas e estratégias de gestão de ativos em relação a este sector.

Tendo em conta a situação do mercado hipotecário em geral, e a fim de reforçar ainda mais os esforços desenvolvidos até à data junto deste setor, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Acompanhamento contínuo e permanente destes mutuários.
- Prestar aconselhamento para coordenar as ações que permitam a conclusão das obras em curso.
- Colaborar com aqueles que o solicitem, na dinamização das vendas, através da nossa rede de agências, colocando à disposição novos suportes como dossier especializado, catálogo, etc.
- Caso os imóveis passem a fazer parte do Plano de Vendas, efetuar uma análise individualizada de cada imóvel, maximizando os principais aspetos do imóvel de forma a facilitar a venda.

b) Informação qualitativa relativa às necessidades e estratégias de financiamento do mercado.

A Caja não fez emissões nos mercados de capitais, exceto através de titularizações, que não implicam qualquer compromisso de reembolso futuro, uma vez que os prazos de vencimento são simétricos aos dos empréstimos subjacentes, pelo que a Caja não tem de cumprir quaisquer prazos de vencimento a curto, médio ou longo prazo a este respeito.

Da mesma forma, a Caja não beneficia de financiamentos recorrentes junto de instituições de crédito, com exceção das operações de financiamento a longo prazo do Banco Central Europeu (TLTRO) e, se for caso disso, dos acordos de recompra (ver Nota31).

Em 31 de dezembro de 2023, a Caja detém um stock de ativos elegíveis para financiamento do Banco Central Europeu através do Banco de España no valor de 1.654.625 milhares de euros e de 2.006.259 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022.

c) Informações quantitativas sobre os financiamentos para a construção e a promoção imobiliária e para a aquisição de habitação e sobre os ativos adquiridos em pagamento de dívidas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos financiamentos para construção e desenvolvimento imobiliário e respetivas coberturas é o seguinte:

	2023			2022		
	Milhares de euros			Milhares de euros		
	Valor contabilístico bruto	Diferença entre a exposição bruta e o montante máximo recuperável das garantias reais	Imparidade e acumulada	Valor contabilístico bruto	Diferença entre a exposição bruta e o montante máximo recuperável das garantias reais	Imparidade e acumulada
Financiamento da construção e da promoção imobiliária (incluindo terrenos) (atividade em Espanha)	93.147	36.609	(2.942)	102.653	46.631	(2.840)
<i>Dos quais: não rentáveis / duvidosos</i>	2.180	1.433	(1.000)	1.140	358	(312)
Pro-memoria						
Ativos insolventes	211			530		

Pro-memoria:	2023	2022
	Milhares de euros	Milhares de euros
Empréstimos e adiantamentos a clientes, excluindo as administrações públicas (atividade em Espanha) (Valor contabilístico) (ver Notas 22 e 23)	6.434.001	6.251.154
Total ativo (total da atividade) (Valor contabilístico)	9.814.044	9.707.353
Imparidade e Provisões para exposições classificadas normais (total da atividade) (ver Nota 22.c)	(230.264)	(213.762)

6
7A

A distribuição da rubrica de financiamentos para construção e promoção imobiliária, operações registadas por instituições de crédito (atividade em Espanha), a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	Valor contabilístico bruto	
	2023	2022
Sem garantia hipotecária	22.681	30.251
Com garantia hipotecária	70.466	72.402
Edifícios e outras construções terminadas	43.741	36.811
Habitação	33.798	28.934
Outros	9.943	7.877
Edifícios e outras construções em curso	19.580	29.359
Habitação	18.935	27.375
Outros	645	1.984
Terreno	7.145	6.232
Urbano consolidado	6.031	4.930
Outros terrenos	1.114	1.302
Total	93.147	102.653

Com base no princípio da prudência na gestão do risco de crédito, revê e estabelece sistemas de alerta para monitorizar a classificação dos terrenos utilizados como garantia de empréstimos e adiantamentos a clientes de promotores que têm como objetivo a promoção de habitação. Em caso de mudança de classificação, alteração do PGOU, ausência de urbanização ou qualquer outra circunstância que implique ou provoque uma mudança de utilização ou variação da mesma, o terreno é reclassificado de “Terreno urbanizado” para “Outros terrenos”, aplicando-se as consequências dessa reclassificação.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a repartição do crédito às famílias para aquisição de habitação, operações registadas pelas instituições de crédito (atividade em Espanha), é a seguinte:

	Milhares de euros			
	2023		2022	
	Valor contabilístico bruto	Dos quais: não rentáveis / duvidosos	Valor contabilístico bruto	Dos quais: não rentáveis / duvidosos
Empréstimos à habitação (*):				
Sem hipoteca imobiliária	11.022	101	9.709	266
Com hipoteca imobiliária	3.046.073	36.656	2.957.754	37.472
Total	3.057.095	36.757	2.967.463	37.738

(*) Não inclui a reparações e reabilitação de habitações

A repartição do crédito à habitação concedido às famílias para aquisição de habitação, de acordo com a percentagem de risco total sobre o montante da última avaliação ou valorização da garantia disponível (LTV), operações registadas pelas instituições de crédito (atividade em Espanha), em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é a seguinte:

2023	Milhares de euros				
	Intervalos LTV				
	LTV≤40%	40%<LTV≤60%	60%<LTV≤80%	80%<LTV≤100%	LTV>100%
Valor bruto	421.823	806.868	1.415.162	263.464	138.756
Dos quais duvidosos	3.728	5.774	10.210	6.747	10.197

2022	Milhares de euros				
	Intervalos LTV				
	LTV≤40%	40%<LTV≤60%	60%<LTV≤80%	80%<LTV≤100%	LTV>100%
Valor bruto	396.109	724.519	1.384.160	274.293	178.673
Dos quais duvidosos	3.241	5.287	8.351	7.704	12.889

Relativamente aos ativos executados ou recebidos em pagamento de dívidas da Caja, bem como às exposições a entidades titulares de ativos imobiliários executados ou recebidos em pagamento de dívidas em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	
	Valor contabilístico bruto	Imparidade acumulada
Bens executados ou recebidos em pagamento de dívidas (Nota 25)	11.225	(8.728)
Ativos imobiliários decorrentes de financiamentos a empresas de construção e promoção imobiliária	1.769	(1.764)
Edifícios e outras construções concluídas	224	(219)
Habitação	181	(181)
Outros ativos	43	(38)
Edifícios e outras construções em curso	-	-
Habitação	1.545	(1.545)
Terrenos	1.545	(1.545)
Terrenos urbanos consolidados	-	-
Outros terrenos	2.359	(2.136)
Ativos imobiliários resultantes de empréstimos às famílias para aquisição de habitação	7.097	(4.828)
Instrumentos de capital de instituições detentoras de bens imobiliários executados ou recebidos como pagamento de dívidas (Nota 26)	1.720	(1.720)
Financiamentos a entidades detentoras de bens imobiliários executados ou recebidos em pagamento de dívidas	90.500	(80.478)

Miles de euros		
2022		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade acumulada
Bens executados ou recebidos em pagamento de dívidas (Nota 25)	16.708	(11.180)
Ativos imobiliários decorrentes de financiamentos a empresas de construção e promoção imobiliária	3.628	(1.898)
Edifícios e outras construções concluídas	2.083	(353)
Habitação	182	(181)
Outros ativos	1.901	(172)
Edifícios e outras construções em curso	-	-
Habitação	1.545	(1.545)
Terrenos	1.545	(1.545)
Terrenos urbanos consolidados	-	-
Outros terrenos	2.955	(2.622)
Ativos imobiliários resultantes de empréstimos às famílias para aquisição de habitação	10.125	(6.660)
Instrumentos de capital de instituições detentoras de bens imobiliários executados ou recebidos como pagamento de dívidas (Nota 26)	1.720	(1.720)
Financiamentos a entidades detentoras de bens imobiliários executados ou recebidos em pagamento de dívidas	95.644	(80.201)

10. Informação sobre adiamentos de pagamentos feitos a fornecedores. Terceira Disposição Adicional - Dever de informação da Lei n.º 15/2010, de 5 de julho

No dia 5 de julho de 2010, foi publicada a Lei n.º 15/2010, que altera a Lei n.º 3/2004, de 29 de dezembro, que estabelece medidas de combate aos atrasos de pagamento nas operações comerciais.

Entre outros aspetos, esta lei elimina a possibilidade do “acordo entre as partes”, no que respeita à prorrogação do prazo de pagamento a fornecedores, em resposta às repercussões financeiras da crise económica em todos os setores, traduzidas num aumento de falta de pagamentos, atrasos e prorrogações na liquidação de faturas em atraso, o que afeta particularmente as pequenas e médias empresas devido à sua elevada dependência do crédito de curto prazo e às limitações de tesouraria no atual contexto económico. Por outro lado, para combater estas dificuldades, a Lei estabelece um diferimento máximo geral entre empresas de 60 dias de calendário a contar da data de entrega de bens ou prestação de serviços, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2013.

Além disso, a Terceira Disposição Adicional do regulamento acima mencionado indica que as empresas devem publicar expressamente informações sobre os períodos de pagamento aos seus fornecedores nas notas às suas contas anuais individuais e consolidadas. As informações exigidas sobre o prazo médio de pagamento a fornecedores para 2023 e 2022 estão incluídas abaixo:

	2023	2022
	Dias	Dias
Prazo médio de pagamento aos fornecedores	9	10
Rácio de operações pagas	9	10
Rácio de operações em curso	7	2
	Valor (milhares de euros)	Valor (milhares de euros)
Total dos pagamentos efetuados	87.021	85.494
Total dos pagamentos pendentes	213	1.575
Montante de faturas pagas num período inferior ao máximo estabelecido nos regulamentos relativos aos atrasos de pagamento.	87.021	85.494
Percentagem que os pagamentos abaixo do montante máximo representam do volume total faturado	99,8%	98,2%
Faturas pagas num período inferior ao máximo estabelecido no regulamento de atrasos de pagamento	48.111	58.903
Percentagem do total de faturas	99,8%	99,7%

11. Fundo de Garantia de Depósitos e Fundo Único de Resolução

Fundo de Garantia de Depósitos

A Caja é membro do Fundo de Garantia de Depósitos das Instituições de Crédito.

Os custos dos exercícios de 2023 e 2022 relativos às contribuições periódicas a cargo da Caja para o Fundo de Garantia de Depósitos ascendem a 3.130 milhares de euros e 3.109 milhares de euros, respetivamente, e estão incluídos nas rubricas “Outras despesas de exploração” das demonstrações de resultados anexas (Nota 45) e “Passivos financeiros ao custo amortizado - Outros passivos financeiros” do passivo do balanço (Notas 31.d).

As contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos (F.G.D.E.C.) são feitas de acordo com as disposições do Real Decreto 2606/1996, de 20 de dezembro, relativo aos Fundos de Garantia de Depósitos, com a redação que lhe foi dada pelo Real Decreto 948/2001, de 3 de agosto, pela Circular 4/2001, de 24 de setembro, e pelo Real Decreto 1642/2008, de 10 de outubro. O Comité de Gestão do Fundo de Garantia de Depósitos das instituições de crédito, em conformidade com o disposto no artigo 6.º do Real Decreto-Lei 16/2011 e no artigo 3.º do Real Decreto 2606/1996, fixou a contribuição a efetuar por todas as instituições membros do fundo de garantia de depósitos para os exercícios de 2023 e 2022 em 1,75 por mil do montante dos depósitos garantidos em 31 de dezembro do ano anterior. O cálculo da contribuição de cada entidade é feito com base no montante dos depósitos garantidos e no seu perfil de risco, tendo em conta indicadores como a adequação dos fundos próprios, a qualidade dos ativos e a liquidez, os quais foram desenvolvidos pela Circular n.º 5/2016, de 27 de maio, do Banco de España, alterada pela Circular n.º 1/2018, de 31 de janeiro. Da mesma forma, a contribuição para o fundo de garantia de títulos foi fixada em 2 por mil de 5% do montante garantido dos títulos e outros instrumentos financeiros em 31 de dezembro de cada ano.

Adicionalmente, em 31 de julho de 2012, o Comité de Gestão do F.G.D.E.C., com vista a restaurar a situação patrimonial da Caja, concordou em liquidar uma sobretaxa de 2.346 milhões de euros entre as entidades membros, a ser paga entre as entidades membros em dez prestações anuais iguais, com base no cálculo das contribuições de cada Entidade em 31 de dezembro de 2011. Esta sobretaxa deve ser paga por cada entidade juntamente com as suas contribuições correntes entre 2013 e 2022. A contribuição a pagar por cada entidade em cada data pode ser deduzida da contribuição anual corrente, caso exista, paga por essa entidade nessa mesma data, até ao montante dessa contribuição corrente.

Como resultado desse acordo e em função da base de cálculo das contribuições anteriormente mencionada, o montante da sobretaxa atribuída à Caja Rural del Sur, S.C.C. e à antiga Caja Rural de Córdoba, S.C.C. é de 7.917 milhares de euros e 2.566 milhares de euros, respetivamente, a serem pagos em dez prestações de 792 milhares de euros e 256 milhares de euros, respetivamente. A assunção do referido compromisso implicou para as Cajas o reconhecimento de um passivo financeiro pelo montante equivalente ao valor atual da totalidade dos compromissos assumidos e liquidáveis em diferentes datas futuras e, simultaneamente, uma conta de ativo pelo mesmo montante para registar o seu acréscimo na demonstração de resultados ao longo do período de liquidação.

Em 31 de dezembro de 2022, o compromisso acima mencionado foi anulado do balanço, uma vez que foi totalmente liquidado.

Q
TA

Fundo Único de Resolução

No âmbito do processo de criação de um mercado interno de serviços bancários na União Europeia, a Diretiva 2014/59/UE estabelece um quadro de supervisão centralizado, cujo primeiro passo foi a criação do Mecanismo Único de Supervisão, instituído pelo Regulamento (UE) n.º 1024/2013 do Conselho Europeu (o MUS), cujos objetivos são assegurar que a política da União em matéria de supervisão prudencial das instituições de crédito seja aplicada de forma coerente e eficaz, assegurar que o conjunto único de regras para os serviços financeiros se aplica de forma coerente às instituições de crédito dos Estados-Membros da área do euro e dos Estados-Membros não pertencentes à área do euro que optem por participar no MUS e que estas instituições de crédito estão sujeitas a uma supervisão da mais elevada qualidade.

No âmbito deste processo de integração ao nível da supervisão e resolução das instituições de crédito, o Regulamento (UE) n.º 806/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho estabelece um procedimento uniforme para a resolução das instituições de crédito e de determinadas empresas de investimento, no quadro de um Mecanismo Único de Resolução (MUR) que reforça a imagem de solvência deste tipo de instituições a nível europeu.

Como instrumento fundamental para o correto funcionamento do MUR, o Regulamento (UE) n.º 806/2014 introduz a criação de um Fundo Único de resolução (FUR). Este fundo é inicialmente constituído através das contribuições ex ante das instituições incluídas no quadro de supervisão do MUS, recebidas numa base anual.

O Regulamento Delegado (UE) 2015/63 desenvolve uma metodologia uniforme para o cálculo das contribuições para o FUR. As contribuições são anuais e o respetivo montante para cada instituição é determinado pelas autoridades de resolução competentes em cada Estado-Membro, com base na dimensão da instituição e no seu perfil de risco.

Todos estes regulamentos europeus são transferidos para o direito espanhol através da Lei 11/2015, de 18 de junho, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de serviços de investimento. Entre outras matérias, esta lei designa o Fundo para a Reestruturação Ordenada dos Bancos (FROB) como a autoridade de resolução competente no Estado espanhol. Por isso, o FROB é o organismo encarregado de calcular e cobrar as contribuições para o FUR das instituições de crédito espanholas, bem como de determinadas empresas de serviços de investimento incluídas no âmbito de aplicação da referida lei.

As despesas dos exercícios de 2023 e 2022 relativas às contribuições ex ante acumuladas pela Caja em relação ao Fundo Único de Resolução ascendem a 1.502 milhares de euros e 1.822 milhares de euros, respetivamente, e estão incluídas na rubrica “Outras despesas de exploração” da demonstração de resultados anexa (Nota 45).

12. Honorários de auditoria

Os montantes pagos à Ernst & Young, S.L. pela auditoria das contas anuais da Caja durante os exercícios 2023 e 2022 a Ernst & Young, S.L. ascendeu a 79 e 75 milhares de euros, respetivamente. Além disso, a Ernst & Young, S.L. faturou honorários por serviços que não a auditoria das contas anuais em 2023 e 2022 no valor de 9 mil euros e 22 mil euros, respetivamente.

Por outro lado, outras entidades afiliadas à Ernst & Young não faturaram à Caja em 2023 honorários e despesas por serviços profissionais e faturaram 57 mil euros em 2022 por outros itens.

As informações relativas aos serviços de auditoria e outros serviços prestados pela Ernst & Young, S.L. às empresas controladas pela Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão incluídas nas contas anuais consolidadas do Grupo Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente.

13. Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2023 e até à data em que o Conselho de Administração da Entidade elabora as suas contas anuais, não ocorreu qualquer acontecimento significativo que deva ser incluído nas contas anuais anexas para que estas dêem uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira e dos resultados das operações da Entidade.

Em 20 de fevereiro de 2024, foi publicada no Boletim Oficial do Estado a sentença 11/2024 do Tribunal Constitucional, de 18 de janeiro, na qual o Tribunal Constitucional julgou procedente a questão de inconstitucionalidade suscitada pela Câmara Contencioso-Administrativa do Tribunal Superior Nacional relativamente a diversas alterações introduzidas no imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas pelo Real Decreto-Lei 3/2016, de 2 de dezembro, adotando medidas fiscais destinadas a consolidar as finanças públicas e outras medidas urgentes em matéria social. O impacto da decisão foi analisado, não se tendo previsto impactos significativos para a Entidade.

14. Políticas e regras contabilísticas e critérios de avaliação aplicados

As políticas contabilísticas e as regras e bases de avaliação mais significativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

a) Princípio da continuidade

Na elaboração das demonstrações financeiras, foi assumido que a gestão da Caja se mantém nos próximos anos. Por conseguinte, a aplicação das regras contabilísticas não tem por objetivo determinar o valor dos capitais próprios consolidados para efeitos da sua transferência global ou parcial, nem o montante resultante em caso de liquidação.

6
7A

b) Princípio da especialização dos exercícios

As demonstrações financeiras, com exceção, se for caso disso, das demonstrações dos fluxos de caixa, foram elaboradas com base nos fluxos reais de bens e serviços, independentemente da data de pagamento ou de cobrança.

c) Compensação de saldos

Apenas os saldos a receber e a pagar resultantes de operações que são contratuais ou legalmente compensadas e que se destinam a ser liquidadas pelo valor líquido ou a realizar o ativo e a liquidar o passivo simultaneamente são compensados e, por conseguinte, apresentados no balanço pelo seu valor líquido.

d) Outros princípios gerais e informações de carácter ambiental

As contas anuais foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, modificado pela reavaliação, sempre que necessário, dos terrenos e edifícios, dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos e passivos financeiros (incluindo os derivados) pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de determinadas estimativas contabilísticas. Requer igualmente que a Direção exerça o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Caja. Estas estimativas podem afetar o montante de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e o montante de proveitos e gastos durante o período das demonstrações financeiras. Embora as estimativas sejam baseadas no melhor conhecimento da Direção das circunstâncias atuais e previsíveis, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Dada a atividade principal da Caja, não existem passivos, despesas, ativos, provisões e contingências ambientais que possam ser relevantes para o património, a posição financeira e os resultados da Caja. Por este motivo, não são incluídas nas presentes notas às demonstrações financeiras consolidadas quaisquer divulgações específicas sobre questões ambientais.

e) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são instrumentos que, para além de proporcionarem um ganho ou uma perda, podem, consoante as condições, compensar total ou parcialmente os riscos de crédito e/ou de mercado associados aos saldos e às transações, utilizando como elementos subjacentes as taxas de juro, determinados índices, os preços de alguns títulos, as taxas de câmbio de diferentes moedas ou outras referências semelhantes. A Caja utiliza instrumentos financeiros derivados negociados bilateralmente com a contraparte fora dos mercados organizados (OTC).

Os instrumentos financeiros derivados são utilizados para negociar com os clientes que os solicitam, para gerir os riscos das posições próprias da Caja (instrumentos derivados de cobertura) ou para beneficiar da evolução dos seus preços. Os derivados financeiros que não podem ser considerados

como derivados de cobertura são considerados como derivados de negociação. As condições para que um derivado financeiro seja considerado de cobertura são as seguintes:

- i) O derivado financeiro deve cobrir o risco de variações de valor dos ativos e passivos devidas a variações de taxas de juro e/ou de taxas de câmbio (cobertura de justo valor), o risco de variações dos fluxos de caixa estimados de ativos e passivos financeiros, de compromissos e de transações previstas de elevada probabilidade (cobertura de fluxos de caixa) ou o risco do investimento líquido numa operação estrangeira (cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras).
- ii) O derivado financeiro deve eliminar de forma efetiva algum risco inerente ao elemento ou posição coberto ao longo da vida esperada da cobertura. Por conseguinte, deve ter eficácia prospetiva - eficácia no momento em que a cobertura é efetuada em condições normais - e eficácia retrospectiva - evidência suficiente de que a eficácia da cobertura será mantida ao longo da vida do elemento ou posição coberta.
- iii) Se Deve ser adequadamente documentado que o derivado financeiro foi contratado especificamente para cobrir saldos ou transações específicas e a forma como se pretende atingir e medir a eficácia da cobertura, desde que tal seja consistente com a própria gestão de riscos da Caja.

As coberturas podem ser aplicadas a rubricas ou saldos individuais ou a carteiras de ativos e passivos financeiros. Neste último caso, o conjunto de ativos ou passivos financeiros a cobrir deve partilhar o mesmo tipo de risco, o que se entende estar cumprido quando a sensibilidade às variações da taxa de juro dos elementos individuais cobertos é semelhante.

A Circular 4/2017 introduz um novo enquadramento contabilístico para a contabilidade de cobertura que coexiste com o anterior enquadramento contabilístico, podendo as entidades optar por um ou por outro. O novo quadro contabilístico mantém os três tipos de coberturas contabilísticas - justo valor, fluxos de caixa e investimento líquido numa operação estrangeira - mas os requisitos para a utilização da contabilidade de cobertura são flexibilizados, de modo a que um maior número de coberturas económicas possa beneficiar deste tratamento e a contabilidade fique mais próxima da gestão de risco. Assim, para além dos instrumentos derivados, certos instrumentos financeiros podem ser utilizados como instrumentos de cobertura; é permitida a cobertura de componentes de exposições e os critérios de eficácia de cobertura necessários para qualificar para este tratamento são flexibilizados, permitindo o reequilíbrio da relação de cobertura durante a vida da cobertura. A Caja optou por manter o quadro contabilístico anterior.

Os derivados financeiros integrados noutros instrumentos financeiros ou noutros contratos são registados separadamente como derivados quando os seus riscos e características não estão diretamente relacionados com os dos contratos de origem e desde que esses contratos de não estejam classificados nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Ativos ou passivos financeiros designados pelo justo valor através dos resultados”.

f) Ativos financeiros

Classificação de ativos financeiros

A Circular n.º 4/2017 introduz uma nova abordagem à classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com base no modelo de negócio em que são geridos e nas características dos seus fluxos de caixa. Neste sentido, os ativos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor através de resultados e mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Para que um ativo financeiro seja classificado como mensurado ao custo amortizado, para além de ser gerido segundo um modelo de negócio cujo objetivo é deter ativos financeiros para obter fluxos de caixa contratuais, o instrumento deve ter fluxos de caixa contratuais que representem apenas o reembolso de capital e juros, sendo estes últimos uma compensação pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito do devedor.

Para que um ativo financeiro seja classificado ao justo valor através de outro rendimento integral, para além de ser gerido segundo um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado através da obtenção de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros, o instrumento deve ter fluxos de caixa contratuais que representem apenas o reembolso do seu capital e juros, sendo estes últimos uma compensação pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito do devedor.

Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo justo valor através de resultados, a menos que seja mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral, de acordo com o acima exposto. Contudo, a Entidade pode, no reconhecimento inicial de determinados investimentos em Instrumentos de Capital Próprio que de outra forma seriam mensurados pelo justo

valor através dos lucros ou prejuízos, fazer uma escolha irrevogável para apresentar as alterações subsequentes no justo valor em outro rendimento integral.

Não obstante os parágrafos anteriores, a Entidade pode, no reconhecimento inicial, designar irrevogavelmente um ativo financeiro como mensurado pelo justo valor através de resultados se isso eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (por vezes referida como uma “falta de correspondência contabilística”) que de outra forma surgiria se a mensuração dos ativos ou passivos ou o reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles fossem feitos em bases diferentes.

Quando a Entidade altera o seu modelo de gestão dos ativos financeiros, todos os ativos financeiros são reclassificados de acordo com os modelos acima descritos.

Os ativos financeiros são classificados no balanço de acordo com os seguintes critérios:

- i) Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem: que inclui moedas e notas que são propriedade da entidade e saldos a receber à ordem, depositados em bancos centrais e instituições de crédito.
- ii) Ativos financeiros detidos para negociação: inclui os ativos financeiros que foram adquiridos com o objetivo de serem transacionados a curto prazo, que fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e geridos em conjunto, relativamente aos quais foram tomadas medidas recentes para a obtenção de ganhos a curto prazo ou que são instrumentos derivados não designados como instrumentos de cobertura contabilística.
- iii) Ativos financeiros não negociáveis avaliados obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados: que inclui ativos financeiros que, sendo geridos segundo um modelo de negócio cujo objetivo é manter os ativos financeiros para obter fluxos de caixa contratuais, os fluxos de caixa contratuais não representam apenas o reembolso do capital e dos juros, sendo estes últimos uma compensação pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito do devedor.
- iv) Ativos financeiros designados pelo justo valor através dos resultados: que inclui os ativos financeiros que, não fazendo parte dos Ativos financeiros detidos para negociação, são considerados como ativos financeiros híbridos e são integralmente valorizados ao justo valor e os que são geridos em conjunto com passivos de contratos de seguro avaliados ao justo valor ou com derivados financeiros que têm por objetivo e efeito reduzir significativamente a exposição a variações de justo valor ou que são geridos em conjunto com passivos financeiros e derivados de forma a reduzir significativamente a exposição global ao risco de taxa de juro.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Caja não tem ativos financeiros registados nesta categoria.

6
a

- v) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: correspondem a títulos de dívida geridos segundo um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado através da obtenção de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros, e cujos fluxos de caixa contratuais representam apenas o reembolso do seu capital e juros, sendo estes últimos uma compensação pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito do devedor. Inclui igualmente instrumentos de capital próprio de entidades que não são subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas relativamente aos quais a Caja tomou uma decisão irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar as alterações subsequentes do justo valor em outro rendimento integral.
- vi) Ativos financeiros ao custo amortizado: que inclui os ativos financeiros que, para além de serem geridos segundo um modelo de negócio cujo objetivo é deter os ativos financeiros para obter fluxos de caixa contratuais, têm fluxos de caixa contratuais que representam apenas o reembolso do capital e dos juros, sendo estes últimos uma compensação pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito do devedor.
- vii) Ajustamentos de ativos financeiros por macro-coberturas: corresponde à contrapartida dos montantes creditados na conta de resultados resultantes da valorização das carteiras de instrumentos financeiros efetivamente cobertos contra o risco de taxa de juro através de derivados de cobertura de justo valor.
- viii) Derivados de cobertura: que inclui os instrumentos financeiros derivados adquiridos ou emitidos pela Caja que se qualificam para a contabilidade de cobertura.
- ix) Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda de carácter financeiro: que corresponde ao valor contabilístico dos elementos individuais, integrados num grupo de cessão ou que fazem parte de uma unidade de negócios que se destinam a ser cedidos (operações descontinuadas) e cuja venda é altamente provável que se realize, nas condições em que esses ativos se encontram atualmente, no prazo de um ano a contar da data a que se referem as contas anuais. Assim, a recuperação da quantia escriturada destes itens financeiros deve previsivelmente ocorrer através do preço obtido na sua alienação. Existem outros ativos não correntes detidos para venda de natureza não financeira cujo tratamento contabilístico é descrito na nota 14.q.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Caja não tem ativos financeiros registados nesta categoria.

- x) Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas: inclui instrumentos de capital próprio emitidos por entidades do grupo do grupo, entidades controladas conjuntamente e associadas.
- xi) Contratos de seguros vinculados ligados a pensões: correspondem aos direitos de reembolso a pagar às seguradoras por uma parte ou pela totalidade dos custos necessários para liquidar uma obrigação de prestações definidas, quando as apólices de seguro não se qualificam como ativos do plano.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Caja não tem ativos financeiros registrados nesta categoria.

Avaliação dos ativos financeiros

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor acrescido, no caso de instrumentos financeiros não classificados pelo justo valor através dos resultados, dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão dos instrumentos.

As variações de valor dos ativos financeiros decorrentes da acumulação de juros e similares são reconhecidas na rubrica “Receitas de juros” da demonstração de resultados do exercício.

As alterações de valor ocorridas após o reconhecimento inicial, por razões diferentes das referidas no parágrafo anterior, são tratadas de acordo com as categorias em que os ativos financeiros estão classificados:

- i) Os ativos financeiros são mensurados pelo justo valor, exceto os ativos financeiros ao custo amortizado, os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.
- ii) O justo valor de um ativo financeiro numa determinada data é o montante pelo qual poderia ser entregue entre partes interessadas e conhecedoras numa transação em que não exista relacionamento entre elas. A melhor prova do justo valor é o preço cotado num mercado ativo que corresponda a um mercado organizado, transparente e profundo.

Quando não existe um preço de mercado para um determinado ativo financeiro, o seu justo valor é estimado com base no preço estabelecido em transações recentes de instrumentos semelhantes ou, na sua ausência, com base em modelos de avaliação suficientemente comprovados. São igualmente tidas em conta as características específicas do ativo a avaliar, nomeadamente os diferentes tipos de risco associados ao ativo financeiro. No entanto, as limitações dos modelos de avaliação desenvolvidos e as eventuais imprecisões das hipóteses exigidas por estes modelos podem fazer com que a estimativa do justo valor de um ativo financeiro não coincida exatamente com o preço pelo qual este poderia ser comprado ou vendido na data da avaliação.

- iii) O justo valor dos produtos financeiros derivados com cotação num mercado ativo é a cotação diária e se, por razões excecionais, a cotação não puder ser estabelecida numa determinada data, são avaliados segundo métodos semelhantes aos utilizados para avaliar os produtos financeiros derivados OTC.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados OTC corresponde à soma dos fluxos de caixa futuros decorrentes do instrumento e atualizados à data da avaliação, utilizando métodos de avaliação reconhecidos pelos mercados financeiros.

- iv) Os Ativos financeiros ao custo amortizado, são calculados segundo o método do juro efetivo. O custo amortizado é entendido como o custo de aquisição de um ativo financeiro ajustado em função dos reembolsos de capital e da parte reconhecida na demonstração de resultados, utilizando o método do juro efetivo, da diferença entre o custo inicial e o correspondente valor de reembolso no vencimento, deduzido de qualquer redução de valor devido a imparidade reconhecida diretamente como uma redução no valor do ativo ou através de uma conta de provisão. No caso de estarem cobertos por operações de cobertura de justo valor, as variações do seu justo valor relacionadas com o risco ou riscos cobertos nessas operações de cobertura são reconhecidas.

A taxa de juro efetiva é a taxa de desconto que faz corresponder exatamente o valor de um instrumento financeiro com os fluxos de caixa estimados ao longo da vida esperada do instrumento com base nos seus termos contratuais, tais como opções de amortização antecipada, mas sem considerar perdas futuras por risco de crédito. Para instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juro efetiva coincide com a taxa de juro contratual estabelecida no momento da aquisição, acrescida, se for caso disso, de eventuais taxas e comissões que, pela sua natureza, possam ser equiparados a uma taxa de juro. No caso de instrumentos financeiros com taxa variável, a taxa de juro efetiva coincide com a taxa de remuneração em vigor para todos os elementos até à primeira revisão da taxa de juro de referência a efetuar.

- v) Os investimentos de capital próprio noutras entidades cujo justo valor não possa ser determinado de forma suficientemente objetiva e os derivados financeiros que tenham estes instrumentos como ativos subjacentes e sejam liquidados mediante a entrega destes instrumentos são contabilizados pelo custo de aquisição ajustado, se for caso disso, por eventuais perdas por imparidade.
- vi) Os investimentos em partes de capital em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas são registados ao custo de aquisição, ajustado por eventuais perdas por imparidade incorridas.

As variações do valor contabilístico dos ativos financeiros são geralmente reconhecidas por contrapartida da conta de resultados, distinguindo-se as que resultam da periodificação de juros e similares, que são reconhecidas na rubrica "Ganhos/(perdas) em ativos financeiros", das que resultam de outras causas, que são reconhecidas, pelo valor líquido, na rubrica "Ganhos/(perdas) em ativos e passivos financeiros.

No entanto, as alterações na quantia escriturada dos instrumentos de dívida incluídos em “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” são reconhecidas temporariamente em “Outro rendimento integral acumulado no capital próprio”, a menos que resultem de diferenças cambiais ou correspondam a perdas por imparidade. As quantias incluídas em “Outro rendimento integral acumulado” permanecem no capital próprio até que o ativo em que se inserem seja desreconhecido, momento em que são anuladas. Nessa altura, são anulados por contrapartida da conta de resultados.

Em relação às alterações no valor contabilístico dos instrumentos de capital próprio incluídos na rubrica “Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados”, são registados diretamente no capital próprio, na rubrica “Outro rendimento integral acumulado”, como elementos que não serão reclassificados em resultados.

Para os ativos financeiros designados como elementos cobertos e coberturas contabilísticas, as diferenças de avaliação são registadas com base nos seguintes critérios:

- i) Nas coberturas de justo valor, as diferenças entre os elementos de cobertura e os elementos cobertos, em função do tipo de risco coberto, são reconhecidas diretamente na demonstração de resultados. Em particular, nas operações de cobertura macroeconómica do justo valor, as diferenças de avaliação dos elementos cobertos são reconhecidas no “ativo - Variação do justo valor dos elementos cobertos numa carteira de cobertura do risco de taxa de juro” - ou no “passivo - Variação do justo valor dos elementos cobertos numa carteira de cobertura do risco de taxa de juro” - do balanço, consoante a natureza do elemento coberto, em vez de serem registadas nas rubricas onde os elementos cobertos estão registados.
- ii) As diferenças de avaliação relativas à parte ineficaz das coberturas de fluxos de caixa e dos investimentos líquidos em operações no estrangeiro são levadas diretamente à conta de resultados.
- iii) Nas coberturas de fluxos de caixa, as diferenças de avaliação resultantes da parte efetiva do elemento coberto são reconhecidas provisoriamente no capital próprio, na rubrica “Outro rendimento integral acumulado”.
- iv) Para as coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, as diferenças de avaliação resultantes da parte efetiva do elemento coberto são provisoriamente registadas no capital próprio na rubrica “outro rendimento integral acumulado”.

Nos dois últimos casos, as diferenças de avaliação não são reconhecidas nos resultados até que o ganho ou a perda do elemento coberto seja reconhecido nos resultados ou até à data de vencimento do elemento coberto e, no caso de transações previstas, se for expetável que a transação não ocorra.

Nas coberturas de justo valor do risco de taxa de juro de uma carteira de instrumentos financeiros, os ganhos ou perdas resultantes da avaliação dos instrumentos de cobertura são reconhecidos diretamente na conta de resultados, enquanto que, os ganhos ou perdas devidos à variação do justo valor do montante coberto, no que respeita ao risco coberto, são reconhecidos na conta de resultados, utilizando como contrapartida a rubrica “Ajustamentos de ativos financeiros devidos a coberturas macro”.

Nas coberturas de fluxos de caixa do risco de taxa de juro de uma carteira de instrumentos financeiros, a parte efetiva da variação do valor do instrumento de cobertura é reconhecida provisoriamente no capital próprio, na rubrica “Outro rendimento integral acumulado”, até que as transações previstas ocorram, altura em que é reconhecida na demonstração de resultados. A variação do valor dos derivados de cobertura para a parte ineficaz da cobertura é reconhecida diretamente na conta de resultados.

g) Passivos financeiros

Classificação dos passivos financeiros

Os passivos financeiros estão classificados no balanço nas seguintes categorias:

- i) Passivos financeiros detidos para negociação: são aqueles que têm como objetivo gerar lucros através da venda e compra destes instrumentos. Fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e geridos em conjunto, relativamente aos quais foram tomadas medidas recentes para realizar ganhos a curto prazo, são instrumentos derivados não designados como instrumentos de cobertura contabilística ou são originados pela alienação firme de ativos financeiros adquiridos numa base temporária ou emprestados.
- ii) Passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados: Os passivos financeiros designados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos no reconhecimento inicial são aqueles designados como tal pela Caja numa base irrevogável, uma vez que:
 - Este facto elimina ou reduz significativamente as inconsistências de reconhecimento ou de valorização que possam surgir da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos respetivos ganhos ou perdas em bases diferentes.
 - Um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros é gerido e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor de acordo com uma estratégia de gestão de risco ou de investimento documentada e a informação sobre esse grupo é também fornecida numa base de justo valor aos principais responsáveis da direção.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Caja não tem passivos financeiros registados nesta categoria.

- iii) Passivos financeiros ao custo amortizado: que corresponde aos passivos financeiros que não estão incluídos nas outras rubricas do balanço e que correspondem às atividades típicas de captação de

fundos das instituições financeiras, independentemente da forma em que são instrumentalizados e da sua maturidade.

- iv) Derivados de cobertura: que inclui os derivados financeiros adquiridos ou emitidos pela Caja que se qualificam para efeitos de contabilidade de cobertura.
- v) Passivos incluídos em grupos disponíveis de elementos que foram classificados como detidos para venda: correspondem a saldos credores decorrentes de ativos não correntes detidas para venda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Caja não tem passivos financeiros registados nesta categoria (ver Nota 25).

Mensuração dos passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor acrescido, no caso de instrumentos financeiros não classificados pelo justo valor através dos resultados, dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão dos instrumentos.

Com exceção dos instrumentos derivados de negociação que não constituem coberturas contabilísticas, todas as variações de valor dos passivos financeiros decorrentes da acumulação dos juros e de rubricas semelhantes são reconhecidas nas rubricas “Receitas de juros” ou “Despesa de juros” da conta de resultados.

As alterações de valor ocorridas após o reconhecimento inicial, por razões diferentes das mencionadas no parágrafo anterior, são tratadas com base nas categorias em que os passivos financeiros estão classificados.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensurados após o reconhecimento inicial ao custo amortizado, determinado pelo método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros incluídos nas rubricas “Passivos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros designados pelo justo valor através dos resultados” são mensurados, após o reconhecimento inicial, pelo justo valor. As mais-valias e menos-valias obtidas após o momento da aquisição são registadas na conta de resultados do exercício em que ocorrem, com exceção do montante da variação do justo valor dos passivos financeiros designados pela opção do justo valor atribuído a variações do risco de crédito próprio, que é registado diretamente nos capitais próprios.

Os passivos financeiros cobertos em operações de cobertura de justo valor são ajustados, sendo registadas as variações do justo valor em função do risco coberto na operação de cobertura.

As variações no valor contabilístico dos passivos financeiros são geralmente reconhecidas por contrapartida de resultados, distinguindo-se as que resultam da acumulação de juros e similares, que são registadas na rubrica “Despesas com juros”, das que resultam de outras causas, que são registadas pelo seu valor líquido como resultados de operações financeiras.

Para os passivos financeiros designados como elementos cobertos e coberturas contabilísticas, as diferenças de valorização são registadas tendo em conta os critérios indicados para os ativos financeiros na Nota 14.f.

h) Transferências e desreconhecimento de instrumentos financeiros

As transferências de instrumentos financeiros são contabilizadas tendo em conta a forma como são atribuídos os riscos e os benefícios associados aos instrumentos financeiros transferidos, com base nos critérios seguintes:

- ✓ Se os riscos e benefícios são substancialmente transferidos para terceiros, tais como em vendas incondicionais, vendas ao abrigo de acordos de recompra pelo justo valor à data de recompra, vendas de ativos financeiros com uma opção call comprada ou uma opção put subscrita totalmente out of the money, titularizações de ativos em que o cedente não retém financiamento subordinado nem concede qualquer melhoria de crédito aos novos detentores, etc., o instrumento financeiro transferido é desreconhecido e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados em resultado da transferência são reconhecidos simultaneamente com o desreconhecimento de quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados em resultado da transferência.
- ✓ Se forem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao instrumento financeiro transferido, tal como nas vendas de ativos financeiros ao abrigo de acordos de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda acrescido de juros, contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de reembolsar os mesmos ativos ou ativos semelhantes, etc., o instrumento financeiro transferido não é desreconhecido e continua a ser mensurado utilizando os mesmos critérios que os utilizados antes da transferência. No entanto, o passivo financeiro associado é reconhecido contabilisticamente por um montante igual à retribuição recebida, que é subsequentemente mensurada pelo custo amortizado, o rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido e o gasto do novo passivo financeiro.
- ✓ Se nem os riscos e benefícios associados ao instrumento financeiro transferido forem substancialmente transferidos nem retidos, tal como nas vendas de ativos financeiros com uma opção de compra (call) comprada ou uma opção de venda (put) subscrita que não estejam nem profundamente in the money nem out of the money, titularizações em que o cedente assume um financiamento subordinado ou outras melhorias de crédito para uma parte do ativo transferido, etc., é feita uma distinção entre:
 - Se a Caja não retiver o controlo do instrumento financeiro transferido, o mesmo é desreconhecido e são reconhecidos quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados em resultado da transferência.
 - Se a Caja mantiver o controlo do instrumento financeiro transferido, neste caso continua a registá-lo no balanço por um montante igual à exposição a alterações de valor e um passivo financeiro associado é reconhecido por um montante igual à contrapartida recebida. Tais passivos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto se se qualificarem para classificação como passivos financeiros ao justo valor através dos resultados. Por não constituir uma obrigação presente, a quantia de instrumentos financeiros (tais como títulos garantidos por ativos e empréstimos) detidos que constituem financiamento para a Caja para o qual os ativos financeiros foram transferidos deve ser deduzida no cálculo da quantia

deste passivo financeiro na medida em que esses instrumentos financiem especificamente os ativos transferidos. A quantia líquida do ativo transferido e do passivo associado é o custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo custo amortizado, ou o justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

Assim, os ativos financeiros são apenas desreconhecidos quando os fluxos de caixa que geram se extinguem ou quando substancialmente todos os riscos e recompensas a eles associados foram transferidos para terceiros. Da mesma forma, os passivos financeiros só são desreconhecidos quando as obrigações que geram se extinguem ou quando são adquiridos com a intenção de os anular ou de os reposicionar.

No entanto, a Caja não reconheceu, a não ser que seja para reconhecer como resultado de uma transação ou evento subsequente, ativos e passivos financeiros relativos a transações ocorridas antes de 1 de janeiro de 2004, que não sejam instrumentos derivados, desreconhecidos em resultado da anterior regulamentação aplicável. Especificamente, a Caja não detinha em 31 de dezembro de 2023 e 2022 quaisquer ativos securitizados desreconhecidos antes de 1 de janeiro de 2004 em resultado da anterior regulamentação aplicável (Nota 50).

i) Imparidade dos ativos financeiros

A Circular 4/2017 exige que a imparidade dos ativos financeiros seja calculada utilizando modelos de “perda esperada”, ao contrário dos modelos de “perda incorrida” da anterior Circular 4/2004 do Banco de España.

O modelo de imparidade “perda esperada” é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, aos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral e aos contratos de garantia financeira e compromissos de empréstimo revogáveis unilateralmente pela Caja.

De acordo com a Circular 4/2017, a Caja estima as perdas de crédito esperadas a doze meses para as operações classificadas como de risco normal e de risco normal sob vigilância especial.

Por outro lado, para as operações classificadas como de risco duvidoso, a Caja estima as perdas de crédito como a diferença entre o montante do risco e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas das variações dos fluxos de tesouraria futuros devem refletir de forma coerente as indicações de perdas resultantes de variações periódicas dos dados observáveis. Em especial, tais estimativas devem ter em conta a evolução dos pagamentos e outros fatores indicativos da existência e da dimensão das perdas incorridas no grupo de risco homogêneo, tais como alterações nas taxas de desemprego e nos preços das garantias imobiliárias. Estes fluxos devem incluir tanto as recuperações futuras estimadas como os eventuais aumentos do capital mobilizado e as despesas associadas ao processo de recuperação de cada operação.

O valor contabilístico dos instrumentos é geralmente ajustado por contrapartida da conta de resultados, embora as perdas por imparidade dos instrumentos de dívida ao custo amortizado sejam reconhecidas

por contrapartida de uma conta de provisão que reduz o valor contabilístico do ativo, enquanto os instrumentos ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos por contrapartida de “Outro rendimento integral acumulado” no capital próprio.

De um modo geral, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros em imparidade é ajustado por contrapartida de resultados do exercício em que a imparidade se torna evidente e a recuperação de eventuais perdas por imparidade anteriormente reconhecidas é registada em resultados do exercício em que a imparidade é revertida ou reduzida. Se a recuperação de qualquer perda por imparidade reconhecida for considerada improvável, esta é anulada do balanço, embora a Caja possa efetuar as diligências necessárias para a respetiva cobrança até que os direitos de cobrança se encontrem extintos por prescrição, perdão ou outras causas.

Para os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado, o montante das perdas por imparidade esperadas é igual à diferença negativa entre o seu valor contabilístico e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva da transação. No caso de instrumentos de dívida cotados, o valor de mercado pode ser utilizado como indicador do valor atual dos fluxos de caixa futuros, desde que seja suficientemente fidedigno para ser considerado representativo do valor que poderia ser recuperado pela Caja.

Os fluxos de caixa futuros estimados de um instrumento de dívida são todos os montantes, capital e juros, que a Caja estima receber durante a vida do instrumento. Esta estimativa tem em conta todas as informações relevantes disponíveis à data da preparação das demonstrações financeiras que fornecem informações sobre a possibilidade de cobrança dos fluxos de caixa contratuais futuros. Além disso, a estimativa dos fluxos de caixa futuros dos instrumentos com garantia tem em conta os fluxos de caixa que seriam obtidos com a sua realização, deduzidos do montante dos custos necessários para a sua obtenção e posterior venda, independentemente da probabilidade de realização da garantia.

No cálculo do valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, a taxa de desconto utilizada é a taxa de juro efetiva original do instrumento, se a taxa contratual for fixa, ou a taxa de juro efetiva à data de apresentação do relatório, determinado de acordo com os termos do contrato, para o caso de ser variável.

As carteiras de instrumentos de dívida, garantias concedidas e compromissos contingentes, independentemente do seu titular, instrumento ou garantia, são analisadas para determinar o risco de crédito a que a Caja está exposta e para estimar as perdas por imparidade a cobrir. Para a elaboração das demonstrações financeiras, a Caja classifica as transações de acordo com o seu risco de crédito, tendo em conta separadamente o risco de insolvência atribuível ao cliente e o risco país ao qual, quando aplicável, estão expostos.

A imparidade deve ser determinada de forma individual para todos os instrumentos de dívida significativos e de forma individual ou coletiva para grupos de instrumentos de dívida que não sejam individualmente significativos. Quando um determinado instrumento não puder ser incluído em nenhum grupo de ativos com características de risco semelhantes, deve ser analisado apenas numa base individual para determinar se está em imparidade e, se assim for, para estimar a perda por imparidade.

A avaliação global de um grupo de ativos financeiros para efeitos de estimativa de perdas por imparidade é feita da seguinte forma:

- i) Os instrumentos de dívida são incluídos em grupos com características de risco de crédito semelhantes, indicativas da capacidade dos devedores para pagar todos os montantes, capital e juros, de acordo com os termos contratuais. As características de risco de crédito consideradas no agrupamento de ativos incluem o tipo de instrumento, o sector de atividade do devedor, a área geográfica de atividade, o tipo de garantia, a idade dos montantes vencidos e quaisquer outros fatores que sejam relevantes para a estimativa de fluxos de caixa futuros.
- ii) Os fluxos de caixa futuros para cada grupo de instrumentos de dívida são estimados com base na experiência de perdas históricas da Caja para instrumentos com características de risco de crédito semelhantes às do respetivo grupo, após ajustamentos para adequar os dados históricos às condições de mercado atuais, bem como previsões de condições futuras.
- iii) A perda por imparidade para cada grupo é a diferença entre o valor contabilístico de todos os instrumentos de dívida do grupo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através de resultados, as garantias concedidas e os compromissos contingentes assumidos são classificados, em função do risco de insolvência imputável ao cliente ou à transação, nas seguintes categorias: risco normal, risco duvidoso por mora do cliente, risco duvidoso por outros motivos que não a mora do cliente e risco de incumprimento. Dentro das operações de risco normal são identificadas as operações que merecem uma vigilância especial pelo facto de, sem satisfazerem os critérios de classificação individual em risco de cobrança duvidosa ou de abatimento, apresentarem fragilidades que podem implicar perdas superiores às de outras operações semelhantes classificadas como de risco normal.

Para os instrumentos de dívida não classificados como risco normal, as perdas por imparidade esperadas são estimadas com base na experiência da Caja e do próprio setor, tendo em conta a antiguidade dos montantes em falta, as garantias prestadas e a situação económica do cliente e, se for caso disso, dos garantes. Esta estimativa é geralmente feita com base em calendários de incumprimento elaborados em função da experiência da Caja e das informações de que dispõe sobre o sector.

Do mesmo modo, os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através de resultados e as garantias concedidas, independentemente do cliente, são analisados para determinar o seu risco de crédito com base no risco país. O risco país é definido como o risco incorrido pelos clientes residentes num determinado país devido a circunstâncias que não o risco comercial normal.

A Caja realiza ainda a cobertura de perdas esperadas em instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através de resultados e em garantias financeiras e compromissos contingentes concedidos classificados como risco normal. Esta cobertura é feita tendo em conta o valor recuperável dos colaterais efetivos para cada operação classificada como risco normal, bem como a experiência histórica de imparidade, previsões de condições futuras e outras circunstâncias conhecidas à data da avaliação, e corresponde às perdas inerentes incorridas à data das demonstrações financeiras, calculadas através de procedimentos estatísticos. Para os riscos normais sob vigilância especial, a Caja calcula a perda esperada separadamente, correspondendo-lhes uma cobertura mais elevada em resultado do seu maior risco.

Neste sentido, a Caja utilizou, por não dispor de experiência histórica e estatística suficiente a este respeito, os parâmetros estabelecidos pelo Banco de Espanha, com base na sua experiência e na informação de que dispõe sobre o setor, que determinam o método a utilizar para a cobertura das perdas de imparidade esperadas sobre os instrumentos de dívida e garantias concedidas classificadas como de risco normal, os quais são modificados periodicamente em função da evolução dos dados anteriormente mencionados. Este método de determinação da cobertura das perdas de imparidade esperadas em instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através de resultados e em garantias concedidas classificadas como normais é efetuado através da aplicação de percentagens ao montante do risco não coberto pelo montante a recuperar do colateral efetivo. Estas percentagens variam em função do segmento de risco a que pertencem estes instrumentos de dívida e garantias

concedidas em risco normal ou risco normal sob vigilância especial, consoante a sua titularidade e finalidade.

O montante das perdas por imparidade previstas para os títulos de dívida incluídos na rubrica “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” é igual à diferença positiva entre o seu custo de aquisição, líquido de quaisquer reembolsos de capital, e o seu justo valor, deduzido de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida na conta de resultados.

Quando existe evidência objetiva de que a diminuição do justo valor se deve a imparidade, as perdas não realizadas reconhecidas diretamente nos capitais próprios, na rubrica “outro rendimento integral acumulado”, são imediatamente reconhecidas na conta de resultados. Se a totalidade ou parte das perdas por imparidade forem posteriormente recuperadas, o montante é reconhecido na conta de resultados no período de recuperação.

No caso de investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas, a Caja estima o montante das perdas por imparidade comparando o valor recuperável com o valor contabilístico. Estas perdas por imparidade são registadas na demonstração de resultados do exercício em que ocorrem e as recuperações subsequentes são registadas na demonstração de resultados do exercício em que ocorrem.

j) Avaliação das rubricas em moeda estrangeira

A moeda funcional da Caja é o Euro. Como tal, todos os saldos e transações denominados em moedas que não o Euro são considerados como denominados em moedas estrangeiras. O valor equivalente em euros do total dos ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Caja em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	Milhares de euros			
	2023		2022	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Dólares americanos	27.933	27.731	29.769	29.582
Libras esterlinas	434	387	3.786	3.759
Outras moedas	324	324	353	231
	28.691	28.442	33.908	33.572

O contravalor em euros dos ativos e passivos em moeda estrangeira, classificados por tipo, detidos pela Caja em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	Milhares de euros			
	2023		2022	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	4.201	-	6.444	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	24.490	-	27.464	-
Empréstimos e adiantamentos a Instituições de Crédito	13.761	-	16.748	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10.729	-	10.716	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	28.373	-	33.537
Depósitos de entidades de crédito	-	10.600	-	10.772
Depósitos de la clientela	-	17.773	-	22.765
Provisões	-	69	-	35
	28.691	28.442	33.908	33.572

No reconhecimento inicial, saldos a receber e a pagar denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional através do uso da taxa de câmbio na data do reconhecimento, entendida como a taxa de câmbio para entrega imediata. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, aplicam-se as seguintes regras para a transposição dos saldos denominados em moeda estrangeira para a moeda funcional:

- i) Os ativos e passivos monetários são convertidos à taxa de câmbio de fecho, que é a taxa média na data dos relatórios financeiros.
- ii) Os elementos não monetários mensurados pelo custo histórico são convertidos à taxa de câmbio da data de aquisição.
- iii) Os elementos não monetários mensurados pelo justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado.
- iv) As receitas e despesas são convertidas à taxa de câmbio na data da transação. Contudo, uma taxa de câmbio média para o período é usada para todas as transações durante o período, a menos que haja alterações significativas. A depreciação é convertida à taxa de câmbio aplicada ao respetivo ativo.

As diferenças cambiais resultantes da conversão de saldos devedores e credores denominados em moeda estrangeira são geralmente registadas na conta de resultados consolidada. Contudo, no caso de diferenças de câmbio resultantes de elementos não monetários mensurados pelo justo valor cujo ajustamento ao justo valor é reconhecido no capital próprio consolidado em “Outro rendimento integral acumulado”, a componente da taxa de câmbio da revalorização do elemento não monetário é apresentada.

k) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas com juros e as rubricas semelhantes são geralmente reconhecidos segundo o princípio da especialização dos exercícios, utilizando o método do juro efetivo. Os dividendos recebidos de outras entidades são reconhecidos como rendimentos no momento em que surge o direito de os receber.

As comissões pagas ou recebidas por serviços financeiros, independentemente da sua denominação contratual, são classificadas nas categorias seguintes, que determinam a respetiva imputação na conta de resultados:

- i) As taxas e comissões financeiras são taxas e comissões que fazem parte integrante do custo ou rendimento efetivo de uma transação financeira e são debitadas na demonstração de resultados ao longo da vida esperada da transação como um ajustamento ao custo ou rendimento efetivo da mesma.
- ii) Comissões não financeiras que são as que resultam da prestação de serviços e podem surgir na prestação de um serviço que é realizado durante um período de tempo e na prestação de um serviço que é realizado num único ato.

As receitas e despesas relativas a comissões e honorários similares são registados na conta de resultados, em geral, de acordo com os seguintes critérios:

- i) Os ligados a ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos no momento da cobrança.
- ii) Os relacionados com transações ou serviços que são executados durante um período de tempo são registados durante o período dessas transações ou serviços.
- iii) Os que se relacionam com uma transação ou serviço que é realizado num único ato são reconhecidos quando o ato único ocorre.

Os proveitos e encargos não financeiros são reconhecidos segundo o princípio da especialização dos exercícios. Os recebimentos e pagamentos diferidos são reconhecidos pelo montante resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

Acréscimo de juros nas operações classificadas de risco duvidoso

De acordo com a Circular 4/2017, para os riscos de cobrança duvidosa, que não os adquiridos ou originados com imparidade de crédito, os juros a reconhecer na demonstração de resultados resultam da aplicação da taxa de juro efetiva ao respetivo custo amortizado, ou seja, ajustado de eventuais perdas por imparidade.

l) Swaps de ativos

Os swaps de ativos tangíveis e intangíveis são aquisições de desse tipo em troca de outros ativos não monetários ou de uma combinação de ativos monetários e não monetários, com exceção dos ativos executados, que são tratados de acordo com as disposições para os ativos não correntes detidos para venda.

O ativo recebido numa troca de ativos é reconhecido pelo justo valor do ativo cedido acrescido, se aplicável, da contrapartida monetária dada em troca, a menos que haja evidência mais clara do justo valor do ativo recebido.

m) Garantias financeiras

Um contrato de garantia financeira é um contrato que exige que o emissor faça pagamentos específicos para reembolsar o credor pela perda em que incorre quando um devedor especificado não cumpre a sua obrigação de pagamento nos termos originais ou modificados de um instrumento de dívida, independentemente da sua forma jurídica, que pode incluir, mas não se limita a um aval, uma garantia financeira, um contrato de seguro ou um derivado de crédito.

A entidade emitente de contratos de garantia financeira regista-os na rubrica “Outros passivos financeiros” pelo justo valor acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão, exceto no caso de contratos emitidos por entidades seguradoras.

No início do contrato, e na ausência de provas em contrário, o justo valor dos contratos de garantia financeira emitidos a favor de um terceiro não relacionado, no âmbito de uma transação isolada e em condições equitativas, corresponde ao prémio recebido, acrescido, se for caso disso, do valor atual dos fluxos de caixa a receber, utilizando uma taxa de juro semelhante à dos ativos financeiros concedidos pela Caja com um prazo e um risco semelhantes. Simultaneamente, o valor atual dos fluxos de caixa futuros a receber é reconhecido como um crédito no ativo, aplicando a taxa de juro acima referida.

Após o reconhecimento inicial, os contratos são tratados de acordo com os seguintes critérios:

- i) O valor das comissões ou prémios a receber por garantias financeiras é atualizado, registando as diferenças na demonstração de resultados como proveitos financeiros.
- ii) O valor dos contratos de garantia financeira que não foram classificados como de cobrança duvidosa é o montante inicialmente reconhecido como passivo, deduzido da parte imputada à demonstração de resultados numa base linear ao longo da vida esperada da garantia ou noutra base que reflita de forma mais adequada os benefícios económicos e os riscos percebidos da garantia.

A classificação de um contrato de garantia financeira como duvidoso implica a sua reclassificação para “Provisões - Compromissos e garantias prestadas”, o qual será valorizado por aplicação do disposto na Nota 14.p.

No caso de ser necessária uma provisão para garantias financeiras, as comissões pendentes de regularização, que são registadas na rubrica “Outros passivos” no passivo do balanço, são reclassificadas para a provisão correspondente.

n) Custos com pessoal e remunerações pós-emprego

Remuneração a curto prazo

A remuneração dos colaboradores a curto prazo é uma remuneração cujo pagamento é devido no prazo de doze meses após o final do período em que os colaboradores prestaram os seus serviços. Estas remunerações são avaliadas, sem atualização, pelo montante a pagar pelos serviços recebidos e são geralmente reconhecidas como uma despesa de pessoal do exercício e como uma conta de regularização do passivo pela diferença entre a despesa total e o montante já pago.

Remuneração pós-emprego

As remunerações pós-emprego (ou compromissos com pensões) são definidas como as remunerações pagas aos colaboradores após o termo do seu contrato de trabalho. Os benefícios pós-emprego, incluindo os cobertos por fundos de pensões internos ou externos, são classificados como planos de benefícios definidos ou planos de contribuição definida, consoante os termos destas obrigações, tendo em conta todos os compromissos assumidos.

Nos planos de benefícios definidos, a obrigação da Caja consiste em garantir os benefícios acordados aos colaboradores atuais e antigos. O custo para atingir o benefício acordado não é determinado no compromisso e é suportado pela Caja.

Nos planos de contribuição definida, a obrigação da Caja limita-se a efetuar as contribuições acordadas, independentemente do benefício que é alcançado à data da contingência. O benefício é determinado pelas contribuições feitas pela Caja (as contribuições do colaborador, se existirem) e pelos rendimentos obtidos nos investimentos em que os fundos contribuídos são investidos.

- Plano de contribuição definida

A Caja reconhece as contribuições para estes planos e regista o gasto na rubrica “Gastos com o pessoal” da demonstração de resultados.

- Plano de prestações definidas

A Caja regista na rubrica “Provisões - Pensões e outras obrigações em matéria de prestações definidas pós-emprego” do passivo do balanço consolidado (ou no ativo, na rubrica “Outros ativos – Restantes ativos”, consoante o sinal da diferença e desde que as condições estabelecidas na regulamentação em vigor sejam cumpridas) o valor atual dos compromissos em matéria de pensões de reforma com prestações definidas, líquido, como explicado abaixo, do justo valor dos ativos considerados como ativos do plano.

Os “Ativos afetos ao plano” são considerados como os ativos ligados a uma obrigação de benefícios definidos que serão utilizados para liquidar diretamente essas obrigações e que satisfazem as seguintes condições:

- Não são detidas pela Caja, mas por um terceiro legalmente separado e não são uma parte relacionada da Caja,
- Estão disponíveis apenas para pagar ou financiar benefícios pós-emprego a colaboradores, e;
- Não podem ser devolvidos à Caja, exceto quando os ativos remanescentes no plano são suficientes para cumprir todas as obrigações do plano ou da Caja relacionadas com benefícios atuais ou passados dos colaboradores ou para reembolsar os benefícios dos colaboradores já pagos pela Caja.

Nos casos em que os compromissos são externalizados através de apólices de seguro consideradas “Ativos afetos ao plano”, desde que os fluxos ao abrigo destas apólices correspondam exatamente, em termos de montante e de calendário, a algumas ou a todas as prestações a pagar ao abrigo do plano, considera-se que o justo valor destas apólices é igual ao valor presente das obrigações de pagamento convexas.

O “Custo do serviço anterior”, que resulta de alterações aos benefícios pós-emprego existentes ou da introdução de novos benefícios, é reconhecido na conta de resultados numa base linear durante o período entre:

- a) A data a partir da qual o serviço prestado confere o direito a receber a prestação ao abrigo do plano, independentemente de que as prestações estejam condicionadas a serviço futuro.
- b) A data a partir da qual o serviço adicional não confere o direito a receber montantes adicionais significativos de prestações ao abrigo do plano, exceto no que se refere a quaisquer aumentos salariais futuros.

Em 2013, a Circular 4/2004 do Banco de Espanha foi alterada pela Circular 5/2013 em relação às Retribuições a colaboradores. Esta alteração implicou uma mudança no tratamento contabilístico dos planos de benefícios definidos, exigindo que todos os ganhos e perdas atuariais sejam reconhecidos imediatamente no capital próprio, bem como nas rubricas a não reclassificar nos resultados, na Demonstração dos Rendimentos e Gastos Reconhecidos da Entidade. Por outro lado, o custo dos juros e o retorno esperado dos ativos dos planos de benefícios definidos são substituídos na norma alterada por um montante líquido de juros, calculado pela aplicação da taxa de juros utilizada na estimativa do valor presente da obrigação no início do exercício ao passivo (ou ativo) relativo ao compromisso. Por último, as alterações implicam igualmente modificações na apresentação dos elementos de custo na demonstração de resultados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ganhos e perdas atuariais reconhecidos na rubrica “Outro rendimento integral acumulado” dos capitais próprios totalizam ganhos e perdas líquidos de 7.717 milhares de euros e 7.511 milhares de euros, respetivamente (Nota 33).

A Entidade calcula o valor atual das obrigações legais e implícitas do seu plano de benefícios definidos na data das demonstrações financeiras. O valor obtido é registado como uma provisão (ativo) para fundos de pensões de benefício definido.

A Entidade considera como ativos do plano aqueles que satisfazem as seguintes características:

- São detidos por um terceiro legalmente separado que não é uma parte relacionada.
- Estão disponíveis exclusivamente para pagar ou financiar compromissos com os colaboradores.
- Não podem ser devolvidos à Entidade, exceto quando os compromissos com os colaboradores tiverem sido liquidados ou para satisfazer a Entidade por benefícios anteriormente pagos pela própria.
- Não são instrumentos não transferíveis emitidos pela Entidade.

As alterações na provisão registada devem ser reconhecidas:

- Na demonstração dos resultados: o custo do serviço do período corrente, o juro líquido sobre a provisão (ativo) do custo do juro, o custo do serviço passado, bem como o ganho ou perda na liquidação.
- Na demonstração de variações do capital próprio: remensurações da provisão (ativo) resultantes de ganhos ou perdas atuariais, o rendimento dos ativos do plano não incluídos nos juros líquidos da provisão (ativo), bem como as variações do valor presente do ativo resultantes de variações do valor presente dos fluxos de caixa disponíveis para a Entidade, que não estão incluídos nos juros líquidos da provisão (ativo). Os montantes reconhecidos na demonstração das alterações no capital próprio não são reclassificados para a demonstração dos resultados num exercício posterior.

Outros benefícios a longo prazo dos colaboradores

Os compromissos com os reformados antecipadamente, os prémios de antiguidade, os compromissos de viuvez e invalidez pré-reforma dependentes da antiguidade do colaborador na Caja, e outros elementos semelhantes são contabilizados, quando for caso disso, como planos de benefícios pós-emprego definidos, exceto no que se refere aos ganhos e perdas atuariais que são reconhecidos de imediato na demonstração de resultados.

Compromissos em matéria de pensões assumidos pela Caja

Os compromissos assumidos pela Caja com os colaboradores em matéria de pensões de reforma constam dos acordos coletivos de trabalho correspondentes a cada grupo e das resoluções correspondentes do Conselho de Administração (ver Nota 32).

ñ) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é tratado como um gasto e é registado na rubrica “Gastos ou rendimentos de imposto sobre o rendimento das operações continuadas” da demonstração dos resultados.

O gasto nesta rubrica é determinado pelo imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do exercício, após ter em conta as variações durante o exercício resultantes das diferenças temporárias, dos créditos e reduções fiscais e dos prejuízos fiscais. A base fiscal do exercício pode diferir do resultado líquido do exercício apresentado na demonstração de resultados porque exclui elementos de rendimento ou de gasto que são tributáveis ou dedutíveis noutros exercícios e elementos que nunca são tributáveis ou dedutíveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são os impostos que se esperam que sejam pagos ou recuperáveis sobre as diferenças entre as quantias escrituradas dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais, são reconhecidos pelo método do passivo no balanço e são quantificados aplicando à diferença temporária ou ao crédito a taxa de imposto à qual se espera que sejam recuperados ou liquidados.

Um ativo por impostos diferidos, tal como um ativo por impostos antecipados, um crédito por deduções e créditos e um crédito por prejuízos fiscais, é reconhecido desde que seja provável que a Caja venha a obter lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais o possa utilizar. Considera-se provável que a Caja venha a obter lucros tributáveis futuros suficientes, entre outros pressupostos, quando, nomeadamente:

- i) Existem passivos por impostos diferidos que podem ser revertidos no mesmo período em que o ativo por impostos diferidos é realizado ou num período subsequente em que o ativo por impostos diferidos pode ser compensado com os prejuízos fiscais existentes ou previstos.
- ii) Os prejuízos fiscais resultam de causas identificadas que não são suscetíveis de se repetirem.

Não obstante o acima exposto, só são reconhecidos ativos por impostos diferidos decorrentes do reconhecimento de investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas ou associadas quando for provável que venham a ser realizados num futuro previsível e/ou quando se preveja a existência de lucros tributáveis suficientes no futuro contra os quais possam ser utilizados os ativos por impostos diferidos. Também não é reconhecido quando inicialmente se reconhece um ativo ou passivo, que não seja uma combinação de negócios, que no momento do reconhecimento não tenha afetado nem os lucros ou prejuízos contabilísticos nem os tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são sempre reconhecidos, se a Caja for capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e, além disso, for provável que a diferença temporária não se reverte num futuro previsível. Os impostos diferidos passivos também não são registados aquando do reconhecimento inicial de um elemento patrimonial, que não seja uma concentração de atividades empresariais, que no momento do reconhecimento não tenha afetado os resultados contabilísticos ou tributáveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são revistos no final de cada período contabilístico para garantir que ainda estão válidos e que são feitos os ajustamentos necessários.

9
A

o) Ativos tangíveis

O imobilizado de uso próprio corresponde aos ativos tangíveis que se espera que sejam colocados em uso continuado pela Caja e ao imobilizado adquirido em regime de locação financeira. São mensurados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer amortização acumulada e, quando aplicável, de qualquer perda por imparidade resultante da comparação do valor líquido de cada elemento com a sua correspondente quantia recuperável. O custo de aquisição dos ativos tangíveis sem restrições para uso próprio inclui a sua avaliação em 1 de janeiro de 2004 pelo justo valor. Este justo valor em 1 de janeiro de 2004 foi obtido com base em avaliações efetuadas por peritos independentes.

As amortizações são calculadas sistematicamente pelo método das quotas constantes, aplicando ao custo de aquisição dos bens, deduzido do seu valor residual, os anos de vida útil estimada dos diferentes elementos. No caso dos terrenos onde estão implantados os edifícios e outras estruturas, entende-se que estes têm uma vida útil indefinida, pelo que não estão sujeitos a amortização. As provisões anuais para amortização das imobilizações corpóreas são imputadas à conta de resultados e são calculadas com base nos anos seguintes de vida útil estimada, em média, dos diferentes grupos de bens:

<u>Anos de vida útil estimada</u>	
Edifícios para uso próprio	50
Mobiliário	8 a 10
Máquinas e equipamentos eletrónicos	3,3 a 10
Instalações	12 a 16
Equipamentos informáticos	4 a 8
Veículos	7
Direitos de utilização em regime de locação financeira	(*)

(*) Em função do prazo de aluguer

Em cada balanço, a Caja avalia se existe alguma indicação interna ou externa de que a quantia escriturada de um elemento do ativo fixo tangível excede a sua quantia recuperável. Se for esse o caso, a Caja reduz a quantia escriturada do elemento em causa para a sua quantia recuperável e ajusta as amortizações futuras proporcionalmente à quantia escriturada ajustada e à sua nova vida útil remanescente, se for necessária uma reavaliação. Além disso, quando há uma indicação de recuperação do valor de um bem, a Caja regista a reversão da perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores e ajusta os encargos futuros de amortização. A reversão de uma perda por imparidade de um elemento não pode em caso algum aumentar a sua quantia escriturada acima da que teria se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida em períodos anteriores.

No final de cada ano, no mínimo, a Caja faz uma revisão das vidas úteis estimadas dos elementos do ativo imobilizado de uso próprio, a fim de detetar alterações significativas que, caso existam, são

ajustadas pelo correspondente ajustamento das amortizações na demonstração de resultados dos exercícios futuros, com base na nova vida útil estimada.

As despesas de conservação e manutenção dos ativos fixos tangíveis de uso próprio são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que são incorridas.

As propriedades de investimento em ativos fixos tangíveis correspondem aos valores líquidos dos terrenos, edifícios e outras estruturas detidas pela Caja para arrendamento ou para valorização do capital em resultado de futuros aumentos dos respetivos preços de mercado.

Os critérios aplicados pela Caja para o reconhecimento do custo de aquisição dos ativos cedidos em locação operacional, para a sua amortização e para a estimativa das respetivas vidas úteis e para o reconhecimento das perdas por imparidade são os mesmos que os descritos relativamente aos ativos fixos tangíveis de uso próprio.

p) Provisões e passivos contingentes

As provisões são obrigações presentes da Caja decorrentes de acontecimentos passados, cuja natureza é claramente definida à data das demonstrações financeiras, mas incerta quanto à sua quantia ou momento de liquidação, e relativamente às quais a Caja espera, no momento do seu vencimento, ter de desembolsar recursos que incorporem benefícios económicos para as liquidar. Tais obrigações podem resultar do seguinte:

- i) Uma disposição legal ou contratual.
- ii) Uma obrigação implícita ou construtiva, que resulta de uma expectativa válida criada pela Caja perante terceiros relativamente a assumir determinados tipos de responsabilidades. Tais expectativas são criadas quando a Caja aceita publicamente responsabilidades, resultam de comportamentos passados ou de políticas empresariais publicamente conhecidas.
- iii) Desenvolvimentos regulamentares praticamente certos em determinadas áreas, nomeadamente projetos de regulamentação aos quais a Caja não poderá escapar.

Os passivos contingentes são possíveis obrigações da Caja decorrentes de acontecimentos passados cuja existência está condicionada à ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros fora do controlo da Caja. Os passivos contingentes incluem obrigações presentes da Caja cuja liquidação não é provável que resulte numa diminuição dos recursos incorporando benefícios económicos ou cuja quantia, em casos extremamente raros, não possa ser mensurada com fiabilidade suficiente.

As provisões e os passivos contingentes são classificados como prováveis quando é mais provável que não ocorram, possíveis quando é menos provável que não ocorram e remotos quando a sua ocorrência é extremamente rara.

A Caja inclui nas demonstrações financeiras todas as provisões significativas para as quais é considerado mais provável que a obrigação tenha de ser liquidada. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas contas anuais, mas são divulgados, a menos que a possibilidade de um desembolso de recursos incorporando benefícios económicos seja considerada remota.

As provisões são quantificadas com base na melhor informação disponível sobre as consequências dos factos que as originaram e são estimadas à data de cada balanço. São utilizadas para satisfazer as obrigações específicas para as quais foram reconhecidas e são anuladas, no todo ou em parte, quando essas obrigações deixam de existir ou diminuem.

À data de 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estavam em curso vários processos judiciais e reclamações contra a Caja, decorrentes da sua atividade corrente. Tanto os assessores jurídicos da Caja como o Conselho de Administração entendem que a conclusão destes processos e reclamações não terá um efeito significativo, para além daquele, se for o caso, incluído como provisão, nas contas anuais dos exercícios em que forem concluídos.

q) Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

A rubrica “Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda” do balanço inclui os ativos, independentemente da sua natureza, que, não fazendo parte das atividades operacionais, incluem montantes que se espera que sejam realizados ou recuperados em mais de um ano a partir da data a que se referem as contas anuais.

Da mesma forma, os investimentos em empresas do Grupo, entidades conjuntamente controladas ou associadas que cumpram os requisitos mencionados no parágrafo anterior são considerados como ativos não correntes detidos para venda.

Quando, excecionalmente, se prevê que a venda ocorra num período superior a um ano, a Caja avalia o custo de venda numa base descontada, registando o acréscimo de valor decorrente da passagem do tempo na rubrica “Ganhos ou perdas em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não qualificáveis como operações descontinuadas” da demonstração de resultados.

Em consequência, a recuperação do valor contabilístico destes elementos, que podem ser de natureza financeira ou não financeira, será feita previsivelmente através do preço obtido na alienação e não através do seu uso continuado.

Assim, os bens e outros ativos não correntes recebidos pela Caja em satisfação total ou parcial das obrigações de pagamento dos seus devedores são considerados como ativos não correntes classificados como detidos para venda, a menos que a Caja tenha decidido fazer uso continuado dos mesmos.

Os ativos imobiliários executados ou recebidos em pagamento de dívidas são geralmente avaliados inicialmente pelo menor dos seguintes valores:

- a) O montante contabilístico dos ativos financeiros aplicados, entendido como o valor bruto deduzido de quaisquer coberturas que lhes correspondam com base na sua classificação contabilística antes da entrega, tratando o ativo executado ou recebido em pagamento de dívidas como garantia. Esta importância contabilística é comparada com a importância contabilística anterior e a diferença é reconhecida como um aumento ou uma redução das coberturas, conforme o caso.
- b) Justo valor no momento da execução da garantia ou da receção do ativo menos os custos estimados de venda.

Para estes efeitos, o justo valor deduzido dos custos estimados de venda destes ativos no momento da execução ou da receção em pagamento é obtido através da aplicação das percentagens de desconto sobre o valor de referência obtido através de avaliações individuais e completas realizadas por empresas ou serviços de avaliação homologados, inscritos no Registo Oficial de Empresas de Avaliação do Banco de Espanha, e independentes, aplicando a Ordem ECO/805/2003, de 27 de março.

Enquanto permanecerem classificados como detidos para venda, os ativos tangíveis e intangíveis amortizáveis pela sua natureza não são amortizados.

Após a compra, se o montante contabilístico dos ativos exceder o justo valor dos ativos líquidos dos custos de venda, a Caja ajusta o montante contabilístico dos ativos pelo montante do excesso, com uma contrapartida na rubrica “Ganhos ou perdas em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não qualificados como unidades operacionais descontinuadas” na demonstração de resultados. No caso de aumentos posteriores do justo valor dos ativos, a Caja reverte as perdas anteriormente reconhecidas, aumentando a quantia escriturada dos ativos até ao limite da quantia anterior à sua eventual imparidade, por contrapartida da rubrica “Ganhos ou perdas em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não qualificados como operações descontinuadas”, desde que não tenha ultrapassado o período médio do balanço de 3 anos.

No entanto, os ativos financeiros, os ativos resultantes de benefícios de empregados, os ativos por impostos diferidos e os ativos de contratos de seguros que fazem parte de um grupo de alienação ou de uma unidade operacional descontinuada não são mensurados de acordo com os parágrafos anteriores, mas de acordo com os princípios e regras aplicáveis a estas rubricas, que são explicados nas secções anteriores desta nota.

6
TA

Os resultados gerados no exercício pelas componentes da Caja que tenham sido consideradas como operações descontinuadas são registados na rubrica “Resultados após impostos das operações descontinuadas” da demonstração de resultados, quer a componente da Caja tenha sido desconhecida, quer permaneça no final do exercício. Se, na sequência da sua apresentação como operações descontinuadas, as operações forem classificadas como operações em continuação, os respetivos proveitos e custos são apresentados, tanto na demonstração de resultados do exercício como na do exercício comparativo publicado nas contas anuais, nas rubricas apropriadas de acordo com a sua natureza.

r) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa consolidados utiliza certos conceitos que têm as seguintes definições:

- i) Fluxos de caixa: entradas e saídas de caixa e seus equivalentes, que são investimentos de curto prazo, de elevada liquidez e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.
- ii) Atividades operacionais: as atividades correntes da Caja e outras atividades que não podem ser classificadas como atividades de investimento ou de financiamento, bem como os juros pagos sobre quaisquer financiamentos recebidos, mesmo que estejam relacionados com passivos financeiros classificados como atividades de financiamento.
- iii) Atividades de investimento: aquisição, venda ou cessão por outros meios de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos na caixa e equivalentes de caixa, tais como ativos tangíveis, ativos intangíveis, investimentos empreendimentos conjuntos e associadas, ativos não correntes e grupos de elementos alienáveis que foram classificados como disponíveis para venda e passivos incluídos neste grupo que são investimentos estratégicos e ativos financeiros incluídos na carteira de investimentos ao custo amortizado.
- iv) Atividades de financiamento: são as que resultam em alterações na dimensão e composição dos capitais próprios e passivos que não são atividades operacionais.

A Caja prepara a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto.

s) Contribuições para o capital

As contribuições para o capital social da Caja são reconhecidas como capital próprio quando existe um direito incondicional de recusar a remição ou quando existem proibições legais ou estatutárias de remição. Se a proibição de reembolso for parcial, o montante reembolsável que excede a proibição é registado como uma rubrica específica com a natureza de um passivo financeiro. As remunerações das quotizações são registadas como encargos financeiros do exercício se corresponderem a quotizações contabilizadas como passivos financeiros e diretamente por contrapartida de capitais próprios, caso contrário como parte da distribuição dos resultados da sociedade cooperativa.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas realizada em 7 de junho de 2011, os Estatutos Sociais da Caja foram modificados, entre outros aspetos, no que diz respeito à consideração das contribuições dos acionistas, a fim de se adaptarem às recomendações dos supervisores nacionais e internacionais em matéria de solvência e capital social (conforme estabelecido na Circular 4/2011 do Banco de Espanha), de modo a que o reembolso das contribuições para o capital social exija o acordo prévio e favorável do Conselho de Administração em todos os casos, e a remuneração seja estabelecida anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas numa base não vinculativa.

t) Demonstração das alterações no capital próprio

A demonstração de variações do capital próprio apresentada nestas demonstrações financeiras mostra o total das variações do capital próprio durante o exercício. Esta informação é subdividida em duas demonstrações: a demonstração dos proveitos e ganhos reconhecidos e a demonstração das alterações no total dos capitais próprios consolidados. As principais características da informação contida em ambas as partes da demonstração são explicadas de seguida:

Demonstração dos proveitos e ganhos reconhecidos

Esta parte da demonstração das variações dos capitais próprios apresenta as receitas e despesas geradas pela Caja em resultado das suas atividades durante o exercício, distinguindo entre as que são reconhecidas como lucros ou perdas na demonstração dos resultados do exercício e outras receitas e despesas reconhecidas, de acordo com a regulamentação em vigor, diretamente nos capitais próprios.

Assim, nesta demonstração apresenta-se:

- a) O Resultado do exercício.
- b) O montante líquido dos rendimentos e gastos reconhecidos temporariamente como outro rendimento integral acumulado no capital próprio.
- c) O montante líquido dos proveitos e custos reconhecidos definitivamente no capital próprio.
- d) O imposto sobre o rendimento acumulado sobre os elementos indicados nas alíneas b) e c) acima.

As variações dos proveitos e ganhos reconhecidos nos capitais próprios como outro rendimento integral acumulado são repartidas da seguinte forma:

- a) Ganhos ou perdas de valor contabilizadas no capital próprio: inclui o montante dos proveitos, líquidos de custos incorridos durante o exercício, reconhecidos diretamente nos capitais próprios. Os montantes reconhecidos no exercício nesta rubrica são mantidos na mesma, mesmo que no próprio exercício sejam transferidos para a conta de resultados consolidada, pelo valor inicial de outros ativos ou passivos, ou reclassificados para outra rubrica.
- b) Transferidos para resultados: inclui o montante dos ganhos ou perdas de valorização anteriormente reconhecidos nos capitais próprios, ainda que no mesmo período, que são reconhecidos na demonstração de resultados.

- G
TA
- c) Transferidos para o valor contabilístico inicial dos elementos cobertos: inclui o montante dos ganhos ou perdas de valorização anteriormente reconhecidos nos capitais próprios, ainda que no mesmo período, que são reconhecidos no valor contabilístico inicial dos ativos ou passivos em resultado das coberturas de fluxos de caixa.
 - d) Outras reclassificações: inclui o montante das transferências realizadas durante o exercício entre rubricas de “outro rendimento integral acumulado”, de acordo com os critérios estabelecidos na regulamentação em vigor.

As quantias destas rubricas são apresentadas pelo seu valor bruto, sendo o correspondente valor do efeito fiscal apresentado nas rubricas “Impostos sobre o rendimento relativos a elementos que podem ser reclassificados em resultados” ou “Impostos sobre o rendimento relativos a elementos que não serão reclassificados” da demonstração, conforme aplicável.

Demonstração das alterações no total dos capitais próprios

Esta parte da demonstração de alterações no capital próprio apresenta todas as alterações ocorridas no capital próprio, incluindo as resultantes de alterações de políticas contabilísticas e correções de erros. Assim, esta demonstração apresenta uma reconciliação do valor contabilístico no início e no fim do exercício de todas as rubricas que fazem parte dos capitais próprios, agrupando os movimentos de acordo com a sua natureza nas rubricas seguintes:

- a) Efeitos de correções de erros e alterações de políticas contabilísticas: que incluem as alterações nos capitais próprios decorrentes da reexpressão retroativa dos saldos das demonstrações financeiras resultantes de alterações de políticas contabilísticas ou de correções de erros.
- b) Receitas e despesas reconhecidas no exercício: inclui, numa base agregada, o total dos elementos reconhecidos na demonstração dos proveitos e ganhos reconhecidos acima apresentada.
- c) Outras variações no capital próprio: inclui todos os outros elementos reconhecidos no capital próprio, tais como aumentos ou diminuições do capital próprio, distribuição de resultados, transações com instrumentos de capital próprio, pagamentos com instrumentos de capital próprio, transferências entre elementos do capital próprio e quaisquer outros aumentos ou diminuições do capital próprio.
- u) Fundo de Educação e Promoção (F.E.P)

As provisões feitas pela Caja para o Fundo de Educação e de Promoção são reconhecidas como um gasto do exercício em que são obrigatórias. Se forem realizadas dotações adicionais, estas são reconhecidas como uma afetação de resultados.

As despesas decorrentes do Fundo de Educação e de Promoção das Cooperativas são apresentadas no balanço como uma dedução de “Outros passivos - Fundo de Educação e de Promoção” e não são reconhecidas na demonstração de resultados.

Os ativos e passivos tangíveis afetos ao Fundo de Educação e Promoção são apresentados separadamente no balanço.

v) Indemnização por despedimento

De acordo com a legislação em vigor, existe a obrigação de indemnizar os colaboradores que venham a ser despedidos sem justa causa. O gasto com indemnizações por despedimento é reconhecido no momento em que é tomada a decisão de despedimento.

15. Atendimento ao cliente

O n.º 2 do artigo 17.º da Ordem ECO/734/2004, de 11 de março, relativa aos Departamentos e Serviços de Atendimento ao Cliente e ao Provedor do Cliente das Instituições Financeiras, estabelece que o anexo às contas anuais deve conter um breve resumo do conteúdo do relatório do Departamento de Atendimento ao Cliente da Caja. Esta síntese é a seguinte:

- a) O Serviço de Atendimento ao Cliente e o Provedor do Cliente receberam 198 queixas e 2.410 reclamações no exercício de 2023, e 235 queixas e 2.007 reclamações no exercício de 2022.
- b) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registaram-se 224 e 108 reclamações pendentes de resolução, respetivamente.

16. Gestão e controlo dos riscos

O contexto em que a atividade económica se tem vindo a desenvolver nos últimos anos evidenciou a importância vital de uma gestão adequada dos riscos para as instituições financeiras.

Para a Caja, a qualidade da gestão de riscos é uma das suas marcas e uma área de atuação prioritária, constituindo um elemento diferenciador da sua gestão que, graças à conjugação de políticas prudentes e à utilização de metodologias e procedimentos homogêneos e de eficácia comprovada, lhe permite obter resultados recorrentes e saudáveis, bem como usufruir de uma posição de solvabilidade confortável.

Exceto nas matérias reservadas à assembleia geral da Entidade, o Conselho de Administração é o órgão máximo de decisão, sendo responsável pela definição da estratégia, pelo estabelecimento e acompanhamento do nível de tolerância ao risco e pela aprovação da política de risco, bem como pela

aprovação das competências dos diversos órgãos de decisão, sob proposta da alta direção ou da comissão designada para o efeito.

O Conselho de Administração participa ativamente no acompanhamento e controlo dos riscos assumidos, sanciona as operações que requerem a sua decisão e revê a estratégia da Entidade, o nível de tolerância ao risco, a situação de liquidez, os resultados do processo de autoavaliação do capital e o modelo de controlo interno, assim como é informado das conclusões das auditorias internas e externas. Da mesma forma, o Comité de Risco é responsável por aconselhar o Conselho de Administração da mesma sobre a apetência global pelo risco, atual e futura, da Entidade e a sua estratégia nesta área.

Para a gestão e o controlo dos riscos, o modelo de controlo interno da Caja dispõe de um sistema de três linhas de defesa, estruturado de forma a incluir as atividades e os processos que dão origem aos riscos e a determinar os responsáveis pelos mesmos.

A primeira linha de defesa é constituída pelas unidades de negócio, que são responsáveis pelo controlo na sua área e pela implementação das medidas definidas a partir do topo.

A segunda linha é constituída pelas unidades de controlo, nomeadamente a unidade de conformidade regulamentar e a unidade de controlo global dos riscos. Esta linha supervisiona o controlo das várias unidades na sua área transversal de especialização, define as medidas de mitigação e melhoria necessárias e promove a sua correta implementação.

Finalmente, a terceira linha é a unidade de Auditoria Interna, que realiza uma análise independente, verificando o cumprimento e a eficácia das políticas corporativas e fornecendo informação independente sobre o modelo de controlo. As principais funções da Auditoria Interna são as seguintes:

- Avaliação da eficácia e eficiência dos Sistemas de Controlo Interno, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e das políticas e regulamentos internos.
- Emissão de recomendações para corrigir as deficiências detetadas nos processos de revisão, dando-lhes seguimento.

Para além destas linhas de defesa, importa destacar o Mecanismo de Proteção Institucional (MPI) (Nota 1.4), de forma a garantir uma adequada compreensão estratégica e o controlo e gestão dos riscos por parte da Caja.

Com o objetivo de manter um perfil de risco moderado e prudente, a Caja estabelece um conjunto de métricas chave em relação aos níveis dos vários riscos, à qualidade e recorrência dos resultados, à liquidez e à solvabilidade. Para cada uma destas métricas, são definidos os níveis de tolerância ao risco que a Caja está disposta a assumir. Para as métricas mais relevantes, são também definidos objetivos de longo prazo. Estes objetivos e níveis são atualizados e aprovados, pelo menos anualmente, pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Risco.

Todas as métricas têm um objetivo, uma tolerância e um limite definidos. Para cada métrica, o objetivo é o valor que satisfaz a apetência estabelecida; a tolerância marca o limiar (alerta) acima do qual são tomadas medidas de gestão, controlo e acompanhamento reforçado para regressar à situação-alvo; e, por último, o limite é o nível que a Caja não deseja ultrapassar em circunstância alguma, dando lugar, caso esta situação se verifique, à adoção de medidas contundentes para recuperar os níveis de acordo com as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração.

No desempenho desta função, são elaborados relatórios periódicos para o Conselho de Administração sobre os riscos assumidos e a sua composição, o nível de capitalização da Caja, a mediação e o controlo dos riscos, bem como o ambiente de controlo interno existente e a sua adequabilidade para assegurar uma gestão ordenada e prudente da atividade e dos riscos da Entidade, com especial atenção para os indicadores e métricas aprovados no Quadro de Apetite ao Risco e no Plano de Recuperação.

Comités envolvidos na gestão e controlo de riscos

O Conselho de Administração da Caja é o órgão responsável pela definição do quadro geral de controlo interno e de gestão dos riscos. No âmbito da gestão de riscos, a Caja dispõe de um sistema de delegação de poderes em diversos órgãos que, sob mandato do Conselho de Administração, implementam a capacidade executiva da gestão de riscos, a fim de assegurar o alinhamento dos riscos com a estratégia da Caja em termos de negócio e de solvabilidade, assumindo a responsabilidade pela estratégia de gestão e acompanhamento dos riscos, bem como pelo regime de delegação de poderes. Analisam igualmente e, se for caso disso, aprovam as operações de risco no âmbito dos respetivos níveis de atribuição, submetendo ao órgão superior as que excedem o seu nível de delegação.

A função de gestão de riscos da Caja é desenvolvida graças à atividade de diversos órgãos, cuja autonomia e independência no exercício das suas competências é garantida, e que têm como principal missão a realização das ações e procedimentos necessários ao desenvolvimento das suas funções em todas as matérias relacionadas com a gestão de riscos.

Por um lado, o Conselho de Administração decidiu por unanimidade criar um Comité de Risco, composto por administradores nomeados pelo Conselho de Administração, tendo em conta os seus conhecimentos, competências e experiência.

As funções do Comité de Risco são as seguintes:

- Aconselhar o Conselho de Administração sobre a apetência global pelo risco e a estratégia de risco atuais e futuras da Caja e prestar-lhe assistência no acompanhamento da implementação desta estratégia. No entanto, o Conselho de Administração é responsável pelos riscos assumidos pela Caja.
- Intervir na análise prévia e apoiar o Conselho de Administração em todas as questões relacionadas com o Quadro de Apetência pelo Risco e o Plano de Recuperação.

- Supervisionar a Política de Gestão de Riscos.
- Reavaliar, pelo menos uma vez por ano, a lista dos riscos financeiros e não financeiros mais significativos e avaliar o nível de tolerância subjacente, e fazer propostas ao Conselho de Administração de quaisquer ajustamentos necessários.
- Verificar se a política de preços dos ativos e passivos propostos aos clientes tem plenamente em conta o modelo de negócios e a estratégia de risco da Caja. Se tal não for o caso, o Comité de Risco apresentará ao Conselho de Administração um plano para corrigir a situação.
- Avaliar os riscos associados aos produtos ou serviços financeiros oferecidos e ter em conta a coerência entre os preços atribuídos a esses produtos e serviços e os rendimentos obtidos.
- Acompanhar a implementação das estratégias de gestão de capital e de liquidez, bem como todos os outros riscos relevantes da Entidade, tais como os riscos de mercado, de crédito, operacionais, incluindo os riscos jurídicos, tecnológicos e de reputação, ambientais, sociais e de *governance*, a fim de avaliar a conformidade com estratégia aprovada e a apetência pelo risco.
- Recomendar ao Conselho de Administração os ajustamentos à estratégia de risco considerados necessários em resultado, nomeadamente, de alterações no modelo de negócio da Entidade, desenvolvimentos de mercado ou recomendações feitas pela função de gestão de risco da própria.
- Determinar, em conjunto com o Conselho de Administração, a natureza, o montante, o formato e a frequência das informações sobre os riscos a receber pelo Comité e pelo Conselho de Administração.
- Colaborar no estabelecimento de políticas e práticas de remuneração sólidas. Para tal, o Comité de Risco deve examinar, sem prejuízo das funções do Comité de Remunerações, se a política de incentivos prevista no sistema de remunerações tem em conta o risco, o capital, a liquidez e a probabilidade e o momento dos retornos.
- Quaisquer outras funções que lhe sejam especificamente atribuídas por lei ou regulamento, ou por decisão do Conselho de Administração.

Por outro lado, a Comissão de Auditoria é constituída como um órgão interno de natureza informativa e consultiva, sem funções executivas e com poderes de informação, aconselhamento e formulação de propostas no âmbito da sua atuação. Neste caso, o Comité de Auditoria apoia o Conselho de Administração na supervisão dos sistemas de gestão de riscos e discute com o auditor quaisquer

deficiências significativas no sistema de controlo interno detetadas no decurso da auditoria, sem afetar a sua total independência.

Em coordenação, se for caso disso, com o Comité de Risco, o Comité de Auditoria terá as seguintes funções no domínio da supervisão da gestão e do controlo do risco, na medida em que não estejam expressamente atribuídas ao Comité de Risco:

- Supervisionar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos da Caja.
- Supervisionar se os riscos relevantes de todos os tipos que afetam as realizações dos objetivos corporativos da Caja são identificados, medidos e controlados de forma adequada.
- Realizar, pelo menos uma vez por ano, uma reunião com os gestores de topo das unidades de negócio, onde estes explicam as tendências do negócio e os riscos associados, reforçando a ideia de que cabe a estes gestores gerir de forma eficaz os riscos e que deve haver um gestor atribuído a cada risco identificado.

O Conselho de Administração assegura, com o apoio do Comité de Auditoria e do Comité de Risco, que os responsáveis pelas funções de gestão do risco são independentes e têm capacidade para fazer recomendações ou propostas.

Além disso, existe uma função de Controlo de Risco Global cujas tarefas incluem:

- Identificar, medir e avaliar, numa perspetiva global, os riscos relevantes a que a Entidade está exposta no decurso da sua atividade.
- Desenhar, implementar e manter os sistemas de identificação, medição, informação e controlo desses riscos.
- Definir os procedimentos e mecanismos de controlo para os diferentes riscos.
- Avaliar e analisar as técnicas de mitigação de riscos utilizadas e as que possam ser utilizadas.
- Acompanhar e, se for caso disso, propor alterações na estrutura de limites e alertas internos que reforcem o controlo dos riscos e a coerência com o nível de tolerância definido pelo Conselho de Administração da sociedade-mãe.
- Rever o nível de risco assumido e a sua adequabilidade ao perfil estabelecido pelo Conselho de Administração, bem como a distribuição interna de capital.

Esta função é independente das áreas geradoras dos riscos, de modo a assegurar a objetividade dos critérios de avaliação e a ausência de distorções provocadas por considerações comerciais.

Neste sentido, a área de Controlo Global de Riscos é autónoma das restantes áreas da Entidade e tem uma natureza substantiva própria, que lhe atribui recursos específicos para o desempenho das suas funções e desencadeia a correspondente modificação do organigrama da Caja. Assim, o responsável pela área do Controlo Global de Risco tem acesso ao Conselho de Administração. A função de Controlo Global do Risco é integrada nesta área.

A missão da área de Controlo Global de Riscos é acompanhar e controlar todos os riscos de forma agregada, de modo a proporcionar uma visão global dos riscos assumidos pela Caja e poder transmitir essa visão aos órgãos sociais. Isto permite que os órgãos sociais da Entidade sejam informados do perfil de risco assumido e proponham políticas e procedimentos institucionais de gestão e controlo dos riscos. Entre as suas principais funções encontram-se a elaboração e acompanhamento do Quadro de Apetite ao Risco, do Plano de Recuperação, a elaboração do Relatório de Auto-Avaliação de Capital e Liquidez (IACL), a elaboração e atualização dos Planos de Contingência de Capital e Liquidez, a recolha e disponibilização ao Banco de Espanha da informação solicitada no âmbito do Plano de Resolução, o acompanhamento das operações identificadas como estando abaixo dos seus custos estimados, etc.

Por último, é também de destacar a regulamentação interna do mercado de valores mobiliários, aplicada aos membros do Conselho de Administração, quadros de direção e colaboradores que têm acesso frequente ou regular a informação relevante relativa à Entidade ou a empresas do grupo.

Os principais riscos identificados são o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de taxa de juro do balanço estrutural, o risco de mercado e o risco operacional.

17. Risco de crédito

Representa as perdas que a Caja poderia sofrer no caso de um cliente ou contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, constituindo um risco significativo. Este risco inclui o risco de contraparte, o risco de concentração, o risco residual decorrente da utilização de técnicas de mitigação e o risco de liquidação ou entrega.

Os princípios que regem a gestão do risco de crédito da Caja são os seguintes:

- Envolvimento da gestão de topo. O Conselho de Administração da Entidade define a política de risco e delimita as atribuições dos diferentes níveis de decisão. A este respeito, delega a execução destas políticas na gestão de topo.
- Estabelecimento de políticas e procedimentos bem definidos e comunicados ao nível da Entidade para facilitar a gestão dos vários riscos.

- Política de não concentração: um dos princípios básicos para limitar a concentração de riscos, a fim de diversificar e mitigar potenciais perdas.
- Prudência. O princípio da Caja é não se envolver em atividades especulativas, pelo que a sua carteira de negociação é mínima.
- Segregação de funções. As funções de análise, formalização, acompanhamento e recuperação dos ativos são totalmente independentes das unidades que os geram.
- Visão global do risco, o que exige uma função sólida de admissão, identificação e controlo do risco autorizado.
- Política de fixação de preços e afetação de capital adequada ao nível de risco assumido.
- Garantir um quadro de controlo interno adequado para os processos de gestão de risco com base em análises internas e externas independentes.
- Adequação do modelo de gestão de riscos à dimensão da Entidade e à diversidade e complexidade das suas atividades.

A Entidade conta com estruturas sólidas de análise, monitorização e recuperação, bem como com formação contínua nesta área para manter o nível de qualificação dos colaboradores da Caja.

Análise e aprovação dos riscos

A gestão do risco de crédito assenta na experiência e cultura da Caja. A concessão de operações de crédito assenta numa estrutura descentralizada em que as unidades de negócio, de acordo com o seu nível, experiência, tipo de risco e atividade, têm delegados níveis máximos de montantes que podem ser autorizados, acima dos quais as operações são escaladas para os níveis de decisão seguintes.

O critério principal e básico para determinar a aprovação é a capacidade de gerar fundos suficientes para permitir aos requerentes reembolsar o empréstimo nas condições estabelecidas. As garantias prestadas (realizáveis e suficientes), como critério geral, são consideradas um elemento complementar e adicional à capacidade de pagamento.

Como enquadramento geral, são estabelecidos limites por tipo de risco, de forma a diversificar a carteira de crédito da Caja, com o objetivo de mitigar eventuais exposições a alterações externas que garantam a rentabilidade e a cobrança dos investimentos.

Os requisitos e a documentação a incluir em cada processo de crédito são definidos de acordo com a tipologia do cliente e da operação proposta, estando o nível de requisitos diretamente relacionado com o montante do pedido e o seu grau de complexidade.

Foram estabelecidas as seguintes políticas específicas:

- Políticas de sanção: são estabelecidos níveis de autonomia para a sanção das operações de ativos pelos diferentes responsáveis pela gestão do risco de crédito.
- Políticas de exclusão: são estabelecidos critérios que, caso se verifiquem, não permitem a concessão da operação, salvo autorização expressa do órgão competente.
- Políticas de concentração: é estabelecido um limite máximo de concessão de risco, para além do qual o risco com o mutuário/grupo não pode ser aumentado, exceto se expressamente autorizado pelo órgão competente.
- Políticas de segmento: devido à especialização e tipologia dos nossos clientes, foram estabelecidas políticas para pessoas singulares e coletivas.
- Políticas de Grupos Económicos: são estabelecidos critérios para a análise e concessão de operações a grupos identificados pela Caja com base nas inter-relações dos Clientes, em que, para além da análise do interveniente que solicita a operação, deve ser analisado todo o Grupo, devendo esta circunstância ser tida em conta para determinar o órgão de decisão.

Controlo de Risco

A função de controlo do risco, à qual são alocados recursos específicos, foi definida para monitorizar a qualidade do crédito e antecipar a capacidade de recuperação do investimento. Esta função tem como objetivo evitar que os clientes não cumpram as suas obrigações de pagamento à Caja e analisar de forma dinâmica o endividamento e a solvabilidade do mesmo, de modo a antecipar e evitar problemas futuros. A Caja dispõe de um estudo rigoroso do risco de crédito assumido com os clientes em função da sua exposição ao risco e da sua situação económica e financeira.

O acompanhamento da carteira global de crédito e dos devedores é uma função essencial e prioritária, tanto para a qualidade da carteira como para a prevenção do incumprimento. Um acompanhamento eficiente e eficaz dispõe de alarmes que indicam a possível deteção de incidentes, tanto internos como externos, de documentação atualizada do mutuário e de software de gestão que torna estes aspetos possíveis.

O acompanhamento tem uma dupla visão:

- Acompanhamento preventivo: baseado em alertas que detetam alterações nas condições iniciais do cliente, bem como na sua segmentação. Para levar a cabo esta tarefa, estes alertas foram incorporados em aplicações em funcionamento na Caja, de modo a facilitar a gestão e a deteção de uma possível deterioração da situação do cliente com base na análise das suas operações habituais.

- Acompanhamento da carteira: estruturada em vários parâmetros (zona, tipo de pessoa, sector, etc.) que fornecem dados segmentados sobre a carteira de crédito da Caja e a sua evolução.

Operações de Refinanciamento e Reestruturação

A Circular 4/2017 estabelece referências para a identificação, classificação e cobertura adequadas das operações de refinanciamento. A Caja revê de forma contínua a classificação adequada das operações de refinanciamento e/ou reestruturação, bem como as provisões constituídas para estas operações.

Da mesma forma, foi incorporada a informação necessária na ferramenta de tratamento de riscos e sanções e na plataforma bancária para permitir a identificação e análise individualizada deste tipo de operações, bem como a proposta de classificação que devem ter com base nos critérios estabelecidos pelo Banco de Espanha na normativa mencionada. Além disso, aplicar as disposições adequadas a estes acordos em função da classificação adotada.

A Entidade tem como política utilizar o refinanciamento, a reestruturação, a renovação e a renegociação das operações como instrumentos de gestão do risco de crédito que, se utilizados de forma adequada, visam melhorar a qualidade do risco com base em análises individualizadas, centradas na viabilização económica dos mutuários e das operações.

O controlo do risco é uma tarefa fundamental para poder antecipar situações problemáticas. O objetivo principal é duplo:

- Dar viabilidade ao mutuário (concessão de um período de carência, aumento do prazo, etc.).
- Melhorar, tanto quanto possível, a posição de risco da Entidade (melhoria das garantias).

Após uma análise caso a caso, o risco potencial de incumprimento é avaliado e os montantes estimados como irrecuperáveis são reconhecidos e as provisões necessárias são registadas para cobrir a perda.

Existe um sistema de informação interno que permite a individualização e o acompanhamento das operações refinanciadas, reestruturadas, renovadas e renegociadas. Além disso, foi implementado um procedimento periódico de análise individualizada das operações, a fim de acompanhar a evolução desta carteira e a adequação da sua classificação.

Os requisitos gerais que este tipo de operação deve reunir são os seguintes:

- Incorporar uma análise atualizada da situação económico-financeira do mutuário, que sustente a capacidade de pagamento para cumprir as obrigações financeiras derivadas da operação.
- Avaliar a eficácia das garantias prestadas. Para estes efeitos, são consideradas garantias efetivas as seguintes:
 - Cauções sobre depósitos em numerário, instrumentos de capital e títulos de dívida.

- Garantias hipotecárias sobre habitação, escritórios, espaços multiusos e propriedades rurais.
- Garantias pessoais (avales, fianças, novos proprietários, etc.) que cubram integralmente o risco garantido.
- Avaliação do historial de cumprimento do mutuário e/ou da operação, nomeadamente a existência de refinanciamentos ou reestruturações anteriores.

Impactos nas coberturas de risco de crédito devido à inflação de custos em setores da economia espanhola

Os acontecimentos sociais e políticos que ocorreram nos últimos três anos estão a gerar vários impactos no ambiente macroeconómico global. A guerra na Ucrânia e as sanções impostas à Rússia causaram perturbações significativas, instabilidade e volatilidade nos mercados mundiais, bem como um aumento considerável da inflação, principalmente devido a um aumento dos preços da energia. Na zona euro, com o principal objetivo de conter esta inflação, o Banco Central Europeu, desde meados de 2022, tem vindo a aumentar gradualmente as taxas de juro para níveis não observados desde 2008. Embora a incerteza seja elevada, é provável que as taxas de juro oficiais (taxas de refinanciamento no caso do BCE) se mantenham em níveis elevados nos próximos meses.

A incerteza atual quanto à evolução da economia torna necessário dar continuidade às recomendações dos reguladores contabilísticos e dos supervisores bancários no sentido de adotarem medidas específicas para mitigar os efeitos que esta situação poderá ter quer no cálculo das perdas esperadas ao abrigo da norma aplicável, quer na solvabilidade, instando as instituições a avaliarem toda a informação disponível, dando maior peso às previsões de longo prazo em detrimento da situação económica de curto prazo.

O denominador comum de todas as recomendações é que, considerando o elevado grau de incerteza quanto à profundidade, duração e alcance dos fatores acima detalhados, a dificuldade de elaboração de previsões macroeconómicas fiáveis, o carácter transitório do shock económico e a necessidade de incorporar o efeito das medidas mitigadoras governamentais, é aconselhável e necessário exercer extrema prudência e tomar todas as medidas que permitam à Caja antecipar e minimizar o impacto da crise no seu balanço e demonstração de resultados.

- Assim, a Caja considera estas recomendações no cálculo das perdas esperadas para o risco de crédito ao abrigo da norma aplicável do Anexo 9 da Circular 4/2017, tendo em conta o impacto que a atual situação de elevados custos energéticos e das matérias-primas e, desde o segundo semestre de 2022, a subida das taxas de juro, estão a ter na rentabilidade dos diversos setores de atividade da economia espanhola, pelo que foram consideradas, entre outras, as seguintes recomendações para o cálculo destas perdas:
- Identificar os setores ou grupos de mutuários mais vulneráveis, na sua área de atividade, ao aumento generalizado dos custos, tanto operacionais como financeiros, a fim de gerir

ativamente os seus riscos e reconhecer prudentemente as provisões para imparidade para atingir níveis de cobertura conservadores.

- Manter as avaliações das garantias e dos bens executados atualizadas, tendo em conta as novas circunstâncias do mercado imobiliário e quantificar os possíveis impactos em caso de queda dos preços dos imóveis.

Tendo em conta o exposto, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Caja tinha perdas por imparidade do risco de crédito de 113.005 milhares de euros e 99.700 milhares de euros, respetivamente, para além das exigidas pelo Anexo 9 da Circular 4/2017, principalmente associadas a exposições em setores que poderiam ser mais afetados pelo impacto do aumento acentuado dos custos da energia e das matérias-primas e pelo aumento significativo dos custos de financiamento.

Exposição ao risco de crédito

O nível máximo de exposição ao risco de crédito assumido pela Caja em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado abaixo, sem dedução de garantias e outros melhoramentos de crédito recebidos para garantir o cumprimento dos devedores:

Milhares de euros A 31 de dezembro de 2023								
Tipos de instrumento	Outros depósitos à ordem	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros não negociáveis avaliados obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros ao custo amortizado	Derivados – contabilidade de coberturas	Exposições extrapatrimoniais	Total
Instrumentos de dívida	135.129	-	12.693	371.111	7.980.080	-	-	8.499.013
Depósitos em instituições de crédito	135.129	-	-	-	203.663	-	-	338.792
Títulos de dívida	-	-	1.990	371.111	963.011	-	-	1.336.112
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	10.703	-	6.813.406	-	-	6.824.109
Compromissos de emprést. concedidos	-	-	-	-	-	-	665.473	665.473
Garantias financeiras concedidas	-	-	-	-	-	-	100.759	100.759
Outros compromissos concedidos	-	-	-	-	-	-	70.683	70.683
Outros	-	1.708	-	-	-	7.509	-	9.217
	135.129	1.708	12.693	371.111	7.980.080	7.509	836.915	9.345.145

Milhares de euros A 31 de dezembro de 2022								
---	--	--	--	--	--	--	--	--

Tipos de instrumentos	Outros depósitos à ordem	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros não negociáveis avaliados obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros ao custo amortizado	Derivados – contabilidade de coberturas	Exposições extrapatrimoniais	Total
Instrumentos de dívida	53.309	-	13.976	570.706	7.923.898	-	-	8.561.889
Depósitos em instituições de crédito	53.309	-	-	-	193.668	-	-	246.977
Títulos de dívida	-	-	1.982	570.706	1.092.632	-	-	1.665.320
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	11.994	-	6.637.598	-	-	6.649.592
Compromissos de emprést. concedidos	-	-	-	-	-	-	611.864	611.864
Garantias financeiras concedidas	-	-	-	-	-	-	104.174	104.174
Outros compromissos concedidos	-	-	-	-	-	-	84.410	84.410
Outros	-	1.454	-	-	-	13.803	-	15.257
	53.309	1.454	13.976	570.706	7.923.898	13.803	800.448	9.377.594

A distribuição por contrapartida da rubrica “Empréstimos a clientes”, excluindo os adiantamentos, é apresentada a seguir, com a repartição do montante coberto por cada uma das principais garantias e a distribuição dos financiamentos garantidos em percentagem do montante escriturado do financiamento sobre o montante da última apreciação ou avaliação das garantias disponíveis:

31 de dezembro de 2023

	Milhares de euros						
	Empréstimos garantidos. Montante escriturado sobre o último montante de avaliação disponível (loan to value)						
	Total	Do qual: Garantias imobiliárias	Do qual: Outras garantias	Inferior ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Superior a 80% e inferior ou igual a 100%
Administrações públicas	389.957	3.687	25	1.134	1.422	1.156	-
Outras sociedades financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial financeira)	101.385	828	-	265	246	317	-
Sociedades não financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial não financeira) (discriminadas por finalidade)	2.541.930	838.656	95.164	329.173	325.090	166.589	54.511
Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	90.202	68.400	166	29.097	22.224	5.486	5.567
Construção de obras de engenharia civil	1.759	-	-	-	-	-	-
Outros fins	2.449.969	770.256	94.998	300.076	302.866	161.103	48.944
Grandes empresas	885.327	79.747	43.144	30.175	36.705	28.046	13.047
PMEs e empresários em nome individual	1.564.642	690.509	51.854	269.901	266.161	133.057	39.218
Outras famílias e ISFLSF	3.781.650	3.373.438	8.113	549.954	922.840	1.515.819	273.138
Habituação (aquisição e remodelação)	3.116.092	3.102.599	786	461.344	831.290	1.441.770	262.508
Consumo	229.245	21.693	2.320	7.483	7.526	6.921	842
Outros fins (*)	436.313	249.146	5.007	81.127	84.024	67.128	12.485
TOTAL	6.814.922	4.216.609	103.302	880.526	1.249.598	1.683.881	331.595
PRO MEMORIA							
Refinanciamento, operações refinanciadas e reestruturadas	140.553	113.179	264	34.172	33.199	25.566	9.201

(*) Inclui ISFLSH

31 de dezembro de 2022

	Milhares de euros						
	Empréstimos garantidos. Montante escriturado sobre o último montante de avaliação disponível (loan to value)						
	Total	Do qual: Garantias imobiliárias	Do qual: Outras garantias	Inferior ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Superior a 80% e inferior ou igual a 100%
Administrações públicas	398.257	254	39	80	42	171	-
Outras sociedades financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial financeira)	94.273	720	-	96	486	138	-
Sociedades não financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial não financeira) (discriminadas por finalidade)	2.495.282	858.014	85.085	321.805	305.704	212.969	56.400
Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	99.408	70.128	139	30.608	21.941	6.440	8.698
Construção de obras de engenharia civil	1.933	-	-	-	-	-	-
Outros fins	2.393.941	787.886	84.946	291.197	283.763	206.529	47.702
Grandes empresas (**)	671.504	39.703	28.164	17.587	22.537	15.008	5.522
PMEs e empresários em nome individual	1.722.437	748.183	56.782	273.610	261.226	191.521	42.180
Outras famílias e ISFLSF	3.650.311	3.272.989	8.149	524.664	831.329	1.483.702	158.950
Habitação (aquisição e remodelação)	3.029.679	3.016.395	753	436.782	749.120	1.414.825	143.781
Consumo	209.964	19.400	1.925	7.041	6.581	5.725	801
Outros fins (*)	410.668	237.194	5.471	80.841	75.628	63.152	14.368
TOTAL	6.638.123	4.131.977	93.263	846.645	1.137.561	1.696.980	215.350
PRO MEMORIA							
Refinanciamento, operações refinanciadas e reestruturadas	138.724	120.993	393	42.901	26.841	24.337	11.096

(*) Inclui ISFLSH

(**) Para efeitos comparativos, o saldo em 2022 inclui um montante líquido de 91.026 milhares de euros que foi reclassificado de PME e empresas em nome individual para grandes empresas em 2023..

O principal fator de análise e de sanção das operações de ativos concedidas pela Caja é a capacidade de gerar recursos por parte dos requerentes, tanto pessoas físicas como jurídicas, para poder cumprir as obrigações contraídas. Por outro lado, um instrumento fundamental na gestão do risco de crédito é assegurar que os ativos financeiros adquiridos ou contratados pela Caja são garantidos por colaterais e outros reforços de crédito, para além da garantia pessoal do próprio devedor. As políticas de análise e seleção de riscos da Caja definem, em função das diferentes características das operações, tais como a finalidade do risco, a contrapartida, o prazo, o consumo de capitais próprios, etc., os colaterais ou reforços de crédito que devem ser fornecidos, para além da garantia do próprio devedor, para proceder à sua contratação.

A avaliação das garantias baseia-se na natureza das garantias recebidas. Em geral, as garantias sob a forma de imóveis são avaliadas pelo seu valor de avaliação, efetuada por instituições independentes de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Espanha para o efeito no momento da contratação. Se existirem indícios de perdas no valor destas garantias, nos casos em que se verifique uma deterioração da solvência do devedor que possa levar à possibilidade de ter de recorrer a estas garantias, ou quando estabelecido em normas internas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Banco de Espanha, esta avaliação é atualizada de acordo com estes mesmos critérios. As garantias e cauções similares são avaliadas pelo montante garantido nessas operações. As garantias sob a forma de depósitos penhorados são avaliadas pelo valor desses depósitos.

18. Risco de liquidez, de taxa de juro, de mercado e operacional

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a perda potencial resultante da indisponibilidade, a preços razoáveis, de fundos para cumprir atempadamente os seus compromissos e para financiar a atividade de investimento da Caja.

A gestão do risco de liquidez na Caja é realizada de forma abrangente, tendo em vista o cumprimento das exigências regulamentares e a obtenção de uma rentabilidade em conformidade com os objetivos estratégicos e a apetência pelo risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, apoiando o crescimento da sua atividade e a manutenção de notações externas elevadas em termos de comparação com o setor. Esta gestão inclui a obtenção de financiamento nos mercados grossistas, se necessário, ao menor custo possível a médio e longo prazo, com o objetivo de manter um nível ótimo de ativos líquidos no âmbito de uma política prudente.

O Quadro de Apetite ao Risco estabelece os objetivos e o nível de risco que a Caja está disposta a assumir em relação ao risco de liquidez.

Para tal, de uma forma proporcional à complexidade, ao perfil de risco e ao tipo de negócio da Entidade, foram estabelecidas estratégias, políticas, procedimentos e sistemas sólidos para a identificação, medição, gestão e monitorização do risco de liquidez ao longo de um conjunto apropriado de horizontes temporais, a fim de assegurar, entre outros objetivos, a manutenção de uma "reserva" de liquidez adequada.

A chave para resolver os problemas de liquidez reside na antecipação e na gestão preventiva. Consciente deste facto, a Entidade considera estes dois aspetos como as suas primeiras linhas de defesa contra os potenciais efeitos adversos de uma situação de falta de liquidez nos respetivos resultados, reputação e solvência.

Com vista a mitigar o impacto que a COVID-19 poderia ter na liquidez dos bancos, o Banco Central Europeu alterou, em 30 de abril de 2020, alguns dos termos e condições das facilidades TLTRO III, a fim de apoiar a continuação do acesso das empresas e das famílias ao crédito bancário face às perturbações e à escassez temporária de fundos associados à pandemia de COVID-19 (ver Nota 31). Além disso, em 10 de dezembro, o Conselho do BCE reajustou novamente os termos e condições das TLTRO III, prolongando o prazo das condições concessionais até junho de 2022, aumentando o número de leilões e o montante de financiamento a obter.

Relativamente aos termos e condições deste financiamento, importa referir que, de 24 de junho de 2020 a 23 de junho de 2022, caso fossem cumpridos determinados objetivos de financiamento, a taxa de juro aplicável às facilidades disponibilizadas seria de -1% durante este período especial, desde que os referidos objetivos de financiamento fossem cumpridos de acordo com as condições do BCE. Em 31 de dezembro de 2021, a Caja cumpriu estes objetivos de financiamento.

Na decisão de política monetária de 27 de outubro de 2022, o BCE decidiu ajustar as taxas das TLTRO III direcionadas a partir de 23 de novembro de 2022 e oferecer aos bancos datas adicionais para o reembolso antecipado voluntário dessas operações. Assim, até 23 de novembro de 2022, fora dos períodos especiais, a taxa de juro aplicada a cada levantamento é a taxa média da facilidade permanente de depósito desde o início de cada levantamento até 23 de novembro. A partir de 23 de novembro de 2022 e até à data de vencimento ou de reembolso antecipado da respetiva operação TLTRO III por liquidar, a taxa de juro aplicável às operações TLTRO III é indexada à média das taxas de juro oficiais do BCE aplicáveis durante esse período.

O Comité de Ativos e Passivos (COAP - siglas em espanhol) é responsável pelo controlo e acompanhamento do risco de liquidez. O COAP não é um órgão executivo, mas propõe políticas e procedimentos de gestão, que têm como objetivo garantir a disponibilidade de fundos a preços razoáveis, em qualquer momento, para lhe permitir fazer face aos seus compromissos e financiar o crescimento da sua atividade de investimento.

Os principais indicadores utilizados para monitorizar a liquidez, entre outros, são:

- **Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo (LCR)**, que identifica os ativos líquidos sem restrições necessários para cobrir saídas de liquidez em 30 dias num cenário de tensão específico. O cenário incorpora não apenas situações críticas da instituição, mas também dos mercados.
- **Rácio estrutural (NSFR)**, que avalia as necessidades de financiamento estáveis da Entidade num horizonte de um ano, com o objetivo de garantir que estas são cobertas por fontes de financiamento igualmente estáveis.
- **Rácio Loan to Deposit**, ou seja, o rácio entre os empréstimos e contas a receber e os fundos dos clientes, a fim de controlar a existência de níveis adequados de autofinanciamento dos empréstimos e contas a receber no balanço em qualquer momento.
- **“Gap” de liquidez**, que fornece informações sobre os movimentos dos fluxos de caixa, a fim de detetar a existência de desfasamentos entre cobranças e pagamentos ao longo do tempo. O controlo estático será efetuado no final de cada trimestre civil, através da quebra de maturidade obtida com os saldos em dívida nessa data.
- **Rácio de ativos não onerados elegíveis para financiamento com garantia do banco central**, que mede a percentagem de ativos não onerados e garantias elegíveis para financiamento com garantia do banco central em relação ao total de depósitos não garantidos.

Acresce que são feitas projeções para cenários normais e de tensão, e são estabelecidos limiares e medidas de alerta no plano de contingência de liquidez elaborado pela Entidade.

Apresenta-se de seguida uma análise, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, dos ativos e passivos financeiros da Caja agrupados por maturidade, considerada como o período compreendido entre a data do balanço e a data de maturidade contratual ou, se for caso disso, a data em que se prevê o seu desreconhecimento com base na experiência histórica da Caja, não tendo em conta, se for caso disso, os ajustamentos de valorização e as perdas por imparidade reconhecidas:

Milhares de euros			
2023			
	Ativos	Passivos	Gap de liquidez líquido
Até 1 mês	1.309.663	(2.887.628)	(1.577.965)
Entre 1 mês e 3 meses	333.704	(604.816)	(271.112)
Entre 3 meses e 1 ano	1.181.342	(2.072.336)	(890.994)
Entre 1 ano e 5 anos	3.400.820	(1.107.517)	2.293.303
Mais de 5 anos	4.740.649	(1.893.051)	2.847.598
	10.966.178	(8.565.348)	2.400.830

Milhares de euros			
2022			
	Ativos	Passivos	Gap de liquidez líquido
Até 1 mês	1.158.186	(2.283.502)	(1.125.316)
Entre 1 mês e 3 meses	300.599	(277.093)	23.506
Entre 3 meses e 1 ano	1.106.961	(1.972.168)	(865.207)
Entre 1 ano e 5 anos	3.485.624	(1.319.114)	2.166.510
Mais de 5 anos	5.062.272	(2.709.344)	2.352.928
	11.113.642	(8.561.221)	2.552.421

A análise é feita sobre os ativos e passivos financeiros sensíveis do balanço. As obrigações de titularização detidas no balanço da Caja em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que, para efeitos contabilísticos, estão registadas no passivo do balanço, líquidas do montante de “Depósitos de clientes”, são incluídas para efeitos da análise do gap de liquidez na coluna do ativo.

O equilíbrio e o controlo do desequilíbrio entre o vencimento e a taxa de juro dos ativos e dos passivos são fundamentais para a gestão da Caja. Nas instituições de crédito, é raro que exista um equilíbrio perfeito, uma vez que as operações efetuadas são muitas vezes de maturidade incerta e de tipos diferentes. Uma situação de desequilíbrio aumenta potencialmente a rentabilidade, mas também aumenta o risco de perdas.

As maturidades dos ativos e passivos e a capacidade de substituir, a um custo aceitável, os passivos que vencem juros e as maturidades, são fatores importantes para calcular a liquidez da Caja e a exposição a alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio.

b) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro estrutural do balanço é definido como a possibilidade de incorrer em perdas decorrentes do impacto negativo de alterações nas taxas de juro. Este risco varia em função da estrutura e da data de vencimento dos ativos, passivos e operações extrapatrimoniais.

O Quadro de Apetência pelo Risco define os objetivos e os níveis de risco a assumir relativamente ao risco de taxa de juro.

O Comité de Ativos e Passivos (COAP em espanhol) é responsável pelo controlo e acompanhamento do risco de taxa de juro. O COAP não é um órgão executivo, limita-se a sugerir políticas e procedimentos de gestão ao Conselho de Administração, com um duplo objetivo: reduzir a sensibilidade da margem financeira às flutuações das taxas de juro e preservar o valor económico da Caja.

A medição do risco de taxa de juro no balanço baseia-se no cálculo do diferencial e da sensibilidade da margem financeira e do valor líquido dos ativos a alterações nas taxas de juro:

- O **gap de taxa de juro** baseia-se na análise dos desfasamentos no perfil de maturidade ou repricing das diferentes massas de ativos e passivos em diferentes intervalos de tempo.
- A **sensibilidade da margem financeira** é avaliada com base na projeção para um horizonte temporal de 12 meses, de acordo com os cenários estabelecidos pelo Banco de Espanha e pela Autoridade Bancária Europeia.
- A **sensibilidade do valor patrimonial** permite ter uma visão global do risco de taxa de juro assumido pela Entidade a longo prazo. O conceito de duração pode ser utilizado para aproximar a variação do valor económico da Entidade em caso de alteração das taxas de juro.

O diferencial de sensibilidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado abaixo. Para construir o quadro em anexo, foram utilizadas as datas de revisão das taxas de juro contratuais no caso das operações a taxa variável e, para as operações a taxa fixa, foi utilizada a data de vencimento contratual ou esperada com base na experiência histórica da Caja, sem ter em conta, quando aplicável, os ajustamentos de avaliação ou as correções de valor devidas a imparidade:

6

TA

Milhares de euros			
2023			
	Ativos	Passivos	Price gap
Até 1 mês	2.015.927	(3.021.988)	(1.006.061)
Entre 1 mês e 3 meses	1.142.502	(560.479)	582.023
Entre 3 meses e 1 ano	2.853.058	(2.056.472)	796.586
Entre 1 ano e 5 anos	1.669.232	(1.006.293)	662.939
Mais de 5 anos	1.543.938	(1.831.099)	(287.161)
	9.224.657	(8.476.331)	748.326
Milhares de euros			
2022			
	Ativos	Passivos	Price gap
Até 1 mês	1.772.422	(3.409.914)	(1.637.492)
Entre 1 mês e 3 meses	985.435	(295.757)	689.678
Entre 3 meses e 1 ano	3.022.803	(968.855)	2.053.948
Entre 1 ano e 5 anos	1.548.570	(1.191.169)	357.401
Mais de 5 anos	1.808.553	(2.683.690)	(875.137)
	9.137.783	(8.549.385)	588.398

A análise é feita sobre os ativos e passivos financeiros sensíveis do balanço. As obrigações de titularização detidas no balanço da Caja em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que, para efeitos contabilísticos, estão inscritas no passivo do balanço, líquidas do montante de “Depósitos de clientes”, são incluídas para efeitos da análise “Static price gap” na coluna do ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Caja realizou uma análise de sensibilidade baseada na avaliação do impacto na sua margem financeira de variações das taxas de juro dentro de um determinado intervalo. O efeito na margem financeira dos exercícios de 2023 e 2022 de um aumento de 200 pontos base nas taxas de juros seria um aumento de 26.681 milhares de euros e 11.279 milhares de euros, respetivamente, e o efeito de uma diminuição de 200 pontos base seria uma diminuição de 29.185 milhares de euros e 18.433 milhares de euros, respetivamente, nas referidas datas.

c) Risco de mercado

A definição de risco de mercado representa a possibilidade de incorrer em perdas resultantes de movimentos adversos nos preços de obrigações, títulos ou mercadorias ou nas taxas de câmbio de moedas em Ativos financeiros detidos para negociação. A Caja mantém um baixo nível de atividade de negociação no mercado. A este respeito, nestas datas, a Caja não está exposto ou não está significativamente exposto ao risco de taxa de câmbio e ao risco de flutuação das matérias-primas.

No capital próprio, as alterações nos preços dos títulos podem ter um efeito sobre:

- Títulos de dívida classificados como ativo financeiro ao justo valor através de outro rendimento integral, principalmente devido a alterações das taxas de juro (ver Nota 18.b) ou a alterações do risco de crédito (rating) das contrapartes destes títulos. Como se pode verificar na Nota 21, em 31 de dezembro de 2023, 93% destes títulos correspondem a dívida soberana (99% em 31 de dezembro de 2022). O efeito de um aumento de 100 pontos base na taxa de juro teria um efeito negativo no justo valor da carteira de dívida soberana de 1.103 milhares de euros (1.536 milhares de euros em 2022).
- Instrumentos de capital próprio classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, apesar de em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Caja não ter estado significativamente exposto a este risco, dado que as suas principais posições correspondem maioritariamente a investimentos em entidades que são instrumentais ou que prolongam a atividade da mesma (ver Nota 21). Assim, dada a reduzida exposição, não se considerou necessário efetuar uma análise de sensibilidade a este risco naquelas datas.

d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de incorrer em perdas resultantes de processos, sistemas e pessoas inadequados ou com falhas, bem como de eventos externos, incluindo aspetos ambientais ou sociais. Inclui o risco tecnológico, legal e de conformidade.

A Caja já implementou um modelo de gestão e controlo do risco operacional para, entre outros aspetos, intensificar os controlos e reduzir as perdas ou prejuízos derivados deste risco, fomentando uma cultura interna orientada para a melhoria contínua.

Deste modo, durante os exercícios de 2023 e 2022, foi atualizado o Plano de Continuidade de Negócios da Caja, que descreve as atividades de prevenção, deteção e recuperação a serem realizadas em caso de potenciais ameaças de carácter extraordinário.

O plano de recuperação da Caja foi atualizado em 2022, incorporando as modificações solicitadas pelo Banco de Espanha, que é um plano bienal.

19. Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem

A repartição desta rubrica nos balanços a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Caixa	57.425	73.652
Saldos equivalentes em Caixa em bancos centrais	780.260	620.069
Outros depósitos à ordem	135.129	53.309
	<u>972.814</u>	<u>747.030</u>

A rubrica “Caixa” inclui os saldos depositados em numerário pela Entidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A rubrica “Saldos equivalentes de caixa em bancos centrais” inclui os depósitos à ordem no Banco de Espanha em 31 de dezembro de 2023. Este saldo acumulou uma taxa média de juro devedor de 3% e 0,30%, respetivamente, durante 2023 e 2022.

“Outros depósitos à ordem” inclui, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, saldos à ordem junto de instituições de crédito espanholas. Estes saldos venceram uma taxa de juro média de débito de 3,14% e uma taxa de juro média de crédito de 0,25% durante 2023 e 2022, respetivamente.

20. Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação

A repartição desta rubrica no balanço a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros			
	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
Derivados	<u>1.708</u>	<u>1.454</u>	<u>1.701</u>	<u>1.210</u>

O justo valor dos elementos incluídos no quadro acima foi calculado através do uso de uma técnica de avaliação dos fluxos de caixa atualizados com base em dados de mercado.

a) Derivados

A repartição do saldo de derivados financeiros detidos para negociar no balanço a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

Milhares de euros			
2023			
Valor nocional	Justo Valor		
	Ativo	Passivo	
Swaps financeiros			
Sobre ações	823	2	2
Sobre taxas de juro	162.173	1.356	1.356
	162.996	1.358	1.358
Opções			
Sobre taxas de juro	35	-	-
Derivados			
Sobre taxas de câmbio	16.733	350	343
Sobre ações	-	-	-
	16.733	350	343
	179.764	1.708	1.701

Milhares de euros			
2022			
Valor nocional	Justo Valor		
	Ativo	Passivo	
Swaps financeiros			
Sobre ações	1.448	378	378
Sobre taxas de juro	188.090	321	321
	189.538	699	699
Opções			
Sobre taxas de juro	39	-	-
Derivados			
Sobre taxas de câmbio	25.704	755	511
Sobre ações	-	-	-
	25.704	755	511
	215.281	1.454	1.210

O valor nocional e/ou contratual dos contratos de Derivados detidos para negociação não representa o risco assumido pela Caja, uma vez que a sua posição líquida é obtida através da compensação e/ou combinação destes instrumentos.

A Caja contratou operações de derivados com o Banco Cooperativo Espanhol para cobrir economicamente o risco de base de taxa de juro associado às operações de titularização realizadas (ver Nota 50). Assim, os saldos incluídos na rubrica “Swaps financeiros - Swaps de taxa de juro” do ativo e passivo acima incluem, entre outros, a valorização dos derivados associados a estas operações de titularização, uma vez que não são considerados como instrumentos de cobertura para efeitos contabilísticos.

b) Ganhos ou perdas por ativos e Passivos financeiros detidos para negociação , valor líquido

Não foram registados saldos nesta rubrica em 2023 e 2022 (Nota 40).

21. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

A repartição desta rubrica do balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 por contrapartida e tipo de instrumento é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Títulos de dívida	371.111	570.706
Administrações públicas espanholas	344.951	564.180
Administração central	344.951	564.180
Instituições de crédito	1.206	198
Outros grupos residentes	14.505	9.959
Outros títulos de renda fixa	14.505	9.959
Outros grupos não residentes	25.193	19.155
Perdas por imparidade em ativos depreciados	(186)	(324)
Ajustamentos de micro-hedging	(14.558)	(22.462)
Instrumentos de capital próprio	200.686	174.050
Participações em instituições espanholas	172.952	150.976
Participações em sociedades de investimento coletivo (*)	15.386	11.924
Outras participações	12.348	11.150
	<u>571.797</u>	<u>744.756</u>

(*) Incluindo as participações em Fundos e/ou Sociedades de Capital de Risco.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, no que respeita à categoria de risco de crédito, praticamente todos os títulos de dívida classificados nesta rubrica estavam classificados como “risco normal”.

O quadro dos instrumentos de capital próprio em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
GrucajRural Inversiones, S.L. (Nota 1.4)	138.763	119.379
Rural Servicios Informáticos, S.C.	10.433	9.499
Bestinfond, FI	6.808	5.480
Caja Rural de Jaén, S.C.C.	6.602	6.602
Helia Renovables II, FCR	3.124	2.936
Victoria Hotels & Resorts, S.L.	2.133	1.953
Espiga Equity Fund, FCR	2.060	2.051
Sociedad de Avalos y Garantías de Andalucía SGR	1.940	1.940
Redsys, S.L.	1.628	1.463
Docalia, S.L.	1.549	1.473
Resto	25.646	21.274
Total	200.686	174.050

A Assembleia Geral de Acionistas da GrucajRural Inversiones, S.L., realizada a 22 de junho de 2023, deliberou a realização do scrip dividend que consistiu na distribuição de um dividendo, executado sob a forma de aumento de capital imputado ao prémio de emissão da GrucajRural Inversiones, S.L., por um valor económico de 48 milhões de euros, com a oferta de aquisição de direitos de atribuição gratuita.

A operação de scrip dividend foi realizada através de um aumento de capital mediante a emissão de 2.060.650.000 novas ações, à razão de 1.000 novas ações por cada 21.085 ações antigas, com um valor nominal de 0,01 euros por ação, sem prémio de emissão, aumentando assim o capital social da GrucajRural Inversiones, S.L. em 20.606.500 euros, com um justo valor por ação de 0,023140 euros, equivalente ao valor teórico por ação em 31 de dezembro de 2022. A oferta da GrucajRural Inversiones, S.L. aos acionistas da aquisição alternativa em dinheiro dos direitos de atribuição gratuita foi de 0,0010975 euros por direito.

No que diz respeito ao exercício de 2022, a Assembleia Geral de Acionistas da GrucajRural Inversiones, S.L., realizada em 26 de maio de 2022, concordou com a execução do scrip dividend que consiste na distribuição de um dividendo, executado como um aumento de capital imputado ao prémio de emissão da GrucajRural Inversiones, S.L., por um valor económico de 57 milhões de euros, com uma oferta de aquisição de direitos de atribuição gratuitos.

A operação de scrip dividend foi realizada através de um aumento de capital através da emissão de 2.473.889.000 novas ações, a um rácio de 1.000 novas ações por cada 16.553 ações antigas, com um valor nominal de 0,01 euros por ação, sem prémio de emissão, aumentando assim o capital social da GrucajRural Inversiones, S.L. em 24.738.890 euros, com um justo valor por ação de 0,023213 euros, equivalente ao valor teórico por ação em 31 de dezembro de 2021. A GrucajRural Inversiones, S.L. ofereceu aos acionistas a alternativa de adquirir os direitos de atribuição gratuita em dinheiro por um montante de 0,0014015 euros por direito.

Neste sentido, em 2023, a Caja, tal como em 2022, na sua qualidade de acionista da Grucajural Inversiones, S.L., optou por subscrever a totalidade das ações que lhe correspondiam em função da sua participação no capital social e vender os restantes direitos de atribuição a título gratuito, correspondentes ao remanescente.

Como resultado das operações descritas acima, a Caja registou o montante de 8.606 milhares de euros em 2023 (6.734 milhares de euros em 2022) na rubrica “Comissões a receber” da demonstração de resultados.

A repartição por vencimento da rubrica “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral - Títulos de dívida” nos balanços a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Prazo de vencimento:		
À ordem	-	-
Até 1 ano	91.946	220.481
Entre 1 ano e 5 anos	187.126	257.852
Mais de 5 anos	92.039	92.373
	371.111	570.706

Os movimentos registados durante os exercícios de 2023 e 2022 na rubrica “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” são apresentados de seguida:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Saldo inicial	744.756	1.009.076
Adições	38.282	30.898
Vendas e amortizações	(229.192)	(130.747)
Movimentos nos ajustamentos de avaliação	14.753	(27.346)
Ajustes de micro-hedging	7.904	(40.571)
Outros movimentos	(4.827)	(8.112)
Imparidade ou (reversão de imparidade) de ativos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados (Nota 46)	121	(148)
Reclassificação da carteira (Nota 22.a)	-	(88.294)
Saldo no final do exercício	571.797	744.756

Durante o exercício de 2022, a Caja procedeu à alteração do modelo de negócio associado à carteira de Títulos de dívida ao justo valor com variações de rendimento integral, que foi analisada e aprovada pelo Conselho de Administração na reunião a 20 de dezembro de 2022. A alteração do modelo de negócio associado a esta carteira surgiu na sequência da aprovação, durante o ano de 2022, do novo plano estratégico da Caja para o período 2023-2025. O plano estratégico contempla requisitos adicionais de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL). Face ao exposto, ao baixo volume de negócios desta carteira desde a aprovação dos modelos de negócio e à ausência de remuneração adicional aos colaboradores pelos resultados nas vendas desta carteira, a Caja incluiu limitações relevantes nos títulos que podem fazer parte desta carteira, estabelecendo que para a classificação de um título nesta carteira, para além da elevada qualidade creditícia dos instrumentos financeiros, é necessário que estes tenham uma sensibilidade a variações de 100 p.b. sobre o valor nominal dos mesmos inferior ou igual a 5,5% no momento da aquisição. Para além disso, o somatório do total da carteira classificada na mesma não pode ter uma sensibilidade superior a 5% sobre os fundos próprios da Caja.

Esta alteração na carteira significa que determinados títulos existentes na carteira à data da revisão não cumpriam os novos requisitos para permanecerem na carteira. Tendo em conta as condições atuais do mercado, a Entidade considera que, à data da alteração do modelo de negócio acima descrito, a melhor opção para recuperar o investimento detido nos títulos que já não cumprem os requisitos da carteira não é a venda imediata. Assim, uma parte dos ativos deste tipo atualmente em carteira será gerida segundo um modelo que mantém os ativos para obter os fluxos de caixa contratuais e, portanto, será transferida para a carteira de custo amortizado, tendo em conta os requisitos contabilísticos atuais.

Assim, em 2022, a Entidade reclassificou títulos de dívida com um valor nominal de 89 000 milhares de euros da carteira “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados” para a carteira “Ativos financeiros ao custo amortizado”. O justo valor dos ativos reclassificados ascende a 74.465 milhares de euros e o montante das correções de valor associadas a estes ativos ascende a uma perda bruta por imparidade de 13.829 milhares de euros.

Em 2023, não se registaram quaisquer reclassificações de carteira.

A taxa de juro média anual devedora (ajustada para as coberturas destes ativos) para os anos de 2023 e 2022 para os “Títulos de dívida” foi de 4,15 % e 1,35 %, respetivamente.

Receitas de dividendos

A rubrica “Receitas de dividendos” da demonstração de resultados inclui, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os dividendos recebidos sobre os investimentos detidos pela Caja, indicados nas repartições acima de ‘Instrumentos de capital próprio’, que não estão registados como ‘Ativos financeiros detidos para negociação’. As receitas de dividendos foram de 11 080 milhares de euros e 9 533 milhares de euros em 2023 e 2022 respetivamente.

6
A

Imparidade ou (reversão da imparidade) de ativos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados

O montante registado pela Caja na rubrica “Imparidade ou reversão de imparidade de ativos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados - Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” da demonstração de resultados em anexo, corresponde a uma reversão de imparidade líquida de 121 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023 e a uma provisão líquida de 148 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022 (Nota 46).

Outro rendimento integral acumulado no capital próprio

O saldo da rubrica “Outro rendimento integral acumulado” no capital próprio em 31 de dezembro de 2023 e 2022 resultante das variações do justo valor, líquido de impostos, dos elementos incluídos na rubrica “Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral” é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Elementos a não reclassificar nos resultados		
Instrumentos de capital próprio	40.172	23.033
Elementos que podem ser reclassificados em resultados		
Instrumentos de dívida	<u>8.035</u>	<u>10.494</u>
	<u>48.207</u>	<u>33.527</u>

22. Ativos financeiros ao custo amortizado

A repartição desta rubrica do balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Valor contabilístico bruto:	8.266.639	8.178.141
Títulos de dívida (Nota 22.a)	963.011	1.092.632
Empréstimos e adiantamentos a Instituições de Crédito (Nota 22.b)	203.663	193.668
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 22.c)	7.099.965	6.891.841
Correções de valor por imparidade de ativos (Nota 22.d):	(286.559)	(254.243)
Títulos de dívida	-	-
Empréstimos e adiantamentos a Instituições de Crédito	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(286.559)	(254.243)
	<u>7.980.080</u>	<u>7.923.898</u>

a) Títulos de dívida

A repartição desta rubrica do balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Administrações públicas	564.634	707.364
Administração central	537.475	664.647
Administrações regionais autónomas	27.159	42.717
Administrações públicas não residentes em Espanha	269.047	257.291
Outras sociedades financeiras	99.822	98.463
Sociedades não financeiras	<u>29.508</u>	<u>29.514</u>
	<u>963.011</u>	<u>1.092.632</u>

A repartição por moeda e maturidade da rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado- Títulos de dívida” dos balanços em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

9
TA

	Milhares de euros	
	2023	2022
Moeda:		
Em Euros	963.011	1.092.632
	963.011	1.092.632
Por maturidade:		
Até 1 ano	129.193	146.606
Entre 1 ano e 5 anos	289.842	407.459
Mais de 5 anos	543.976	538.567
	963.011	1.092.632

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativamente à categoria de risco de crédito, todos os títulos de dívida classificados nesta rubrica foram classificados como “risco normal”.

Os movimentos registados durante os anos de 2023 e 2022 na rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado- Títulos de dívida” são apresentados de seguida:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Saldo inicial	1.092.632	1.044.616
Adições	-	40.933
Amortizações	(148.770)	(74.372)
Ajustes de micro-hedging	4.520	11.694
Outros movimentos	14.629	(18.533)
Reclassificação da carteira (Nota 21)	-	88.294
Saldo no final do exercício	963.011	1.092.632

A taxa média anual de financiamento em 2023 e 2022 para os “Ativos financeiros ao custo amortizado- Títulos de dívida” foi de 1,88% e 1,14%, respetivamente.

b) Empréstimos e adiantamentos a Instituições de Crédito

O detalhe do saldo em Empréstimos e adiantamentos a Instituições de Crédito da rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado” em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Outros empréstimos a prazo	94.073	91.308
Capital utilizado	93.908	91.189
Ajustamentos de avaliação	165	119
Juros acumulados	165	119
Adiantamentos, com exceção de empréstimos	109.590	102.360
Capital utilizado	109.590	102.360
Ajustamentos de avaliação	-	-
	203.663	193.668

A taxa média anual de juros devedores durante os exercícios de 2023 e 2022 dos depósitos em instituições de crédito foi de 3,42% e 0,36%, respetivamente.

A rubrica “Outros empréstimos a prazo” inclui um saldo de 78.378 milhares de euros e 73.178 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente, junto do Banco Cooperativo Español, S.A., o qual se encontra sujeito ao cumprimento do rácio de reserva mínima, conforme estipulado na regulamentação em vigor, que se situa, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em 1% dos passivos elegíveis para o efeito, de acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011 (ver Nota 1.1).

Q
TA

c) Empréstimos e adiantamentos a clientes

O detalhe do saldo de Empréstimos e adiantamentos a clientes de “Ativos financeiros ao custo amortizado” em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é o seguinte:

		Milhares de euros	
		2023	2022
Empréstimos		6.804.219	6.626.129
Capital movimentado		7.026.285	6.835.965
Ajustamentos de avaliação:		(222.066)	(209.836)
Perdas por imparidade em ativos		(282.997)	(253.938)
Juros vencidos		25.853	12.547
Comissões		(24.794)	(22.632)
Custos de transação		59.872	53.441
Prémios ou descontos		-	746
Adiantamentos, exceto empréstimos		9.187	11.469
Capital movimentado		12.749	11.774
Ajustamentos de avaliação:		(3.562)	(305)
Ajustamentos de avaliação: Perdas por imparidade em		(3.562)	(305)
ativos		-	-
Juros vencidos		-	-
Comissões		-	-
Custos de transação		-	-
		6.813.406	6.637.598

A repartição por natureza e por contrapartida da rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado- Empréstimos e adiantamentos a clientes” em 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

Milhares de euros					
	Administrações públicas	Outras sociedades financeiras	Sociedades não financeiras	Famílias (*)	Total
À vista e a curto prazo	-	-	179	1.240	1.419
Dívida de cartão de crédito	-	10	2.598	49.470	52.078
Carteira comercial	4.936	-	266.963	1.579	273.478
Leasing financeiro	26	-	50.238	3.056	53.320
Empréstimos com acordo de recompra	-	-	-	-	-
Outros empréstimos a prazo	384.995	89.348	1.942.872	4.006.709	6.423.924
Adiantamentos, exceto empréstimos	151	1.069	2.764	5.203	9.187
	390.108	90.427	2.265.614	4.067.257	6.813.406
Dos quais: empréstimos hipotecários	3.687	269	713.347	3.499.319	4.216.622
Dos quais: outros empréstimos com garantia	26	-	90.740	13.200	103.966
Dos quais: crédito ao consumo	-	-	-	229.245	229.245
Dos quais: empréstimos para aquisição de habitação	-	-	-	3.116.439	3.116.439
Dos quais: empréstimos para financiamento de projeto	-	-	18.977	-	18.977

(*) Inclui outras habitações, as ISFLSF e os empresários em nome individual.

A repartição por natureza e contrapartida da rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado- Empréstimos e adiantamentos a clientes” em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

Milhares de euros					
	Administrações públicas	Outras sociedades financeiras	Sociedades não financeiras	Famílias (*)	Total
À vista e a curto prazo	-	-	118	1.058	1.176
Dívida de cartão de crédito	-	7	2.221	42.221	44.449
Carteira comercial	4.729	-	236.148	1.479	242.356
Leasing financeiro	40	-	50.784	2.975	53.799
Empréstimos com acordo de recompra	-	-	-	-	-
Outros empréstimos a prazo	393.488	82.039	1.909.436	3.899.386	6.284.349
Adiantamentos, exceto empréstimos	181	962	2.639	7.687	11.469
	398.438	83.008	2.201.346	3.954.806	6.637.598
Dos quais: empréstimos hipotecários	254	86	718.044	3.413.607	4.131.991
Dos quais: outros empréstimos com garantia	40	-	79.869	13.875	93.784
Dos quais: crédito ao consumo	-	-	-	209.964	209.964
Dos quais: empréstimos para aquisição de habitação	-	-	-	3.030.022	3.030.022
Dos quais: empréstimos para financiamento de projeto	-	-	-	-	-

(*) Inclui outras habitações, as ISFLSF e os empresários em nome individual.

B
TA

A repartição do valor contabilístico bruto (incluindo juros e comissões acumulados) e das provisões por imparidade dos “Empréstimos e adiantamentos a clientes” de acordo com a sua categoria de risco de crédito em 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	Milhares de euros						Total
	Normais		Normais em vigilância especial		Difíceis		
	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	
Administrações públicas	390.108	-	-	-	-	-	390.108
Outras sociedades financeiras	90.941	(514)	-	-	-	-	90.427
Sociedades não financeiras	2.166.139	(76.593)	230.565	(90.300)	69.219	(33.416)	2.265.614
Famílias (*)	3.960.577	(56.906)	129.026	(5.951)	63.390	(22.879)	4.067.257
	6.607.765	(134.013)	359.591	(96.251)	132.609	(56.295)	6.813.406

(*) Inclui outras famílias, as ISFLSF e os empresários em nome individual.

A repartição do valor contabilístico bruto (incluindo juros e comissões acumulados) e das provisões por imparidade dos “Empréstimos e adiantamentos a clientes” de acordo com a sua categoria de risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros						Total
	Normais		Normais em vigilância especial		Difíceis		
	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	
Administrações públicas	398.438	-	-	-	-	-	398.438
Outras sociedades financeiras	83.356	(492)	151	(14)	29	(22)	83.008
Sociedades não financeiras	2.119.973	(59.690)	201.386	(88.671)	45.138	(16.790)	2.201.346
Famílias (*)	3.860.031	(59.157)	116.213	(5.738)	67.126	(23.669)	3.954.806
	6.461.798	(119.339)	317.750	(94.423)	112.293	(40.481)	6.637.598

(*) Inclui outras famílias, as ISFLSF e os empresários em nome individual.

Durante os exercícios de 2023 e 2022, foram efetuados os seguintes movimentos entre as diferentes situações de risco:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Transferências entre Normal e Vigilância especial		
Para Vigilância Especial de Normal	105.659	82.856
Para Normal a partir de Vigilância Especial	20.326	34.764
Transferências entre Vigilância Especial e Dúvida		
Para Duvidoso de Vigilância Especial	15.205	15.072
Para Vigilância Especial de Duvidoso	9.604	14.900
Transferências entre Normal e Duvidoso		
Para Duvidoso de Normal	38.016	11.933
Para Normal a partir de Duvidoso	1.009	1.184

A taxa de juro média anual a pagar em 2023 e 2022 sobre os saldos incluídos na rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” ascende a 3,12% e 1,74%, respetivamente.

Ativos duvidosos

A repartição dos ativos de cobrança duvidosa é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Empréstimos de cobrança duvidosa	128.993	112.032
Ajustamentos de avaliação:		
Ajustamentos de avaliação por imparidade de ativos	(52.735)	(40.178)
Juros e comissões vencidos	(46)	(157)
Adiantamentos de cobrança duvidosa, exceto empréstimos	3.662	418
Ajustamentos de avaliação:		
Ajustamentos de valor por imparidade de ativos	(3.560)	(303)
Juros e comissões vencidos	-	-

Os ativos de cobrança duvidosa são constituídos pelos ativos que foram considerados em imparidade devido a critérios de cobrança duvidosa e por outras razões que não a cobrança duvidosa. A repartição dos ativos de cobrança duvidosa brutos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros (*)	
	2023	2022
Pela forma de determinação:		
Duvidosos sem incumprimento	42.075	48.940
Incumprimento (e reporte de operações)	90.534	63.353
	<u>132.609</u>	<u>112.293</u>

(*) Inclui juros acumulados e comissões

Relativamente aos ativos financeiros cuja imparidade tenha sido determinada por outros critérios que não o incumprimento, os fatores que condicionaram a determinação da imparidade por parte da Caja correspondem à situação financeira do devedor, a situações decorrentes de processos judiciais (como processos de insolvência), à evolução do setor económico correspondente, ao volume de dívidas por pagar, a reembolsos ou outros que se considerem relevantes.

O detalhe em 31 de dezembro de 2023 e 2022 dos ativos com imparidade considerados pelos critérios de ativos não produtivos (vencidos e com efeito de reporte), de acordo com a antiguidade dos montantes classificados como com imparidade e respetivas correções de valor, é o seguinte:

31 de dezembro de 2023	Total de riscos de incumprimento		Com montantes em atraso > 90 dias <= 6 meses		Com montantes em atraso > 6 meses <= 9 meses		Com montantes em atraso > 9 meses <= 12 meses		Com montantes em atraso > 12 meses <= 15 meses		Com montantes em atraso > 15 meses <= 18 meses		Com montantes em atraso > 18 meses <= 21 meses		Com montantes em atraso > 21 meses	
	Valor contabilístico	Cobertura	Valor contabilístico	Cobertura	Valor contabilístico	Cobertura	Valor contabilístico	Cobertura	Valor contabilístico	Cobertura	Valor contabilístico	Cobertura	Valor contabilístico	Cobertura	Valor contabilístico	Cobertura
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual	49.694	(25.887)	21.515	(14.289)	5.951	(1.701)	2.507	(914)	1.347	(653)	2.019	(782)	3.457	(1.130)	12.898	(6.418)
Financiamentos especializados	2.138	(1.012)	1.417	(833)	-	-	-	-	1	-	-	-	8	(8)	712	(171)
Outros fins que não o financiamento especializado	47.556	(24.875)	20.098	(13.456)	5.951	(1.701)	2.507	(914)	1.346	(653)	2.019	(782)	3.449	(1.122)	12.186	(6.247)
Grandes empresas	17.374	(13.651)	9.150	(8.922)	727	(180)	-	-	-	-	-	-	529	(158)	6.968	(4.391)
PMEs	25.241	(9.383)	9.469	(4.090)	4.411	(1.243)	1.866	(562)	987	(471)	1.768	(612)	2.770	(863)	3.970	(1.542)
Empresários em nome individual	4.941	(1.841)	1.479	(444)	813	(278)	641	(352)	359	(182)	251	(170)	150	(101)	1.248	(314)
Famílias (excluindo empresários em nome individual)	40.840	(13.893)	14.073	(4.154)	5.667	(1.298)	4.079	(1.624)	2.844	(1.267)	2.102	(788)	1.697	(986)	10.378	(3.776)
Aquisição de habitação	29.751	(8.506)	10.496	(2.827)	4.295	(843)	2.802	(874)	1.888	(601)	1.660	(405)	1.169	(498)	7.441	(2.458)
Crédito ao consumo	2.534	(1.897)	756	(407)	349	(221)	416	(322)	290	(245)	239	(223)	320	(315)	164	(164)
Dos quais: dívida de cartão de crédito	367	(278)	88	(50)	63	(39)	57	(42)	49	(40)	38	(35)	31	(31)	41	(41)
Outros fins	8.555	(3.490)	2.821	(920)	1.023	(234)	861	(428)	666	(421)	203	(160)	208	(173)	2.773	(1.154)
Total	90.534	(39.780)	35.588	(18.443)	11.618	(2.999)	6.586	(2.538)	4.191	(1.920)	4.121	(1.570)	5.154	(2.116)	23.276	(10.194)

31 de dezembro de 2022		Total de riscos de incumprimento		Com montantes em atraso > 90 dias <= 6 meses		Com montantes em atraso > 6 meses <= 9 meses		Com montantes em atraso > 9 meses <= 12 meses		Com montantes em atraso > 12 meses <= 15 meses		Com montantes em atraso > 15 meses <= 18 meses		Com montantes em atraso > 18 meses <= 21 meses		Com montantes em atraso > 21 meses	
Valor contábilístico	Cobertura	Valor contábilístico	Cobertura	Valor contábilístico	Cobertura	Valor contábilístico	Cobertura	Valor contábilístico	Cobertura	Valor contábilístico	Cobertura	Valor contábilístico	Cobertura	Valor contábilístico	Cobertura	Valor contábilístico	Cobertura
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	29	(21)	-	-	29	(21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual	30.355	(10.716)	5.252	(1.081)	5.405	(1.194)	8.661	(4.161)	1.680	(434)	829	(435)	1.132	(510)	7.396	(2.901)	(97)
Financiamentos especializados	1.024	(319)	66	(24)	8	(6)	266	(192)	-	-	-	-	-	-	684	(97)	(97)
Outros fins que não o financiamento especializado	29.331	(10.397)	5.186	(1.057)	5.397	(1.188)	8.395	(3.969)	1.680	(434)	829	(435)	1.132	(510)	6.712	(2.804)	(2.804)
Grandes empresas	7.276	(3.653)	-	-	-	-	7.276	(3.653)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PMES	17.729	(5.184)	3.758	(683)	4.835	(1.001)	929	(225)	1.466	(361)	650	(334)	795	(308)	5.296	(2.272)	(2.272)
Empresários em nome individual	4.326	(1.560)	1.428	(374)	562	(187)	190	(91)	214	(73)	179	(101)	337	(202)	1.416	(532)	(532)
Famílias (excluindo empresários em nome individual)	32.969	(11.387)	10.290	(1.957)	3.151	(971)	2.426	(1.004)	2.335	(939)	1.493	(674)	2.055	(822)	11.219	(5.020)	(5.020)
Aquisição de habitação	22.210	(4.953)	8.085	(1.019)	2.037	(487)	1.521	(500)	1.704	(523)	1.012	(219)	1.118	(331)	6.733	(1.874)	(1.874)
Crédito ao consumo	3.328	(2.759)	435	(241)	416	(264)	414	(287)	160	(136)	286	(268)	206	(204)	1.411	(1.359)	(1.359)
Dos quais: dívida de cartão de crédito	434	(340)	140	(78)	53	(34)	46	(37)	18	(15)	13	(12)	22	(22)	142	(142)	(142)
Outros fins	7.431	(3.675)	1.770	(697)	698	(220)	491	(217)	471	(280)	195	(187)	731	(287)	3.075	(1.787)	(1.787)
Total	63.353	(22.124)	15.542	(3.038)	8.556	(2.165)	11.116	(5.186)	4.015	(1.373)	2.322	(1.109)	3.187	(1.332)	18.615	(7.921)	(7.921)

(*) Para efeitos comparativos, o saldo em 2022 inclui um montante líquido de 1.998 milhares de euros que é reclassificado de PME e empresas em nome individual para grandes empresas em 2023.

Q
TA

As garantias associadas aos ativos com imparidade (de cobrança duvidosa) em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são as seguintes:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Operações com garantia financeira	1.158	102
Operações com garantia de habitação	87.509	87.067
Operações com garantias comerciais	41.723	22.291
Operações com garantias imobiliárias restantes	31.248	40.229
Operações com outras garantias	1.303	1.031
	<u>162.941</u>	<u>150.720</u>

Os montantes contabilísticos dos ativos financeiros vencidos e sem imparidade, excluindo as perdas por imparidade, classificados de acordo com a respetiva antiguidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

	Milhares de euros		
	Menos de 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Total
31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e adiantamentos a clientes:			
Administrações Públicas	-	-	-
Outras sociedades financeiras	-	-	-
Sociedades não financeiras	27.691	11.846	39.537
Famílias	85.019	49.429	134.448
31 de dezembro de 2022			
Empréstimos e adiantamentos a clientes:			
Administrações Públicas	1.468	-	1.468
Outras sociedades financeiras	-	-	-
Sociedades não financeiras	18.625	9.094	27.719
Famílias	85.916	37.885	123.801

6

FA

A classificação dos montantes vencidos dos ativos classificados como sem imparidade pendentes de receber, de acordo com a sua antiguidade, é a seguinte (incluindo o valor das garantias associadas):

	Milhares de euros			
	2023		2022	
	Montantes em atraso ^(*)	Valor das garantias associadas ^(**)	Montantes em atraso ^(*)	Valor das garantias associadas ^(**)
Menos de 1 mês	7.424	263.461	4.024	253.348
Mais de 1 mês sem exceder os 3 meses	2.091	52.687	828	44.752
Mais de 2 meses sem exceder os 3 meses	1.343	30.905	1.442	26.431
	10.858	347.053	6.294	324.531

^(*) Incluídas as prestações de riscos vencidos pendentes de cobrança no final do exercício de 2023 e 2022.

^(**) Inclui garantias que cobrem 100% da exposição ao risco cujas prestações não foram pagas no final do exercício de 2023 e 2022.

O movimento dos ativos financeiros com imparidade retirados do balanço da Caja à medida que a recuperação é considerada remota é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	64.339	63.139
Acréscimos:		
A imputar a perdas por imparidade (Nota 22.d)	9.577	7.470
Imputadas diretamente à conta de resultados (Nota 22.d)	2.559	2.930
Créditos vencidos e não cobrados	3.737	2.173
Outros produtos	256	2.520
Reduções de valor:		
Por cobrança do capital junto das contrapartes (Nota 22.d)	(176)	(187)
Por recuperações em numerário de produtos vencidos e não cobrados	(111)	(520)
Por anulação e outras rubricas	(43.888)	(3.091)
Por prescrição	-	-
Por execução hipotecária de bens corpóreos	-	-
Cobrança a cessionários (Nota 22.d)	(363)	(14)
Perdas definitivas	(6.611)	(10.081)
Saldo no fim do exercício	29.319	64.339
Saldo no início do exercício		

d) Perdas por imparidade

O detalhe em 31 de dezembro de 2023 e 2022 do saldo das “Correções de valor devidas a imparidade de ativos” da rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado” é o seguinte:

	Miles de euros	
	2023	2022
Títulos de dívida		
Ajustes de valor avaliados individualmente	-	-
Ajustes de valores avaliados coletivamente	-	-
	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Ajustes de valor avaliados individualmente	121.481	100.301
Ajustes de valores avaliados coletivamente	165.078	153.942
	286.559	254.243
	286.559	254.243

O movimento durante os exercícios de 2023 e 2022 no saldo das “Ajustamentos de valor por imparidade de ativos” da rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado” é o seguinte:

	Miles de euros	
	2023	2022
Saldo inicial	254.243	256.515
Dotações imputadas aos resultados	60.556	29.168
Recuperação de provisões creditadas em resultados	(18.846)	(24.282)
Utilização de perdas por imparidade acumuladas (Nota 22.c)	(9.577)	(7.470)
Outros movimentos	183	312
Saldo no fim do exercício	286.559	254.243

B
TA

A repartição do saldo da rubrica “Imparidade ou (reversão da imparidade) de ativos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados - Ativos financeiros ao custo amortizado” na demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada abaixo:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Provisões registadas em resultados	60.556	29.168
Amortizações diretas de saldos (Nota 22.c)	2.559	2.930
Recuperações de provisões creditadas em resultados	(18.846)	(24.282)
Recuperações de elementos do ativo abatidos (Nota 22.c)	(539)	(201)
Total (Nota 46)	43.730	7.615

e) Ativos financeiros renegociados

O montante, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, das operações que, na sequência de refinanciamento ou reestruturação, foram classificadas como de cobrança duvidosa durante os exercícios de 2023 e 2022, repartido por contrapartida e finalidade, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Instituições de crédito	-	-
Administrações públicas	-	-
Outras sociedades financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial financeira)	-	-
Sociedades não financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial não financeira)	5.087	8.267
<i>Das quais: financiamento da construção e da promoção imobiliária (incluindo terrenos)</i>	498	102
Outras famílias	3.681	3.383
Total	8.768	11.650

O quadro seguinte apresenta o valor contabilístico bruto (em milhares de euros) das operações de refinanciamento, refinanciadas e reestruturadas, bem como as respetivas coberturas de risco de crédito, discriminadas por contraparte e finalidade:

31 de dezembro de 2023

	TOTAL						Das quais: duvidosos					
	Sem garantia		Com garantia				Sem garantia		Com garantia			
	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Montante máximo da garantia que pode ser considerada		Número de operações	Valor contabilístico bruto	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Montante máximo da garantia que pode ser considerada	
					Garantias imobiliárias	Outras garantias					Garantias imobiliárias	Outras garantias
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial financeira)	1	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras e empresas em nome individual (atividade empresarial não financeira)	751	29.597	343	55.858	53.301	231	86	7.751	133	19.411	17.425	204
<i>Das quais: financiamento da construção e da promoção imobiliária (incluindo terrenos)</i>	13	654	33	6.465	6.083	-	10	393	8	1.195	880	-
Outras famílias	347	2.837	1.298	83.359	79.267	45	159	994	467	32.828	30.967	20
Total	1.099	32.441	1.641	139.217	132.568	276	245	8.745	600	52.239	48.392	224
												(24.769)

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Financiamentos classificados como ativos não correntes e grupos de elementos alienáveis classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

110
6
M

	TOTAL						Dos quais: duvidosos							
	Sem garantia		Com garantia				Sem garantia		Com garantia					
	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Garantia imobiliária	Resto de garantias reais	Imparidade acumulada ou perdas acumuladas de justo valor devidas ao risco de crédito	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Garantia imobiliária	Resto de garantias reais	Imparidade acumulada ou perdas acumuladas de justo valor devidas ao risco de crédito
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Otras sociedades financieras e empresas em nome individual (atividade empresarial financeira)	1	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financieras e empresas em nome individual (atividade empresarial não financeira)	236	19.670	381	57.564	54.235	309	(15.236)	80	12.676	154	22.011	19.725	233	(11.179)
Dos quais: financiamento da construção e da promoção imobiliária (incluindo terrenos)	3	320	38	7.112	6.742	-	(1.802)	7	103	7	805	798	-	(227)
Otras familias	383	2.850	1.388	89.912	83.915	35	(16.045)	199	1.449	565	39.361	36.430	1	(13.782)
Total	620	22.529	1.769	147.476	138.150	344	(31.281)	279	14.125	719	61.372	56.155	234	(24.961)

INFORMAÇÃO ADICIONAL

[illegible]

23. Ativos financeiros não negociáveis avaliados obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados

A repartição desta rubrica no balanço a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Títulos de dívida	1.990	1.982
Outras sociedades financeiras	1.990	1.982
Sociedades não financeiras	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10.703	11.994
Outras sociedades financeiras	10.703	10.828
Sociedades não financeiras	-	1.166
	12.693	13.976

A repartição do saldo da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” da conta de “Ativos financeiros não negociáveis avaliados obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados ” em 31 de dezembro de 2023 y 2022, é a seguinte:

	Milhares de Euros	
	2023	2022
Empréstimos	10.703	11.994
Capital mobilizado	18.356	18.692
Ajustamentos de avaliação	(7.653)	(6.698)
Juros vencidos	17	6
Ajustamento do justo valor	(7.670)	(6.704)
Adiantamentos, exceto empréstimos	-	-
	10.703	11.994

6
7A

24. Derivados – contabilidade de coberturas

A repartição destas rubricas do balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros			
	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
Coberturas:	7.509	13.803	102.302	101.943
Coberturas de justo valor	2.131	5.637	52.832	49.951
Coberturas de justo valor do risco de taxa de juro de uma carteira	5.378	8.166	5.500	-
Coberturas de fluxos de caixa	-	-	43.970	51.992
	7.509	13.803	102.302	101.943

Em 2023 e 2022, a Caja realizou uma cobertura do risco de taxa de juro de carteiras específicas de empréstimos hipotecários com taxa fixa, através de swaps de taxa de juro em que trocou a taxa fixa recebida por uma taxa variável. A avaliação do justo valor da carteira com cobertura em função da evolução das taxas de juro é registada na rubrica “Variação do justo valor dos elementos cobertos de uma carteira com cobertura de risco de taxa de juro” do balanço. Nos exercícios de 2023 e 2022, o justo valor da carteira de cobertura do risco de taxa de juro era, respetivamente, de 343 milhares de euros a débito e de 8 280 milhares de euros a crédito.

As restantes coberturas cobrem maioritariamente determinadas operações de renda fixa, sendo coberturas de justo valor e de fluxos de caixa, estas últimas destinadas a cobrir as flutuações da curva de inflação.

A repartição das rubricas do ativo e do passivo “Derivados - contabilidade de cobertura” do balanço a 31 de dezembro de 2023 e 2022, classificadas por contrapartida, maturidade e por tipo de risco coberto, é a seguinte:

	Milhares de euros					
	Valor nominal		Justo Valor			
			Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Por contrapartida:						
Instituições de crédito residentes	798.810	805.692	7.509	13.803	102.302	101.943
Por prazo:						
Até 1 ano	110.773	150.625	-	-	27.285	8.935
Mais de 1 ano e até 5 anos	296.050	406.823	1.447	2.094	53.940	82.135
Mais de 5 anos	391.987	248.244	6.062	11.709	21.077	10.873
	<u>798.810</u>	<u>805.692</u>	<u>7.509</u>	<u>13.803</u>	<u>102.302</u>	<u>101.943</u>
Por tipo de risco coberto:						
Sobre taxa de juro (swaps)	797.987	804.244	7.509	13.803	102.285	101.909
Sobre ações	823	1.448	-	-	17	34
	<u>798.810</u>	<u>805.692</u>	<u>7.509</u>	<u>13.803</u>	<u>102.302</u>	<u>101.943</u>

O valor nominal e/ou contratual dos contratos de derivados de cobertura de ativos e passivos não representa o risco assumido pela Caja, uma vez que a sua posição líquida resulta da compensação e/ou combinação destes instrumentos.

25. Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

A repartição desta rubrica no balanço anexo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Investimentos imobiliários	3.392	3.698
Ativos tangíveis executados (Nota 9)	11.225	16.708
Total valor bruto	14.617	20.406
Investimentos imobiliários	(1.335)	(1.369)
Ativos tangíveis executados (Nota 9)	(8.728)	(11.180)
Total das perdas por imparidade dos ativos	(10.063)	(12.549)
Total valor líquido	4.554	7.857

O quadro seguinte apresenta as sociedades e agências de avaliação cujas avaliações foram utilizadas para estimar a necessidade ou não de reconhecer perdas por imparidade nos ativos não correntes detidos para venda constituídos por propriedades de investimento e ativos tangíveis executados, indicando-se para cada sociedade e agência de avaliação a respetiva quantia contabilística líquida das perdas por imparidade reconhecidas para os ativos avaliados por estas sociedades, bem como o correspondente justo valor estimado nas referidas avaliações em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Milhares de euros			
	2023		2022	
	<u>Contabilista</u>	<u>Avaliação</u>	<u>Contabilista</u>	<u>Avaliação</u>
Valmesa	1.224	7.579	2.397	8.210
Cohispania	-	54	1.803	3.001
Gloval Valuation	795	1.226	1.447	3.304
Arco Valoraciones	509	735	745	1.313
Tinsa	1.354	3.143	844	3.236
Instituto de Valoraciones	3	271	308	3.454
Tasasur	95	808	172	414
Krata	442	3.125	141	550
Gestión de Valoraciones y Tasaciones	132	484	-	238
Eurotasa	-	239	-	239
Tasaciones Andaluzas	-	34	-	34
Spania Tasaciones	-	76	-	76
	<u>4.554</u>	<u>17.774</u>	<u>7.857</u>	<u>24.069</u>

A repartição da rubrica “ Ativos tangíveis executados ” do balanço a 31 de dezembro de 2023 e 2022, segundo o tipo de ativo executado, sem ter em conta as correções de valor devidas à imparidade dos ativos, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos residenciais	2.540	3.137
Ativos industriais	779	1.996
Ativos agrícolas	1.901	2.558
Outros ativos	<u>6.005</u>	<u>9.017</u>
	<u>11.225</u>	<u>16.708</u>

A rubrica “Propriedades de investimento” inclui edifícios de uso próprio da Caja, que foi decidido colocar à venda. Em relação a estes edifícios, a Caja continua a desenvolver políticas ativas com vista à sua alienação e dispõe de avaliações efetuadas por peritos independentes que sustentam o valor líquido contabilístico registado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A rubrica “Ativos tangíveis executados” regista os bens executados para pagamento de dívidas.

Os “Ativos não correntes detidos para venda” não estão sujeitos a amortização enquanto se mantiverem nesta categoria.

Os movimentos registados durante os anos de 2023 e 2022 na rubrica “Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda”, antes das correções de valor devidas à imparidade dos ativos, são apresentados a seguir:

Milhares de euros			
	Propriedades de investimento	Ativo tangível executado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.772	21.461	27.233
Aumentos	15	245	260
Baixas	(2.361)	(4.998)	(7.359)
Transferências e outros movimentos (Nota 27)	272	-	272
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.698	16.708	20.406
Aumentos	-	279	279
Baixas	(306)	(5.762)	(6.068)
Transferências e outros movimentos (Nota 27)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.392	11.225	14.617

Durante os exercícios de 2023 e 2022, os elementos classificados como detidos para venda foram alienados por montantes brutos de 6.068 e 7.359 milhares de euros, respetivamente, gerando um ganho líquido nestas vendas de 276 e 641 milhares de euros, respetivamente (Nota 49).

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2023 e 2022 na rubrica “ Correções de valor por imparidade de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda” são apresentados de seguida:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Saldo inicial	12.549	15.228
Provisões ao valor líquido das recuperações de exercícios anteriores	(628)	316
Propriedades de investimento (Nota 49)	(4)	78
Ativos tangíveis executados (Nota 49)	(624)	238
Amortizações (Nota 49)	-	-
Utilizações	(1.858)	(2.995)
Saldo no final do exercício	10.063	12.549

26. Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

A repartição desta rubrica nos balanços a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Empresas associadas	-	-
Valor bruto	-	-
Ajustes de imparidade dos ativos	-	-
Dependentes:	-	-
Valor bruto	1.720	1.720
Ajustes de imparidade dos ativos	(1.720)	(1.720)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor bruto dos Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas corresponde à participação detida na Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U. no valor de 1.720 milhares de euros, que representa 100% do capital social desta sociedade em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (ver Nota 1.3).

G
A

Não houve movimentos durante 2023 e 2022 no saldo de “Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas”.

São entidades dependentes das entidades participadas as que constituem uma unidade de decisão com a Entidade, que são as entidades sobre as quais a Entidade tem, direta ou indiretamente através de uma ou mais outras participadas, a capacidade de exercer controlo. Esta capacidade de exercer controlo é geralmente, mas não exclusivamente, manifestada pela detenção um direito de voto, direto ou indireto, através de uma ou mais empresas participadas, de 50% ou mais dos direitos de voto da investida. O controlo é o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa participada de modo a obter benefícios das suas atividades e pode ser exercido mesmo que não se detenha a percentagem de participação acima indicada.

A informação relevante sobre a participação na Subsidiária em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

Nome e sede social	Forma jurídica	Atividade	Participação no capital Direta (%)	
			2023	2022
Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U.	Sociedad Anónima Unipersonal	Gestão, administração e alienação de activos imobiliários	100%	100%

	Milhares de euros (*)	
	2023	2022
Total ativo	27.954	35.135
Património Líquido (**)	(62.868)	(60.817)
Resultados	(2.051)	(3.444)

(*) Elaborado tendo em conta os critérios estabelecidos pelo Plano Geral de Contabilidade.

(**) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Caja tem um empréstimo participativo no montante de 90.500 milhares de euros e 85.500 milhares de euros, respetivamente, que, se considerado no capital próprio, ascenderia a 27.632 milhares de euros no final do exercício de 2023 (final do exercício de 2022: 24.683 milhares de euros).

A Caja detém um número total de 3.356.536 ações com um valor nominal por ação de 1 euro em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Nota 1.3). As ações desta sociedade não estão cotadas em mercados organizados.

27. Ativos tangíveis

A repartição desta rubrica no balanço a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Ativo fixo tangível		
Para uso próprio:	132.758	130.010
Material e instalações informáticas	4.000	4.609
Mobiliário, veículos e outras instalações e equipamentos	18.105	18.026
Edifícios	94.139	91.609
Trabalhos em curso	742	64
Direitos de utilização	13.869	13.745
Outros ativos	2.876	2.930
Correções de valor por imparidade	(973)	(973)
Afetação ao Fundo de Educação e de Promoção	1.414	1.414
Imóveis (Nota 29)	1.414	1.414
	134.172	131.424

O direito de utilização corresponde principalmente ao aluguer de edifícios e instalações para a rede de escritórios. As cláusulas dos contratos de aluguer correspondem, em grande medida, aos contratos de aluguer em condições normais de mercado.

6
TA

O movimento durante os exercícios de 2023 e 2022 no saldo da rubrica “Ativos tangíveis” é o seguinte:

	Milhares de euros				Total
	Para uso próprio	Afeto ao FEP	Propriedade de investimento	Direitos de utilização	
Bruto					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>236.505</u>	<u>1.414</u>	<u>-</u>	<u>19.020</u>	<u>256.939</u>
Aumento	6.456	-	-	3.587	10.043
Diminuição	(2.086)	-	-	(2.800)	(4.886)
Transferências (Nota 25)	<u>(478)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(478)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>240.397</u>	<u>1.414</u>	<u>-</u>	<u>19.807</u>	<u>261.618</u>
Aumento	8.171	-	-	3.231	11.402
Diminuição	(6.357)	-	-	(1.944)	(8.301)
Transferências (Nota 25)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>242.211</u>	<u>1.414</u>	<u>-</u>	<u>21.094</u>	<u>264.719</u>

	Milhares de euros				
	Para uso próprio	Afeto ao FEP	Propriedade de investimento	Direitos de utilização	Total
Amortizações acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(119.570)	-	-	(5.553)	(125.123)
Provisões (Nota 44)	(5.714)	-	-	(2.237)	(7.951)
Diminuição	1.919	-	-	1.728	3.647
Transferências (Nota 25)	206	-	-	-	206
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(123.159)	-	-	(6.062)	(129.221)
Provisões (Nota 44)	(5.511)	-	-	(2.270)	(7.781)
Diminuição	6.321	-	-	1.107	7.428
Transferências (Nota 25)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(122.349)	-	-	(7.225)	(129.574)

6
7A

	Milhares de euros				Total
	Para uso próprio	Afeto ao FEP	Propriedade de investimento	Direitos de utilização	
Ajustamentos de valor por imparidade de ativos					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(973)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(973)</u>
Dotações líquidas	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-	-
Transferências	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(973)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(973)</u>
Dotações líquidas	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-	-
Transferências	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(973)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(973)</u>
Valor líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>116.265</u>	<u>1.414</u>	<u>-</u>	<u>13.745</u>	<u>131.424</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>118.889</u>	<u>1.414</u>	<u>-</u>	<u>13.869</u>	<u>134.172</u>

A repartição do saldo da rubrica “Ativos fixos tangíveis de uso próprio” das contas de património em 31 de dezembro de 2023 e 2022, excluindo os direitos de utilização, é a seguinte:

	Milhares de euros			
	Bruto	Amortizações acumulada	Ajustamentos de valor dos ativos	Líquido
Em 31 de dezembro de 2023				
Equipamento e meios informáticos	35.053	(31.053)	-	4.000
Mobiliário, veículos e outras instalações	63.671	(45.566)	-	18.105
Edifícios	139.473	(45.334)	(199)	93.940
Trabalhos em curso	742	-	-	742
Outros	3.272	(395)	(774)	2.102
	<u>242.211</u>	<u>(122.349)</u>	<u>(973)</u>	<u>118.889</u>
Em 31 de dezembro de 2022				
Equipamento e meios informáticos	37.848	(33.239)	-	4.609
Mobiliário, veículos e outras instalações	64.099	(46.073)	-	18.026
Edifícios	135.114	(43.505)	(199)	91.410
Trabalhos em curso	64	-	-	64
Outros	3.272	(342)	(774)	2.156
	<u>240.397</u>	<u>(123.159)</u>	<u>(973)</u>	<u>116.265</u>

A rubrica “Obras em curso” regista, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, os imóveis adquiridos pela Caja para a localização dos seus escritórios e nos quais, nessa data, as obras de remodelação não foram concluídas para permitir o início da atividade comercial.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 não estão registados quaisquer ativos tangíveis que estejam temporariamente fora de uso.

O custo das imobilizações corpóreas totalmente amortizadas e ainda em utilização em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de 67.565 milhares de euros e 66 293 milhares de euros, respetivamente.

A Caja contratou várias apólices de seguro para cobrir os riscos a que estão sujeitos os seus ativos fixos tangíveis. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a cobertura dessas apólices é considerada suficiente.

28. Situação fiscal

O detalhe das rubricas “Ativos e passivos por impostos” em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente, é o seguinte:

	Milhares de euros			
	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Correntes:	4.083	1.203	8.298	1.177
Diferidos:	118.473	20.784	119.690	21.174
	122.556	21.987	127.988	22.351

O saldo da rubrica “Ativos por impostos” inclui os montantes a recuperar por impostos nos próximos doze meses (“Ativos por impostos correntes”) e os montantes de impostos a recuperar em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de créditos fiscais ou de benefícios fiscais pendentes de compensação (“Ativos por impostos diferidos”). O saldo de “Passivos fiscais” inclui o montante de todos os passivos fiscais, distinguindo entre correntes e diferidos.

O Real Decreto 14/2013 sobre medidas urgentes para a adaptação da legislação espanhola à regulamentação da União Europeia em matéria de supervisão e solvência das instituições financeiras estabeleceu algumas medidas destinadas a permitir que alguns ativos por impostos diferidos continuem a contar como capital, em conformidade com a regulamentação em vigor noutros Estados, entre elas a alteração do texto revisto da Lei do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Real Decreto Legislativo 4/2004, atualmente a Lei 27/2014, de 27 de novembro, relativa ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, especialmente no que diz respeito à conversão de ativos por impostos diferidos em créditos da Administração Pública. A estimativa feita pela Caja em 31 de dezembro de 2023 e 2022, representa um montante aproximado de 86.838 e 82.825 milhares de euros, respetivamente, que podem ser considerados créditos fiscais a pagar à Administração Pública.

Os movimentos dos “Ativos e passivos por impostos correntes e diferidos” durante 2023 e 2022 é o seguinte:

	Milhares de euros							
	2023				2022			
	Ativos Fiscais		Passivos Fiscais		Ativos Fiscais		Passivos Fiscais	
	Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos
Saldo inicial	8.298	119.690	1.177	21.174	7.097	117.058	1.215	26.519
Altas	4.083	10.420	1.203	1.083	8.298	8.797	1.177	50
Baixas	(8.298)	(11.637)	(1.177)	(1.473)	(7.097)	(6.165)	(1.215)	(5.395)
Saldo final	4.083	118.473	1.203	20.784	8.298	119.690	1.177	21.174

Para este efeito, a repartição dos ativos e passivos fiscais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros			
	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
Impostos correntes	4.083	8.298	1.203	1.177
Diferenças temporárias	118.473	119.690	20.784	21.174
Imparidade de insolvências	39.268	34.962	-	-
Imparidade de ativos executados	3.492	3.755	-	-
Outros fundos	10.390	8.065	-	-
Outras rubricas	61.960	66.827	14.855	15.055
DT imputada ao P. líquido Instrumentos financeiros	3.363	6.081	5.929	6.119
Créditos por deduções fiscais não utilizadas	-	-	-	-
Liquidações negativas de impostos	-	-	-	-
Total DT/deduções fiscais e liquidações negativas de impostos	118.473	119.690	20.784	21.174
Total Ativos/Passivos por impostos	122.556	127.988	21.987	22.351

A origem dos impostos diferidos registados nos balanços a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o efeito fiscal dos ajustamentos feitos ao capital próprio inicial da Entidade, dos ajustamentos feitos à avaliação dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, dos ajustamentos feitos para efeitos de determinação das liquidações fiscais (correspondendo principalmente a provisões e recuperações de fundos de cobrança duvidosa) e das deduções geradas no exercício.

O movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos em 2023 e 2022 inclui os ativos e passivos gerados e revertidos nas liquidações finais de IRC de 2023 e 2022 no valor líquido negativo de 817 milhares de euros e positivo de 38 milhares de euros, respetivamente.

A reconciliação do resultado contabilístico atribuível aos exercícios para 2023 e 2022 com o rendimento tributável para efeitos de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas é a seguinte:

	Milhares de Euros		
	2023		
	Resultado Extracooperativo	Resultado Cooperativo	Total
Resultado contabilístico antes de impostos e FEP	37.861	93.582	131.443
Diferenças permanentes:	(24.367)	(42.828)	(67.195)
Remuneração do capital (Nota 4)	-	(12.011)	(12.011)
Dotação do Fundo de Reserva Obrigatório (Nota 4) (50%)	(16.872)	(24.241)	(41.113)
Dotação obrigatória para o FEP (Nota 4)	-	(10.278)	(10.278)
Outros aumentos	2.012	3.702	5.714
Outras diminuições	(9.507)	-	(9.507)
Resultado contabilístico ajustado	13.494	50.754	64.248
Diferenças temporárias:	13.826	21.106	34.932
Outros aumentos das diferenças temporárias sobre os ativos	13.377	22.024	35.401
Outras diminuições nas diferenças temporárias nos ativos	(570)	(1.460)	(2.030)
Reversão de diferenças temporárias no passivo	1.019	542	1.561
Lucro tributável para efeitos fiscais	27.320	71.860	99.180
Imposto total a pagar após compensação	8.196	17.965	26.161
Aplicação do ajustamento do art. 11.12 da Lei 27/2014 e outros	(2.107)	(4.613)	(6.720)
Obrigações fiscais total	6.089	13.352	19.441
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-
Deduções e abatimentos	-	-	(366)
Retenções e pagamentos por conta	-	-	(22.781)
Imposto a pagar (recuperar)	-	-	(3.706)

Milhares de Euros			
2022			
	Resultado Extracooperativo	Resultado Cooperativo	Total
Resultado contabilístico antes de impostos e FEP	25.720	58.061	83.781
Diferenças permanentes:	(19.555)	(25.478)	(45.033)
Remuneração do capital (Nota 4)	-	(6.000)	(6.000)
Dotação do Fundo de Reserva Obrigatório (Nota 4) (50%)	(11.957)	(15.241)	(27.198)
Dotação obrigatória para o FEP (Nota 4)	-	(6.800)	(6.800)
Outros aumentos	672	2.563	3.235
Outras diminuições	(8.270)	-	(8.270)
Resultado contabilístico ajustado	6.165	32.583	38.748
Diferenças temporárias:	(1.052)	(5.235)	(6.287)
Outros aumentos das diferenças temporárias sobre os ativos	5.339	1.952	7.291
Outras diminuições nas diferenças temporárias nos ativos	(6.960)	(7.918)	(14.878)
Reversão de diferenças temporárias no passivo	569	731	1.300
Lucro tributável para efeitos fiscais	5.113	27.348	32.461
Imposto total a pagar após compensação	1.534	6.837	8.371
Aplicação do ajustamento do art. 11.12 da Lei 27/2014 e outros	(438)	(1.814)	(2.252)
Obrigação fiscal total	1.096	5.023	6.119
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-
Deduções e abatimentos	-	-	(240)
Retenções e pagamentos por conta	-	-	(14.177)
Imposto a pagar (recuperar)	-	-	(8.298)

A composição da rubrica “Despesas ou receitas de imposto sobre o rendimento das operações em continuação” nas demonstrações de resultados de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Responsabilidade fiscal total	19.441	6.119
Compensação de prejuízos fiscais	-	-
Deduções e abatimentos	(366)	(240)
Imposto sobre o rendimento das sociedades corrente	19.075	5.879
Ativos por impostos diferidos	(2.443)	4.070
Passivos por impostos diferidos	(441)	(353)
Outras rubricas	460	189
Despesas de imposto sobre o rendimento	16.651	9.785

A Caja usufruiu dos benefícios fiscais relativos às deduções e benefícios fiscais em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas previstos no regulamento do mesmo.

Da mesma forma, o Conselho de Administração da Caja vai propor à Assembleia a constituição de uma reserva de capitalização no valor de 680 mil euros (600 mil euros no exercício anterior), em virtude e para os efeitos do artigo 25 da Lei 27/2014, de 27 de novembro, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, com imputação a reservas voluntárias (Nota 4).

De acordo com a Lei n.º 27/2014, de 27 de novembro, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e o anterior Texto Consolidado em vigor, a taxa geral de imposto em 2023 e 2022 para as instituições de crédito é de 30%. Em aplicação do regime especial aplicável às sociedades cooperativas, a taxa específica de imposto pessoal aplicável à Caja pelos rendimentos da sua atividade cooperativa é de 25% em 2023 e 2022.

Os exercícios em aberto para revisão dos principais impostos e contribuições a que a Caja está sujeita são os seguintes:

Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	2019 a 2022
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	2020 a 2023
Segurança Social	2020 a 2023
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2020 a 2023

Devido às diferentes interpretações que podem ser feitas da regulamentação fiscal aplicável às operações realizadas pela Caja, podem existir certos passivos fiscais contingentes para os exercícios pendentes de inspeção que não podem ser quantificados objetivamente. No entanto, na opinião dos administradores da Caja, a possibilidade de estes passivos contingentes se materializarem em futuras fiscalizações é remota e, em qualquer caso, o passivo fiscal que possa surgir dos mesmos não afetaria materialmente estas contas anuais.

Outras informações de carácter fiscal

Durante o exercício de 2017, a sociedade realizou uma operação que consistiu numa contribuição patrimonial não monetária das participações no Banco Cooperativo Español, S.A. e na RGA Seguros Generales Rural, S.A. de Seguros y Reaseguros para a GrucajRural Inversiones, S.L. (Nota 1.4).

Os dados que devem ser obrigatoriamente comunicados no relatório anual, de acordo com o artigo 86.3 da Lei 27/2014, de 27 de novembro, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, estão incluídos nas contas anuais aprovadas de 2017.

29. Fundo de Educação e Promoção

De acordo com a Lei 27/1999, de 16 de julho, das Cooperativas, o Fundo de Educação e Promoção é impenhorável e irreparável, e será aplicado na formação e educação dos sócios e colaboradores nos princípios e valores cooperativos, ou em áreas específicas da sua atividade empresarial ou laboral e outras atividades cooperativas; à difusão do cooperativismo e à promoção das relações intercooperativas, bem como à promoção cultural, profissional e assistencial do meio local ou da comunidade em geral e à melhoria da qualidade de vida, ao desenvolvimento comunitário e à proteção do meio ambiente.

A Lei 13/1989, de 26 de maio, sobre as Cooperativas de Crédito, estabelece que este Fundo deve ser constituído com, pelo menos, 10% dos excedentes disponíveis.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a percentagem mínima a destinar ao Fundo de Educação e Promoção, de acordo com os Estatutos da Entidade, é de 10%.

A repartição, por rubrica, dos saldos afetos ao Fundo de Educação e Promoção da Caja a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Aplicação Fundo de Educação e Promoção	(4.873)	(4.303)
Despesas de manutenção do ano corrente	(6.287)	(5.717)
Aplicadas em ativo tangível (Nota 27)	1.414	1.414
Fundo de Educação e Promoção	17.078	12.798
Montante autorizado	6.800	5.998
Montante não afetado (Nota 4 e Nota 45)	10.278	6.800
Excedente	1.337	999
Outros passivos	85	57
Total (Nota 30)	13.627	9.551

30. Outros ativos e Outros passivos

A composição do saldo destas rubricas do ativo e do passivo no balanço em anexo para os exercícios de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Ativo:		
Acréscimos e diferimentos	1.398	1.005
Outros ativos	3.584	1.862
Ativos líquidos do plano de pensões (Nota 32)	956	-
Operações em curso	699	617
Outras rubricas	1.929	1.245
	4.982	2.867
Passivo:		
Acréscimos e diferimentos	16.547	10.610
Outras rubricas	15.361	12.832
Restantes	1.734	3.281
Fundo de Educação e Promoção (Nota 29)	13.627	9.551
	31.908	23.442

31. Passivos financeiros ao custo amortizado

A repartição desta rubrica do balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Depósitos	8.486.814	8.556.454
Bancos centrais (Nota 31.a)	101.040	1.111.420
Instituições de crédito (Nota 31.b)	168.164	35.740
Clientes (Nota 31.c)	8.217.610	7.409.294
Ajustamentos de avaliação	12.939	(15.114)
Bancos centrais (Nota 31.a)	2.528	(15.662)
Instituições de crédito (Nota 31.b)	1.941	91
Crédito a clientes (Nota 31.c)	8.470	457
Outros passivos financeiros (Nota 31.d)	128.654	119.893
	8.628.407	8.661.233

A repartição por maturidade da rubrica “Passivos financeiros ao custo amortizado” do balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022, excluindo as correções de valores, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Prazo de validade:		
À ordem	6.713.508	7.014.608
Até 1 mês	79.852	79.744
Entre 1 mês e 6 meses	940.836	1.213.299
Entre 6 meses e 1 ano	547.074	1.405
Entre 1 ano e 5 anos	136.207	212.882
Mais de 5 anos	119.059	76.908
Indeterminado	78.932	77.501
	8.615.468	8.676.347

a) Depósitos – Bancos centrais

O saldo da rubrica Depósitos de bancos centrais do balanço a 31 de dezembro de 2023 e 2022 corresponde integralmente a depósitos a prazo obtidos junto do Banco Central Europeu através do Banco de Espanha. Especificamente, incluem os levantamentos das facilidades TLTRO III do Banco Central Europeu no valor de 101.040 milhares de euros e 1.111.420 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente, que incluem também a especialização dos juros vencidos deste financiamento, no valor de um saldo passivo de 2.528 milhares de euros e um saldo ativo de 15.662 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente.

Conforme indicado na Nota 18, a taxa de juro aplicável a este financiamento foi objeto de várias alterações desde a sua concessão. A última ocorreu em 27 de outubro de 2022 e, a partir de 23 de novembro de 2022 e até à data de vencimento ou de reembolso antecipado da respetiva operação TLTRO III em vigor, a taxa de juro aplicável às operações TLTRO III é indexada à média das taxas de juro de referência do BCE durante esse período.

Em resultado da alteração da taxa de juro aplicável, a Caja procedeu a um novo cálculo da taxa de juro aplicada ao financiamento para a última tranche do mesmo.

Face ao exposto, durante o exercício 2023 e 2022, o financiamento deu origem a uma despesa de 11.785 e 751 milhares de euros respetivamente, o qual se encontra registado na rubrica “Despesas com juros - Passivos financeiros ao custo amortizado” (Nota 38).

b) Depósitos – Instituições de crédito

O saldo da rubrica Depósitos de instituições de crédito do balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Contas correntes e outros depósitos	14.751	17.743
Depósitos a prazo	153.413	17.997
Ajustamentos de avaliação	1.941	91
	<u>170.105</u>	<u>35.831</u>

A taxa de juro média anual durante os exercícios de 2023 e 2022 para os “Depósitos de instituições de crédito” ascendeu a uma taxa de empréstimo média de 3,89% e 1,98%, respetivamente.

c) Depósitos – Clientes

A repartição do saldo da rubrica “Depósitos de clientes” no balanço a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Administrações públicas	611.260	468.400
Contas correntes / depósitos	489.337	415.962
Depósitos a prazo	121.923	52.438
Outras sociedades financeiras	23.279	26.659
Contas correntes / depósitos	5.714	7.503
Depósitos a prazo	17.565	19.156
Sociedades não financeiras	1.976.405	1.754.789
Contas correntes / depósitos	1.407.960	1.558.980
Depósitos a prazo	568.445	195.809
Particulares	5.615.136	5.159.903
Contas correntes / depósitos	4.805.873	5.031.940
Depósitos a prazo	809.263	127.963
<i>Dos quais: Ajustamentos de avaliação</i>	8.470	457
	8.226.080	7.409.751

A taxa de juro média anual a pagar em 2023 e 2022 sobre os “Depósitos de clientes” ascendia a 0,51% e 0,01%, respetivamente.

d) Outros passivos financeiros

A repartição do saldo da rubrica “Outros passivos financeiros” nos balanços a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte

	Milhares de euros	
	2023	2022
Outras obrigações a pagar	11.125	9.751
<i>Dos quais contribuição para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 11)</i>	<i>3.130</i>	<i>3.109</i>
Garantias recebidas	580	436
Contas de cobrança	46.419	38.973
Contas especiais	55.440	55.875
Garantias financeiras	845	909
Passivos de locação financeira	14.245	13.949
	128.654	119.893

32. Provisões

O detalhe desta rubrica do balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego	-	483
Contencioso fiscal pendente e questões de contencioso	-	-
Compromissos e garantias concedidos	2.731	2.810
Restantes Provisões	43.119	33.310
	45.850	36.603

Os movimentos registados durante os exercícios de 2023 e 2022 na rubrica “Provisões” são apresentados a seguir:

	Milhares de euros				
	Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego	Contencioso fiscal pendente e questões de contencioso	Compromissos e garantias concedidos	Restantes Provisões	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2021	-	821	2.836	34.137	37.794
Adições, incluindo aumentos em Provisões existentes	236	32	618	12.497	13.383
Despesas com o pessoal (Nota 42)	244	-	-	-	244
Despesas com juros (Nota 38)	189	-	-	-	189
Receitas de juros (Nota 37)	(197)	-	-	-	(197)
Provisões (Nota 47)	-	32	618	12.497	13.147
Montantes utilizados	(378)	(853)	-	(13.295)	(14.526)
Recuperações (Nota 47)	(64)	-	(662)	(1.143)	(1.869)
Outros movimentos	689	-	18	1.114	1.821
Amortizações	23	-	-	-	23
(Ganhos)/perdas no capital próprio	1.253	-	-	-	1.253
Outros movimentos	(587)	-	18	1.114	545
Saldo a 31 de dezembro de 2022	483	-	2.810	33.310	36.603
Adições, incluindo aumentos em Provisões existentes	220	-	865	24.569	25.654
Despesas com o pessoal (Nota 42)	187	-	-	6.103	6.290
Despesas com juros (Nota 38)	328	-	-	-	328
Receitas de juros (Nota 37)	(303)	-	-	-	(303)
Provisões (Nota 47)	8	-	865	18.466	19.339
Montantes utilizados	(184)	-	-	(13.688)	(13.872)
Recuperações (Nota 47)	(1.200)	-	(955)	(1.072)	(3.227)
Outros movimentos	681	-	11	-	692
Amortizações	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas no capital próprio	(275)	-	-	-	(275)
Outros movimentos	956	-	11	-	967
Saldo a 31 de dezembro de 2023	-	-	2.731	43.119	45.850

Compromissos de pensões assumidos pela Caja

Os compromissos de pensões contratados pela Caja para o pessoal que presta serviços à Sociedade-mãe estão incluídos nos Acordos Coletivos e nos acordos correspondentes do Conselho de Administração da Sociedade-mãe. São detalhados a seguir:

As remunerações pós-emprego que a Caja Rural del Sur mantém com os seus empregados são:

Prestações Definidas

- Prémio por dedicação por reforma e invalidez do Acordo Coletivo das Cooperativas de Crédito, aplicável a todos os colaboradores da Entidade, independentemente de sua origem. Este prémio é classificado como remuneração de longo prazo no caso de invalidez, e remuneração pós-emprego pelo prémio no caso de reforma.
- Além disso, para os colaboradores da Caja Rural de Huelva e antes de 28 de maio de 1986, aplicam-se os compromissos do Acordo Coletivo de Cajas de Ahorro:
 - Pensões de reforma, viuvez e órfãos após a reforma. Esses benefícios são considerados remuneração pós-emprego de benefício definido.

Este grupo poderá optar por participar no Plano de Pensões de Emprego da Caja, renunciando, se for caso disso, ao financiamento futuro do compromisso do Acordo Coletivo das Cajas de Ahorros.

- Além disso, para os colaboradores provenientes da Caja Rural de Córdoba e anteriores a 8 de janeiro de 1998, ou aqueles que se incorporaram posteriormente, participantes do atual Subplano 2 do Plano de Pensões de Emprego da Caja Rural del Sur, os compromissos de benefícios definidos também lhes são aplicáveis, incluído nas especificações deste plano:
 - Pensões de reforma e pós-reforma para viúvas. Estes benefícios são considerados remuneração pós-emprego de benefício definido.
- Caja Rural del Sur, mantém ainda compromissos com pensões acumuladas para os colaboradores reformados, inválidos e falecidos. Os beneficiários de pensões da Caja Rural de Huelva dispõem de pensões vitalícias reconhecidas, reavaliáveis de acordo com o disposto na Convenção Colectiva de Caixas e Entidades Financeiras em qualquer momento, e são externalizadas com a Seguros RGA que garante de uma taxa de juro fixa e de uma tabela de mortalidade e onde a Caja Rural del Sur contratou uma reavaliação futura de 2% acumulada anualmente. A Caja regulariza cada ano o pagamento, e, se for caso disso, o prémio correspondente à seguradora pela diferença entre o crescimento real e o segurado na apólice de seguro. Os beneficiários de pensões da Caja Rural de Sevilla e da Caja Rural de Córdoba têm reconhecidas pensões vitalícias constantes, que são perfeitamente externalizadas com o Seguros RGA, que garantiu uma taxa de juro fixa e uma tabela de mortalidade. Esses benefícios são considerados remuneração pós-emprego de benefício definido.

Contribuição definida

- Subplano 1 do Plano de Pensões de Emprego implementado para os colaboradores da Caja Rural del Sur. Todos os colaboradores da Caja, independentemente da sua origem, podem participar voluntariamente. Este subplano segue a modalidade de contribuição definida e é financiado com contribuições do promotor e do participante.
- Aos não participantes do plano de pensões de emprego, aos colaboradores da Caja Rural de Sevilla, Caja Rural de Córdoba, Caja Rural de Huelva após 28 de maio de 1986, bem como aos inscritos na Caja Rural del Sur Desde que não tenham o estatuto de participantes no Plano de Emprego, aplica-se-lhes um sistema de contribuições definidas, que se baseia no Acordo Colectivo das Cajas de Ahorros e é especificado com as contribuições que o Conselho do BCE tem aprovado ano após ano, de acordo com o disposto no Regulamento, de 27 de julho de 2004.

Outras remunerações

- A Caja contratou um conjunto de apólices de acidentes para todos os seus colaboradores, para os quadros de gestão e para o Conselho Diretivo.

Na opinião dos Administradores da Caja, os compromissos acima descritos decorrem da política da Caja sobre a compensação dos colaboradores pela sua lealdade e da regulamentação laboral e estão especificados nos benefícios a receber pelos colaboradores no momento da sua reforma.

Políticas de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Consideram-se “ganhos e perdas atuariais” os que decorrem de diferenças entre os pressupostos atuariais anteriores e a realidade, incluindo possíveis alterações nos pressupostos atuariais utilizados.

Conforme indicado na Nota 14.n) acima, no exercício de 2013, a Circular 4/2004 do Banco de Espanha foi modificada pela Circular 5/2013, em relação às Remunerações dos Colaboradores. Esta modificação representa uma mudança no tratamento contabilístico dos planos de benefícios definidos, passando todos os ganhos e perdas atuariais a serem registados imediatamente no Capital próprio, bem como na rubrica “outro rendimento integral”, dentro da demonstração de proveitos e custos reconhecidas da Entidade.

Por outro lado, o custo dos juros e o retorno esperado dos ativos do plano de benefícios definidos são substituídos na norma alterada por um montante líquido de juros, calculado pela aplicação da taxa de juros utilizada na estimativa do valor presente da obrigação no início do período ao passivo (ou ativo) do compromisso.

Por último, as alterações implicam igualmente alterações na apresentação dos elementos de custo na demonstração de resultados.

6
TA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ganhos e perdas atuariais brutos reconhecidos na rubrica “Outro rendimento integral acumulado” dos capitais próprios ascendem a uma perda de 275 milhares de euros e a um ganho de 1.253 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram realizados estudos atuariais sobre a cobertura dos compromissos pós-emprego e de remuneração a longo prazo, utilizando o método de crédito unitário projetado como método de cálculo. Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais foram os seguintes:

		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Tabelas de mortalidade		PER2020_Col 1er orden	PER2020_Col 1er orden
Tabelas de invalidez		75%	75%
		SS 1992	SS 1992
Idade da reforma:			
Afetos ao Convenio Colectivo Cajas de Ahorro		63 anos	63 anos
Afetos ao Convenio Colectivo Cooperativas de Crédito		63 anos	63 anos
Participantes do Subplano 2 da Caja Rural de Córdoba		65 anos	65 anos
Taxa de juro técnica anual efetiva:	Ativos	3,30%	3,80%
	Passivos	5,90%	5,90%
Rendimento dos ativos	Ativos	3,30%	3,80%
	Passivos	5,90%	5,90%
Evolução dos salários (incluindo os desvios)		2,5% em 2024 e seguintes	4,25% em 2023; 2,6% em 2024 e seguintes
Aumento dos preços no consumidor (IPC)		2,5%	2,6%
Aumento das pensões:			
Beneficiários da Caja Rural de Huelva		Según IPC	Según IPC
Revalorização anual das pensões máximas mensais da S. Social		Según IPC	Según IPC
Aumentos anuais das bases de contribuição para a Seg. Social		IPC + 1,2%	2%

A curva iBoxx AA Corporate foi utilizada como referência para a determinação da taxa de juro na avaliação atuarial dos compromissos com o pessoal ativo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A duração financeira média em 31 de dezembro de 2023 é de 13,4 anos (13,7 anos em 31 de dezembro de 2022), o que resulta numa taxa de juro de 3,3% em 31 de dezembro de 2023 (3,8% em 31 de dezembro de 2022). Esta curva foi determinada de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular 4/2017.

A taxa de juro utilizada na avaliação atuarial dos compromissos com o pessoal em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de 5,90%, a taxa garantida nas apólices subscritas.

A variação da taxa de juro aplicada na avaliação atuarial não tem um efeito significativo, uma vez que os rendimentos esperados dos ativos do plano serão determinados pela aplicação da mesma taxa.

Os rendimentos esperados dos ativos do plano são os seguintes:

	Rentabilidade esperada dos ativos	
	2023	2022
Ativos	3,30%	3,80%
Passivos	5,90%	5,90%

O rendimento esperado considerado para as diferentes apólices de seguro foi a taxa de juro técnica anual efetiva considerada na avaliação do compromisso associado.

Fundo de pensões e obrigações similares

As rubricas do balanço reconhecidas no ativo e no passivo relativas a obrigações de pensões com benefícios definidos são as seguintes:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Outros ativos – Ativos líquidos do plano de pensões (Nota 30)	956	-
Provisões – Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego	-	483

O valor atual dos compromissos da Caja em matéria de remunerações pós-emprego e a longo prazo, com base nos pressupostos acima referidos, bem como a forma como estes compromissos foram cobertos, dando origem às rubricas do balanço acima referidas, são os seguintes:

	Milhares de euros			
	2023	2022	2021	2020
Valor atual das obrigações:	6.176	7.477	8.963	9.389
Compromissos acrescidos com o pessoal ativo	4.668	5.402	7.010	7.661
Compromissos acrescidos para com o pessoal ativo	1.508	2.075	1.953	1.728
Justo valor dos ativos do plano (-):	(7.132)	(6.994)	(9.550)	(11.359)
Contrato de seguro	(7.132)	(6.994)	(9.550)	(11.359)
Ganhos atuariais não reconhecidos no balanço (+)	-	-	-	-
Perdas atuariais não reconhecidas no balanço (-)	-	-	-	-
Custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço (-)	-	-	-	-
(Outros ativos) / Provisões reconhecidos no balanço (Nota 30)	(956)	483	(587)	(1.970)

Os movimentos durante 2023 e 2022 nas obrigações de pensões e no justo valor dos ativos do plano são mostrados abaixo:

	Milhares de euros	
	Obrigações em matéria de pensões	Justo valor dos ativos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.963	9.550
Custo dos juros (Nota 38)	189	-
Rendimento esperado (Nota 37)	-	197
Custo normal do exercício (Nota 42)	244	-
Pagamentos de prestações	(224)	(215)
Contribuições feitas pela Entidade	-	369
Reembolsos	-	(23)
Efeito de redução / liquidação	(121)	(121)
Ganhos e perdas atuariais	(1.574)	(2.763)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.477	6.994
Custo dos juros (Nota 38)	328	-
Rendimento esperado (Nota 37)	-	303
Custo normal do exercício (Nota 42)	187	-
Pagamentos de prestações	(157)	(148)
Contribuições feitas pela Entidade	-	175
Reembolsos	-	-
Efeito de redução / liquidação	(1.233)	(32)
Ganhos e perdas atuariais	(426)	(160)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.176	7.132

O detalhe do total dos custos e proveitos reconhecidos na demonstração de resultados para os compromissos com pensões em 2023 e 2022, conforme estipulado na Circular 4/2017 é:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas com pessoal (custo corrente do período) (Nota 42)	187	244
Despesas com juros (custo dos juros) (Nota 38)	328	189
Receitas de juros (rendimento esperado dos ativos do plano) (Nota 37)	(303)	(197)
Provisões ou reposição de provisões (Nota 47)	<u>(1.192)</u>	<u>(64)</u>
Ganhos e perdas atuariais	8	(64)
Custo do serviço passado reconhecido no período	-	-
Outros (efeito da redução/liquidação)	<u>(1.200)</u>	<u>-</u>
Receitas) / (Despesas) contabilísticas	<u>(980)</u>	<u>172</u>

As contribuições para apólices de seguro que implementam compromissos de pensões de contribuição definida assumidos pela Caja em 2023 e 2022 ascenderam a 49 milhares de euros e 54 milhares de euros, respetivamente, e encontram-se registadas na rubrica “Despesas com o pessoal - Provisões para planos externos de contribuição definida” (Nota 42).

As contribuições realizadas para o Plano de Pensões Laborais da Caja Rural del Sur, S.C.C. em 2023 ascendem a 3.932 milhares de euros (2.510 milhares de euros em 2022), que se encontram registadas na rubrica “Despesas com o pessoal - Provisões para planos externos de contribuição definida” (Nota 42).

Restantes Provisões

O detalhe da rubrica “Outras Provisões” em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fundo de reclamação de pensões	973	272
Fundo de indemnização dos administradores (Nota 7.d)	2.241	2.158
Fundo para processos de despedimento coletivo	6.103	-
Outros fundos	<u>33.802</u>	<u>30.880</u>
	<u>43.119</u>	<u>33.310</u>

O “Fundo para indemnizações de pensões” em 31 de dezembro de 2023 e 2022 corresponde a uma provisão constituída para fazer face a eventuais contingências decorrentes de ações judiciais apresentadas por alguns antigos trabalhadores contra o fundo de pensões.

O “Fundo de indemnização dos administradores” em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 corresponde a uma provisão constituída para fazer face às obrigações decorrentes dos membros do Conselho de Administração no momento em que estes deixem de ser administradores. De acordo com o estabelecido nos Estatutos, todos os membros do Conselho de Administração, que tenham exercido o cargo durante pelo menos 3 anos, independentemente do momento em que deixem de ser administradores, não poderão exercer atividades, quer diretamente, quer participando em órgãos de administração de sociedades que não sejam do grupo Caja Rural, concorrentes com as atividades da Caja, durante 15 meses, devendo também desempenhar as tarefas de representação e assistência que lhes sejam confiadas pelo Conselho. Para o efeito, receberão de uma só vez, no final do referido período, o montante equivalente a um ano de salário, tomando como base a remuneração anual recebida no exercício anterior ao da sua vaga. Esta base deve ser, pelo menos, a remuneração anual recebida em 2010. Se o mandato tiver sido exercido durante 12 anos ou mais, será acrescido de mais um ano de salário. Neste caso, a concorrência não é alargada a 30 meses. Em caso de morte de um Diretor, os membros do Conselho de Administração têm direito a um seguro de vida com um benefício equivalente a um ano de salário, se tiverem exercido o cargo durante, pelo menos, três anos, e a dois anos de salário, se tiverem exercido o cargo durante doze anos ou mais, com base na remuneração anual recebida no ano anterior e, no mínimo, na recebida em 2010, se aplicável, que será acumulada se o Diretor morrer no exercício do seu cargo. O seguro mantém-se em vigor durante o período de não concorrência.

O “Fundo do processo de despedimento coletivo” em 31 de dezembro de 2023 inclui a provisão criada em resultado do acordo alcançado entre a Caja e os representantes dos trabalhadores em 17 de novembro de 2023, no âmbito de um processo de despedimento coletivo, que afeta 50 colaboradores, e que contempla um plano de despedimento, estabelecendo o despedimento voluntário por motivos de idade como critério preferencial de seleção. As saídas dos colaboradores serão faseadas e decorrerão até junho de 2024. Este plano levou ao reconhecimento de 6.103 milhares de euros em Despesas com o pessoal na demonstração de resultados de 2023 (ver Nota 42).

A rubrica “Outros fundos” em 31 de dezembro de 2023 e 2022 inclui a provisão constituída pela Caja para fazer face a perdas que possam dar origem a pagamentos futuros relacionados com acontecimentos passados e um fundo constituído para fazer face às obrigações contidas nos contratos de determinados membros do pessoal identificado, que será ativado, em geral, como uma cláusula de proteção da Entidade, quando alguns destes membros do pessoal identificado deixarem a Entidade. Este fundo foi revisto em 2022, uma vez que as cláusulas foram adaptadas à legislação atual em matéria de não concorrência pós-contratual. Além disso, foi incorporado um colaborador com esta cláusula. As alterações foram aprovadas pelo Conselho de Administração sob proposta do Comité de Remunerações.

Em 7 de abril de 2016, foi publicada uma sentença do Tribunal de Comércio de Madrid n.º 11 relativa a um processo de nulidade de cláusulas de limitação de taxas de juro em empréstimos hipotecários a consumidores (conhecidas como “cláusulas-plano”), que afeta, entre outras entidades, a Sociedade-mãe como demandada. Entre outros aspetos, a referida sentença declarou a nulidade das referidas cláusulas-plano e condenou a Caja a restituir os montantes indevidamente pagos em aplicação das mesmas a partir da data de publicação da sentença do Supremo Tribunal de Justiça de 9 de maio de 2013. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta sentença estava a ser objeto de recurso.

Além disso, em 21 de dezembro de 2016, o Tribunal de Justiça da União Europeia tornou pública a sentença que resolveu a questão preliminar formulada pelo Tribunal Provincial de Alicante e outros órgãos judiciais nacionais em relação à limitação no tempo dos efeitos restitutórios derivados da nulidade das cláusulas *suelo*. Neste acórdão, o TJUE estabeleceu que esta limitação é contrária ao artigo 6.º, n.º 1, da Diretiva 93/13 relativa às cláusulas abusivas.

Após a análise da carteira de créditos hipotecários ao consumo em que foi aplicada uma cláusula *suelo*, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Caja constituiu uma provisão incluída na rubrica “Outros fundos” no valor de 19.209 milhares de euros e 18.970 milhares de euros, respetivamente, para cobrir as reclamações que possam ser recebidas em relação a esta contingência.

Em relação à taxa de referência oficial para hipotecas em Espanha denominada IRPH, a decisão tornada pública pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) em 3 de março de 2020 e o conjunto de decisões proferidas pela Primeira Secção do Supremo Tribunal de Justiça (CS) em 6 e 12 de novembro de 2020 proporcionam clareza no julgamento de reclamações que questionam a falta de transparência na comercialização de empréstimos hipotecários que incluem esse índice.

A Caja reavalia anualmente os riscos a que a sua atividade está exposta em função do contexto económico em que opera e da informação de que dispõe no final de cada exercício. Consequentemente, em resultado desta reavaliação, a Caja constituiu provisões no montante de 17.394 milhares de euros (11.386 milhares de euros em 2022) para “Outras Provisões” em 2023 (Nota 47).

33. Outro rendimento integral acumulado

Esta rubrica do balanço inclui o montante líquido das variações do justo valor dos ativos mensurados ao justo valor através de resultados que, de acordo com a nota 14.f., devem ser classificados como parte integrante dos capitais próprios. Para os instrumentos de dívida classificados nesta categoria, estas variações são reconhecidas na demonstração de resultados quando os ativos subjacentes são vendidos ou quando se tornam depreciados.

Esta rubrica inclui ainda o valor do ganho ou perda atribuível à parte dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa classificados como cobertura efetiva, de acordo com a Nota 14.f., que aguardam reconhecimento em resultados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ganhos e perdas atuariais reconhecidos na rubrica “Outro rendimento integral acumulado - Elementos a não reclassificar para resultados” do capital próprio ascendem a 7.717 milhares de euros e 7.511 milhares de euros, respetivamente (Nota 14.n).

O movimento da rubrica “Outro rendimento integral acumulado”, ocorrido durante os exercícios de 2023 e 2022, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Saldo inicial	25.268	52.991
Efeito das coberturas contabilísticas dos fluxos de caixa	7.362	(4.716)
Variação do justo valor dos títulos de dívida	(2.459)	(13.221)
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio	17.139	(8.847)
Variação do justo valor dos planos de pensões de benefício definido	206	(939)
Saldo final	47.516	25.268

As variações do justo valor dos títulos de dívida correspondem ao justo valor, líquido de impostos, dos títulos de rendimento fixo, enquanto as variações do justo valor dos instrumentos de capital correspondem às reavaliações, líquidas de impostos, dos instrumentos de capital avaliados pelo justo valor.

34. Fundos próprios

Os movimentos das rubricas incluídas na rubrica “Fundos próprios” do balanço anexo são incluídos no total da demonstração das variações dos capitais próprios.

Capital

Tal como indicado na Nota 14.s, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas celebrada a 7 de junho de 2011, foram alterados os Estatutos Sociais da Caja para, entre outros aspetos, modificar a consideração das contribuições dos acionistas para se adaptarem às recomendações dos supervisores nacionais e internacionais em matéria de solvência e capital social (tal como consta na Circular 4/2011 do Banco de Espanha), de tal forma que a amortização das contribuições para o capital social requer o acordo prévio e favorável do Conselho de Administração em todos os casos.

De acordo com o disposto no Real Decreto 84/1993, de 22 de janeiro, pelo qual se aprova o Regulamento de Execução da Lei 13/1989, de 26 de maio, e nos Estatutos da Caja, o capital social é constituído pelas entradas de capital realizadas pelos acionistas (incorporadas no capital social), que cumpram as condições legalmente estabelecidas.

Os estatutos da Caja contemplam, entre outros, os seguintes aspetos em relação ao seu capital social, após as suas diversas alterações:

1. O capital social obrigatório, cujo montante mínimo é fixado em 4.808 milhares de euros, será variável e constituído pelas entradas efetuadas pelos associados em moeda com curso legal, com observância dos requisitos de remuneração, duração e pagamento previstos no artigo décimo do Regulamento das Cooperativas de Crédito.
2. O montante da contribuição mínima para o capital social para adquirir a qualidade de sócio, a pagar integralmente por cada membro no momento da admissão, é de 60,11 euros para as pessoas singulares e de 300,55 euros para as pessoas coletivas.
3. Os sócios não podem ter um montante total de contribuições representativas do capital social que ultrapasse os limites fixados em cada momento para as pessoas singulares e coletivas, respetivamente, no regulamento das cooperativas de crédito. O conjunto das pessoas coletivas que não tenham o estatuto de sociedade cooperativa não pode, em caso algum, deter mais do que a percentagem de capital social fixada periodicamente no regulamento dos bancos cooperativos. Os limites à concentração das contribuições dizem respeito às que implicam, direta ou indiretamente, a propriedade ou o controlo das percentagens máximas de capital.
4. O Conselho Diretivo pode deliberar a admissão de entradas no capital social, fixando o montante global máximo, as condições e o prazo de subscrição, que não pode exceder seis meses a contar da data da deliberação. As entradas devem ser integralmente realizadas no momento da subscrição e a sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral.
5. As entradas para o capital social podem vencer os juros que a Assembleia Geral deliberar, não podendo em caso algum exceder os limites estabelecidos na lei. Qualquer remuneração estará efetivamente condicionada à existência de lucros líquidos ou de reservas livres suficientes para o seu pagamento, exigindo-se, neste último caso, a autorização prévia do Banco de Espanha. Não haverá lugar a juros se o rácio de solvabilidade ou o valor mínimo dos fundos próprios não for atingido ou se houver perdas não absorvidas pelos fundos próprios da Entidade.

A proposta de distribuição de resultados para 2023 (Nota 4) inclui uma taxa de juro de 5,02% para as quotizações. A taxa de juro média acumulada para 2022 é de 2,50%.

Valores próprios

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo detém 429 e 574 mil euros em ações próprias, respetivamente.

G
TA

Reservas

A composição da rubrica “Reservas” do balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Resultados transitados	563.735	502.539
Fundo de Reserva Obrigatório	514.903	460.506
Reservas de capitalização	3.462	2.863
Reservas voluntárias	45.370	39.170
Reservas de reavaliação	19.828	20.148
Outras reservas	6.744	5.692
	<u>590.307</u>	<u>528.379</u>

Fundo de reserva obrigatório

As contribuições para este fundo (não distribuíveis aos sócios) provenientes da aplicação dos excedentes dos exercícios anteriores foram feitas em conformidade com o disposto na Lei 13/1989, de 26 de maio, das Cooperativas de Crédito, parcialmente alterada pela Lei 20/1990, de 19 de dezembro, do Regime Fiscal das Cooperativas, e nos Estatutos da Caja.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a percentagem mínima a atribuir ao Fundo de Reserva Obrigatório, de acordo com os Estatutos, é de 80%.

Reservas de reavaliação geradas pela Circular 4/2004

O saldo desta rubrica corresponde à reserva gerada pela reavaliação dos ativos tangíveis efetuada ao abrigo do disposto na Disposição Transitória Primeira, secção B, da Circular 4/2004, segundo a qual qualquer elemento incluído nos ativos tangíveis poderia ser avaliado em 1 de janeiro de 2004 pelo seu justo valor, mediante determinadas condições. Esta avaliação das imobilizações corpóreas foi efetuada por imputação a esta reserva de reavaliação líquida de efeitos fiscais.

A diminuição do saldo desta rubrica corresponde a um montante equivalente às amortizações e anulações do montante reavaliado transferido durante o exercício para “Outras reservas”.

Reservas de capitalização

Em 2023, a Caja constituiu uma reserva restrita de 600 milhares de euros por contrapartida de “Reservas voluntárias” (385 milhares de euros em 2022) (ver Nota 4). Esta reserva foi constituída com o objetivo de beneficiar da dedução estabelecida no artigo 25 da Lei 27/2014 relativa ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

De acordo com o disposto no artigo 25.1.a) da Lei 27/2014 do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Entidade tem vindo a manter o montante do aumento dos fundos próprios anteriormente dotados durante um período de cinco anos. Na medida em que o referido período de cumprimento obrigatório já decorreu, a Entidade não transferiu qualquer montante para Outras reservas durante o exercício de 2023 (452 mil euros transferidos durante o exercício de 2022 correspondentes à reserva constituída no exercício de 2016).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as “Reservas acumuladas” para este conceito ascendem a 3.462 e 2.863 milhares de euros, respetivamente.

Reservas voluntárias e outras reservas

Estas reservas são de distribuição livre.

35. Garantias financeiras concedidas

A repartição desta rubrica, que corresponde aos montantes que a Caja deve pagar por conta de terceiros no caso de os inicialmente obrigados a pagar não o fazerem na sequência dos compromissos assumidos pela Caja no âmbito da sua atividade normal, a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Garantias financeiras concedidas		
Autoridades públicas	38.250	37.393
Instituições de crédito	11.570	12.723
Outras sociedades financeiras	3.511	3.511
Sociedades não financeiras	42.266	45.023
Famílias	5.162	5.524
	100.759	104.174

36. Compromissos de empréstimos e outros compromissos concedidos

A repartição desta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Garantias financeiras concedidas		
Autoridades públicas	43.030	36.386
Instituições de crédito	-	112
Outras sociedades financeiras	1.180	1.100
Sociedades não financeiras	441.063	401.771
Famílias	<u>180.200</u>	<u>172.495</u>
	<u>665.473</u>	<u>611.864</u>
Garantias financeiras concedidas		
Autoridades públicas	318	318
Instituições de crédito	602	24.962
Outras sociedades financeiras	8.222	10.644
Sociedades não financeiras	50.718	40.162
Famílias	<u>10.823</u>	<u>8.324</u>
	<u>70.683</u>	<u>84.410</u>

37. Receitas de juros

A repartição desta rubrica na demonstração de resultados para 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	10.325	18.147
Ativos financeiros ao custo amortizado	270.369	142.839
Ativos financeiros não negociáveis avaliados obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados	630	499
Derivados - contabilidade de coberturas, risco de taxa de juro	(3.760)	(24.962)
Outros ativos	11.128	2.657
<i>Dos quais: Rendimentos de contratos de seguros ligados a pensões e obrigações similares (Nota 32)</i>	<i>303</i>	<i>197</i>
Receitas de juros de passivos	3	581
	288.695	139.761

38. Despesas com juros

A repartição desta rubrica na demonstração de resultados de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Passivos financeiros ao custo amortizado	56.158	2.009
<i>Dos que procedem de Tltro (Nota 31.a)</i>	<i>11.785</i>	<i>751</i>
Derivados – contabilidade de coberturas, risco de taxa de juro	8	(1)
Outros passivos	339	205
<i>Dos quais: Custo dos juros dos fundos de pensões (Nota 32)</i>	<i>328</i>	<i>189</i>
Despesas com juros de ativos	-	3.620
	56.505	5.833

6
7A

39. Receitas e Gastos por comissões

A repartição por produtos que geraram as receitas ou despesas registadas como comissões durante os exercícios de 2023 e 2022 é a seguinte:

Receitas de comissões	Milhares de euros	
	2023	2022
Títulos	154	122
Custódia	811	126
Garantias financeiras concedidas	533	485
Compromissos de empréstimos concedidos	1.104	1.114
Atividades de gestão de empréstimos	16	21
Serviços de pagamento	49.465	45.984
Fundos de clientes distribuídos, mas não geridos	23.906	20.345
Investimento coletivo	4.475	4.242
Produtos de seguros	18.980	15.438
Outras atividades	451	665
Empréstimos concedidos	1.776	2.013
Câmbio de divisas	170	148
Outras comissões	4.636	5.975
	<u>82.571</u>	<u>76.333</u>

Gastos de comissões	Milhares de euros	
	2023	2022
Títulos	80	47
Compensação e liquidação	99	93
Custódia	96	-
Serviços de pagamento	3.622	2.969
Outros	348	114
	<u>4.245</u>	<u>3.223</u>

As rubricas “Receitas de comissões” e “Despesas de comissões” incluem o montante de todas as comissões a pagar e a receber pela Caja durante o exercício, exceto as que fazem parte da taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

40. Ganhos ou (perdas) resultantes de ativos e passivos financeiros excluindo imparidades

A repartição destas rubricas na demonstração de resultados para 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Ganhos ou (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros que não sejam pelo justo valor através de resultados, valor líquido	(56)	1.500
Ganhos ou (perdas) com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido (Nota 20.b)	-	-
Derivados	-	-
Ganhos ou (perdas) em ativos financeiros não negociáveis reconhecidos ao justo valor através de resultados, valor líquido	(1.181)	(1.682)
Ganhos ou (perdas) da contabilidade de cobertura, valor líquido (Nota 24)	6	(52)

41. Outras receitas operacionais

A repartição desta rubrica na demonstração de resultados para os exercícios de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Propriedades de investimento	92	162
Vendas e outros rendimentos da prestação de serviços não financeiros	112	116
Outros rendimentos recorrentes	1.376	1.270
Outros rendimentos não recorrentes	1.232	696
Custos incorporados no ativo e outras rubricas	1.639	1.178
	4.451	3.422

G
TA

42. Gastos com o pessoal

A repartição desta rubrica na demonstração de resultados para 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Remunerações e prémios do pessoal ativo	46.386	41.929
Contribuições para a segurança social	15.636	14.445
Provisões para planos externos de prestações definidas (Nota 32)	187	244
Provisões para planos externos de contribuição definida (Nota 32)	3.981	2.564
Indemnizações por cessação de funções (Nota 32)*	6.287	100
Despesas de formação	283	196
Outras despesas com pessoal	10.559	5.254
	<u>83.319</u>	<u>64.732</u>

* Dos quais 6.103 milhares de euros correspondem ao fundo de despedimento coletivo (ver Nota 32).

O número médio de colaboradores efetivos do Grupo em 2023 e 2022, por categoria, é o seguinte:

	2023	2022
Direção Geral	1	1
Diretores de área	11	12
Chefes	503	455
Administrativos	<u>547</u>	<u>577</u>
	<u>1.062</u>	<u>1.045</u>

O número médio de colaboradores do Grupo em 2023 e 2022, por categoria e género, é o seguinte:

	2023		2022	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Direção Geral	1	-	1	-
Diretores de área	8	3	9	3
Chefes	388	115	356	99
Administrativos	<u>199</u>	<u>348</u>	<u>223</u>	<u>354</u>
	<u>596</u>	<u>466</u>	<u>589</u>	<u>456</u>

O número de colaboradores do Grupo no final de 2023 e 2022 ascendia a 1.067 e 1.049 colaboradores, respetivamente.

As remunerações consideradas como remunerações em espécie atribuídas aos colaboradores da Caja em 2023 e 2022 ascendem a 1.641 milhares de euros e 575 milhares de euros, respetivamente, conforme estabelecido em acordos coletivos e correspondem a empréstimos concedidos a taxas de juro baixas, seguros de vida e outras remunerações em espécie.

43. Outros Despesas administrativas

A repartição desta rubrica na demonstração de resultados para 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Imóveis, instalações e equipamentos:	4.127	5.614
Alugueres	538	562
Entretenimento de ativo fixo	2.540	2.382
Iluminação, água e aquecimento	715	2.367
Material impresso e de escritório	334	303
Informática	14.899	12.563
Comunicações	2.659	2.451
Publicidade e propaganda	1.434	1.348
Despesas e honorários de advogados	541	619
Relatórios técnicos	2.748	1.960
Serviços de vigilância e de transferência de fundos	1.170	996
Prémios de seguro e de auto-seguro	447	444
Órgãos de direção e de fiscalização	1.447	1.615
Representação do pessoal e despesas de deslocação	610	311
Quotas de associações	155	136
Serviços de administração subcontratados	3.359	3.028
Contribuições e impostos	696	592
Outras despesas	670	589
	34.962	32.266

6
TK

44. Amortização

A repartição do saldo desta rubrica na demonstração de resultados para 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Ativos tangíveis:	7.781	7.951
Para uso próprio (Nota 27)	5.511	5.714
Direitos de utilização (Nota 27)	2.270	2.237
Investimentos imobiliários (Nota 27)	-	-
Ativos intangíveis	370	317
	<u>8.151</u>	<u>8.268</u>

45. Outras despesas operacionais

A repartição do saldo desta rubrica na demonstração de resultados para 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Contribuição para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 11)	3.130	3.109
Contribuição para o Fundo de Educação e de Promoção (Nota 4 e 29)	10.278	6.800
Outras rubricas	5.562	9.388
das quais: Contribuição para o fundo MIP (Nota 1.b)	1.077	4.700
	<u>18.970</u>	<u>19.297</u>

A rubrica “Outros elementos” inclui em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o montante de 1.502 milhares de euros e 1.822 milhares de euros, respetivamente, correspondente às contribuições *ex ante* para o Fundo Único de Resolução pagas nos dois anos (Nota 11).

46. Imparidade ou (reversão da imparidade) de ativos financeiros não mensurados ao justo valor através dos resultados e perdas por imparidade, valor líquido

A repartição do saldo desta rubrica na demonstração de resultados para 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 21)	(121)	148
Ativos financeiros ao custo amortizado (ver Nota 22.d))	43.730	7.615
	<u>43.609</u>	<u>7.763</u>

47. Provisões ou (reversão) de Provisões

A repartição do saldo desta rubrica na demonstração de resultados para 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Pensões e outras obrigações de prestações definidas pós-emprego (Nota 32)	(1.192)	(64)
Compromissos e garantias prestadas (Nota 32)	(90)	(44)
Outras provisões (Nota 32)	17.394	11.386
	<u>16.112</u>	<u>11.278</u>

48. Ganhos ou (perdas) com o desreconhecimento de ativos não financeiros, líquidos

A repartição do saldo desta rubrica na demonstração de resultados para 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Investimentos imobiliários	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Ativos tangíveis	(36)	(30)
	<u>(36)</u>	<u>(30)</u>

49. Ganhos ou (perdas) em ativos não correntes e grupos alienáveis classificados como detidos para venda não qualificados como operações descontinuadas

A repartição do saldo desta rubrica na demonstração de resultados para 2023 e 2022 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Propriedades de investimento	(18)	(135)
(Imparidade) ou reversão de imparidade (Nota 25)	4	(78)
Ganhos (perdas) com alienações (Nota 25)	(22)	(57)
Reduções de valor (Nota 25)	-	-
Ativos fixos tangíveis executados	922	460
(Imparidade) ou reversão da imparidade (Nota 25)	624	(238)
Ganhos (perdas) na alienação (Nota 25)	298	698
	904	325

50. Outra informação

- a) O detalhe dos fundos de clientes extrapatrimoniais do Grupo a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Carteiras de clientes sob gestão (*)	36.843	56.891
Sociedades e fundos de investimento	477.950	469.456
Fundos de pensões e contratos de poupança-seguro	382.482	388.963
	897.275	915.310

(*) Inclui o valor de 11.792 e 17.483 milhares de euros respetivamente, respetivamente, de fundos de investimento nacionais comercializados e de títulos de terceiros depositados, incluídos nestas rubricas.

A Caja não gere diretamente os ativos sob mandato, limitando-se a comercializá-los junto do Banco Cooperativo Español, S.A., que assina um contrato de administração e gestão de carteira com o cliente.

- b) Os elementos do justo valor dos instrumentos financeiros de terceiros depositados na Caja em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Rendimento fixo	214.566	126.500
Ações	44.443	38.778
Fundos de investimento	24.426	37.764
Total	283.435	203.042

- c) O quadro seguinte apresenta o detalhe das titularizações e outras transferências de ativos efetuadas pela Caja a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Desreconhecidos na totalidade do balanço: (Nota 14.h)	-	-
Ativos titularizados através de unidades hipotecárias	-	-
Certificados de transferência de hipoteca	-	-
<i>Pro memoria: Retirados do balanço antes de 1 de janeiro de 2004</i>	-	-
Integralmente detidos no balanço:	143.131	167.857
Ativos titularizados através de participações hipotecárias	7.851	9.235
Certificados de transferência de hipoteca	135.280	158.622
Outros ativos titularizados	-	-

Segue-se um detalhe dos ativos titularizados com os respectivos passivos associados agrupados por fundos de titularização para os quais foram contribuídos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Milhares de euros	
	2023	2022
Fundo de Titularização Hipotecário VIII Rural		
Empréstimos e garantias	21.686	26.283
Passivos associados	21.686	26.283
Fundo de Titularização Hipotecário IX Rural		
Empréstimos e garantias	17.588	20.696
Passivos associados	17.588	20.696
Fundo de Titularização Hipotecário X Rural		
Empréstimos e garantias	37.877	43.629
Passivos associados	37.877	43.629
Fundo de Titularização Hipotecário XI Rural		
Empréstimos e garantias	54.251	63.247
Passivos associados	54.251	63.247
Fundo de Titularização Hipotecário XII Rural		
Empréstimos e garantias	12.045	14.142
Passivos associados	12.045	14.142
Total dos empréstimos e adiantamentos (*)	143.447	167.997
Total dos passivos associados (*)(**)	143.447	167.997

(*)Inclui o acréscimo de juros.

(**)O valor dos passivos associados é atenuado no balanço pelas obrigações de titularização adquiridas pela Caja, que a 31 de dezembro de 2023 e 2022 ascendem a 126.532 milhares de euros e 149.109 milhares de euros, respetivamente.

- d) A Caja não tem quaisquer compromissos de compra ou venda de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

- e) Os ativos detidos pela Caja em 31 de dezembro de 2023 e 2022, afetos a obrigações próprias ascendem a 439.807 e 1.214.472 milhares de euros, respetivamente, e correspondem a empréstimos e obrigações que se encontram penhorados como ativos elegíveis para servirem de garantia à linha de financiamento aberta junto de bancos centrais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo disponível sobre o capital do financiamento obtido ascendia a 338.748 e 103.053 milhares de euros.
- f) A Caja realiza operações de empréstimo de títulos com outras entidades, classificadas como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos financeiros ao custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2023 não existiam títulos emprestados e em 31 de dezembro de 2022, a quantia escriturada dos títulos emprestados ascendia a 159 676 milhares de euros.
- g) Saldos e depósitos abandonados: de acordo com o disposto no artigo 18.º da Lei 33/2003, de 3 de novembro, sobre o património das administrações públicas, os saldos e depósitos em instituições financeiras em situação de abandono, de acordo com o disposto no referido artigo, ascendem a 153 milhares de euros no encerramento destas contas anuais (7 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022), podendo o referido montante variar desde esta data até à data de apresentação definitiva ao organismo competente.

51. Justo valor

Segue-se o detalhe do justo valor dos ativos e passivos financeiros da Caja a 31 de dezembro de 2023 e 2022 em comparação com os respectivos valores contabilísticos nas referidas datas, classificados por níveis 1, 2 e 3 (em milhares de euros):

Nível 1	2023		2022	
	Valor registado	Justo Valor	Valor registado	Justo Valor
Ativo				
Caixa	57.425	57.425	73.652	73.652
Saldos de equivalentes de caixa em bancos centrais	780.260	780.174	620.069	620.037
Outros depósitos à ordem	135.129	135.149	53.309	53.239
Ativos financeiros detidos para negociação				
Derivados	-	-	-	-
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente mensurados ao justo valor através dos resultados				
Títulos de dívida	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:				
Títulos de dívida	349.851	349.851	564.089	564.089
Instrumento de capital próprio	24.672	24.672	21.189	21.189
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Títulos de dívida	963.011	935.672	1.092.632	1.042.006
Empréstimos e adiantamentos a Instituições de Crédito			-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes			-	-
Derivados – contabilidade de coberturas			-	-

Nível 2	2023		2022	
	Valor registrado	Justo Valor	Valor registrado	Justo Valor
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação				
Derivados	1.706	1.706	1.076	1.076
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente mensurados ao justo valor através dos resultados				
Títulos de dívida	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:				
Títulos de dívida	21.260	21.260	6.617	6.617
Instrumento de capital próprio	1.261	1.261	1.038	1.038
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Títulos de dívida	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a Instituições de Crédito	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-
Derivados – contabilidade de coberturas	7.509	7.509	13.803	13.803
Nível 3	2023		2022	
	Valor registrado	Justo Valor	Valor registrado	Justo Valor
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação				
Derivados	2	2	378	378
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente mensurados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos				
Títulos de dívida	1.990	1.990	1.982	1.982
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10.703	10.703	11.994	11.994
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:				
Instrumentos de capital próprio	174.753	174.753	151.823	152.823
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Títulos de dívida				
Empréstimos e adiantamentos a Instituições de Crédito	203.663	203.775	193.668	193.882
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.813.406	7.370.811	6.637.598	7.018.189
Derivados – contabilidade de coberturas	-	-	-	-

Nível 1	2023		2022	
	Valor registrado	Justo Valor	Valor registrado	Justo Valor
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação				
Derivados	-	-	-	-
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos				
Bancos centrais	-	-	-	-
Entidades de crédito	-	-	-	-
Clientes	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
Derivados – contabilidade de coberturas	-	-	-	-

Nível 2	2023		2022	
	Valor registrado	Justo Valor	Valor registrado	Justo Valor
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação				
Derivados	1.700	1.700	832	832
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos				
Bancos centrais	-	-	-	-
Entidades de crédito	-	-	-	-
Clientes	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
Derivados – contabilidade de coberturas	102.285	102.285	101.909	101.909

Nível 3	2023		2022	
	Valor registrado	Justo Valor	Valor registrado	Justo Valor
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação				
Derivados	1	1	378	378
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos				
Bancos centrais	103.568	112.154	1.095.758	1.164.735
Entidades de crédito	170.105	170.367	35.831	35.724
Clientes	8.226.080	7.697.338	7.409.751	6.642.048
Outros passivos financeiros	128.654	128.654	119.893	119.893
Derivados – contabilidade de coberturas	17	17	34	34

Para os ativos e passivos financeiros acima referidos, o justo valor foi determinado da seguinte forma:

- i) Ativos e passivos financeiros divulgados no Nível 1: O justo valor foi determinado utilizando preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, ou seja, sem modificação ou reorganização numa forma diferente.
- ii) Ativos e passivos financeiros incluídos no nível 2: O justo valor é determinado com base em preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou outras técnicas de avaliação em que todos os dados significativos se baseiam em dados de mercado direta ou indiretamente observáveis.
- iii) Ativos e passivos financeiros no nível 3: técnicas de avaliação em que todos os dados significativos não são baseados em dados de mercado observáveis. O justo valor dos ativos financeiros amortizados ao custo amortizado e dos passivos amortizados ao custo amortizado é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros através da curva de taxas de juro corrente. O valor atualizado é igual ao produto de:
 - a) o fator de desconto correspondente ao prazo residual entre a data de análise e a data de revisão ou amortizações tendo em conta a curva de taxa de juro atual.
 - b) do montante do fluxo em curso.

**GRUPO CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD
COOPERATIVA DE CRÉDITO**

RELATÓRIO DE GESTÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2023

1. Contexto económico

O ano de 2023 foi marcado por incertezas macroeconómicas, nomeadamente a inflação e as taxas de juro com as consequentes repercussões no crescimento, a complexidade das questões geopolíticas e a cibersegurança. Depois de um 2022 marcado pelo início do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que conduziu, entre outras coisas, a uma crise energética e a um aumento generalizado dos preços, o exercício de 2023 registou uma atividade económica muito mais proativa do que o previsto. A crise energética atenuou-se e a economia adaptou-se às mudanças sentidas, a atividade económica normalizou-se e está a regressar a um ritmo semelhante ao que existia antes da crise da Covid. Os conflitos não cessaram no ano em análise, destacando-se o conflito no Médio Oriente, e a China como uma das potências mundiais que perdeu parte da cadeia de valor e o seu crescimento abrandou, facto que se tem vindo a verificar desde 2019 coincidindo com o início da crise da Covid.

Durante 2023, a pressão inflacionista iniciada em 2022 tem sido o ápice de uma política monetária tensa por parte dos principais bancos centrais, onde as taxas de referência têm sofrido fortes impactos com subidas entre 2 e 4 pontos percentuais. No final de dezembro de 2023, o Banco Central Europeu fixou a taxa de juro de referência em 4,5%, a taxa marginal de depósito em 4% e a taxa marginal de empréstimo em 4,75%.

As medidas tomadas pelos principais bancos centrais para tornar as condições financeiras mais restritivas, com subidas das taxas de juro que mantiveram níveis restritivos e inesperados no início do ano, e que persistiram ao longo do ano, tiveram como objetivo manter um nível sustentado de inflação.

Apesar das tensões vividas durante 2023, pudemos observar impactos de crescimento nos mercados bolsistas internacionais, a economia global manteve-se estável, apresentando níveis de crescimento, embora a tendência seja de desaceleração em relação ao ano anterior. A atividade global não atingiu uma taxa de crescimento superior a 3%.

A economia da Zona Euro tem sido enfraquecida pelo aperto monetário, pelo elevado custo de vida, pela perda de procura externa e pela perda de competitividade no sector energético. No exercício de 2023, o PIB registou uma contração e quase não cresceu. O mercado de trabalho da União Europeia parece sólido, com as taxas de atividade a atingirem os seus níveis mais elevados.

A economia espanhola tem apresentado um baixo crescimento do PIB, no entanto, a economia do país tem-se fortalecido em comparação com outras economias da Zona Euro, resistindo a fatores desfavoráveis. Um papel fundamental tem sido desempenhado pelo extraordinário desempenho do mercado de trabalho, em termos do número de pessoas ativas e da qualidade do emprego, pelo que se espera uma melhoria do poder de compra dos espanhóis. Isto permitiu a recuperação dos rendimentos das famílias e a criação de confiança no sistema económico, permitindo que o consumo e a procura andassem de mãos dadas.

2. Situação do grupo Caja Rural del Sur

Neste contexto, a Entidade manteve uma posição vantajosa em relação ao setor, no que diz respeito aos seguintes rácios principais:

Solvência: O Grupo mantém em 31 de dezembro de 2023 um **rácio de fundos próprios de nível 1 (CET1) (ordinário e adicional), bem como um rácio de capital total de 20,76%**. O rácio de capital total é 11,39 pontos percentuais acima do mínimo que o Banco de Espanha estabeleceu para a Entidade nessa data e 8,87 pontos percentuais incluindo a conservação de capital exigida e a reserva contracíclica. Além disso, em 31 de dezembro de 2023, a Entidade cumpriu o requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL, siglas em inglês) estabelecido pelo Banco de Espanha para 2024 e com um objetivo intermédio para 2022. Tudo isto é o resultado da capacidade de geração de receitas do Grupo, de uma política adequada de distribuição de resultados e da gestão dos seus riscos.

Liquidez: A Entidade tem um nível sólido de financiamento de pequenos clientes, com empréstimos brutos em **percentagem dos depósitos tradicionais de 86,46%**, e não está dependente do financiamento do mercado de grandes clientes. O **rácio de cobertura de liquidez (LCR) é de 217%**, muito acima do mínimo exigido (100%).

Níveis de cobertura dos ativos depreciados: O rácio de cobertura dos ativos de cobrança duvidosa sobre o crédito sem adiantamentos situou-se em **219,39%** e sobre os ativos executados em **208,05%**, mais 7,27 e 2,12 pontos percentuais, respetivamente, do que no ano anterior.

Rentabilidade e eficiência: A entidade encerrou o ano com um **ROE** (rentabilidade dos fundos próprios médios) de **12,77%** e um **ROA** (rentabilidade do ativo total médio) de 1,09%, o que representa uma melhoria de 3,91 e 0,4 pontos percentuais, respetivamente, em relação a 2022. O rácio de **eficiência melhorou 11 pontos**, atingindo 40% em 31 de dezembro, excluindo o Fep.

6
m

No que respeita ao desempenho do Grupo em 2023, destaca-se, uma vez mais, o crescimento significativo do volume de negócios e, consequentemente, dos resultados. No primeiro caso, destaca-se a concessão de crédito, que cresceu 3%, fruto da continuação do apoio ao financiamento a empresas e particulares, da manutenção de níveis muito baixos de crédito em incumprimento, abaixo da média do setor, devido a uma gestão ativa dos ativos em imparidade, bem como do forte crescimento de 11% nos passivos comerciais e de 7% nos extrapatrimoniais, o que conduziu a um crescimento total da atividade de 1.107 milhões de euros (+7%). Do lado do passivo, as instituições financeiras enfrentaram um ano de 2023 marcado pelo vencimento das facilidades TLTRO do Banco Central Europeu, que a Entidade satisfaz num montante de 1.000 milhões de euros.

Por outro lado, na demonstração de resultados, destaca-se o aumento do resultado antes de impostos em 57% (44.184 milhares de euros), aumentando todas as suas margens, sendo que neste exercício, o aumento da margem financeira foi superior em 73,4% (98.262 milhares de euros), e o rendimento recorrente gerado pelas comissões líquidas foi superior em 7,13% (5.216 milhares de euros), conforme detalhado de seguida.

3. Desempenho da atividade

O balanço da Caja em 31 de dezembro de 2023 ascendia a 9.814.0444 milhares de euros, registando um aumento homólogo de 1,10%, ou seja, 106.691 milhares de euros, em relação ao ano anterior, motivado pelo aumento do passivo comercial e, por sua vez, à redução pela amortização do financiamento do Banco Central Europeu.

Dentro do ativo, o volume **Empréstimos e adiantamentos a clientes bruto** de correções de valor (notas 22 e 23) ascendia a 7.110.668 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 206.833 milhares de euros, ou seja, 3,00% face ao ano anterior. Especificamente, o valor dos Empréstimos a clientes representa um crescimento de 205.858 milhares de euros, mais 2,99% do que o valor homólogo do ano anterior, conforme se detalha de seguida:

Milhares de euros				
	2023	2022	Variação	Var. %
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 22 e 23)	7.097.919	6.892.061	205.858	2,99%
Capital mobilizado	7.044.641	6.854.657	189.984	2,77%
Juros vencidos	25.870	12.553	13.317	106,09%
Comissões	(24.794)	(22.632)	(2.162)	9,55%
Correções de justo valor	(7.670)	(6.704)	(966)	14,41%
Custos de transação	59.872	53.441	6.431	12,03%
Prémios ou descontos	-	746	(746)	(100%)
Adiantamentos com exceção de empréstimos (Nota 22)	12.749	11.774	975	8,28%

Capital mobilizado	12.749	11.774	975	8,28%
TOTAL Empréstimos e adiantamentos a clientes	7.110.668	6.903.835	206.833	3,00%

No que se refere aos créditos de cobrança duvidosa e aos ativos executados, os créditos de cobrança duvidosa sobre clientes aumentaram 16.960 milhares de euros (20.390 milhares de euros incluindo os adiantamentos que não créditos) e os ativos executados diminuíram 5.483 milhares de euros, elevando o saldo global destes ativos para 11.477 milhares de euros, o que representa um aumento percentual total de 8,91% em relação ao ano anterior, para 14.907 milhares de euros, incluindo os adiantamentos que não créditos de cobrança duvidosa.

Consequentemente, o rácio de incumprimento dos créditos de cobrança duvidosa aumentou 0,19 pontos percentuais em relação ao ano anterior, situando-se em 1,82% (1,87% com os adiantamentos que não sejam empréstimos). O rácio de cobertura acima mencionado, juntamente com as garantias para os ativos depreciados (Nota 22), demonstram a qualidade da carteira e a gestão prudente dos riscos efetuada pela Entidade.

	Milhares de euros			
	2023	2022	Variação	Var. %
Créditos não produtivos (Nota 22)	128.993	112.032	16.961	15,14%
Executados (Nota 25)	11.225	16.708	(5.483)	(32,82%)
Total	140.218	128.740	11.478	8,92%

Do lado do passivo, os **depósitos de clientes** registados na rubrica Passivos financeiros ao custo amortizado até 31 de dezembro de 2023 ascendem a 8.226.080 milhares de euros, dos quais o passivo tradicional ascende a 8.209.709 milhares de euros, um aumento de 11,07%, ou seja, 818.527 milhares de euros em termos absolutos.

Se nos referirmos aos **recursos extrapatrimoniais de clientes**, incluídos na Nota 50, estes totalizam 897.275 milhares de euros, e sem incluir os valores das carteiras comercializadas de fundos e títulos depositados, estes atingem 885.483 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 12.344 milhares de euros face a 2022 (1,37%), que inclui Fundos de Investimento, Fundos de Pensões e Seguros Poupança. Por fim, se nos referirmos aos títulos de rendimento fixo e de capital depositados por terceiros (Nota 50), estes ascendiam a 259.009 milhares de euros no final do exercício de 2023 (mais 93.731 milhares de euros do que em 2022, um aumento anual de 56,71%)

Os **recursos totais sob gestão de clientes**, que incluem os depósitos de clientes, os recursos extrapatrimoniais de clientes e os títulos depositados de terceiros, registaram um aumento de 899.914 milhares de euros em relação ao ano anterior (10,64%). O volume de negócios do Grupo registou um aumento de 1.107 milhões de euros, em 7%.

Por fim, os capitais próprios registaram um crescimento de 14% em 2023, no montante de 121.318 milhares de euros, atingindo 981.889 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023.

No que respeita ao número de sócios, em 31 de dezembro de 2023 o número é de 150.245 sócios.

4. Conta de resultados

A **margem financeira** do Grupo em 31 de dezembro de 2023 ascendeu a 232.190 milhares de euros, 98.262 milhares de euros do que no ano anterior, representando um aumento de 73,37%. Este aumento é justificado pela subida das taxas de juro que se iniciou em meados de 2022 e que teve o seu maior impacto neste exercício de 2023, e que levou a um crescimento das Receitas de juros de 148.934 em 106,56%, e a um aumento das Despesas com juros de 50.672 milhares de euros.

As **Receitas operacionais** ascenderam a 306.450 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023 (200.993 milhares de euros no ano anterior), um aumento de **52,47% (105.457 milhares de euros)**. Este facto deve-se ao efeito do aumento dos rendimentos provenientes das comissões líquidas (5.216 milhares de euros face ao ano anterior, 7,13%).

Dentro das rubricas que compõem o resultado operacional, as Despesas com o pessoal e as Despesas administrativas registaram um aumento de 18.587 e 2.696 milhares de euros respetivamente.

Na sequência deste aumento dos custos operacionais, a **margem operacional do Grupo**, resultado operacional deduzido dos gastos administrativos e amortizações, foi de 180.018 milhares de euros, um aumento de 84.291 milhares de euros face ao ano anterior, o que representa um crescimento de 88,05%.

Por fim, as Provisões e Perdas por Imparidade em Ativos Financeiros ascenderam a 59.729 milhares de euros, sendo de destacar as perdas por imparidade de 43.609 milhares de euros em 2023, face à provisão de 7.763 milhares de euros em 2022, aumentando em 35.846 milhares de euros, 461% mais do que no ano anterior, em resultado de uma prudente política de gestão e antecipação de riscos por parte da Entidade, que encerrou com elevados rácios de cobertura de créditos de cobrança duvidosa bem superiores aos do sector. Em 31 de dezembro de 2023, a Caja tinha perdas por imparidade para risco de crédito, para além das exigidas no Anexo 9 da Circular 4/2017, no montante de 113.005 milhares de euros.

Este facto conduziu a um **Resultado operacional** de 120.297 milhares de euros, um aumento de 56,87% (43.611 milhares de euros) face ao ano anterior.

Os ganhos ou perdas de ativos não correntes detidos para venda e as Provisões geraram ganhos de 904 milhares de euros em 2023 em comparação com ganhos de 325 milhares de euros em 2022.

Em consequência, o **Resultado antes de impostos** ascendeu a 121.165 milhares de euros, mais 57,40% do que no ano anterior (44.184 milhares de euros) e **após impostos** a 104.514 milhares de euros face a 67.196 milhares de euros no ano anterior, um aumento de 55,54%. Os **resultados antes de impostos e do Fundo de Educação e Promoção**, este último registado nos proveitos operacionais do Grupo, que faz parte da distribuição do excedente disponível, ascenderam a 131.443 milhares de euros contra 83.781 milhares de euros no ano anterior, um aumento de 47.662 milhares de euros (57%).

5. Fundo de Educação e Promoção cooperativa

Apresenta-se em seguida a repartição das diferentes rubricas a que foi aplicado o Fundo Educação e Promoção Cooperativa durante o exercício de 2023:

Candidaturas	Montante aplicado (milhares de euros)
Divulgação e apoio ao cooperativismo	1.754
Formação dos sócios e dos colaboradores	380
Promoção e relações inter-cooperativas	1.046
Melhoria da qualidade de vida	1.152
Promoção cultural	1.955
Total do Fundo de Educação e Promoção Cooperativa (*)	6.287

(*) Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo registava um excedente de 1.935 milhares de euros.

6. Eventos subsequentes

Remetemos para a nota 13 das presentes demonstrações financeiras.

7. Avaliação dos riscos

As notas 16, 17 e 18 das demonstrações financeiras, que fazem parte das contas anuais, contêm uma análise pormenorizada da situação no final do exercício e da gestão dos diferentes tipos de risco durante o exercício de 2023.

8. Participações próprias

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Caja detinha 429 milhares de euros e 574 milhares de euros de ações próprias em ações próprias.

9. Informação Ambiental e Sustentabilidade

A importância da sustentabilidade empresarial tem vindo a ganhar relevância ao longo do tempo, com a sociedade em geral e as instituições internacionais cada vez mais conscientes da necessidade de ter em conta a sustentabilidade na atividade económica e na sua consequente transformação. Este facto moldou grande parte da agenda regulamentar relacionada com as empresas no exercício de 2023. A regulamentação existente é cada vez mais exigente e está aliada a uma maior consciência social e empresarial, o que faz com que as atividades desenvolvidas no âmbito empresarial estejam cada vez mais orientadas para ser uma entidade mais sustentável e para adaptar as estratégias de concretização de objetivos a estas novas exigências.

O ano de 2023 viu nascer as primeiras normas de sustentabilidade para reforçar a transparência progressiva das organizações que se juntam ao objetivo de descarbonizar a economia. Na União Europeia, estão a ser aprovadas numerosas diretivas e regulamentos cuja implementação nos próximos anos significará um progresso em termos de novos requisitos relacionados com o domínio da sustentabilidade.

A Caja considera prioritário progredir na transição para uma economia mais sustentável, mais verde e com baixas emissões de carbono. Para a gestão dos riscos ESG, a Caixa Económica definiu um “Plano Diretor de Sustentabilidade” que, juntamente com a Política de Financiamento Sustentável e de Riscos ESG, estabelece os planos táticos e estratégicos na área da sustentabilidade. Ambos os documentos foram aprovados e são atualizados pelo Conselho de Administração da Entidade.

Embora o Grupo não tenha despesas, ativos, provisões e contingências ambientais que possam ser materiais em relação ao património, à posição financeira e aos resultados do Grupo e, por conseguinte, não sejam incluídas neste relatório quaisquer divulgações específicas sobre questões ambientais, o Grupo realiza uma série de ações destinadas a minimizar o impacto ambiental e é tão ativo quanto possível na divulgação das melhores práticas entre as suas partes interessadas.

Através do Manual de Conformidade e do Protocolo de Prevenção da Responsabilidade Penal, a Caja declara expressamente o seu compromisso com a segurança coletiva e a saúde coletiva, não aceitando riscos ou perigos para o ambiente e a saúde humana. Além disso, a Entidade dispõe de procedimentos rigorosos que visam o cumprimento da regulamentação em vários domínios, incluindo a proteção do ambiente.

10. Outras informações

Durante o exercício, não foi capitalizado no balanço da Caja qualquer montante relativo a trabalhos de investigação e desenvolvimento.

11. Informações não financeiras e sobre a diversidade

Em 28 de dezembro de 2018, foi aprovada a Lei 11/2018 sobre informação não financeira e diversidade, que altera o Código do Comércio, o texto revisto da Lei das Sociedades de Capital aprovado pelo Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julho, e a Lei 22/2015, de 20 de julho, sobre Auditoria de Contas, sobre informação não financeira e diversidade, que envolve a transposição da regulamentação europeia prevista na Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que impõe a obrigação de divulgação de informação não financeira e de informação sobre diversidade por parte de determinadas entidades e grupos.

A Caja Rural del Sur, S.C.C. apresenta a Declaração de Informação Não Financeira exigida pela normativa vigente no relatório de gestão consolidado, que será elaborado juntamente com as Contas Anuais Consolidadas do Grupo.

A Declaração Consolidada de Informação Não Financeira para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Caja Rural del Sur SCC será depositada juntamente com as suas Contas Anuais Consolidadas no Registo Mercantil de Sevilha e estará disponível no site da Caja Rural del Sur (www.cajaruraldelsur.es) no prazo exigido por lei.

G
A

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

O Conselho de Administração da Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito, na sua reunião realizada hoje, formula as Contas Anuais da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Relatório de Gestão do exercício de 2023 e a proposta de distribuição dos resultados do exercício de 2023, que constam da frente das folhas de papel selado do Estado, numeradas consecutivamente de ----- a -----, inclusive, da Série -----, Classe -----, de 0,03 euros cada uma, em conformidade com a legislação em vigor.

Sevilha, 19 de março de 2024

D. José Luis García-Palacios Álvarez
Presidente

D. Antonio Torres Conde
1º Vice-presidente

D. Ricardo López-Crespo Delgado
2º Vice-presidente

Dª Macarena Pérez-Miyares Travieso
Secretária

D. Alberto Garrocho Robles
Vogal

D. Francisco José Bernal Muñoz
Vogal

D. Francisco Javier Contreras Santana
Vogal

D. José María Calero Muñoz
Vogal

D^a M^a del Valle Novales de la Escalera
Vogal

D. Darío Candau del Cid
Vogal

D. Pablo González del Corral Martín
Vogal

D^a. Yolanda Pelayo Díaz
Vogal

D^a. Rocio Acosta Ferrero
Vogal

D. Gabriel Villegas Escobar
Vogal

**Informe de Auditoría de Cuentas Anuales Individuales
emitido por un Auditor Independiente**

**CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO
Cuentas Anuales e Informe de Gestión
correspondientes al ejercicio anual terminado
el 31 de diciembre de 2023**

INFORME DE AUDITORÍA DE CUENTAS ANUALES EMITIDO POR UN AUDITOR INDEPENDIENTE

A la Asamblea General de Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito:

Informe sobre las cuentas anuales

Opinión

Hemos auditado las cuentas anuales de Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito (la Sociedad), que comprenden el balance a 31 de diciembre de 2023, la cuenta de pérdidas y ganancias, el estado de cambios en el patrimonio neto, el estado de flujos de efectivo y la memoria correspondientes al ejercicio anual terminado en dicha fecha.

En nuestra opinión, las cuentas anuales adjuntas expresan, en todos los aspectos significativos, la imagen fiel del patrimonio y de la situación financiera de la Sociedad a 31 de diciembre de 2023, así como de sus resultados y flujos de efectivo correspondientes al ejercicio anual terminado en dicha fecha, de conformidad con el marco normativo de información financiera que resulta de aplicación (que se identifica en la nota 2.a) de la memoria) y, en particular, con los principios y criterios contables contenidos en el mismo.

Fundamento de la opinión

Hemos llevado a cabo nuestra auditoría de conformidad con la normativa reguladora de la actividad de auditoría de cuentas vigente en España. Nuestras responsabilidades de acuerdo con dichas normas se describen más adelante en la sección *Responsabilidades del auditor en relación con la auditoría de las cuentas anuales* de nuestro informe.

Somos independientes de la Sociedad de conformidad con los requerimientos de ética, incluidos los de independencia, que son aplicables a nuestra auditoría de las cuentas anuales en España según lo exigido por la normativa reguladora de la actividad de auditoría de cuentas. En este sentido, no hemos prestado servicios distintos a los de la auditoría de cuentas ni han concurrido situaciones o circunstancias que, de acuerdo con lo establecido en la citada normativa reguladora, hayan afectado a la necesaria independencia de modo que se haya visto comprometida.

Consideramos que la evidencia de auditoría que hemos obtenido proporciona una base suficiente y adecuada para nuestra opinión.

Cuestiones clave de la auditoría

Las cuestiones clave de la auditoría son aquellas cuestiones que, según nuestro juicio profesional, han sido de la mayor significatividad en nuestra auditoría de las cuentas anuales del periodo actual. Estas cuestiones han sido tratadas en el contexto de nuestra auditoría de las cuentas anuales en su conjunto, y en la formación de nuestra opinión sobre éstas, y no expresamos una opinión por separado sobre esas cuestiones.

Estimación de las pérdidas por deterioro por riesgo de crédito de la cartera de préstamos y anticipos a la clientela a coste amortizado

Descripción La cartera de préstamos y anticipos a la clientela a coste amortizado de la Sociedad al 31 de diciembre de 2023 presenta un valor, neto de ajustes por valoración, de 6.813.406 miles de euros, incluyendo dichos ajustes unas correcciones de valor por deterioro por importe de 286.559 miles de euros (ver nota 22 de la memoria adjunta). La estimación de las pérdidas por deterioro por riesgo de crédito de la cartera de préstamos y anticipos es una estimación significativa y compleja.

En la nota 14.i) de la memoria adjunta se detallan los principios y criterios aplicados por la Sociedad para la estimación de las mencionadas pérdidas por deterioro, que se realiza de forma individual o colectiva.

Los métodos utilizados para la estimación de las pérdidas por deterioro tienen un elevado componente de juicio, que incorpora elementos tales como la clasificación de las operaciones en función de su riesgo, la identificación y clasificación de las exposiciones deterioradas o en las que se ha producido un incremento significativo del riesgo, el valor realizable de las garantías asociadas y, en el caso de las estimaciones realizadas de manera individualizada, la evaluación de la capacidad de pago de los acreditados en función de la evolución futura de sus negocios. En este contexto, la Sociedad utiliza, para el análisis colectivo, el modelo de estimación de pérdidas por deterioro por riesgo de crédito establecido en la Circular 4/2017 del Banco de España, sobre la base de la experiencia y de la información que el Banco de España tiene del sector, y metodologías de cálculo específicas para la estimación de las pérdidas por deterioro individualizadas.

Adicionalmente, tal y como se describe en la nota 17 de la memoria adjunta, la Sociedad está expuesta a riesgos derivados del entorno macroeconómico y geopolítico, que se han visto acrecentados por diversos factores acontecidos en los últimos años, e incrementan la incertidumbre en torno a las variables consideradas por la Dirección de la Sociedad en la estimación de las pérdidas por deterioro por riesgo de crédito, tales como la evolución futura de los negocios de sus clientes, el valor realizable de las garantías asociadas a las operaciones concedidas o las variables macroeconómicas consideradas. En consecuencia, como se describe en la mencionada nota, la Sociedad ha complementado las pérdidas por deterioro por riesgo de crédito que resultan del modelo establecido en la Circular 4/2017 del Banco de España con los importes que se han considerado necesarios para recoger las características particulares de determinadas exposiciones.

Por todo ello, la estimación de las pérdidas por deterioro por riesgo de crédito de la cartera de préstamos y anticipos a la clientela a coste amortizado ha sido considerada como una cuestión clave de nuestra auditoría.

Nuestra respuesta

Nuestro enfoque de auditoría ha incluido el análisis y evaluación del entorno de control interno asociado a los procesos de estimación de pérdidas por deterioro por riesgo de crédito, así como la realización de procedimientos sustantivos, tanto para las estimadas individualmente, como de forma colectiva.

Nuestros procedimientos relativos al análisis y evaluación del entorno de control interno se han centrado en la realización, entre otros, de los siguientes procedimientos:

- ▶ La evaluación de la adecuación de las distintas políticas y procedimientos a los requerimientos normativos aplicables.
- ▶ La revisión de los procedimientos establecidos en el proceso de concesión de operaciones para evaluar la cobrabilidad de los préstamos y anticipos en base a la capacidad de pago e información financiera del deudor.
- ▶ La revisión de los procedimientos establecidos para el seguimiento periódico de las operaciones crediticias, principalmente aquellos relacionados con la actualización de información financiera, revisión periódica del expediente del deudor y con el seguimiento de las alertas establecidas por la Sociedad para la identificación de operaciones crediticias en vigilancia especial o deteriorados.
- ▶ La evaluación del diseño de los controles relevantes establecidos para la gestión y valoración de las garantías asociadas a las operaciones crediticias.

Adicionalmente, hemos realizado, entre otros, los siguientes procedimientos sustantivos:

- ▶ En relación con la estimación de las pérdidas por deterioro determinadas de forma individual, hemos revisado una muestra de operaciones para evaluar su adecuada clasificación y las hipótesis utilizadas por la Dirección para identificar y cuantificar las pérdidas por deterioro, incluyendo la situación financiera del deudor, las previsiones sobre flujos de caja futuros y, en su caso, la valoración de las garantías.
- ▶ En relación con la estimación de las pérdidas por deterioro determinadas de forma colectiva, hemos revisado una muestra de operaciones para evaluar la segmentación y clasificación de dichas operaciones, mediante la comprobación con documentación soporte, de ciertos atributos incluidos en las bases de datos, como por ejemplo la antigüedad de los impagos, la existencia de refinanciaciones o el valor de las garantías, entre otros, considerando, para ello, los efectos que hayan podido derivarse del deterioro de la economía. Además de lo anterior, hemos recalculado la estimación de pérdidas por deterioro por riesgo de crédito realizada de forma colectiva, replicando el modelo que considera los porcentajes de cobertura, de acuerdo con la segmentación y clasificación de las operaciones establecida por la Sociedad, y, en su caso los descuentos a aplicar sobre el valor de las garantías asociadas, establecidos en la Circular 4/2017 de Banco de España.
- ▶ En relación con la estimación de las pérdidas por deterioro por riesgo de crédito, complementarias a las requeridas por el modelo establecido en la Circular 4/2017 del Banco de España, hemos revisado el marco de control implementado por la Dirección para la estimación de dichas pérdidas por deterioro complementarias y hemos realizado comprobaciones sobre los criterios e hipótesis utilizadas por la Dirección para la realización de dicha estimación.

Además de lo anterior, hemos evaluado si la información detallada en la memoria de las cuentas anuales adjuntas resulta adecuada, de conformidad con los criterios establecidos en el marco normativo de información financiera aplicable a la Sociedad.

Sistemas automatizados de información financiera

Descripción La continuidad de los procesos de negocio de la Sociedad es altamente dependiente de su infraestructura tecnológica, que se encuentra externalizada en un proveedor de servicios. Los derechos de acceso a los distintos sistemas se conceden a los empleados de la Sociedad con el propósito de permitir el desarrollo y el cumplimiento de sus responsabilidades. Estos derechos de acceso son relevantes, pues están diseñados para asegurar que los cambios en las aplicaciones son autorizados, monitorizados e implementados de forma adecuada, y constituyen controles clave para mitigar el riesgo potencial de fraude o error como resultado de cambios en las aplicaciones. En este contexto, es crítico evaluar cuestiones como la organización y marco de gobierno de los sistemas de información.

Nuestra respuesta En el contexto de nuestra auditoría, con la colaboración de nuestros especialistas informáticos, hemos evaluado los controles generales de los sistemas de información relevantes para la elaboración de la información financiera. A este respecto, nuestro trabajo ha consistido, fundamentalmente, en probar controles generales de acceso a los sistemas, gestión de cambios y desarrollos de las aplicaciones, y seguridad de las mismas, así como los controles de aplicación establecidos en los procesos clave para la elaboración de la información financiera. Entre otros procedimientos, hemos revisado el Informe de experto independiente de la descripción de los controles, diseño y efectividad operativa en el entorno tecnológico (ISAE 3402) correspondiente al ejercicio 2023, emitido por un experto independiente, del que hemos obtenido confirmación sobre su formación, capacidad técnica e independencia.

Otra información: Informe de gestión

La otra información comprende exclusivamente el informe de gestión del ejercicio 2023, cuya formulación es responsabilidad de los administradores de la Sociedad y no forma parte integrante de las cuentas anuales.

Nuestra opinión de auditoría sobre las cuentas anuales no cubre el informe de gestión. Nuestra responsabilidad sobre el informe de gestión, de conformidad con lo exigido por la normativa reguladora de la actividad de auditoría de cuentas, consiste en:

- a. Comprobar únicamente que el estado de información no financiera se ha facilitado en la forma prevista en la normativa aplicable y, en caso contrario, informar sobre ello.
- b. Evaluar e informar sobre la concordancia del resto de la información incluida en el informe de gestión con las cuentas anuales, a partir del conocimiento de la Sociedad obtenido en la realización de la auditoría de las citadas cuentas, así como evaluar e informar de si el contenido y presentación de esta parte del informe de gestión son conformes a la normativa que resulta de aplicación. Si, basándonos en el trabajo que hemos realizado, concluimos que existen incorrecciones materiales, estamos obligados a informar de ello.

Sobre la base del trabajo realizado, según lo descrito anteriormente, hemos comprobado que la información mencionada en el apartado a) anterior se facilita en la forma prevista en la normativa aplicable y que el resto de la información que contiene el informe de gestión concuerda con la de las cuentas anuales del ejercicio 2023 y su contenido y presentación son conformes a la normativa que resulta de aplicación.

Responsabilidad de los administradores y de la Comisión de Auditoría en relación con las cuentas anuales

Los administradores son responsables de formular las cuentas anuales adjuntas, de forma que expresen la imagen fiel del patrimonio, de la situación financiera y de los resultados de la Sociedad, de conformidad con el marco normativo de información financiera aplicable a la Sociedad en España, que se identifica en la nota 2.a) de la memoria adjunta, y del control interno que consideren necesario para permitir la preparación de cuentas anuales libres de incorrección material, debida a fraude o error.

En la preparación de las cuentas anuales, los administradores son responsables de la valoración de la capacidad de la Sociedad para continuar como empresa en funcionamiento, revelando, según corresponda, las cuestiones relacionadas con la empresa en funcionamiento y utilizando el principio contable de empresa en funcionamiento excepto si los administradores tienen intención de liquidar la Sociedad o de cesar sus operaciones, o bien no exista otra alternativa realista.

La Comisión de Auditoría es responsable de la supervisión del proceso de elaboración y presentación de las cuentas anuales.

Responsabilidades del auditor en relación con la auditoría de las cuentas anuales

Nuestros objetivos son obtener una seguridad razonable de que las cuentas anuales en su conjunto están libres de incorrección material, debida a fraude o error, y emitir un informe de auditoría que contiene nuestra opinión.

Seguridad razonable es un alto grado de seguridad pero no garantiza que una auditoría realizada de conformidad con la normativa reguladora de la actividad de auditoría de cuentas vigente en España siempre detecte una incorrección material cuando existe. Las incorrecciones pueden deberse a fraude o error y se consideran materiales sí, individualmente o de forma agregada, puede preverse razonablemente que influyan en las decisiones económicas que los usuarios toman basándose en las cuentas anuales.

Como parte de una auditoría de conformidad con la normativa reguladora de la actividad de auditoría de cuentas vigente en España, aplicamos nuestro juicio profesional y mantenemos una actitud de escepticismo profesional durante toda la auditoría. También:

- Identificamos y valoramos los riesgos de incorrección material en las cuentas anuales, debida a fraude o error, diseñamos y aplicamos procedimientos de auditoría para responder a dichos riesgos y obtenemos evidencia de auditoría suficiente y adecuada para proporcionar una base para nuestra opinión. El riesgo de no detectar una incorrección material debida a fraude es más elevado que en el caso de una incorrección material debida a error, ya que el fraude puede implicar colusión, falsificación, omisiones deliberadas, manifestaciones intencionadamente erróneas, o la elusión del control interno.

- ▶ Obtenemos conocimiento del control interno relevante para la auditoría con el fin de diseñar procedimientos de auditoría que sean adecuados en función de las circunstancias, y no con la finalidad de expresar una opinión sobre la eficacia del control interno de la Sociedad.
- ▶ Evaluamos si las políticas contables aplicadas son adecuadas y la razonabilidad de las estimaciones contables y la correspondiente información revelada por los administradores.
- ▶ Concluimos sobre si es adecuada la utilización, por los administradores, del principio contable de empresa en funcionamiento y, basándonos en la evidencia de auditoría obtenida, concluimos sobre si existe o no una incertidumbre material relacionada con hechos o con condiciones que pueden generar dudas significativas sobre la capacidad de la Sociedad para continuar como empresa en funcionamiento. Si concluimos que existe una incertidumbre material, se requiere que llamemos la atención en nuestro informe de auditoría sobre la correspondiente información revelada en las cuentas anuales o, si dichas revelaciones no son adecuadas, que expresemos una opinión modificada. Nuestras conclusiones se basan en la evidencia de auditoría obtenida hasta la fecha de nuestro informe de auditoría. Sin embargo, los hechos o condiciones futuros pueden ser la causa de que la Sociedad deje de ser una empresa en funcionamiento.
- ▶ Evaluamos la presentación global, la estructura y el contenido de las cuentas anuales, incluida la información revelada, y si las cuentas anuales representan las transacciones y hechos subyacentes de un modo que logran expresar la imagen fiel.

Nos comunicamos con la Comisión de Auditoría de la Sociedad en relación con, entre otras cuestiones, el alcance y el momento de realización de la auditoría planificados y los hallazgos significativos de la auditoría, así como cualquier deficiencia significativa del control interno que identificamos en el transcurso de la auditoría.

También proporcionamos a la Comisión de Auditoría de la Sociedad una declaración de que hemos cumplido los requerimientos de ética aplicables, incluidos los de independencia, y nos hemos comunicado con la misma para informar de aquellas cuestiones que razonablemente puedan suponer una amenaza para nuestra independencia y, en su caso, de las correspondientes salvaguardas.

Entre las cuestiones que han sido objeto de comunicación a la Comisión de Auditoría de la Sociedad, determinamos las que han sido de la mayor significatividad en la auditoría de las cuentas anuales del periodo actual y que son, en consecuencia, las cuestiones clave de la auditoría.

Describimos esas cuestiones en nuestro informe de auditoría salvo que las disposiciones legales o reglamentarias prohíban revelar públicamente la cuestión.

Informe sobre otros requerimientos legales y reglamentarios

Informe adicional para la Comisión de Auditoría

La opinión expresada en este informe es coherente con lo manifestado en nuestro informe adicional para la Comisión de Auditoría de la Sociedad de fecha 2 de abril de 2024.

Periodo de contratación

La Asamblea General Ordinaria celebrada el 11 de mayo de 2021 nos nombró auditores por un período de 3 años, contados a partir del ejercicio que se inició el 1 de enero de 2021.



ERNST & YOUNG, S.L.

2024 Núm. 01/24/07620
SELLO CORPORATIVO: 96,00 EUR
Informe de auditoría de cuentas sujeto
a la normativa de auditoría de cuentas
española o internacional

ERNST & YOUNG, S.L.
(Inscrita en el Registro Oficial de Auditores
de Cuentas con el Nº S0530)

Héctor Martín Díaz
(Inscrito en el Registro Oficial de Auditores
de Cuentas con el Nº 21679)

2 de abril de 2024



CLASE 8.ª



OP1655595



Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito

Cuentas Anuales e Informe de Gestión
del ejercicio 2023



CLASE 8.ª

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022
(Expresados en miles de euros)

ACTIVO	2023	2022(*)
Efectivo, saldos en efectivo en bancos centrales y otros depósitos a la vista (Nota 19)	972.814	747.030
Activos financieros mantenidos para negociar (Nota 20)	1.708	1.454
Derivados	1.708	1.454
Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados (Nota 23)	12.693	13.976
Valores representativos de deuda	1.990	1.982
Préstamos y anticipos a la clientela	10.703	11.994
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global (Nota 21)	571.797	744.756
Instrumentos de patrimonio	200.686	174.050
Valores representativos de deuda	371.111	570.706
<i>Pro memoria: prestados o entregados como garantía con derecho de venta o pignoración</i>	-	58.739
Activos financieros a coste amortizado (Nota 22)	7.980.080	7.923.898
Valores representativos de deuda	963.011	1.092.632
Préstamos y anticipos a entidades de crédito	203.663	193.668
Préstamos y anticipos a la clientela	6.813.406	6.637.598
<i>Pro memoria: prestados o entregados como garantía con derecho de venta o pignoración</i>	-	100.937
Derivados – contabilidad de coberturas (Nota 24)	7.509	13.803
Cambios del valor razonable de los elementos cubiertos de una cartera con cobertura del riesgo de tipo de interés (Nota 24)	343	(8.280)
Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas (Nota 26)	-	-
Dependientes	-	-
Negocios Conjuntos	-	-
Asociadas	-	-
Activos tangibles (Nota 27)	134.172	131.424
Inmovilizado material	134.172	131.424
De uso propio	132.758	130.010
Afecto al Fondo de Educación y Promoción	1.414	1.414
<i>Pro memoria: adquirido en arrendamiento</i>	13.869	13.745
Activos intangibles	836	580
Otros activos intangibles	836	580
Activos por impuestos (Nota 28)	122.556	127.988
Activos por impuestos corrientes	4.083	8.298
Activos por impuestos diferidos	118.473	119.690
Otros activos (Nota 30)	4.982	2.867
Resto de los otros activos	4.982	2.867
Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta (Nota 25)	4.554	7.857
TOTAL ACTIVO	9.814.044	9.707.353

(*) Se presenta a efectos comparativos (Nota 2.b)



OP1655597

CLASE 8.^a

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022
(Expresados en miles de euros)**PASIVO**

	2023	2022(*)
Pasivos financieros mantenidos para negociar (Nota 20)	1.701	1.210
Derivados	1.701	1.210
Pasivos financieros a coste amortizado (Nota 31)	8.628.407	8.661.233
Depósitos de bancos centrales	103.568	1.095.758
Depósitos de entidades de crédito	170.105	35.831
Depósitos de la clientela	8.226.080	7.409.751
Otros pasivos financieros	128.654	119.893
Derivados – contabilidad de cobertura (Nota 24)	102.302	101.943
Provisiones (Nota 32)	45.850	36.603
Pensiones y otras obligaciones de prestaciones definidas post-empleo	-	483
Cuestiones procesales y litigios por impuestos pendientes	-	-
Compromisos y garantías concedidos	2.731	2.810
Restantes provisiones	43.119	33.310
Pasivos por impuestos (Nota 28)	21.987	22.351
Pasivos por impuestos corrientes	1.203	1.177
Pasivos por impuestos diferidos	20.784	21.174
Otros pasivos (Nota 30)	31.908	23.442
De los cuales: Fondo de Educación y Promoción (Nota 29)	13.627	9.551
TOTAL PASIVO	8.832.155	8.846.782

(*) Se presenta a efectos comparativos (Nota 2.b)



CLASE 8.^a

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022
(Expresados en miles de euros)

PATRIMONIO NETO

	2023	2022(*)
Fondos propios (Nota 34)	934.373	835.303
Capital	239.981	240.302
Capital desembolsado	239.981	240.302
Ganancias acumuladas	563.735	502.539
Reservas de revalorización	19.828	20.148
Otras reservas	6.744	5.692
Menos: Acciones propias	(429)	(574)
Resultado del ejercicio	104.514	67.196
Menos: Dividendos a cuenta	-	-
Otro resultado global acumulado (Notas 21 y 33)	47.516	25.268
Elementos que no se reclasificarán en resultados	47.889	30.544
Ganancias o pérdidas actuariales en planes de pensiones de prestaciones definidas	7.717	7.511
Cambios del valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global	40.172	23.033
Elementos que pueden reclasificarse en resultados	(373)	(5.276)
Derivados de cobertura. Reserva de cobertura de flujos de efectivo	(8.408)	(15.770)
Cambios del valor razonable de los instrumentos de deuda valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global	8.035	10.494
TOTAL PATRIMONIO NETO	981.889	860.571
TOTAL PATRIMONIO NETO Y PASIVO	9.814.044	9.707.353

PRO MEMORIA: EXPOSICIONES FUERA DE BALANCE

Compromisos de préstamos concedidos (Nota 36)	665.473	611.864
Garantías financieras concedidas (Nota 35)	100.759	104.174
Otros compromisos concedidos (Nota 36)	70.683	84.410

(*) Se presenta a efectos comparativos (Nota 2.b)



CLASE 8.^a

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Cuentas de Pérdidas y Ganancias correspondientes a los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2023 y 2022
(Expresadas en miles de euros)

	2023	2022(*)
Ingresos por intereses (Nota 37)	288.695	139.761
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	10.325	18.147
Activos financieros a coste amortizado	270.369	142.839
Restantes ingresos por intereses	8.001	(21.225)
Gastos por intereses (Nota 38)	(56.505)	(5.833)
MARGEN DE INTERESES	232.190	133.928
Ingresos por dividendos (Nota 21)	11.080	9.533
Ingresos por comisiones (Nota 39)	82.571	76.333
Gastos por comisiones (Nota 39)	(4.245)	(3.223)
Ganancias o pérdidas al dar de baja en cuentas activos y pasivos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados, netas (Nota 40)	(56)	1.500
Ganancias o pérdidas por activos y pasivos financieros mantenidos para negociar, netas (Nota 40)	-	-
Ganancias o pérdidas por activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados, netas (Nota 40)	(1.181)	(1.682)
Ganancias o pérdidas resultantes de la contabilidad de coberturas, netas (Nota 40)	6	(52)
Diferencias de cambio (ganancia o pérdida), netas	604	531
Otros ingresos de explotación (Nota 41)	4.451	3.422
Otros gastos de explotación (Nota 45)	(18.970)	(19.297)
<i>De los cuales: dotaciones obligatorias al fondo de educación y promoción (Notas 4, 29 y 45)</i>	<i>(10.278)</i>	<i>(6.800)</i>
MARGEN BRUTO	306.450	200.993
Gastos de administración	(118.281)	(96.998)
Gastos de personal (Nota 42)	(83.319)	(64.732)
Otros gastos de administración (Nota 43)	(34.962)	(32.266)
Amortización (Nota 44)	(8.151)	(8.268)
Provisiones o reversión de provisiones (Nota 47)	(16.112)	(11.278)
Deterioro del valor o reversión del deterioro del valor de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados y pérdidas o ganancias netas por modificación (Nota 46)	(43.609)	(7.763)
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	121	(148)
Activos financieros a coste amortizado	(43.730)	(7.615)
RESULTADO DE LA ACTIVIDAD DE EXPLOTACIÓN	120.297	76.686
Deterioro del valor o reversión del deterioro del valor de inversiones en dependientes, negocios conjuntos o asociadas (Nota 26)	-	-
Deterioro del valor o (-) reversión del deterioro del valor de activos no financieros	-	-
Ganancias o pérdidas al dar de baja en cuentas activos no financieros, netas (Nota 48)	(36)	(30)
Ganancias o pérdidas procedentes de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos clasificados como mantenidos para la venta no admisibles como actividades interrumpidas (Nota 49)	904	325
GANANCIAS O PÉRDIDAS ANTES DE IMPUESTOS PROCEDENTES DE LAS ACTIVIDADES CONTINUADAS	121.165	76.981
Gastos o ingresos por impuestos sobre los resultados de las actividades continuadas (Nota 28)	(16.651)	(9.785)
GANANCIAS O PÉRDIDAS DESPUES DE IMPUESTOS PROCEDENTES DE LAS ACTIVIDADES CONTINUADAS Y RESULTADO DEL EJERCICIO	104.514	67.196

(*) Se presenta a efectos comparativos (Nota 2.b)



OP16

**CLASE 8.ª****CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO**

Estados de Ingresos y Gastos Reconocidos correspondientes
a los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2023 y 2022
(Expresados en miles de euros)

	<u>2023</u>	<u>2022(*)</u>
RESULTADO DEL EJERCICIO	104.514	67.196
OTRO RESULTADO GLOBAL	22.248	(27.723)
Elementos que no se reclasificarán en resultados	17.345	(9.786)
Ganancias o pérdidas actuariales en planes de pensiones de prestaciones definidas (Nota 32)	275	(1.253)
Cambios de valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global	18.032	(9.719)
Impuestos sobre las ganancias relativo a elementos que no se reclasificarán	(962)	1.186
Elementos que pueden reclasificarse en resultados	4.903	(17.937)
Coberturas de flujos de efectivo (parte eficaz)	9.815	(6.289)
Ganancias o pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto	9.815	(6.289)
Instrumentos de deuda a valor razonable con cambios en otro resultado global (Notas 21 y 33)	(3.279)	(17.627)
Ganancias o pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto	(3.375)	(29.990)
Transferido a resultados	96	(1.466)
Otras reclasificaciones	-	13.829
Impuesto sobre las ganancias relativo a los elementos que pueden reclasificarse en ganancias o pérdidas	(1.634)	5.979
RESULTADO GLOBAL TOTAL DEL EJERCICIO	126.762	39.473

(*) Se presenta a efectos comparativos (Nota 2.b)

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Estados Totales de Cambios en el Patrimonio Neto correspondientes a los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2023 y 2022
(Expresados en miles de euros)

Ejercicio 2023

CLASE 8.^a



OP16



	Fondos Propios							Otro resultado global acumulado	Total patrimonio neto	
	Capital	Ganancias acumuladas	Reservas de revalorización	Otras reservas	Menos: Acciones Propias	Resultado del ejercicio	Menos: dividendos a cuenta			Total Fondos propios
Saldo final al 31 de diciembre de 2022	240.302	502.539	20.148	5.692	(574)	67.196	-	835.303	25.268	860.571
Efectos de la corrección de errores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efectos de los cambios en las políticas contables	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de apertura	240.302	502.539	20.148	5.692	(574)	67.196	-	835.303	25.268	860.571
Resultado global total del ejercicio	-	-	-	-	-	104.514	-	104.514	22.248	126.762
Otras variaciones del patrimonio neto:	(321)	61.196	(320)	1.052	145	(67.196)	-	(5.444)	-	(5.444)
Emisión de acciones	36	-	-	-	-	-	-	36	-	36
Reducción del capital	(357)	-	-	-	-	-	-	(357)	-	(357)
Dividendos (o remuneración a los socios)	-	-	-	-	-	-	(6.000)	(6.000)	-	(6.000)
Transferencias entre componentes de patrimonio neto	-	61.196	(320)	320	-	(67.196)	6.000	-	-	-
Otros aumentos o disminuciones del patrimonio neto	-	-	-	732	145	-	-	877	-	877
De los cuales: dotación discrecional a Obras y Fondos Sociales	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final al 31 de diciembre de 2023	239.981	563.735	19.828	6.744	(429)	104.514	-	934.373	47.516	981.889

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Estados Totales de Cambios en el Patrimonio Neto correspondientes a los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2023 y 2022
(Expresados en miles de euros)

CLASE 8.^a



OP10



Ejercicio 2022

	Fondos Propios					Menos: dividendos a cuenta	Total Fondos propios	Otro resultado global acumulado	Total patrimonio neto
	Capital	Ganancias acumuladas	Reservas de revalorización	Otras reservas	Menos: Acciones Propias				
Saldo final al 31 de diciembre de 2021	240.678	448.555	20.736	4.801	(203)	-	772.723	52.991	825.714
Efectos de la corrección de errores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efectos de los cambios en las políticas contables	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de apertura	240.678	448.555	20.736	4.801	(203)	-	772.723	52.991	825.714
Resultado global total del ejercicio	-	-	-	-	-	-	67.196	(27.723)	39.473
Otras variaciones del patrimonio neto:	(376)	53.984	(588)	891	(371)	-	(4.616)	-	(4.616)
Emisión de acciones	22	-	-	-	-	-	22	-	22
Reducción del capital	(398)	-	-	-	-	-	(398)	-	(398)
Dividendos (o remuneración a los socios)	-	-	-	-	-	(4.172)	(4.172)	-	(4.172)
Transferencias entre componentes de patrimonio neto	-	53.984	(588)	588	-	4.172	-	-	-
Otros aumentos o disminuciones del patrimonio neto	-	-	-	303	(371)	-	(68)	-	(68)
De los cuales: dotación discrecional a Obras y Fondos Sociales	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final al 31 de diciembre de 2022	240.302	502.539	20.148	5.692	(574)	-	835.303	25.268	860.571

(*) Se presenta a efectos comparativos (Nota 2.b)



CLASE 8.^a

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Estados de Flujos de Efectivo correspondientes a los ejercicios anuales
terminados el 31 de diciembre de 2023 y 2022
(Expresados en miles de euros)

	2023	2022(*)
A) FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE EXPLOTACIÓN	235.689	280.918
Resultado del ejercicio	104.514	67.196
Ajustes para obtener los flujos de efectivo de las actividades de explotación	94.270	45.226
Amortización (Nota 44)	8.151	8.268
Otros ajustes	86.119	36.958
Aumento / Disminución neto de los activos de explotación	82.637	31.045
Activos financieros mantenidos para negociar	(1.932)	(467)
Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados	101	(46)
Activos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados	-	-
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	187.833	236.826
Activos a coste amortizado	(100.169)	(199.132)
Otros activos de explotación	(3.196)	(6.136)
Aumento / Disminución neto de los pasivos de explotación	(31.553)	149.288
Pasivos financieros mantenidos para negociar	2.169	235
Pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados	-	-
Pasivos financieros a coste amortizado	(35.219)	210.861
Otros pasivos de explotación	1.497	(61.808)
Cobros/ Pagos por impuesto sobre las ganancias	(14.179)	(11.837)
B) FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE INVERSIÓN	(4.334)	(1.594)
Pagos	(8.820)	(6.626)
Activos tangibles	(8.171)	(6.320)
Activos intangibles	(626)	(155)
Activos no corrientes y pasivos que se han clasificado como mantenidos para la venta	(23)	(151)
Cobros	4.486	5.032
Activos tangibles	-	-
Activos no corrientes y pasivos que se han clasificado como mantenidos para la venta	4.486	5.032
C) FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE FINANCIACIÓN	(6.176)	(4.919)
Pagos	(6.357)	(4.919)
Dividendos	(6.000)	(4.172)
Amortización de instrumentos de patrimonio propio	(357)	(376)
Adquisición de instrumentos de patrimonio propio	-	(371)
Cobros	181	-
Emisión de instrumentos de patrimonio propio	36	-
Enajenación de instrumentos de patrimonio propio	145	-
D) EFECTO DE LAS VARIACIONES DE LOS TIPOS DE CAMBIO	605	529
E) AUMENTO (DISMINUCIÓN) NETO DEL EFECTIVO Y EQUIVALENTES (A+B+C+D)	225.784	274.934
F) EFECTIVO Y EQUIVALENTES AL INICIO DEL PERIODO	747.030	472.096
G) EFECTIVO Y EQUIVALENTES AL FINAL DEL PERIODO	972.814	747.030
PRO-MEMORIA:		
Componentes del efectivo y equivalentes al final del período (Nota 19)	972.814	747.030
Efectivo	57.425	73.652
Saldos equivalentes al efectivo en bancos centrales	780.260	620.069
Otros activos financieros	135.129	53.309

(*) Se presenta a efectos comparativos (Nota 2.b)



CLASE 8.^a



OP16



CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

**Memoria de las Cuentas Anuales correspondientes
al ejercicio anual terminado el 31 de diciembre de 2023.**

(Expresada en miles de euros)

1. Naturaleza de la Entidad

1.1 Aspectos Generales

Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito (en adelante, la Caja o la Entidad) fue creada mediante la fusión de Caja Rural de Huelva, Sociedad Cooperativa de Crédito y Caja Rural de Sevilla, Sociedad Cooperativa de Crédito, habiendo sido autorizada previamente mediante Orden Ministerial de fecha 22 de febrero de 2001, del Ministerio de Economía. El domicilio actual de la Caja se encuentra en la calle Murillo, 2, de Sevilla.

La Caja sucedió a título universal en la totalidad de los derechos y obligaciones a las entidades fusionadas, las cuales quedaron disueltas sin liquidación. La totalidad de las reservas o fondos sociales de ambas entidades pasaron a integrarse en la nueva Caja. Se estableció el 1 de enero de 2001 como fecha a partir de la cual las operaciones de las sociedades que se extinguían debían considerarse realizadas, a efectos contables, por cuenta de la nueva Caja.

Con fecha 8 de abril de 2014, fue autorizada la fusión de Caja Rural del Sur, como entidad absorbente, con Caja Rural de Córdoba, entidad absorbida, estableciéndose el 1 de enero de 2014 como fecha a partir de la cual las operaciones de la sociedad que se extinguía (Caja Rural de Córdoba, S.C.C.) debían considerarse realizadas, a efectos contables, por cuenta de la entidad absorbente (Caja Rural del Sur, S.C.C.).

Constituye su objeto social la realización en toda clase de operaciones activas, pasivas y de servicios permitidos a las entidades de crédito, con atención preferente a las necesidades financieras de sus socios con las limitaciones establecidas por la Ley respecto a las operaciones activas con terceros, dando prioridad, en todo caso, a su actuación en el medio rural.

La Caja se rige por las normas contenidas en la Ley 13/1989, de 26 de mayo, de Cooperativas de Crédito y demás disposiciones complementarias y, supletoriamente, por la Ley 27/1999, de 16 de julio, de Cooperativas.

El ámbito de actuación de la Caja se extiende a la totalidad del territorio del Estado Español, sin perjuicio de las actividades que le estén permitidas como entidad de crédito en el ámbito internacional. En la actualidad, las sucursales de la Caja se localizan en las provincias de Huelva, Sevilla, Cádiz, Córdoba, Málaga, Jaén, Almería, Madrid y Badajoz. Su ámbito real de actuación se extiende, por tanto, a las Comunidades Autónomas de Andalucía, Madrid y Extremadura, sin perjuicio de las



CLASE 8.^a



OP1655805



operaciones típicas del negocio de la Caja que se realizan con socios de otras Comunidades Autónomas o países en cuanto a la financiación de operaciones de importación y exportación de bienes y servicios.

Adicionalmente, con fecha 3 de marzo 2020, la Entidad obtuvo autorización del Banco de Portugal, para actuar en libre prestación de servicios en Portugal. Durante 2023, la Entidad ha obtenido la autorización para operar como Sucursal en Portugal, se prevé el inicio de la actividad el 1 de enero de 2024.

La distribución por zonas geográficas del número de oficinas de la Caja al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es la siguiente:

Provincia	Número de oficinas	
	2023	2022
Huelva (*)	59	58
Sevilla	119	119
Córdoba (*)	66	66
Cádiz	47	47
Málaga	18	18
Jaén (*)	1	1
Madrid	2	2
Badajoz	2	2
Almería	1	1
	315	314

(*) Tres centros, uno de la provincia de Córdoba, otro de la provincia de Jaén y otro de la provincia de Huelva corresponden a los contratos de agencia referidos en la Nota 8.

Como Cooperativa de Crédito, la Caja se encuentra sujeta a determinadas normas legales que regulan, entre otros, los siguientes aspectos:

- Mantenimiento de un porcentaje mínimo de recursos depositados en el Banco de España para la cobertura del coeficiente de reservas mínimas, que se situaba al 31 de diciembre de 2023 y 2022 en el 1% de los pasivos computables a tal efecto, según establece el Reglamento 1358/2011 de Banco Central Europeo de 14 de diciembre de 2011. Conforme se establece en el Reglamento 2818/1998 de Banco Central Europeo, de 1 de diciembre, relativo a la aplicación de las reservas mínimas, las entidades pueden solicitar autorización para mantener todas sus reservas mínimas de forma indirecta a través de un intermediario que sea residente en el mismo Estado miembro. Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, así como a lo largo de los ejercicios 2023 y 2022, la Caja, acogiéndose a dicha disposición, ha mantenido sus reservas mínimas a través de Banco Cooperativo Español, S.A. (véase Nota 22.b).



CLASE 8.^a



OP1603696



- La dotación al Fondo de Reserva Obligatorio y al Fondo de Educación y Promoción en la distribución del excedente neto del ejercicio (Notas 29 y 34).
- Mantenimiento de un nivel mínimo de recursos propios (Nota 5).
- Contribución anual al Fondo de Garantía de Depósitos de Entidades de Crédito y al Fondo de Resolución Nacional, como garantía adicional a la aportada por los recursos propios de la Entidad, a los acreedores de la misma. Tal y como se menciona en la Nota 11 de estas cuentas anuales, la Caja está integrada en el Fondo de Garantía de Depósitos de Entidades de Crédito que fue creado con fecha 15 de octubre de 2011 como consecuencia de la entrada en vigor del Real Decreto Ley 16/2011 de 14 de octubre. Asimismo, es miembro de la Unión Nacional de Cooperativas de Crédito y, a su vez, de la Asociación Española de Cajas Rurales.
- Obligación de emplear al menos un 50% de los recursos totales de la Entidad en operaciones activas (préstamos, créditos, descuentos) con socios de la Entidad o miembros de las Cooperativas Asociadas.

1.2 Grupo Consolidable

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, la Caja es cabecera de un grupo formado por la Entidad y Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., sociedad participada al 100% por la Entidad.

La Caja, al 31 de diciembre de 2023 y 2022 en los términos expresados anteriormente, es la Entidad encargada de elaborar las cuentas anuales consolidadas del Grupo. Dichas cuentas anuales consolidadas, que se presentan por separado al 31 de diciembre de 2023 y 2022, muestran un Resultado consolidado del ejercicio de 104.514 y 67.196 miles de euros, respectivamente, y un Patrimonio neto consolidado de 981.889 y 860.571 miles de euros, respectivamente. Dichas cuentas anuales consolidadas se someten igualmente a auditoría independiente.

1.3 Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U.

Con fecha 26 de diciembre de 2012, la Caja constituyó Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., en cumplimiento con el Real Decreto-Ley 18/2012 (Nota 26). El objeto social de la Sociedad es la gestión, administración y enajenación de cualesquiera activos inmobiliarios relacionados con el suelo para promoción inmobiliaria y con las construcciones o promociones inmobiliarias así como la compra y venta de solares, terrenos y toda clase de fincas rústicas, urbanas, pisos, locales, apartamentos e inmuebles en general, la urbanización, parcelación y reparcelación de terrenos y la construcción por cuenta propia o ajena de toda clase de edificios y fincas en general; la intermediación en la comercialización de todo tipo de bienes inmuebles.

A 31 de diciembre 2023 y 31 de diciembre 2022, la Caja es Socio Único de Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U.



CLASE 8.^a



OP1685601



El domicilio social de esta sociedad se encuentra en Sevilla, Calle Murillo, 2.

1.4 Mecanismo Institucional de Protección Cooperativo

Con fecha 29 de diciembre de 2017 las Cajas Rurales asociadas a la Asociación Española de Caja Rurales (en adelante, las Cajas), entre las que se encuentra Caja Rural del Sur, SCC, suscribieron con la mencionada Asociación, el Banco Cooperativo Español, S.A. (en adelante, Banco Cooperativo o BCE) y con GrucajRural Inversiones, S.L. (en adelante, GrucajRural) un Acuerdo Marco relativo al establecimiento, en el seno del Grupo Caja Rural, de un “Mecanismo Institucional de Protección Cooperativo” (en adelante, MIP) y determinados pactos complementarios. Estos acuerdos contemplaban, principalmente, los siguientes hitos:

- Promover una evolución del marco estatutario y convencional de la Asociación con vistas a su modernización y refuerzo, sustituyendo los actuales mecanismos de solidaridad por un sistema institucional de protección (SIP) de los contemplados en el artículo 113.7 del Reglamento (UE) nº 575/2013 (CRR), en los términos previstos en la Ley de Cooperativas de Crédito. Siendo parte de este SIP, las 29 Cajas que a la fecha del Acuerdo Marco estaban asociadas a la Asociación, GrucajRural y el Banco Cooperativo (en adelante, los miembros del SIP).

A los efectos previstos en (i) el artículo 113.7 del CRR y (ii) en la normativa reguladora de las aportaciones al Fondo de Garantía de Depósitos, fue necesario que el Banco de España reconociera el MIP como SIP.

- Constituir un fondo para cubrir las finalidades de apoyo financiero que pudieran atenderse en el seno del SIP y que se nutriese de aportaciones de los miembros del SIP. Este fondo sería administrado y controlado por la Asociación, ya sea directa o indirectamente a través de uno o varios vehículos.

Con relación a este fondo, con fecha 29 de diciembre de 2017, la Asociación comunicó a las Cajas asociadas los importes de los compromisos de la aportación ex – ante, correspondiente al ejercicio 2017, a realizar al fondo.



CLASE 8.ª



OP1655608



- Agrupar las acciones que las Cajas tenían en Banco Cooperativo Español, S.A. y en Rural Servicios Generales, S.L. (en adelante, RGA) en la sociedad GrucajRural, vehículo constituido por la Asociación, como socio fundador, el 1 de diciembre de 2017. Esta agrupación se realizó mediante la adquisición, por parte de las 29 Cajas, de las participaciones de GrucajRural que ostentaba la Asociación como socio fundador, y la posterior transmisión a esta sociedad, como aportación no dineraria, de las acciones que las 29 Cajas tenían en BCE y en RGA que amplió su capital entregando a las Cajas aportantes participaciones sociales de nueva emisión de GrucajRural.

Con fecha 29 de diciembre de 2017 tuvo lugar la Junta General de Socios de GrucajRural en la que se acordó la mencionada ampliación de capital mediante aportación no dineraria.

A la fecha de la firma del Acuerdo Marco, la mencionada aportación no dineraria estaba sujeta a la obtención de la no oposición de: (i) el Banco Central Europeo por lo que hace a Banco Cooperativo y (ii) la Dirección General de Seguros y Fondos de Pensiones ("DGSFP") por lo que hace a RGA. Además, en la medida en que Banco Cooperativo era titular del 100% del capital social y derechos de voto en la sociedad gestora de instituciones de inversión colectiva Gescoperativo, S.G.I.I.C., S.A. ("Gescoperativo"), fue necesario recabar la no oposición de la CNMV.

No obstante, antes de la firma del Acuerdo Marco, la Dirección de la Asociación consideró que, con independencia de la necesidad de llevar a cabo el trámite administrativo y teniendo en cuenta, por un lado, las gestiones previas a la presentación de las solicitudes, y por otro, la naturaleza de la operación y el análisis de idoneidad que corresponde hacer a los supervisores, no se apreciaba existencia de ninguna razón para que la conclusión a alcanzar no sea la "no oposición".

La participación de la Caja en el mencionado Acuerdo Marco fue objeto de aprobación en el Consejo Rector de la Caja celebrado el 28 de noviembre de 2017.

En relación a los hitos detallados anteriormente, en los primeros meses del ejercicio 2018 tuvieron lugar los siguientes acontecimientos:

El 1 de marzo de 2018 tuvo lugar la Asamblea General de la Asociación Española de Cajas Rurales en la que todas las Cajas asociadas, entre las que se encuentra Caja Rural del Sur aprobaron la constitución del MIP, aprobando para ello unos nuevos estatutos de la Asociación, el Reglamento del MIP, el Régimen disciplinario del MIP, determinadas Notas Técnicas relacionadas con la medición de solvencia y liquidez de los miembros del MIP y la política general de riesgos y un nuevo acuerdo regulador de relaciones económicas en el seno del Grupo Caja Rural.

Con fecha 23 de marzo de 2018 se obtuvo por parte del Banco de España el reconocimiento de MIP como SIP a los efectos previstos en la normativa comentada anteriormente.



CLASE 8.^a



En relación a la no oposición a la aportación no dineraria de las acciones de Banco Cooperativo y RGA a GrucajRural, se obtuvo confirmación de los reguladores correspondientes durante el primer trimestre de 2018.

Con fecha 9 de marzo de 2018 fueron elevados a público los documentos correspondientes a la ampliación de capital mediante aportación no dineraria de GrucajRural.

La Caja ha realizado aportaciones al fondo para cubrir las finalidades de apoyo financiero que puedan atenderse en el seno del MIP que han supuesto un gasto por importe de 1.077 miles de euros y 4.700 miles de euros en el ejercicio 2023 y 2022 respectivamente, que han sido registrado en el epígrafe “Otros gastos de explotación” de la cuenta de pérdidas y ganancias, (nota 45). Al 31 de diciembre de 2023 y 2022 la Caja había abonado este importe íntegramente.

Como consecuencia de lo anterior, al 31 de diciembre de 2023 la Entidad formaba parte de un Mecanismo Institucional de Protección Cooperativo (MIP) y forma parte del Grupo regulatorio Caja Rural compuesto por entidades vinculadas a través del marco asociativo y de pactos en materia de solidaridad y apoyo mutuo.

2. Bases de presentación de las cuentas anuales

a) Imagen fiel

Las cuentas anuales se han preparado a partir de los registros de contabilidad de la Entidad y de conformidad con lo establecido por la Circular 4/2017 de Banco de España, de 27 de noviembre, y modificaciones posteriores, con el Código de Comercio, el Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julio, por el que se aprueba el texto refundido de la Ley de Sociedades de Capital, que deroga la Ley de Sociedades Anónimas y la Ley de Sociedades de Responsabilidad Limitada, y otra normativa española que le sea aplicable, de forma que muestran la imagen fiel del patrimonio, de la situación financiera de la Entidad al 31 de diciembre de 2023 y de los resultados de sus operaciones, de los cambios en el patrimonio neto y en los flujos de efectivo correspondientes al ejercicio anual terminado en dicha fecha.

Tal y como se indica en la Nota 2.b), la información comparativa referida al ejercicio 2022 es la incluida en las cuentas anuales del ejercicio 2022, que fueron preparadas de conformidad con lo establecido en la Circular 4/2017 de Banco de España, de 27 de noviembre.

En la mencionada Circular, el Banco de España manifiesta que en su elaboración se ha respetado el contenido de las Normas Internacionales de Información Financiera, aprobadas por los Reglamentos de la Unión Europea y que ha atendido al marco conceptual en el que se basan.



CLASE 8.^a



No existe ningún principio y norma contable ni criterio de valoración obligatorio que, siendo significativo su efecto, se haya dejado de aplicar en su preparación, incluyéndose en la Nota 14 un resumen de los principios y normas contables y de los criterios de valoración más significativos aplicados en las presentes cuentas anuales. La información contenida en las presentes cuentas anuales es responsabilidad de los Consejeros de la Caja.

Las cuentas anuales del ejercicio 2023 de la Caja han sido formuladas por el Consejo Rector con fecha 19 de marzo de 2024, estando pendientes de aprobación por la Asamblea General de la misma, la cual se espera que las apruebe sin cambios significativos. Estas cuentas anuales, salvo mención en contrario, se presentan en miles de euros.

Con fecha 16 de mayo de 2023, en la reunión celebrada por la Asamblea General se acordó aprobar las cuentas anuales del ejercicio terminado el 31 de diciembre de 2022 (entre otros puntos a tratar en dicha Asamblea).

b) Comparación de la información.

El Consejo Rector de la Entidad presenta, a efectos comparativos, con cada una de las partidas del balance, de la cuenta de pérdidas y ganancias, del estado de ingresos y gastos reconocidos, del estado total de cambios en el patrimonio neto, del estado de flujos de efectivo y de la memoria, además de las cifras del ejercicio 2023, las correspondientes al ejercicio anterior, que formaban parte de las cuentas anuales aprobadas por la Asamblea General celebrada el 16 de mayo de 2023.

Se presenta, a continuación, un resumen de las principales Circulares del Banco de España aplicables, emitidas y que han entrado en vigor en el ejercicio 2023:

Circular 1/2023, de 24 de febrero, del Banco de España, a entidades de crédito, sucursales en España de entidades de crédito autorizadas en otro Estado miembro de la Unión Europea y establecimientos financieros de crédito, sobre la información que se ha de remitir al Banco de España sobre los bonos garantizados y otros instrumentos de movilización de préstamos, y por la que se modifican la Circular 4/2017, de 27 de noviembre, a entidades de crédito, sobre normas de información financiera pública y reservada, y modelos de estados financieros, y la Circular 4/2019, de 26 de noviembre, a establecimientos financieros de crédito, sobre normas de información financiera pública y reservada, y modelos de estados financieros.

Circular 2/2023, de 17 de marzo, del Banco de España, por la que se modifica la Circular 1/2013, de 24 de mayo, sobre la Central de Información de Riesgos.

La entrada en vigor de estas normas no ha tenido ni se espera que tenga un impacto significativo en los estados financieros de la Entidad.



CLASE 8.^a



Se presenta, a continuación, un resumen de las principales Circulares del Banco de España aplicables, emitidas y que entraron en vigor en el ejercicio 2022:

Circular 3/2022, de 30 de marzo, del Banco de España, por la que se modifican la Circular 2/2016, de 2 de febrero, a las entidades de crédito, sobre supervisión y solvencia, que completa la adaptación del ordenamiento jurídico español a la Directiva 2013/36/UE y al Reglamento (UE) n.º 575/2013; la Circular 2/2014, de 31 de enero, a las entidades de crédito, sobre el ejercicio de diversas opciones regulatorias contenidas en el Reglamento (UE) n.º 575/2013, del Parlamento Europeo y del Consejo, de 26 de junio de 2013, sobre los requisitos prudenciales de las entidades de crédito y las empresas de inversión, y por el que se modifica el Reglamento (UE) n.º 648/2012; y la Circular 5/2012, de 27 de junio, a entidades de crédito y proveedores de servicios de pago, sobre transparencia de los servicios bancarios y responsabilidad en la concesión de préstamos.

Esta circular consta de tres normas. La norma primera actualiza la Circular 2/2016; la norma segunda, la Circular 2/2014, y la norma tercera, la Circular 5/2012.

La modificación completa el proceso de transposición al ordenamiento jurídico español de la CRD V, publicada en 2019. En concreto, se desarrollan las habilitaciones del Banco de España contenidas en la Ley 10/2014 y en el RD 84/2015. Se realizan además otros ajustes en la Circular para adaptarla al nuevo contenido de las normas de jerarquía superior.

Esta modificación tiene como objetivo dar cumplimiento a la habilitación general del Banco de España para dictar las normas precisas para el desarrollo y ejecución de la Orden 2899/2011, de transparencia y protección del cliente de servicios bancarios, así como a las habilitaciones específicas que tiene conferidas en materia de crédito revolving o revolving.

Esta Circular introduce diversas modificaciones en las definiciones, cálculos y procedimientos de fijación de los colchones de capital para EISM, colchones para OEISM, colchón anticíclico y el colchón contra riesgos sistémicos.

Circular 2/2022, de 15 de marzo, del Banco de España, sobre normas para el envío al Banco de España de estadísticas de pagos por parte de proveedores de servicios de pago y operadores de sistemas de pago.

Esta circular regula determinados aspectos relacionados con el procedimiento de presentación estadística al Banco de España por los agentes informadores, la periodicidad de la información estadística que se ha de presentar al Banco de España y la potestad del Banco de España de eximir a determinados agentes informadores del cumplimiento de las obligaciones de presentación de información estadística.



CLASE 8.^a



3. Cambios de criterios, estimaciones contables y corrección de errores

3.1 Cambios de criterios, estimaciones contables y corrección de errores

La información incluida en las presentes cuentas anuales es responsabilidad del Consejo Rector de la Caja. En las presentes cuentas anuales se han utilizado, en su caso, estimaciones para la valoración de determinados activos, pasivos, ingresos, gastos y compromisos que han sido realizadas por la Alta Dirección de la Caja y ratificadas por su Consejo Rector. Dichas estimaciones corresponden fundamentalmente a:

- Las pérdidas por deterioro de determinados activos financieros (Nota 14.i).
- La vida útil aplicada a los elementos del activo tangible (Nota 14.o).
- El valor razonable de determinados activos financieros no cotizados en mercados secundarios oficiales. (Nota 14.e y f).
- El plazo de recuperación o realización de determinados activos no corrientes clasificados como mantenidos para la venta (Nota 14.q).
- El valor razonable de determinadas garantías afectas al cobro de activos (Nota 9).
- Las hipótesis empleadas en el cálculo actuarial de los pasivos y compromisos por retribuciones post-empleo y otros compromisos a largo plazo mantenidos con los empleados (Nota 32).
- El valor razonable de determinados activos y pasivos financieros (Nota 51).
- Estimación del cálculo del Impuesto de Sociedades y la recuperabilidad de los activos por impuestos diferidos (Nota 28).
- La probabilidad de ocurrencia de aquellos sucesos considerados como pasivos contingentes y, en su caso, las provisiones necesarias para la cobertura de estos hechos (Notas 32 y 47)

Las estimaciones anteriormente descritas se han realizado en función de la mejor información disponible a 31 de diciembre de 2023, sobre los hechos analizados, considerando la actual incertidumbre macroeconómica y geopolítica descrita en el apartado anterior. Por ello, es posible que acontecimientos futuros obliguen a modificarlas (al alza o a la baja) en próximos ejercicios de manera significativa, lo que se haría, en el caso de ser preciso, de forma prospectiva reconociendo los efectos del cambio de estimación en la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios afectados.

Durante el ejercicio 2023 no ha habido cambios relevantes en las asunciones y estimaciones realizadas a 31 de diciembre de 2022, con excepción de las indicadas en estas Cuentas Anuales.



CLASE 8.^a



a) Cambios en los criterios contables

Los cambios de criterios contables, bien porque se modifique una norma contable que regula una determinada transacción o evento, o bien porque el Consejo Rector, por razones debidamente justificadas, decida variar el criterio contable, se aplican retroactivamente, a menos que:

- Sea impracticable determinar los efectos que se derivan, en cada ejercicio específico, del cambio de un criterio contable sobre la información comparativa en un ejercicio anterior, en cuyo caso se aplica el nuevo criterio contable al principio del ejercicio más antiguo para el que la aplicación retroactiva sea practicable. Cuando es impracticable determinar el efecto acumulado, al principio del ejercicio corriente, por la aplicación de un nuevo criterio contable a todos los ejercicios anteriores, se aplica el nuevo criterio contable de forma prospectiva, desde la fecha más antigua en que sea practicable hacerlo o,
- La disposición o norma contable que modifique o establezca el criterio fije desde cuándo se debe aplicar.

Las modificaciones en la normativa contable aplicable a la Entidad con respecto a la aplicada en el ejercicio anterior, se ha comentado en la Nota 2.b).

b) Corrección de errores

Durante los ejercicios 2023 y 2022 no se ha producido ningún error que tenga efecto significativo ni en los resultados del año ni en el balance.

c) Cambios en las estimaciones contables

Durante los ejercicios 2023 y 2022 no se ha producido ningún cambio en estimaciones contables que tenga efecto significativo ni en los resultados del año ni en el balance.





CLASE 8.ª



- El reglamento (UE) n° 575/2013 (en adelante CRR), de 26 de junio de 2013, del Parlamento Europeo y del Consejo, sobre los requisitos prudenciales de las entidades de crédito y las empresas de inversión, y por el que se modificada el Reglamento (UE) n° 648/2012.

En España, el Real Decreto Ley 14/2013, de 29 de noviembre, de medidas urgentes para la adaptación del derecho español a la normativa de la Unión Europea en materia de supervisión y solvencia de entidades financieras (en adelante, el RDL), realizó una transposición parcial al derecho español de la Directiva 2013/36/UE y habilitó al Banco de España, en su disposición final quinta, para hacer uso de las opciones que se atribuyen a las autoridades competentes nacionales en el Reglamento (UE) n° 575/2013.

Por tanto, a partir del 1 de enero de 2014, quedaron derogadas las disposiciones de la Circular 3/2008 del Banco de España que vayan en contra de la normativa europea antes mencionada. Adicionalmente, el 5 de febrero de 2014 se publicó la Circular de Banco de España 2/2014, de 31 de enero, por la que, de acuerdo con las facultades que el Reglamento (UE) n° 575/2013 confiere a las autoridades competentes nacionales, el Banco de España hizo uso de algunas de las opciones regulatorias de carácter permanente previstas en dicho reglamento.

Asimismo, cabe destacar que durante el período 2015 - 2018 se publicaron nuevas normativas que complementan el Reglamento CRR en temáticas relativas a Fondos Propios, Liquidez, Riesgos de Pilar I y Requerimientos de capital.

Con fecha 2 de febrero de 2016, se emitió la Circular 2/2016 de Banco de España que tiene como objetivo fundamental completar, en lo relativo a las entidades de crédito, la transposición de la Directiva 2013/36/UE al ordenamiento jurídico español. Además, se recoge una de las opciones que el Reglamento (UE) n° 575/2013 atribuye a las autoridades nacionales competentes, adicional a las que el Banco de España ya ejerció en la Circular 2/2014.

Dicha Circular, también desarrolla algunos aspectos de la transposición de la Directiva 2011/89/UE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 16 de noviembre de 2011, por la que se modifican las Directivas 98/78/CE, 2002/87/CE, 2006/48/CE y 2009/138/CE en lo relativo a la supervisión adicional de las entidades financieras que formen parte de un conglomerado financiero. Esta Directiva ya ha sido transpuesta en lo fundamental mediante las modificaciones que tanto la Ley 10/2014 como el Real Decreto 84/2015 introducían, respectivamente, en la Ley 5/2005, de 22 de abril, de supervisión de los conglomerados financieros y por la que se modifican otras leyes del sector financiero, en el Real Decreto 1332/2005 que la desarrolla.



CLASE 8.^a

En el ejercicio 2017 se publicó la Circular 3/2017, de 24 de octubre, del Banco de España, por la que se modifica la Circular 2/2014, de 31 de enero. Esta Circular tiene como objetivo fundamental adaptar ciertos aspectos de la Circular 2/2014, en lo relativo a las entidades de crédito menos significativas, a las últimas disposiciones aprobadas por el Banco Central Europeo para las entidades significativas (principalmente, la Orientación (UE) 2018/697 del Banco Central Europeo, de 4 de abril de 2017, sobre el ejercicio por las autoridades nacionales competentes de las opciones y facultades que ofrece el derecho de la Unión respecto de las entidades menos significativas). Asimismo, se eliminaron las normas relativas a opciones transitorias que resultaban de aplicación hasta el ejercicio 2017.

En el ejercicio 2019 se publicó la Circular 3/2019, de 22 de octubre, del Banco de España con el objetivo de definir el umbral de significatividad de las obligaciones vencidas con aplicación a partir de diciembre de 2020.

Durante el año 2020, las alteraciones económicas causadas por la pandemia de Covid-19 y las excepcionales medidas de contención adoptadas por las autoridades han venido afectando de manera significativa a los principales agentes económicos.

Por esto, con fecha 24 de junio de 2020, el Parlamento Europeo y el Consejo de la Unión Europea aprobaron el Reglamento 2020/873 por el que se modifican el Reglamento 575/2013 y el Reglamento 2019/876, el cual modifica la CRR y la CRR II en determinados ajustes en respuesta a la pandemia de Covid-19 (“quickfix”). Las principales modificaciones se establecen en los siguientes ámbitos: cobertura de riesgo de crédito (disposiciones transitorias IFRS 9, etc.), ratio de apalancamiento, las exposiciones concedidas a empleados/pensionistas, factor de apoyo a las pymes, exención de la deducción en ciertos activos de software, así como el establecimiento de un filtro prudencial temporal que neutraliza el impacto de las pérdidas no realizadas en la deuda pública y el riesgo de mercado.

De las modificaciones transitorias, cabe destacar la prórroga por dos años de las disposiciones transitorias sobre la aplicación de la NIIF 9, limitando el efecto negativo que pueda tener en el capital de las entidades un eventual aumento de las provisiones para pérdidas crediticias previstas. Y el establecimiento, con carácter temporal, de un filtro prudencial sobre las exposiciones a bonos soberanos, dirigido a atenuar las consecuencias de la volatilidad de los mercados financieros sobre la solvencia de las entidades.

En relación con la Circular 2/2016, el Banco de España publicó en 2021 la Circular 5/2021 por la que modifica dicha circular con la incorporación de herramientas macroprudenciales. Durante el año 2022, Banco de España, publicó la nueva Circular 3/2022 de Banco de España, por la que se modifica la Circular 2/2016, con esta publicación finalmente se completa la trasposición a la legislación española de la CRD V.



CLASE 8.^a



Todo ello constituye la actual normativa en vigor que regula los recursos propios mínimos que han de mantener las entidades de crédito españolas, tanto a título individual como de grupo consolidado, y la forma en la que han de determinarse tales recursos propios; así como los distintos procesos de autoevaluación del capital que deben realizar y la información de carácter público que deben remitir al mercado.

La Entidad presenta estados consolidados de recursos propios, por ende, los requerimientos de recursos propios mínimos se calculan en función de la exposición del Grupo al riesgo de crédito y dilución; al riesgo de contraparte y de posición y liquidación correspondiente a la cartera de negociación; al riesgo de tipo de cambio y al riesgo operacional. Asimismo, el Grupo está sujeto al cumplimiento de los límites a la concentración de riesgos establecidos en la normativa y al cumplimiento de las obligaciones internas de Gobierno Corporativo.

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, el coeficiente de nivel 1 (CET1) ordinario y adicional, así como el coeficiente de capital total del Grupo ascendieron al 20,76% y al 20,17% respectivamente. La Circular 2/2014 fija el mínimo exigido para cada nivel de ratio. Adicionalmente en el marco del proceso de evaluación y revisión supervisora (SREP), el regulador ha comunicado a la Entidad que debe mantener una ratio de capital total del 9,375% para 2023 y 2022. Esto hace que el requerimiento mínimo exigido de capital total, incluyendo el colchón de conservación de capital y el colchón anticíclico sea de 11,89% para 2023 y 11,88% para 2022. Al 31 de diciembre de 2023 y 2022 las ratios de capital de la Entidad se encuentran por encima del mínimo exigido por el regulador, teniendo en 2023 y 2022, un superávit de 427.144 miles de euros y 373.027 miles de euros, respectivamente, sobre estos requerimientos de capital total incluyendo el colchón de conservación de capital y anticíclico.

Adicionalmente, durante el año 2023, el Banco de España en aplicación del artículo 44, apartado 1, de la Ley 11/2015, comunicó a Caja Rural del Sur, los requerimientos mínimos de fondos propios y pasivos admisibles (MREL, por sus siglas en inglés). Dicho requisito no debe ser inferior al 9,218% de la exposición total al riesgo (TREA) y del 3% de la exposición a la ratio de apalancamiento (LRE) que satisfará a más tardar el 1 de enero de 2024. Además, fijando el objetivo intermedio en el 9,13% de la exposición total al riesgo (TREA) y la misma cifra anterior de la exposición a la ratio de apalancamiento (LRE) para el 1 de enero de 2022.

Dicho objetivo ha sido cumplido por la Entidad, que a 31 de diciembre de 2023 y 2022 mantenía un 20,76% y un 20,17% de la exposición total al riesgo (TREA) y del 10,27% y 9,12% respectivamente de la exposición a la ratio de apalancamiento (LRE).



CLASE 8.^a



	Miles de euros	
	2023	2022
Capital de nivel 1:	999.510	907.388
Capital de nivel 1 ordinario (CET 1)	999.510	907.388
Capital y reservas (*)	922.362	829.303
Otro resultado global	47.516	25.268
Otras deducciones y ajustes	29.632	52.817
Capital de nivel 2:	-	-
Cobertura complementaria para riesgo de crédito	-	-
Otras deducciones y ajustes	-	-
Activos ponderados por riesgo	4.814.894	4.497.737
Ratio de capital de Nivel 1 Ordinario (mínimo exigido 4,5%)	20,76%	20,17%
Ratio de capital de Nivel 1 (mínimo exigido 6%)	20,76%	20,17%
Ratio de capital Total (mínimo exigido 8%)	20,76%	20,17%

(*) Incluye la propuesta de resultado del ejercicio 2023 y 2022, respectivamente.

En cuanto a la Gestión de Capital:

- El Marco de Apetito al Riesgo, aprobado por el Consejo Rector de la Entidad, contiene las principales directrices estratégicas en relación a la gestión de riesgos. Entre ellas se encuentran el objetivo y el nivel de riesgo que la Entidad está dispuesta a asumir en materia de solvencia encontrándose estos alineados con la planificación de capital.
- La Entidad ha desarrollado sistemas de gestión y control de riesgos que se consideran adecuados al perfil de riesgos del mismo.

La Entidad incorpora escenarios de estrés en dicha planificación de capital a 3 años, en la que se tiene en cuenta tanto las previsiones de la Entidad, como los datos externos provenientes del entorno macroeconómico. Las hipótesis utilizadas para la planificación son revisadas periódicamente.

- El instrumento para la realización de la citada evaluación y planificación es el Informe de Autoevaluación de Capital y Liquidez (el "IACL"), que es aprobado por el Consejo Rector de la Entidad y que establece un objetivo de solvencia que se expresa en un valor mínimo y permite cubrir con holgura los eventuales requerimientos adicionales por riesgos no contemplados en los mínimos legalmente exigibles incluso ante situaciones especialmente adversas de los mercados.

6. Información por segmentos de negocio



CLASE 8.^a

Las concentraciones por sector geográfico donde se encuentra localizado el riesgo, por clases de contrapartes, que se compone por los epígrafes “Salos en efectivo en bancos centrales y Otros depósitos a la vista”, “Activos financieros mantenidos para negociar”, “Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados”, “Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global”, “Activos financieros a coste amortizado”, “Derivados – contabilidad de coberturas”, “Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas”, “Exposiciones fuera de balance – Garantías financieras concedidas” y las garantías no financieras concedidas contenidas en “Exposiciones fuera de balance – Otros compromisos concedidos” indicando el valor en libros de los mismos al 31 de diciembre de 2023 y 2022, han sido las siguientes:

Actividad Total

	Miles de euros				
	2023				
	Total	España	Resto de la Unión Europea	América	Resto del mundo
Bancos centrales y entidades de crédito	1.249.343	1.205.755	32.014	4.114	7.460
Administraciones Públicas	1.607.255	1.338.208	269.047	-	-
– Administración Central	1.241.572	972.525	269.047	-	-
– Otras Administraciones Públicas	365.683	365.683	-	-	-
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	272.197	257.835	12.520	1.459	383
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera) (desglosado según la finalidad)	2.719.508	2.537.859	177.820	1.568	2.261
– Construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)	100.506	100.506	-	-	-
– Construcción de obra civil	19.267	17.534	1.733	-	-
– Resto de finalidades	2.599.735	2.419.819	176.087	1.568	2.261
Grandes empresas	999.143	923.187	72.139	1.560	2.257
Pymes y empresarios individuales	1.600.592	1.496.632	103.948	8	4
Resto hogares (desglosado según la finalidad)	3.788.995	3.752.142	18.937	6.578	11.338
– Viviendas (adquisición y rehabilitación)	3.116.092	3.081.224	17.615	6.540	10.713
– Consumo	229.245	228.952	136	31	126
– Otros fines	443.658	441.966	1.186	7	499
TOTAL	9.637.298	9.091.799	510.338	13.719	21.442



CLASE 8.^a



Actividad Total

	Miles de euros				
	2022				
	Total	España	Resto de la Unión Europea	América	Resto del mundo
Bancos centrales y entidades de crédito	1.025.765	982.479	32.168	3.338	7.780
Administraciones Públicas	1.942.522	1.685.231	257.291	-	-
– Administración Central	1.594.023	1.336.732	257.291	-	-
– Otras Administraciones Públicas	348.499	348.499	-	-	-
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	240.634	228.453	10.606	1.229	346
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera) (desglosado según la finalidad)	2.668.165	2.522.794	140.314	2.254	2.803
– Construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)	104.639	104.639	-	-	-
– Construcción de obra civil	16.907	15.174	1.733	-	-
– Resto de finalidades	2.546.619	2.402.981	138.581	2.254	2.803
Grandes empresas (*)	786.378	726.319	55.024	2.242	2.793
Pymes y empresarios individuales (*)	1.760.241	1.676.662	83.557	12	10
Resto hogares (desglosado según la finalidad)	3.658.909	3.629.693	13.660	6.115	9.441
– Viviendas (adquisición y rehabilitación)	3.029.679	3.001.542	12.969	6.081	9.087
– Consumo	209.964	209.713	137	28	86
– Otros fines	419.266	418.438	554	6	268
TOTAL	9.535.995	9.048.650	454.039	12.936	20.370

(*) A efectos comparativos, el saldo en el ejercicio 2022 incluye un importe neto de 91.630 miles de euros que se reclasifican desde Pymes y empresarios individuales a Grandes empresas en 2023.



CLASE 8.^a



Actividad en España

	Miles de euros									
	2023									
	COMUNIDADES AUTÓNOMAS									
	Total	Andalucía	Galicia	C-La Mancha	Castilla y León	Cataluña	Extremadura	Madrid	Valencia	Otras
Bancos centrales y entidades de crédito	1.205.755	26.849	-	-	289	-	-	1.174.191	3.206	1.220
Administraciones Públicas	1.338.208	225.390	50.064	-	20.000	-	36.074	24.155	-	982.525
- Administración Central	972.525	-	-	-	-	-	-	-	-	972.525
- Otras Administraciones Públicas	365.683	225.390	50.064	-	20.000	-	36.074	24.155	-	10.000
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	257.835	4.928	-	-	384	1.113	-	251.410	-	-
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera) (desglosado según la finalidad)	2.537.859	1.961.949	5.788	16.169	3.561	80.751	45.021	309.475	14.360	24.908
- Construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)	100.506	75.503	-	723	1	8	1	16.322	-	7.948
- Construcción de obra civil	17.534	10.229	-	4.801	-	-	43	2.461	-	-
- Resto de finalidades	2.419.819	1.876.217	5.788	10.645	3.560	80.743	44.977	290.692	14.360	16.960
Grandes empresas	923.187	496.934	2.746	8.751	3.216	67.185	23.939	231.842	9.563	11.722
Pymes y empresarios individuales	1.496.632	1.379.283	3.042	1.894	344	13.558	21.038	58.850	4.797	5.238
Resto hogares (desglosado según la finalidad)	3.752.142	3.691.194	603	1.926	1.354	8.027	6.234	30.311	1.716	9.665
- Viviendas (adquisición y rehabilitación)	3.081.224	3.026.901	571	1.477	1.151	7.303	5.937	26.643	1.682	8.637
- Consumo	228.952	227.138	30	132	55	184	166	662	30	512
- Otros fines	441.966	437.155	2	317	148	540	131	3.006	4	516
TOTAL	9.091.799	5.910.310	56.455	18.095	25.588	89.891	87.329	1.789.542	19.282	1.018.318



CLASE 8.^a



OP1



Actividad en España

	Miles de euros										
	2022										
	COMUNIDADES AUTÓNOMAS										
	Total	Andalucía	Galicia	C-La Mancha	Castilla y León	Cataluña	Extremadura	Madrid	Valenciana	Murcia	Otras
Bancos centrales y entidades de crédito	982.479	32.719	-	-	398	-	-	945.134	3.202	-	1.026
Administraciones Públicas	1.685.231	172.031	50.064	-	20.000	-	42.690	24.155	-	-	1.410.796
- Administración Central	1.336.732	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.336.732
- Otras Administraciones Públicas	348.499	172.031	50.064	-	20.000	-	42.690	24.155	-	-	74.064
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	228.453	4.764	-	-	136	-	-	223.553	-	-	-
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera) (desglosado según la finalidad)	2.522.794	2.024.003	3.969	8.808	3.308	79.040	42.096	274.064	13.236	53.266	76.812
- Construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)	104.639	79.089	-	130	-	23	1	15.521	-	-	9.875
- Construcción de obra civil	15.174	7.681	-	-	-	-	44	7.443	-	-	6
- Resto de finalidades	2.402.981	1.937.233	3.969	8.678	3.308	79.017	42.051	251.100	13.236	53.266	66.931
Grandes empresas (*)	726.319	390.903	2.516	8.550	2.697	58.304	15.258	192.357	8.193	41.305	49.997
Pymes y empresarios (*) individuales (*)	1.676.662	1.546.330	1.453	128	611	20.713	26.793	58.743	5.043	11.961	16.934
Resto hogares (desglosado según la finalidad)	3.629.693	3.575.340	147	1.359	1.147	6.582	5.517	28.090	1.457	743	9.798
- Viviendas (adquisición y rehabilitación)	3.001.542	2.952.468	119	1.023	1.102	5.949	5.326	24.627	1.418	697	9.244
- Consumo	209.713	208.353	26	128	42	183	134	477	36	43	346
- Otros fines	418.438	414.519	2	208	3	450	57	2.986	3	3	208
TOTAL	9.048.650	5.808.857	54.180	10.167	24.989	85.622	90.303	1.494.996	17.895	54.009	1.498.432

(*) A efectos comparativos, el saldo en el ejercicio 2022 incluye un importe neto de 91.630 miles de euros que se reclasifican desde Pymes y empresarios individuales a Grandes empresas en 2023.



CLASE 8.^a



OP16



7. Retribuciones al Consejo Rector de la Caja y al Presidente, Director General, Comité de Dirección y operaciones con Partes Vinculadas

a) Atenciones estatutarias, otras retribuciones, compromisos por pensiones y seguros.

En la Asamblea General de 26 de junio de 2012, la Caja acordó la modificación de sus Estatutos en materia de retribuciones a los Administradores no ejecutivos de la Entidad. Los Estatutos aprobados en dicha fecha establecen que la retribución será la equivalente al coste anual de un empleado de nivel 5 y, aquellos que no participen en ninguna Comisión percibirán el 25% de dicha cantidad. Posteriormente la Asamblea General de 30 de julio de 2013 acordó reducir dicho coste anual determinado en el artículo 31.3 de los Estatutos en un 10%, así como reducir las dietas en un 30%.

En la Asamblea General de 2 de mayo de 2019, la Caja acordó la modificación de sus Estatutos en materia de retribuciones a los Administradores no ejecutivos de la Entidad. Los estatutos aprobados en dicha fecha, establecen que por la asistencia a Consejos, Comisiones o Comités, y siempre que la cuenta de resultados lo permita, los Consejeros percibirán dietas, que en cómputo anual y por cada Consejero no podrán exceder de la remuneración percibida en el año 2018 más la cantidad que resulte de multiplicar el importe unitario de la dieta de asistencia fijada para dicho periodo, por el número de reuniones de órganos sociales a las que el Consejero asista en lo sucesivo, incrementado en un 10%, que se actualizará según IPC, sin perjuicio del kilometraje correspondiente. El límite máximo de la retribución fijada será aplicable tanto a los consejeros actuales como a quienes pasen a formar parte del Consejo en lo sucesivo.

Tales previsiones no serán de aplicación al Presidente, el cual se regirá exclusivamente por lo previsto en el artículo 26.2 de los Estatutos.

En el caso de asistencia a reuniones de los Órganos de Gobierno de otras Entidades, incluidas las del Grupo, en nombre o por designación de la Caja, los miembros del Consejo percibirán directamente los importes establecidos por aquellas, por tales conceptos y la Caja les abonará la diferencia, en su caso. Aparte de éstas se podrán percibir otras, previa aprobación de un plan por el Consejo.

El gasto registrado en la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022, en concepto de dietas y kilometrajes percibidos por los Administradores no ejecutivos de la Caja, ascienden a 1.012 y 740 miles de euros respectivamente, y en concepto de retribución, el gasto registrado en las cuentas de pérdidas y ganancias del ejercicio en 2023 y 2022 asciende a 526 y 532 miles de euros, respectivamente.



CLASE 8.^a

Los gastos citados en los párrafos precedentes se desglosan de la siguiente forma:

Nombre	Comisión	Miles de euros		
		2023		
		Retribución (a)	Dietas	Kilometraje
D. José Luis García-Palacios Alvarez	Presidente	526	-	-
D. Ricardo López-Crespo Delgado	Ejecutiva	-	89	4
D. José María Loring Lasarte(*)	Ejecutiva, Delegada, Agricultura, Auditoría, Remuneración, Eficiencia y Expansión y Riesgos	-	52	-
D. Francisco José Bernal Muñoz	Ejecutiva, Remuneración, Eficiencia y Expansión y Riesgos	-	77	-
D. José María Calero Muñoz	Ejecutiva, Agricultura y Auditoría	-	52	3
D. Francisco Contreras Santana	Ejecutiva, Agricultura, Auditoría y Riesgos	-	48	1
D. Alberto Garrocho Robles	Ejecutiva y Agricultura	-	73	1
D. Pablo González del Corral Martín	Ejecutiva, Delegada y Agricultura	-	88	2
D. Pedro A. Maestre de León (*)	Ejecutiva, Agricultura, Remuneración, Eficiencia y Expansión	-	20	-
D. Juan Mora-Figueroa Gayán (*)	Agricultura, Auditoría, Riesgos	-	19	-
D ^a . Yolanda Pelayo Díaz	Ejecutiva, Delegada y Riesgos	-	89	3
D. Antonio Torres Conde	Ejecutiva, Delegada, Auditoría, Remuneración, Eficiencia y Expansión	-	95	3
D ^a Rocio Acosta Ferrero	Ejecutiva, Auditoría, Remuneración, Eficiencia y Expansión y Riesgos	-	83	1
D. Gabriel Villegas Escobar	Ejecutiva y Agricultura	-	76	1
D. Darío Candau del Cid (**)	Ejecutiva, Riesgos, Remuneración, Eficiencia y Expansión y Agricultura	-	40	-
D ^a María del Valle Novales de la Escalera (**)	Ejecutiva, Auditoría, Remuneración, Eficiencia y Expansión	-	40	-
D ^a Macarena Pérez-Miyares Travieso(**)	Ejecutiva, Delegada, Auditoría, Riesgos, Remuneración, Eficiencia y Expansión y Agricultura	-	52	-
		526	993	19

(a) Adicionalmente se han registrado 5,1 miles de euros en concepto de retribuciones en especie, siendo el importe correspondiente a cada Administrador de 0,36 miles de euros.

(*) Los Sres. Loring Lasarte, Mora-Figueroa Gayán y Maestre de León causaron baja en el año 2023.

(**) Los Sres. Candau del Cid, Novales de la Escalera y Pérez-Miyares Travieso causaron alta en el año 2023.



CLASE 8.^a

Nombre	Comisión	Miles de euros		
		2022		
		Retribución (a)	Dietas	Kilometraje
D. José Luis García-Palacios Alvarez	Presidente	532	-	-
D. Vicente Rodríguez Gómez*	Ejecutiva, Agricultura, Remuneración, Eficiencia y Expansión, Riesgos	-	20	1
D. Ricardo López-Crespo Delgado	Ejecutiva, Agricultura, Auditoría, Remuneración, Eficiencia y Expansión	-	64	-
D. José María Loring Lasarte	Ejecutiva, Agricultura, Auditoría, Remuneración, Eficiencia y Expansión, Riesgos	-	64	4
D. Francisco José Bernal Muñoz	Auditoría, Remuneración, Eficiencia y Expansión y Riesgos	-	48	-
D. José María Calero Muñoz	Agricultura, Auditoría y Riesgos	-	49	3
D. Francisco Contreras Santana	Agricultura, Auditoría, Riesgos	-	46	1
D. Benito Cortines Torres*	Ejecutiva, Agricultura, Riesgos	-	20	1
D. Alberto Garrocho Robles	Agricultura	-	46	1
D. Pablo González del Corral Martín	Agricultura	-	46	1
D. Pedro A. Maestre de León	Ejecutiva, Agricultura, Remuneración, Eficiencia y Expansión	-	53	1
D. Juan Mora-Figueroa Gayán	Agricultura, Auditoría, Riesgos	-	55	1
D ^a . Yolanda Pelayo Díaz	Ejecutiva, Auditoría, Riesgos, Remuneración Eficiencia y Expansión	-	61	2
D. Antonio Torres Conde	Ejecutiva, Agricultura, Auditoría, Remuneración, Eficiencia y Expansión, Riesgos	-	49	1
D ^a Rocio Acosta Ferrero	Auditoría, Remuneración, Eficiencia y Expansión, Riesgos	-	51	1
D. Gabriel Villegas Escobar	Remuneración, Eficiencia y Expansión	-	49	1
		532	721	19

(*) Los Sres. Cortines Torres y Rodríguez Gómez causaron baja en el año 2022.

(a) Adicionalmente se han registrado 9,48 miles de euros en concepto de retribuciones en especie, siendo el importe correspondiente a cada Administrador de 0,68 miles de euros.

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, no existía pasivo actuarial registrado por retribuciones post-empleo devengadas por los Administradores actuales y antiguos de la Caja. No existe pasivo actuarial correspondiente al Presidente de la Caja al no contemplarse dicha posibilidad expresamente en los estatutos sociales.

b) Retribuciones del Director General y Comité de Dirección.

A estos efectos se incluyen a Director General y Comité de Dirección, a los que les correspondieron unas retribuciones brutas pagadas de 3.450 y 2.524 miles de euros anuales en los ejercicios 2023 y 2022, respectivamente, según el cuadro siguiente:

	Número de personas	Miles de euros			
		Retribuciones salariales		Otras retribuciones	Total
		Fijas	Variables		
2023	12	1.929	929	592	3.450
2022	13	1.877	416	231	2.524



CLASE 8.^a



OP1655826



Composición de las retribuciones:

- Fijas: Se han considerado todos aquellos conceptos de Convenio Colectivo, así como otros de carácter voluntario, con una permanencia fija por los cargos que desarrollan.
- Variables: Se incluyen aquellos conceptos que dependen de la evolución de la Caja, tales como incentivos anuales y plurianuales o complementos.
- Otras retribuciones: Aquellas establecidas por circunstancias de movilidad, como kilometraje, ayuda a vivienda, seguros de vida-accidentes.

El pasivo actuarial registrado por las retribuciones post-empleo (coste de los servicios pasados) devengadas por el Director General y los miembros del Comité de Dirección de la Caja ascendía al 31 de diciembre de 2023 y 2022, a 417 y 426 miles de euros, respectivamente. Durante los ejercicios 2023 y 2022, la Caja ha realizado aportaciones y primas de seguro por mantenimiento del sistema de Previsión Social por importes de 104 y 53 miles de euros, respectivamente.

El detalle del gasto en la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022 en concepto de los seguros de vida y accidentes, en los que el Director General, y Comité de Dirección son beneficiarios o tomadores, asciende a 57 y 54 miles de euros, respectivamente.

c) Otras remuneraciones a largo plazo.

En relación a otras remuneraciones a largo plazo, la Caja aprobó un Plan de Incentivos en el que se establecen una serie de objetivos plurianuales para un Colectivo Identificado, que serán evaluados el grado de cumplimiento en la fecha final, teniendo en cuenta el comportamiento de las métricas durante los tres años anteriores. La Caja ha registrado el importe de 941 y 512 miles de euros en la cuenta de pérdidas y ganancias, como estimación devengada al 31 de diciembre de 2023 y de 2022 respectivamente.

d) Limitación de concurrencia y otros compromisos contractuales del Presidente, Consejeros, Director General y Comité de Dirección.

La Caja tiene registrada una provisión para hacer frente a las obligaciones surgidas frente a los miembros del Consejo, la cual ascendía al 31 de diciembre de 2023 y 2022, a 2.241 y 2.158 miles de euros, respectivamente, tal y como se indica en la Nota 32. Para el Director General y determinados miembros del Comité de Dirección existe un importe registrado de 4.179 miles de euros a 31 de diciembre de 2023 y 2022. El mencionado importe está registrado en la cuenta de “otros fondos” dentro de “Restantes provisiones” (ver Nota 32).

e) Partes vinculadas



CLASE 8.^a



OP165



Los saldos registrados en los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 que tienen su origen en operaciones con Empresas del Grupo y asociadas, Consejeros, Presidente, Comité de Dirección, así como vinculadas a estos son las siguientes:

Nombre	Miles de euros					
	2023			2022		
	Empresas del Grupo, asociadas y negocios conjuntos	Consejeros, Presidente, Director General y Comité de Dirección	Otras partes vinculadas	Empresas del Grupo, asociadas y negocios conjuntos	Consejeros, Presidente, Director General y Comité de Dirección	Otras partes vinculadas
Activo:						
Préstamos y anticipos (*)	90.500	2.903	98.014	95.656	2.661	113.286
Otros Activos	157	-	-	149	-	-
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-	149.280	-	-	119.464
Pasivo:						
Pasivos a coste amortizado-						
Depósitos de la clientela	5.053	2.210	34.097	8.600	1.839	33.229
Aportaciones al Capital Social	-	669	3.221	-	861	3.607
Cuentas de orden:						
Garantías y compromisos contingentes concedidos	-	189	351	-	126	41

(*) En el epígrafe "Préstamos y anticipos" se recoge el valor bruto de la financiación concedida a la Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., para la adjudicación de inmuebles. Las correcciones de valor, no incluidas en dichos saldos, de la financiación concedida a Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., ascienden a 80.478 miles de euros al 31 de diciembre de 2023 (80.201 miles de euros al 31 de diciembre de 2022).

Los acuerdos rectores sobre operaciones o servicios cooperativizados en favor de miembros del Consejo Rector de la Caja, de Comisiones Ejecutivas, de los restantes órganos estatutarios, de la Dirección General, o de los parientes de cualesquiera de ellos hasta el segundo grado de consanguinidad o afinidad, se adoptarán en votación secreta, previa inclusión en el orden del día, y por mayoría no inferior a dos tercios del total de Consejeros no pudiendo participar el afectado en la votación.



CLASE 8.^a



OP1673628



Las condiciones de las operaciones cooperativizadas aplicables a las partes vinculadas serán las de mercado. No obstante, se tendrán en cuenta como referencia, para cada modalidad de operación, las establecidas para los clientes preferentes más un diferencial en intereses y comisiones. En materia de garantías se aplicará, sin excepción, el manual de riesgos de la entidad. Así mismo, además de los conflictos de interés legalmente previstos, se abstendrán de proponer la aplicación de excepciones sobre operaciones a conceder a cualquier persona con la que tengan cualquier vínculo de parentesco o afinidad, o mantengan relaciones comerciales o de amistad.

8. Contratos de agencia

La relación de agentes al 31 de diciembre de 2023 y 2022 requerida según lo establecido en el artículo 21 del Real Decreto 84/2015, de 13 de febrero, del Ministerio de Economía y Competitividad se incluye a continuación:

Denominación social	Ámbito geográfico	Alcance
Almazara de la Subbética, S.Coop. And.	Córdoba	Representación con carácter general para operaciones y servicios bancarios.
S. Coop. Andaluza Campo de Tejada	Huelva	Representación con carácter general para operaciones y servicios bancarios.
Aceites de San Benito, S. Coop. And.	Jaén	Representación con carácter general para operaciones y servicios bancarios.



CLASE 8.^a



OP1655629



9. Requerimientos de transparencia informativa en relación con las financiaciones a la construcción, promoción inmobiliaria, financiación para la adquisición de vivienda y activos adquiridos en pago de deudas, así como valoración de las necesidades de financiación en los mercados

- a) Información cualitativa sobre políticas y estrategias de gestión de los activos frente a este sector.

Debido a la situación del mercado hipotecario general, y con el fin de fortalecer aún más los esfuerzos mantenidos hasta la fecha con dicho sector, se han desarrollado las siguientes actuaciones:

- Realización de un seguimiento continuo y permanente de estos acreditados.
- Dar asesoramiento para coordinar las acciones que permiten la finalización de las obras en curso.
- Cooperar con aquellos que así lo han solicitado, en la dinamización de las ventas, a través de nuestra red de oficinas, poniendo a su disposición nuevos soportes tales como un dossier especializado, un catálogo, etc.
- Si los inmuebles pasan a formar parte del Plan de ventas, realizar un análisis individualizado de cada inmueble, maximizando los principales aspectos del bien con el fin de facilitar la venta.

- b) Información cualitativa relativa a las necesidades y estrategias de financiación en los mercados.

La Caja no ha realizado emisión alguna en los mercados de capitales, distinta a la llevada a cabo a través de las titulizaciones, las cuales no suponen compromisos de reembolsos futuros puesto que los vencimientos son simétricos a las de los préstamos subyacentes, por lo que la Caja no tiene que hacer frente en este sentido a ningún vencimiento a corto, medio o largo plazo.

Igualmente, la Caja no obtiene de forma recurrente financiación de entidades de crédito, excepto a lo que se refiere a las operaciones de financiación a largo plazo del Banco Central Europeo (TLTRO) y en su caso a las cesiones temporales de activos (véase Nota 31).

Al 31 de diciembre de 2023, la Entidad mantenía un stock de activos elegibles para la obtención de financiación en el Banco Central Europeo a través de Banco de España por importe de 1.654.625 miles de euros, y 2.006.259 miles de euros al 31 de diciembre 2022.

- c) Información cuantitativa sobre financiación a la construcción y promoción inmobiliaria y para la adquisición de vivienda y sobre los activos adquiridos en pago de deudas.



CLASE 8.^a

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, el detalle de la financiación destinada a la construcción y promoción inmobiliaria y sus coberturas es el siguiente:

	2023			2022		
	Miles de euros			Miles de euros		
	Importe en libros bruto	Exceso de la exposición bruta sobre el importe máximo recuperable de las garantías reales eficaces	Deterioro de valor acumulado	Importe en libros bruto	Exceso de la exposición bruta sobre el importe máximo recuperable de las garantías reales eficaces	Deterioro de valor acumulado
Financiación a la construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo) (negocios en España)	93.147	36.609	(2.942)	102.653	46.631	(2.840)
<i>De las cuales: con incumplimientos /dudosos</i>	2.180	1.433	(1.000)	1.140	358	(312)
Pro-memoria						
Activos fallidos	211			530		

	2023	2022
	Miles de euros	Miles de euros
Pro-memoria:		
Préstamos y anticipos a la clientela, excluidas Administraciones Públicas (negocios en España) (importe en libros) (véanse Notas 22 y 23)	6.434.001	6.251.154
Total activo (negocios totales) (importe en libros)	9.814.044	9.707.353
Deterioro de valor y provisiones para exposiciones clasificadas normales (negocios totales) (véase Nota 22.c)	(230.264)	(213.762)



CLASE 8.^a



OP18 00001



El desglose del epígrafe de la financiación destinada a la construcción y promoción inmobiliaria, operaciones registradas por entidades de crédito (negocios en España), al 31 de diciembre de 2023 y 2022, es el siguiente:

	Miles de euros	
	Importe en libros bruto	
	2023	2022
Sin garantía hipotecaria	22.681	30.251
Con garantía hipotecaria	70.466	72.402
Edificios y otras construcciones terminadas	43.741	36.811
Vivienda	33.798	28.934
Resto	9.943	7.877
Edificios y otras construcciones en construcción	19.580	29.359
Vivienda	18.935	27.375
Resto	645	1.984
Suelo	7.145	6.232
Suelo urbano consolidado	6.031	4.930
Resto de suelo	1.114	1.302
Total	93.147	102.653

La Entidad, en base al principio de prudencia en la gestión del riesgo de crédito, realiza revisiones y establece sistemas de alerta en el seguimiento, relativos a las clasificaciones de los suelos que sirven como garantía para afianzar operaciones de préstamos y anticipos a la clientela de promotores cuya finalidad es la promoción de viviendas. En caso de que exista alguna modificación en la clasificación, alteración del PGOU, falta de desarrollo urbanístico o cualquier otra circunstancia que pueda conllevar o provocar el cambio del uso o variación en el mismo, se realiza su reclasificación, pasando de “Terrenos Urbanizados” a “Resto de Suelos”, aplicando las consecuencias derivadas de realizar dicha reasignación.



CLASE 8.^a



Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, el desglose del crédito a los hogares para adquisición de vivienda, operaciones registradas por entidades de crédito (negocios en España), es el siguiente:

	Miles de euros			
	2023		2022	
	Importe en libros bruto	De los cuales: Con incumplimientos / Dudosos	Importe en libros bruto	De los cuales: Con incumplimientos / Dudosos
Préstamos para adquisición de vivienda (*):				
Sin hipoteca inmobiliaria	11.022	101	9.709	266
Con hipoteca inmobiliaria	3.046.073	36.656	2.957.754	37.472
Total	3.057.095	36.757	2.967.463	37.738

(*) No incluye reparación y rehabilitación de viviendas

El desglose del crédito con garantía hipotecaria a los hogares para adquisición de vivienda según el porcentaje que supone el riesgo total sobre el importe de la última tasación o valoración de la garantía disponible (LTV), operaciones registradas por entidades de crédito (negocios en España), al 31 de diciembre de 2023 y 2022, es el siguiente:

	Miles de euros				
	Rangos de LTV				
2023	LTV≤40%	40%<LTV≤60%	60%<LTV≤80%	80%<LTV≤100%	LTV>100%
Importe bruto	421.823	806.868	1.415.162	263.464	138.756
<i>Del que dudosos</i>	3.728	5.774	10.210	6.747	10.197
	Miles de euros				
	Rangos de LTV				
2022	LTV≤40%	40%<LTV≤60%	60%<LTV≤80%	80%<LTV≤100%	LTV>100%
Importe bruto	396.109	724.519	1.384.160	274.293	178.673
<i>Del que dudosos</i>	3.241	5.287	8.351	7.704	12.889



CLASE 8.^a



OP1655639



En cuanto a los activos adjudicados o recibidos en pago de deudas de la Caja, así como las exposiciones con entidades tenedoras de activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas al 31 de diciembre de 2023 y 2022, el detalle es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	
	Importe en libros bruto	Deterioro de valor acumulado
Activos adjudicados o recibidos en pago de deudas (Nota 25)	11.225	(8.728)
Activos inmobiliarios procedentes de financiaciones destinadas a empresas de construcción y promoción inmobiliaria	1.769	(1.764)
Edificios y otras construcciones terminadas	224	(219)
Vivienda	181	(181)
Resto	43	(38)
Edificios y otras construcciones en construcción	-	-
Terrenos	1.545	(1.545)
Suelo urbano consolidado	1.545	(1.545)
Resto de terrenos	-	-
Activos inmobiliarios procedentes de financiaciones hipotecarias a hogares para adquisición de vivienda	2.359	(2.136)
Resto de activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas	7.097	(4.828)
Instrumentos de capital de entidades tenedoras de activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas (Nota 26)	1.720	(1.720)
Financiación a entidades tenedoras de activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas	90.500	(80.478)



CLASE 8.^a



	Miles de euros	
	2022	
	Importe en libros bruto	Deterioro de valor acumulado
Activos adjudicados o recibidos en pago de deudas (Nota 25)	16.708	(11.180)
Activos inmobiliarios procedentes de financiaciones destinadas a empresas de construcción y promoción inmobiliaria	3.628	(1.898)
Edificios y otras construcciones terminadas	2.083	(353)
Vivienda	182	(181)
Resto	1.901	(172)
Edificios y otras construcciones en construcción	-	-
Terrenos	1.545	(1.545)
Suelo urbano consolidado	1.545	(1.545)
Resto de terrenos	-	-
Activos inmobiliarios procedentes de financiaciones hipotecarias a hogares para adquisición de vivienda	2.955	(2.622)
Resto de activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas	10.125	(6.660)
Instrumentos de capital de entidades tenedoras de activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas (Nota 26)	1.720	(1.720)
Financiación a entidades tenedoras de activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas	95.644	(80.201)

10. Información sobre los aplazamientos de pago efectuados a proveedores. Disposición Adicional Tercera - Deber de información de la Ley 15/2010, de 5 de julio

El 5 de julio de 2010 se publicó la Ley 15/2010, de modificación de la Ley 3/2004, de 29 de diciembre, por la que se establecen medidas de lucha contra la morosidad en las operaciones comerciales.

Entre otros aspectos, dicha norma suprime la posibilidad del “pacto entre las partes”, en relación con la ampliación del plazo de pago a proveedores, como respuesta a las repercusiones financieras de la crisis económica en todos los sectores, traducidas en un aumento de impagos, retrasos y prórrogas en la liquidación de facturas vencidas, que afecta con especial gravedad a las pequeñas y medianas empresas por su gran dependencia del crédito a corto plazo y por las limitaciones de tesorería en el actual contexto económico. Además, para luchar contra estas dificultades, la Ley fija un aplazamiento general máximo entre empresas de 60 días naturales a partir de la fecha de entrega de las mercancías o de prestación de los servicios que empezó a regir el 1 de enero de 2013.



CLASE 8.^a



OP165



De manera adicional, la Disposición Adicional Tercera de dicha norma indica que las sociedades deberán publicar de forma expresa las informaciones sobre plazos de pago a sus proveedores en la memoria de sus cuentas anuales individuales y consolidadas. Se incluye a continuación la información requerida sobre el periodo medio de pago a proveedores correspondiente al ejercicio 2023 y 2022:

	2023	2022
	Días	Días
Periodo medio de pago a proveedores	9	10
Ratio de operaciones pagadas	9	10
Ratio de operaciones pendientes de pago	7	2
	Importe (miles de euros)	Importe (miles de euros)
Total pagos realizados	87.021	85.494
Total pagos pendientes	213	1.575
Volumen monetario de facturas pagadas en un periodo inferior al máximo establecido en la normativa de morosidad	87.021	85.494
Porcentaje que representan los pagos inferiores a dicho máximo sobre el total del volumen facturado	99,8%	98,2%
Facturas pagadas en un periodo inferior al máximo establecido en la normativa de morosidad	48.111	58.903
Porcentaje sobre el total de facturas	99,8%	99,7%

11. Fondo de Garantía de Depósitos y Fondo Único de Resolución

Fondo de Garantía de Depósitos

La Caja se encuentra integrada en el Fondo de Garantía de Depósitos de Entidades de Crédito.

El gasto de los ejercicios 2023 y 2022 por las contribuciones ordinarias devengadas por la Caja en relación al Fondo de Garantía de Depósitos, ha ascendido a 3.130 y 3.109 miles de euros, respectivamente, que se incluyen en el epígrafe de “Otros gastos de explotación” de la cuenta de pérdidas y ganancias adjunta (Nota 45), y en el epígrafe de “Pasivos financieros a coste amortizado- Otros pasivos financieros” del pasivo del balance (Notas 31.d).



CLASE 8.^a



Las contribuciones anuales al Fondo de Garantía de Depósitos (F.G.D.E.C.) se efectúan, de acuerdo con lo establecido en el Real Decreto 2606/1996, de 20 de diciembre, sobre Fondos de Garantía de Depósitos, según la redacción dada por el Real Decreto 948/2001, de 3 de agosto, y la Circular 4/2001, de 24 de septiembre y el Real Decreto 1642/2008, de 10 de octubre. La Comisión Gestora del Fondo de Garantía de Depósitos de entidades de crédito, al amparo de lo previsto en el artículo 6 del Real Decreto-ley 16/2011 y en el artículo 3 del Real Decreto 2606/1996, ha fijado la aportación a realizar para el conjunto de las entidades adheridas al compartimento de garantía de depósitos, para el ejercicio 2023 y 2022 en un 1,75 por mil del importe de los depósitos garantizados al 31 de diciembre del ejercicio anterior. El cálculo de la aportación de cada entidad se realiza en función del importe de los depósitos garantizados y de su perfil de riesgo, tomando en consideración indicadores como la adecuación del capital, la calidad de los activos y la liquidez, que han sido desarrollados por la Circular 5/2016, de 27 de mayo, del Banco de España, modificada por la Circular 1/2018, de 31 de enero. Asimismo, la aportación al compartimento de garantía de valores se ha fijado en un 2 por mil del 5% del importe garantizado de los valores y otros instrumentos financieros al 31 de diciembre de cada año.

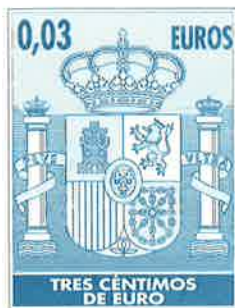
Adicionalmente, el 31 de julio 2012, la Comisión Gestora del F.G.D.E.C. al objeto de restaurar la situación patrimonial del citado Fondo, acordó la liquidación de una derrama entre las entidades adscritas al mismo, por un importe de 2.346 millones de euros, a pagar entre las entidades adscritas en diez cuotas iguales anuales, según la base de cálculo de las aportaciones al 31 de diciembre de 2011 de cada Entidad. Dicha derrama sería liquidada por cada entidad junto con sus aportaciones ordinarias entre los años 2013 al 2022. La cuota que en cada fecha debía ingresar cada entidad, podría ser deducida de la aportación ordinaria anual que, en su caso, satisficiera dicha entidad en esa misma fecha, y hasta el importe de esa aportación ordinaria.

Como consecuencia de tal acuerdo y en función de la citada base de cálculo de las aportaciones, el importe de la derrama asignado a Caja Rural del Sur, S.C.C. y a la extinta Caja Rural de Córdoba, S.C.C. ascendió a 7.917 y 2.566 miles de euros, respectivamente, a pagar mediante diez cuotas de 792 y 256 miles de euros, respectivamente. La asunción del citado compromiso supuso para las Cajas el reconocimiento de un pasivo financiero por el importe equivalente al valor presente del total de los compromisos asumidos y liquidables en distintas fechas futuras y, simultáneamente una cuenta activa por el mismo importe para registrar su devengo en la cuenta de resultados a lo largo del periodo de liquidación.

Al 31 de diciembre de 2022 se canceló de balance el citado compromiso al haberse liquidado íntegramente.



CLASE 8.ª



Fondo Único de Resolución

Dentro del proceso de creación de un mercado interior de servicios bancarios dentro de la Unión Europea, la Directiva 2014/59/UE establece un marco de supervisión centralizada cuyo primer paso fue la creación del Mecanismo Único de Supervisión, creado por el Reglamento (UE) n° 1024/2013 del Consejo Europeo (el MUS), cuyos objetivos son garantizar que la política de la Unión en materia de supervisión prudencial de las entidades de crédito se aplique de forma coherente y eficaz, velar porque el código normativo único de los servicios financieros se aplique de manera homogénea a las entidades de crédito de los Estados miembros de la zona euro y de los Estados miembros no pertenecientes a dicha zona que opten por participar en el MUS y que estas entidades de crédito sean objeto de una supervisión de la máxima calidad.

Dentro de este proceso de integración a nivel de supervisión y resolución de entidades de crédito, el Reglamento (UE) n° 806/2014 del Parlamento Europeo y del Consejo establece un procedimiento uniforme para la resolución de entidades de crédito y de determinadas empresas de servicios de inversión, dentro del marco de un Mecanismo Único de Resolución (el MUR) que fortalezca la imagen de solvencia de este tipo de entidades a nivel europeo.

Como instrumento fundamental para el adecuado funcionamiento del MUR, el Reglamento (UE) n° 806/2014 introduce la constitución de un Fondo Único de Resolución (el FUR). Este fondo se constituye inicialmente a través de las aportaciones *ex-ante* de las entidades incluidas dentro del marco supervisor del MUS, recaudadas con una periodicidad anual.

El Reglamento Delegado (UE) 2015/63 desarrolla una metodología homogénea para el cálculo de las aportaciones al FUR. Las aportaciones tienen carácter anual y su importe para cada entidad lo determinan las autoridades de resolución competentes en cada Estado miembro en función del tamaño de la entidad y su perfil de riesgo.

Toda esta normativa a nivel europeo se transpone al ordenamiento jurídico español a través de la Ley 11/2015, de 18 de junio, de recuperación y resolución de entidades de crédito y empresas de servicios de inversión. Entre otras cuestiones, esta ley designa al Fondo de Reestructuración Ordenada Bancaria (el FROB) como autoridad de resolución competente dentro del estado español. Por tanto, el FROB es el organismo encargado del cálculo y recaudación de las aportaciones al FUR de las entidades de crédito españolas, así como de determinadas empresas de servicios de inversión incluidas dentro del marco de aplicación de la mencionada ley.

El gasto del ejercicio 2023 y 2022 por las contribuciones *ex-ante* devengadas por la Caja en relación con el Fondo Único de Resolución ha ascendido a 1.502 y 1.822 miles de euros, respectivamente, que se incluyen en el epígrafe de “Otros gastos de explotación” de la cuenta de pérdidas y ganancias adjunta (Nota 45).



CLASE 8.^a



OP1655638



12. Honorarios de auditoría

El importe de los honorarios satisfechos por la auditoría de las cuentas anuales de la Caja durante los ejercicios 2023 y 2022 a Ernst & Young, S.L. han ascendido a 79 y 75 miles de euros, respectivamente. Asimismo, Ernst & Young, S.L. ha facturado durante el ejercicio 2023 y 2022 honorarios por servicios distintos de los de auditoría de cuentas anuales por importe de 9 y 22 miles de euros, respectivamente.

Por otro lado, otras entidades afiliadas a Ernst & Young, no han facturado a la Caja honorarios y gastos por servicios profesionales en 2023 y facturaron 57 miles de euros en 2022 por otros conceptos.

La información relativa a los servicios de auditoría de cuentas y a los servicios distintos de la auditoría de cuentas prestados por Ernst & Young, S.L. a las sociedades controladas por Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito durante el ejercicio terminado el 31 de diciembre de 2023 y 2022, se encuentra recogida en las cuentas anuales consolidadas de Grupo Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito al 31 de diciembre de 2023, y 31 de diciembre 2022, respectivamente.

13. Acontecimientos posteriores

Con posterioridad al 31 de diciembre de 2023 hasta la fecha de formulación por parte del Consejo Rector de la Entidad de sus cuentas anuales, no ha ocurrido ningún acontecimiento significativo, que deba ser incluido en las cuentas anuales adjuntas para que éstas muestren adecuadamente la imagen fiel del patrimonio, de la situación financiera y de los resultados de la Entidad.

Con fecha 20 de febrero de 2024, se ha publicado en el Boletín Oficial del Estado, la sentencia del Tribunal Constitucional 11/2024, de 18 de enero en la que, el Tribunal Constitucional ha estimado la cuestión de inconstitucionalidad planteada por la Sala de lo Contencioso-administrativo de la Audiencia Nacional respecto de varias modificaciones introducidas en el Impuesto sobre Sociedades por el Real Decreto-ley 3/2016, de 2 de diciembre, por el que se adoptan medidas en el ámbito tributario dirigidas a la consolidación de las finanzas públicas y otras medidas urgentes en materia social. Se ha analizado el impacto de la sentencia y no se esperan impactos significativos para la Entidad.

14. Principios y normas contables y criterios de valoración aplicados

Los principios y normas contables y criterios de valoración más significativos aplicados para la elaboración de las presentes cuentas anuales, se describen a continuación:

a) Principio de empresa en funcionamiento

En la elaboración de las cuentas anuales se ha considerado que la gestión de la Caja continuará en el futuro previsible. Por tanto, la aplicación de las normas contables no está encaminada a determinar el valor del Patrimonio neto a efectos de su transmisión global o parcial ni el importe resultante en caso de su liquidación.



CLASE 8.^a

b) Principio del devengo

Las presentes cuentas anuales, salvo en su caso, en lo relacionado con los estados de flujos de efectivo, se han elaborado en función de la corriente real de bienes y servicios, con independencia de la fecha de su pago o de su cobro.

c) Compensación de saldos

Sólo se compensan entre sí, y por tanto, se presentan en el balance por su importe neto, los saldos deudores y acreedores con origen en transacciones que, contractualmente o por imperativo de una norma legal, contemplan la posibilidad de compensación y se tiene la intención de liquidarlos por su importe neto o de realizar el activo y proceder al pago del pasivo de forma simultánea.

d) Otros principios generales e información medioambiental

Las cuentas anuales se han elaborado de acuerdo con el enfoque de coste histórico, aunque modificado por la revalorización, en su caso, de terrenos y construcciones, activos financieros disponibles para la venta y activos y pasivos financieros (incluidos derivados) a valor razonable.

La preparación de las cuentas anuales exige el uso de ciertas estimaciones contables. Asimismo, exige a la Dirección que ejerza su juicio en el proceso de aplicar las políticas contables de la Caja. Dichas estimaciones pueden afectar al importe de los activos y pasivos y al desglose de los activos y pasivos contingentes a la fecha de las cuentas anuales y el importe de los ingresos y gastos durante el período de las cuentas anuales. Aunque las estimaciones están basadas en el mejor conocimiento de la Dirección de las circunstancias actuales y previsibles, los resultados finales podrían diferir de estas estimaciones.

Dado la actividad principal a la que se dedica la Caja, ésta no tiene responsabilidades, gastos, activos, ni provisiones y contingencias de naturaleza medioambiental que pudieran ser significativos en relación con el patrimonio, la situación financiera y los resultados de la Caja. Por este motivo, no se incluyen desgloses específicos en la presente memoria respecto a información de cuestiones medioambientales.

e) Derivados financieros

Los derivados financieros son instrumentos que además de proporcionar una pérdida o una ganancia, pueden permitir, bajo determinadas condiciones, compensar la totalidad o parte de los riesgos de crédito y/o de mercado asociados a saldos y transacciones, utilizando como elementos subyacentes tipos de interés, determinados índices, los precios de algunos valores, los tipos de cambio cruzado de distintas monedas u otras referencias similares. La Caja utiliza derivados financieros negociados bilateralmente con la contraparte fuera de mercados organizados (OTC).

Los derivados financieros son utilizados para negociar con clientes que los solicitan, para la gestión de los riesgos de las posiciones propias de la Caja (derivados de cobertura) o para beneficiarse de los



CLASE 8.^a



OP1655540



cambios en los precios de los mismos. Los derivados financieros que no pueden ser considerados de cobertura se consideran como derivados de negociación. Las condiciones para que un derivado financiero pueda ser considerado como de cobertura son las siguientes:

- i) El derivado financiero debe cubrir el riesgo de variaciones en el valor de los activos y pasivos debidas a oscilaciones del tipo de interés y/o del tipo de cambio (cobertura de valores razonables), el riesgo de alteraciones en los flujos de efectivo estimados con origen en activos y pasivos financieros, compromisos y transacciones previstas altamente probables (cobertura de flujos de efectivo) o el riesgo de la inversión neta en un negocio en el extranjero (cobertura de inversiones netas en negocios en el extranjero).
- ii) El derivado financiero debe eliminar eficazmente algún riesgo inherente al elemento o posición cubierto durante todo el plazo previsto de cobertura. Por tanto, debe tener eficacia prospectiva, eficacia en el momento de contratación de la cobertura en condiciones normales, y eficacia retrospectiva, evidencia suficiente de que la eficacia de la cobertura se mantendrá durante toda la vida del elemento o posición cubierto.
- iii) Se debe documentar adecuadamente que la contratación del derivado financiero tuvo lugar específicamente para servir de cobertura de determinados saldos o transacciones y la forma en que se pensaba conseguir y medir esa cobertura eficaz, siempre que esta forma sea coherente con la gestión de los riesgos propios que lleva a cabo la Caja.

Las coberturas se pueden aplicar a elementos o saldos individuales o a carteras de activos y pasivos financieros. En este último caso, el conjunto de los activos o pasivos financieros a cubrir debe compartir el mismo tipo de riesgo, entendiéndose que se cumple cuando la sensibilidad al cambio de tipo de interés de los elementos individuales cubiertos es similar.



CLASE 8.^a



OP16/5841



La Circular 4/2017 introduce un nuevo esquema contable en relación a la contabilidad de coberturas y que coexiste con el esquema contable anterior, de forma que las entidades pueden optar por uno u otro. El nuevo esquema contable mantiene los tres tipos de coberturas contables –de valor razonable, de flujos de efectivo y de inversión neta en un negocio en el extranjero–, pero se flexibilizan los requisitos para el uso de la contabilidad de coberturas, de forma que un mayor número de coberturas económicas pueda acogerse a este tratamiento y la contabilidad se aproxime más a la gestión de riesgos. Así, se permite que determinados instrumentos financieros, además de los instrumentos derivados, puedan servir como instrumentos de cobertura; se permite cubrir componentes de exposiciones y se relajan los criterios de eficacia de la cobertura necesarios para acogerse a este tratamiento, permitiendo el reequilibrio de la relación de cobertura durante la vigencia de esta. La Caja ha optado por mantener el esquema contable anterior.

Los derivados financieros implícitos en otros instrumentos financieros o en otros contratos principales se registran separadamente como derivados cuando sus riesgos y características no están estrechamente relacionados con los de los contratos principales y siempre que dichos contratos principales no se encuentren clasificados en los epígrafes de “Activos financieros mantenidos para negociar” y de “Activos o Pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados”.

f) Activos financieros

Clasificación de activos financieros

La Circular 4/2017 introduce un nuevo enfoque de clasificación y valoración de los instrumentos financieros basados en el modelo de negocio en el que se gestionan y sus características de flujos de efectivo. En este sentido, los activos financieros se clasifican en tres categorías: valorados a coste amortizado, valorados a valor razonable con cambios en resultados y valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global.

Para la clasificación de un activo financiero en la categoría de valorados a coste amortizado, además de gestionarse en el marco de un modelo de negocio cuyo objetivo es mantener los activos financieros para obtener flujos de efectivo contractuales, el instrumento debe tener unos flujos de caja contractuales que representen únicamente la devolución de su principal e intereses, siendo estos últimos la compensación por el valor temporal del dinero y el riesgo de crédito del deudor.

Para la clasificación de un activo financiero en la categoría de valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global, además de gestionarse en el marco de un modelo de negocio cuyo objetivo se alcanza obteniendo flujos de efectivo contractuales y vendiendo activos financieros, el instrumento debe tener unos flujos de caja contractuales que representen únicamente la devolución de su principal e intereses, siendo estos últimos la compensación por el valor temporal del dinero y el riesgo de crédito del deudor.



CLASE 8.^a



OP1655842



Un activo financiero deberá valorarse al valor razonable con cambios en resultados a menos que se valore al coste amortizado o al valor razonable con cambios en otro resultado global de acuerdo con lo mencionado anteriormente. Sin embargo, la Entidad, en el momento del reconocimiento inicial de inversiones concretas en instrumentos de patrimonio que, en otro caso, se valorarían al valor razonable con cambios en resultados, podrá tomar la decisión irrevocable de presentar los cambios posteriores del valor razonable en otro resultado global.

No obstante lo señalado en los párrafos anteriores, la Entidad podrá en el momento del reconocimiento inicial designar un activo financiero de forma irrevocable como valorado al valor razonable con cambios en resultados si al hacerlo así elimina o reduce significativamente alguna incoherencia en la valoración o en el reconocimiento (a veces denominada «asimetría contable») que surgiría, de otro modo, si la valoración de los activos o pasivos o el reconocimiento de las pérdidas y ganancias de los mismos se hicieran sobre bases diferentes.

Cuando la Entidad cambie su modelo de negocio en lo que respecta a la gestión de los activos financieros, se reclasificarán todos los activos financieros de acuerdo con los modelos descritos con anterioridad.

Los activos financieros se clasifican en el balance de acuerdo con los siguientes criterios:

- i) Efectivo, saldos en efectivo en bancos centrales y otros depósitos a la vista: que incluye las monedas y billetes propiedad de la entidad y los saldos que cobrar a la vista, depositados en bancos centrales y entidades de crédito.
- ii) Activos financieros mantenidos para negociar: que incluye los activos financieros que se han adquirido con el objeto de realizarlos a corto plazo, son parte de una cartera de instrumentos financieros identificados y gestionados conjuntamente para la que se han realizado actuaciones recientes para la obtención de ganancias a corto plazo o son instrumentos derivados no designados como instrumentos de cobertura contable.
- iii) Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados: que incluye los activos financieros que, estando gestionados en el marco de un modelo de negocio cuyo objetivo es mantener los activos financieros para obtener flujos de efectivo contractuales, los flujos de caja contractuales no representan únicamente la devolución del principal y los intereses, siendo estos últimos la compensación por el valor temporal del dinero y el riesgo de crédito del deudor.
- iv) Activos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados: que incluye los activos financieros que, no formando parte de los Activos financieros mantenidos para negociar, tienen la consideración de activos financieros híbridos y están valorados íntegramente por su valor razonable y los que se gestionan conjuntamente con Pasivos por contratos de seguro valorados por su valor razonable o con derivados financieros que tienen por objeto y efecto reducir significativamente su exposición a variaciones en su valor razonable o que se gestionan conjuntamente con pasivos financieros y derivados al objeto de reducir significativamente la exposición global al riesgo de tipo de interés.



CLASE 8.^a



Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, la Caja no tiene activos financieros registrados en esta categoría.

- v) Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global: que corresponde a los valores representativos de deuda gestionados en el marco de un modelo de negocio cuyo objetivo se alcanza obteniendo flujos de efectivo contractuales y vendiendo activos financieros, y cuyos flujos de caja contractuales representan únicamente la devolución de su principal e intereses, siendo estos últimos la compensación por el valor temporal del dinero y el riesgo de crédito del deudor. Incluye, asimismo, los instrumentos de patrimonio de entidades que no son Dependientes, negocios conjuntos y asociadas para los que la Caja ha tomado, en el momento de su reconocimiento inicial, la decisión irrevocable de presentar los cambios posteriores del valor razonable en otro resultado global.
- vi) Activos financieros a coste amortizado: que incluye los activos financieros que, además de gestionarse en el marco de un modelo de negocio cuyo objetivo es mantener los activos financieros para obtener flujos de efectivo contractuales, tienen unos flujos de caja contractuales que representan únicamente la devolución de su principal e intereses, siendo estos últimos la compensación por el valor temporal del dinero y el riesgo de crédito del deudor.
- vii) Ajustes a activos financieros por macro-coberturas: que corresponde a la contrapartida de los importes abonados a la cuenta de pérdidas y ganancias con origen en la valoración de las carteras de instrumentos financieros que se encuentran eficazmente cubiertos del riesgo de tipo de interés mediante derivados de cobertura de valor razonable.
- viii) Derivados de cobertura: que incluye los derivados financieros adquiridos o emitidos por la Caja que cualifican para poder ser considerados de cobertura contable.
- ix) Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta de carácter financiero: que corresponde al valor en libros de las partidas individuales, integradas en un grupo de disposición o que forman parte de una unidad de negocio que se pretende enajenar (operaciones en interrupción) y cuya venta es altamente probable que tenga lugar, en las condiciones en las que tales activos se encuentran actualmente, en el plazo de un año a contar desde la fecha a la que se refieren las cuentas anuales. Por tanto, la recuperación del valor en libros de estas partidas de carácter financiero previsiblemente tendrá lugar a través del precio que se obtenga en su enajenación. Existen otros activos no corrientes en venta de carácter no financiero cuyo tratamiento contable se describe en la Nota 14.q.

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022 la Caja no tiene activos financieros registrados en esta categoría.

- x) Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas: que incluye los instrumentos de patrimonio emitidos por las entidades del grupo, multigrupo y asociadas de la Caja.



CLASE 8.ª



- xi) Contratos de seguros vinculados a pensiones: que corresponde a los derechos al reembolso exigibles a entidades aseguradoras de una parte o de la totalidad del desembolso requerido para cancelar una obligación por prestación definida cuando las pólizas de seguro no cumplen las condiciones para ser consideradas como un activo del Plan.

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, la Caja no tiene activos financieros registrados en esta categoría.

Valoración de activos financieros

Todos los activos financieros se registran inicialmente por su valor razonable más en el caso de instrumentos financieros que no estén clasificados a valor razonable con cambios en resultados, los costes de transacción que sean directamente atribuibles a la adquisición o emisión de los instrumentos.

Las variaciones en el valor de los activos financieros con causa en el devengo de intereses y conceptos asimilados se registran en los capítulos “Ingresos por intereses”, de la cuenta de pérdidas y ganancias del periodo.

Las variaciones en el valor de los activos que se produzcan con posterioridad al registro inicial por causas distintas de las mencionadas en el párrafo anterior, se tratan en función de las categorías en las que se encuentran clasificados los activos financieros:

- i) Los activos financieros se valoran a su valor razonable excepto los activos financieros a coste amortizado, las participaciones en entidades dependientes, negocios conjuntos y asociadas.
- ii) Se entiende por valor razonable de un activo financiero en una fecha dada, el importe por el que podría ser entregado entre partes interesadas debidamente informadas, en una transacción realizada en condiciones de independencia mutua. La mejor evidencia del valor razonable es el precio de cotización en un mercado activo que corresponde a un mercado organizado, transparente y profundo.

Cuando no existe precio de mercado para un determinado activo financiero, se recurre para estimar su valor razonable al establecido en transacciones recientes de instrumentos análogos y, en su defecto, a modelos de valoración suficientemente contrastados. Asimismo, se tienen en cuenta las peculiaridades específicas del activo a valorar y, muy especialmente, los distintos tipos de riesgos que el activo financiero lleva asociados. No obstante, las propias limitaciones de los modelos de valoración desarrollados y las posibles inexactitudes en las asunciones exigidas por estos modelos pueden dar lugar a que el valor razonable así estimado de un activo financiero no coincida exactamente con el precio al que el mismo podría ser comprado o vendido en la fecha de su valoración.



CLASE 8.^a



OP16



- iii) El valor razonable de los derivados financieros con valor de cotización en un mercado activo es su precio de cotización diaria y si, por razones excepcionales, no se puede establecer su cotización en una fecha dada, se recurre para valorarlos a métodos similares a los utilizados para valorar los derivados financieros OTC.

El valor razonable de los derivados financieros OTC es la suma de los flujos de caja futuros con origen en el instrumento y descontados a la fecha de la valoración, utilizándose métodos de valoración reconocidos por los mercados financieros.

- iv) Los activos financieros a coste amortizado se valoran utilizando el método del tipo de interés efectivo. Por coste amortizado se entiende el coste de adquisición de un activo financiero corregido por los reembolsos de principal y la parte imputada en la cuenta de pérdidas y ganancias, mediante la utilización del método del tipo de interés efectivo, de la diferencia entre el coste inicial y el correspondiente valor de reembolso al vencimiento y menos cualquier reducción de valor por deterioro reconocida directamente como una disminución del importe del activo o mediante una cuenta correctora de su valor. En el caso de que se encuentren cubiertas en operaciones de cobertura de valor razonable, se registran aquellas variaciones que se produzcan en su valor razonable relacionadas con el riesgo o con los riesgos cubiertos en dichas operaciones de cobertura.

El tipo de interés efectivo es el tipo de actualización que iguala exactamente el valor de un instrumento financiero con los flujos de efectivo estimados a lo largo de la vida esperada del instrumento, a partir de sus condiciones contractuales, tal como opciones de amortización anticipada, pero sin considerar pérdidas por riesgo de crédito futuras. Para los instrumentos financieros a tipo de interés fijo, el tipo de interés efectivo coincide con el tipo de interés contractual establecido en el momento de su adquisición más, en su caso, las comisiones que, por su naturaleza, sean asimilables a un tipo de interés. En los instrumentos financieros a tipos de interés variable, el tipo de interés efectivo coincide con la tasa de rendimiento vigente por todos los conceptos hasta la primera revisión del tipo de interés de referencia que vaya a tener lugar.

- v) Las participaciones en el capital de otras entidades cuyo valor razonable no pueda determinarse de forma suficientemente objetiva y los derivados financieros que tengan como activo subyacente estos instrumentos y se liquiden mediante entrega de los mismos se mantienen a su coste de adquisición corregido, en su caso, por las pérdidas por deterioro que hayan experimentado.
- vi) Las participaciones en el capital de entidades dependientes, multigrupo y asociadas se registran por su coste de adquisición corregido, en su caso, por las pérdidas por deterioro que se hayan producido.

Las variaciones en el valor en libros de los activos financieros se registran, en general, con contrapartida en la cuenta de pérdidas y ganancias, diferenciándose entre las que tienen su origen en el devengo de intereses y conceptos asimilados, que se registran en el epígrafe de “Ingresos por intereses”, y las que corresponden a otras causas, que se registran, por su importe neto, en como resultados de operaciones financieras.



OP165846



CLASE 8.^a

No obstante, las variaciones del valor en libros de los instrumentos de deuda incluidos en el epígrafe de “Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global” se registran transitoriamente en el epígrafe “Otro resultado global acumulado del Patrimonio neto”, salvo que procedan de diferencias de cambio o correspondan a pérdidas por deterioro de activos. Los importes incluidos en el epígrafe de “Otro resultado global acumulado” permanecen formando parte del patrimonio neto hasta que se produzca la baja en el balance del activo en el que tienen su origen, momento en el que se cancelan contra la cuenta de pérdidas y ganancias.

En relación, a las variaciones del valor en libros de los instrumentos de patrimonio incluidos en el epígrafe de “Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global” se registran directamente en el epígrafe “Otro resultado global acumulado” del patrimonio neto como elementos que no se reclasificarán en resultados.

En los activos financieros designados como partidas cubiertas y de cobertura contable, las diferencias de valoración se registran teniendo en cuenta los siguientes criterios:

- i) En las coberturas de valor razonable, las diferencias producidas tanto en los elementos de cobertura como en los elementos cubiertos, en lo que se refiere al tipo de riesgo cubierto, se reconocen directamente en la cuenta de pérdidas y ganancias. Con carácter particular, en las macrocoberturas de valor razonable, las diferencias de valoración de los elementos cubiertos, tienen su contrapartida en los capítulos «Activo – Cambios del valor razonable de los elementos cubiertos de una cartera con cobertura del riesgo de tipo de interés» o «Pasivo – Cambios del valor razonable de los elementos cubiertos de una cartera con cobertura del riesgo de tipo de interés» del balance, en función de la naturaleza del elemento cubierto, en lugar de registrarse en los epígrafes donde figuran registrados los elementos cubiertos.
- ii) Las diferencias en valoración correspondientes a la parte ineficiente de las operaciones de cobertura de flujos de efectivo y de inversiones netas en negocios en el extranjero se llevan directamente a la cuenta de pérdidas y ganancias.
- iii) En las coberturas de flujos de efectivo, las diferencias de valoración surgidas en la parte de cobertura eficaz de los elementos de cobertura se registran transitoriamente en el epígrafe de “Otro resultado global acumulado” del patrimonio neto.
- iv) En las coberturas de inversiones netas en negocios en el extranjero, las diferencias de valoración surgidas en la parte de cobertura eficaz de los elementos de cobertura se registran transitoriamente en el epígrafe de “Otro resultado global acumulado” del patrimonio neto.

En estos dos últimos casos, las diferencias en valoración no se reconocen como resultados hasta que las pérdidas o ganancias del elemento cubierto se registren en resultados o hasta la fecha de vencimiento del elemento cubierto y, en caso de transacciones previstas, en caso de que se prevea que no se va a realizar la transacción.



CLASE 8.^a



OP1675647



En las coberturas del valor razonable del riesgo de tipo de interés de una cartera de instrumentos financieros, las ganancias o pérdidas que surgen al valorar los instrumentos de cobertura se reconocen directamente en la cuenta de pérdidas y ganancias, mientras que las ganancias o pérdidas debidas a variaciones en el valor razonable del importe cubierto, en lo que se refiere al riesgo cubierto, se reconocen en la cuenta de pérdidas y ganancias utilizando como contrapartida el epígrafe de “Ajustes a activos financieros por macro-coberturas”.

En las coberturas de los flujos de efectivo del riesgo de tipo de interés de una cartera de instrumentos financieros, la parte eficaz de la variación del valor del instrumento de cobertura se registra transitoriamente en el epígrafe de “Otro resultado global acumulado” del patrimonio neto hasta el momento en que ocurran las transacciones previstas, registrándose entonces en la cuenta de pérdidas y ganancias. La variación de valor de los derivados de cobertura por la parte ineficaz de la misma se registra directamente en la cuenta de pérdidas y ganancias.

g) Pasivos financieros

Clasificación de pasivos financieros

Los pasivos financieros se clasifican en el balance en las siguientes categorías:

- i) Pasivos financieros mantenidos para negociar: son aquellos que se gestionan con el objetivo de generar beneficios a través de operaciones de compras y ventas de estos instrumentos. Son parte de una cartera de instrumentos financieros identificados y gestionados conjuntamente para la que se han realizado actuaciones recientes para la obtención de ganancias a corto plazo, son instrumentos derivados no designados como instrumentos de cobertura contable o son originados por la venta en firme de activos financieros adquiridos temporalmente o recibidos en préstamo.
- ii) Pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados: Los pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados en el momento del reconocimiento inicial son aquellos designados como tales por la Caja de forma irrevocable, puesto que:
 - Con ello se eliminan o se reducen significativamente, incoherencias en el reconocimiento o valoración que surgirían por la valoración de activos o pasivos o por el reconocimiento de sus ganancias o pérdidas, con diferentes criterios.
 - Un grupo de pasivos financieros o de activos y pasivos financieros, se gestione y su rendimiento se evalúe sobre la base de su valor razonable de acuerdo con una estrategia de gestión del riesgo o de inversión documentada y se facilite información de dicho grupo también sobre la base del valor razonable al personal clave de la Dirección.

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, la Caja no tiene pasivos financieros registrados en esta categoría.



CLASE 8.^a



OP1655648



- iii) Pasivos financieros a coste amortizado: que corresponde a los pasivos financieros que no tienen cabida en los restantes capítulos del balance y que responden a las actividades típicas de captación de fondos de las entidades financieras, cualquiera que sea su forma de instrumentalización y su plazo de vencimiento.
- iv) Derivados de cobertura: que incluye los derivados financieros adquiridos o emitidos por la Caja que cualifican para poder ser considerados de cobertura contable.
- v) Pasivos incluidos en grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta: que corresponde a los saldos acreedores con origen en los Activos no corrientes en venta.

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022 la Caja no tiene pasivos financieros registrados en esta categoría (véase Nota 25).

Valoración de pasivos financieros

Todos los pasivos financieros se registran inicialmente por su valor razonable más, en el caso de instrumentos financieros que no estén clasificados a valor razonable con cambios en resultados, los costes de transacción que sean directamente atribuibles a la adquisición o emisión de los instrumentos.

Excepto en los derivados de negociación que no sean coberturas contables, todas las variaciones en el valor de los pasivos financieros con causa en el devengo de intereses y conceptos asimilados se registran en los capítulos “Ingresos por intereses” o “Gastos por intereses”, de la cuenta de pérdidas y ganancias.

Las variaciones en las valoraciones que se produzcan con posterioridad al registro inicial por causas distintas de las mencionadas en el párrafo anterior, se tratan en función de las categorías en las que se encuentran clasificados los pasivos financieros.

Los pasivos financieros valorados a coste amortizado se valoran con posterioridad al momento de su reconocimiento inicial por su coste amortizado, determinado utilizando el método del tipo de interés efectivo.

Los pasivos financieros incluidos en los epígrafes de “Pasivos financieros mantenidos para negociar” y “Pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados” se valoran, con posterioridad a su reconocimiento inicial por su valor razonable. Las plusvalías y minusvalías obtenidas con posterioridad al momento de su adquisición se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias del ejercicio en que estas se producen, excepto el importe del cambio en el valor razonable de pasivos financieros designados bajo la opción de valor razonable atribuidos a cambios en el propio riesgo de crédito, que se registran directamente en el patrimonio neto.



CLASE 8.^a



Los pasivos financieros cubiertos en operaciones de cobertura de valor razonable se ajustan, registrándose aquellas variaciones que se producen en su valor razonable en relación con el riesgo cubierto en la operación de cobertura.

Las variaciones en el valor en libros de los pasivos financieros se registran, en general, con contrapartida en la cuenta de pérdidas y ganancias, diferenciándose entre las que tienen su origen en el devengo de intereses y conceptos asimilados, que se registran en el epígrafe de “Gastos por intereses”, y las que corresponden a otras causas, que se registran, por su importe neto como resultados de operaciones financieras.

Para los pasivos financieros designados como partidas cubiertas y de cobertura contable, las diferencias de valoración se registran teniendo en cuenta los criterios indicados para los activos financieros en la Nota 14.f.

h) Transferencias y baja del balance de instrumentos financieros

Las transferencias de instrumentos financieros se contabilizan teniendo en cuenta la forma en que se produce el traspaso de los riesgos y beneficios asociados a los instrumentos financieros transferidos, sobre la base de los criterios siguientes:

- ✓ Si los riesgos y beneficios se traspasan sustancialmente a terceros, como en las ventas incondicionales, las ventas con pacto de recompra por su valor razonable en la fecha de la recompra, las ventas de activos financieros con una opción de compra adquirida o de venta emitida profundamente fuera de dinero, las titulizaciones de activos en las que el cedente no retiene financiaciones subordinadas ni concede ningún tipo de mejora crediticia a los nuevos titulares, etc., el instrumento financiero transferido se da de baja del balance, reconociéndose, simultáneamente, cualquier derecho u obligación retenido o creado como consecuencia de la transferencia.
- ✓ Si se retienen sustancialmente los riesgos y beneficios asociados al instrumento financiero transferido, como en las ventas de activos financieros con pacto de recompra por un precio fijo o por el precio de venta más un interés, los contratos de préstamo de valores en los que el prestatario tiene la obligación de devolver los mismos o similares activos, etc., el instrumento financiero transferido no se da de baja del balance y se continúa valorándolo con los mismos criterios utilizados antes de la transferencia. No obstante, se reconocen contablemente el pasivo financiero asociado por un importe igual al de la contraprestación recibida, que se valora posteriormente a su coste amortizado, los ingresos del activo financiero transferido, pero no dado de baja y los gastos del nuevo pasivo financiero.
- ✓ Si ni se transfieren ni se retienen sustancialmente los riesgos y beneficios asociados al instrumento financiero transferido, como en las ventas de activos financieros con una opción de compra adquirida o de venta emitida que no están profundamente dentro ni fuera de dinero, las titulizaciones en las que el cedente asume una financiación subordinada u otro tipo de mejoras crediticias por una parte del activo transferido, etc., se distingue entre:



CLASE 8.^a

- Si la Caja no retiene el control del instrumento financiero transferido, en cuyo caso se da de baja del balance y se reconoce cualquier derecho u obligación retenido o creado como consecuencia de la transferencia.
- Si la Caja retiene el control del instrumento financiero transferido, en cuyo caso continúa reconociéndolo en el balance por un importe igual a su exposición a los cambios de valor que pueda experimentar y se reconoce un pasivo financiero asociado por un importe igual a la contraprestación recibida. Dicho pasivo se valorará posteriormente por su coste amortizado, salvo que cumpla los requisitos para clasificarse como pasivos financieros a valor razonable con cambios en pérdidas y ganancias. Por no constituir una obligación actual, al calcular el importe de este pasivo financiero, se deducirá, el importe de los instrumentos financieros (tales como bonos de titulización y préstamos) de su propiedad que constituyan una financiación para la Caja a la que se hayan transferido los activos financieros, en la medida en que dichos instrumentos financien específicamente a los activos transferidos. El importe neto del activo transferido y del pasivo asociado será el coste amortizado de los derechos y obligaciones retenidos, si el activo transferido se mide por su coste amortizado, o el valor razonable de los derechos y obligaciones retenidos, si el activo transferido se mide por su valor razonable.

Por tanto, los activos financieros solo se dan de baja del balance cuando se han extinguido los flujos de efectivo que generan o cuando se han transferido sustancialmente a terceros los riesgos y beneficios que llevan implícitos. Similarmente, los pasivos financieros solo se dan de baja del balance cuando se han extinguido las obligaciones que generan o cuando se adquieren con la intención de cancelarlos o de recolocarlos de nuevo.

No obstante, la Caja no ha reconocido, a menos que deban recogerse como resultado de una transacción o acontecimiento posterior, los activos y pasivos financieros por transacciones producidas antes del 1 de enero de 2004, diferentes de los instrumentos derivados, dados de baja del balance como consecuencia de la anterior normativa aplicable. En concreto, la Caja no mantenía al 31 de diciembre de 2023 y 2022 activos titulizados y dados de baja del balance antes del 1 de enero de 2004 como consecuencia de la anterior normativa aplicable (Nota 50).

i) Deterioro del valor de los activos financieros

La Circular 4/2017 requiere que la estimación del deterioro de valor de los activos financieros se realice a través de modelos de “pérdida esperada” frente a los modelos de “pérdida incurrida” de la anterior Circular 4/2004, de Banco de España.

El modelo de deterioro de “pérdida esperada” se aplica a los activos financieros valorados a coste amortizado, a los instrumentos de deuda valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global y a los contratos de garantías financieras y compromisos de préstamo unilateralmente revocables por la Caja.



CLASE 8.^a



OP1655852



De acuerdo con la Circular 4/2017, la Caja realiza una estimación de las pérdidas crediticias esperadas en doce meses para las operaciones clasificadas como riesgo normal y riesgo normal en vigilancia especial.

Asimismo, para las operaciones clasificadas como riesgo dudoso la Caja realiza una estimación de las pérdidas crediticias, entendidas como la diferencia entre el importe del riesgo y el valor actual de los flujos de efectivo futuros estimados. Las estimaciones de los cambios en los flujos de efectivo futuros reflejarán de forma coherente los indicios de pérdidas derivados de la evolución, período a período, de los datos observables. En particular, dichas estimaciones tendrán en cuenta la evolución de los pagos y otros factores que sean indicativos de la existencia y magnitud de pérdidas en que se ha incurrido en el grupo homogéneo de riesgo, como, por ejemplo, cambios en las tasas de desempleo y en los precios de las garantías inmobiliarias. Entre estos flujos se deberán considerar tanto las recuperaciones futuras estimadas como posibles incrementos del principal dispuesto y gastos asociados al proceso de recuperación de cada operación.

El valor en libros de los instrumentos se corrige, en general, con cargo a la cuenta de pérdidas y ganancias, si bien las pérdidas por deterioro en los instrumentos de deuda a coste amortizado se reconocerán contra una cuenta correctora que reduzca el importe en libros del activo, mientras que las de aquellos a valor razonable con cambios en otro resultado global se reconocerán contra “Otro resultado global acumulado” en el patrimonio neto.

Como norma general, la corrección del valor en libros de los instrumentos financieros por deterioro se efectúa con cargo a la cuenta de pérdidas y ganancias del periodo en el que tal deterioro se manifiesta y la recuperación de las pérdidas por deterioro previamente registradas, en caso de producirse, se reconoce en la cuenta de pérdidas y ganancias del periodo en el que el deterioro se elimina o se reduce. En el caso de que se considere remota la recuperación de cualquier importe por deterioro registrado, éste se elimina del balance, aunque la Caja pueda llevar a cabo las actuaciones necesarias para intentar conseguir su cobro hasta tanto no se hayan extinguido definitivamente sus derechos por prescripción, condonación u otras causas.

En el caso de los instrumentos de deuda valorados por su coste amortizado, el importe de las pérdidas por deterioro esperadas es igual a la diferencia negativa entre su valor en libros y el valor actual de sus flujos de efectivo futuros estimados, descontados al tipo de interés efectivo de la operación. En el caso de instrumentos de deuda cotizados se puede utilizar, como sustituto del valor actual de los flujos de efectivo futuros, su valor de mercado siempre que éste sea suficientemente fiable como para considerarlo representativo del valor que pudiera recuperar la Caja.



CLASE 8.ª



Los flujos de efectivo futuros estimados de un instrumento de deuda son todos los importes, principal e intereses, que la Caja estima que obtendrá durante la vida del instrumento. En dicha estimación se considera toda la información relevante que se encuentra disponible en la fecha de elaboración de los estados financieros, que proporcione datos sobre la posibilidad de cobro futuro de los flujos de efectivo contractuales. Asimismo, en la estimación de los flujos de efectivo futuros de instrumentos que cuenten con garantías reales, se tienen en cuenta los flujos que se obtendrían de su realización, menos el importe de los costes necesarios para su obtención y posterior venta, con independencia de la probabilidad de la ejecución de la garantía.

En el cálculo del valor actual de los flujos de efectivo futuros estimados se utiliza como tipo de actualización el tipo de interés efectivo original del instrumento, si su tipo contractual es fijo, o el tipo de interés efectivo a la fecha a que se refieran los estados financieros determinado de acuerdo con las condiciones del contrato, cuando sea variable.

Las carteras de instrumentos de deuda, garantías concedidas y compromisos contingentes, cualquiera que sea su titular, instrumentación o garantía, se analizan para determinar el riesgo de crédito al que está expuesta la Caja y estimar las necesidades de cobertura por deterioro de su valor. Para la confección de los estados financieros, la Caja clasifica sus operaciones en función de su riesgo de crédito analizando, por separado, el riesgo de insolvencia imputable al cliente y el riesgo-país al que, en su caso, estén expuestas.

El deterioro de valor se determinará individualmente para todos los instrumentos de deuda que sean significativos, e individual o colectivamente para los grupos de instrumentos de deuda que no sean individualmente significativos. Cuando un instrumento concreto no se pueda incluir en ningún grupo de activos con características de riesgo similares, se analizará exclusivamente de forma individual para determinar si está deteriorado y, en su caso, para estimar la pérdida por deterioro.

La evaluación global de un grupo de activos financieros para estimar sus pérdidas por deterioro se realiza de la siguiente forma:

- i) Los instrumentos de deuda se incluyen en grupos que tengan características de riesgo de crédito similares, indicativas de la capacidad de los deudores para pagar todos los importes, principal e intereses, de acuerdo con las condiciones contractuales. Las características de riesgo de crédito que se consideran para agrupar a los activos son, entre otras, el tipo de instrumento, el sector de actividad del deudor, el área geográfica de la actividad, el tipo de garantía, la antigüedad de los importes vencidos y cualquier otro factor que sea relevante para la estimación de los flujos de efectivo futuros.
- ii) Los flujos de efectivo futuros de cada grupo de instrumentos de deuda se estiman sobre la base de la experiencia de pérdidas históricas de la Caja para instrumentos con características de riesgo de crédito similares a las del respectivo grupo, una vez realizados los ajustes necesarios para adaptar los datos históricos a las condiciones actuales del mercado, así como predicciones sobre condiciones futuras.



CLASE 8.^a



- iii) La pérdida por deterioro de cada grupo es la diferencia entre el valor en libros de todos los instrumentos de deuda del grupo y el valor actual de sus flujos de efectivo futuros estimados.

Los instrumentos de deuda no valorados por su valor razonable con cambios en la cuenta de pérdidas y ganancias, las garantías concedidas y los compromisos contingentes concedidos se clasifican, en función del riesgo de insolvencia imputable al cliente o a la operación, en las siguientes categorías: riesgo normal, riesgo dudoso por razón de la morosidad del cliente, riesgo dudoso por razones distintas de la morosidad del titular y riesgo fallido. Dentro de las operaciones de riesgo normal se identifican aquellas operaciones que merezcan una vigilancia especial debido a que, sin que cumplan los criterios para clasificarlas individualmente como riesgo dudoso o fallido, presentan debilidades que pueden suponer asumir pérdidas superiores a las de otras operaciones similares clasificadas como riesgo normal.

Para los instrumentos de deuda no clasificados como riesgo normal se estiman, sobre la base de la experiencia de la Caja y del sector, las pérdidas esperadas por deterioro, teniendo en cuenta la antigüedad de los importes impagados, las garantías aportadas y la situación económica del cliente y, en su caso, de los garantes. Dicha estimación se realiza, en general, sobre la base de calendarios de morosidad elaborados a partir de la experiencia de la Caja y de la información que tiene del sector.

Similarmente, los instrumentos de deuda no valorados por su valor razonable con cambios en la cuenta de pérdidas y ganancias y las garantías concedidas, cualquiera que sea el cliente, se analizan para determinar su riesgo de crédito por razón de riesgo-país. Se entiende por riesgo-país el riesgo que concurre en los clientes residentes en un determinado país por circunstancias distintas del riesgo comercial habitual.

Adicionalmente, la Caja cubre las pérdidas esperadas de los instrumentos de deuda no valorados por su valor razonable con cambios en resultados y de las garantías financieras concedidas y compromisos contingentes concedidos clasificados como riesgo normal. Dicha cobertura, se realiza teniendo en cuenta el importe recuperable de las garantías reales eficaces de cada operación clasificada como riesgo normal, así como la experiencia histórica de deterioro, las predicciones sobre condiciones futuras y las demás circunstancias conocidas en el momento de la evaluación y corresponden a las pérdidas inherentes incurridas a la fecha de los estados financieros, calculadas con procedimientos estadísticos. Para los riesgos normales en vigilancia especial la Caja calcula de forma separada la pérdida esperada, correspondiéndoles una cobertura superior como consecuencia de su mayor riesgo.



En el caso de las participaciones en entidades dependientes, multigrupo y asociadas, la Caja estima el importe de las pérdidas por deterioro comparando su importe recuperable con su valor en libros. Dichas pérdidas por deterioro se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias del periodo en el que se producen y las recuperaciones posteriores se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias del periodo de recuperación.



CLASE 8.ª



j) Valoración de las cuentas en moneda extranjera

La moneda funcional de la Caja es el Euro. En consecuencia, todos los saldos y transacciones denominados en monedas diferentes al Euro se consideran denominados en moneda extranjera. El contravalor en Euros de los activos y pasivos totales en moneda extranjera mantenidos por la Caja al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros			
	2023		2022	
	Activos	Pasivos	Activos	Pasivos
Dólares USA	27.933	27.731	29.769	29.582
Libras esterlinas	434	387	3.786	3.759
Otras monedas	324	324	353	231
	28.691	28.442	33.908	33.572

El contravalor en euros de los activos y pasivos en moneda extranjera, clasificados por su naturaleza, mantenidos por la Caja al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros			
	2023		2022	
	Activos	Pasivos	Activos	Pasivos
Efectivo, saldos en efectivo en bancos centrales y otros depósitos a la vista	4.201	-	6.444	-
Activos financieros a coste amortizado	24.490	-	27.464	-
Préstamos y anticipos a entidades de crédito	13.761	-	16.748	-
Préstamos y anticipos a la clientela	10.729	-	10.716	-
Pasivos financieros a coste amortizado	-	28.373	-	33.537
Depósitos de entidades de crédito	-	10.600	-	10.772
Depósitos de la clientela	-	17.773	-	22.765
Provisiones	-	69	-	35
	28.691	28.442	33.908	33.572

En el reconocimiento inicial, los saldos deudores y acreedores denominados en moneda extranjera se convierten a la moneda funcional utilizando el tipo de cambio de contado de la fecha de reconocimiento, entendido como el tipo de cambio para entrega inmediata. Con posterioridad al reconocimiento inicial, se aplican las siguientes reglas para la conversión de saldos denominados en moneda extranjera a la moneda funcional:

- Los activos y pasivos de carácter monetario se convierten al tipo de cambio de cierre, entendido como el tipo de cambio medio de contado de la fecha a que se refieren los estados financieros.



CLASE 8.^a



- ii) Las partidas no monetarias valoradas al coste histórico, se convierten al tipo de cambio de la fecha de adquisición.
- iii) Las partidas no monetarias valoradas al valor razonable, se convierten al tipo de cambio de la fecha en que se determina el valor razonable.
- iv) Los ingresos y gastos se convierten aplicando el tipo de cambio de la fecha de la operación. No obstante, se utiliza un tipo de cambio medio del periodo para todas las operaciones realizadas en el mismo, salvo que haya sufrido variaciones significativas. Las amortizaciones se convierten al tipo de cambio aplicado al correspondiente activo.

Las diferencias de cambio surgidas en la conversión de los saldos deudores y acreedores denominados en moneda extranjera se registran, en general, en la cuenta de pérdidas y ganancias. No obstante, en el caso de las diferencias de cambio que surgen en partidas no monetarias valoradas por su valor razonable cuyo ajuste a dicho valor razonable se imputa en el epígrafe de “Otro resultado global acumulado” del patrimonio neto, se desglosa el componente de tipo de cambio de la revalorización del elemento no monetario.

k) Reconocimiento de ingresos y gastos

Los ingresos y gastos por intereses y conceptos asimilables a ellos se registran contablemente, en general, en función de su período de devengo y por aplicación del método del tipo de interés efectivo. Los dividendos percibidos de otras entidades se reconocen como ingreso en el momento en que nace el derecho a percibirlos.

Las comisiones pagadas o cobradas por servicios financieros, con independencia de la denominación que reciban contractualmente, se clasifican en las siguientes categorías, que determinan su imputación en la cuenta de pérdidas y ganancias:

- i) Comisiones financieras que son aquéllas que forman parte integral del rendimiento o coste efectivo de una operación financiera y se imputan a la cuenta de pérdidas y ganancias a lo largo de la vida esperada de la operación como un ajuste al coste o rendimiento efectivo de la misma.
- ii) Comisiones no financieras que son aquéllas derivadas de las prestaciones de servicios y pueden surgir en la ejecución de un servicio que se realiza durante un período de tiempo y en la prestación de un servicio que se ejecuta en un acto singular.

Los ingresos y gastos en concepto de comisiones y honorarios asimilados se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias, en general, de acuerdo a los siguientes criterios:

- i) Los vinculados a activos y pasivos financieros valorados a valor razonable con cambios en pérdidas y ganancias se registran en el momento de su cobro.



CLASE 8.^a



- ii) Los que corresponden a transacciones o servicios que se realizan durante un período de tiempo se registran durante el período de tales transacciones o servicios.
- iii) Los que corresponden a una transacción o servicio que se ejecuta en un acto singular se registran cuando se produce el acto que los origina.

Los ingresos y gastos no financieros se registran contablemente en función de principio del devengo. Los cobros y pagos diferidos en el tiempo se registran contablemente por el importe resultante de actualizar financieramente los flujos de efectivo previstos a tasas de mercado.

Devengo de intereses en las operaciones clasificadas como riesgo dudoso

Conforme a la Circular 4/2017, en los riesgos dudosos, distintos de los comprados u originados con deterioro crediticio, los intereses que se reconocerán en la cuenta de pérdidas y ganancias serán el resultado de aplicar el tipo de interés efectivo sobre su coste amortizado; esto es, ajustado por cualquier corrección de valor por pérdidas por deterioro.

l) Permutas de activos

Las permutas de activos materiales e intangibles son las adquisiciones de activos de esa naturaleza a cambio de la entrega de otros activos no monetarios o una combinación de activos monetarios y no monetarios, salvo los activos adjudicados que se tratan de acuerdo con lo preceptuado para los activos no corrientes en venta.

El activo recibido en una permuta de activos se reconoce por el valor razonable del activo entregado más, si procede, las contrapartidas monetarias entregadas a cambio, salvo que se tenga una evidencia más clara del valor razonable del activo recibido.

m) Garantías financieras

Un contrato de garantía financiera es un contrato que exige que el emisor efectúe pagos específicos para reembolsar al acreedor por la pérdida en la que incurre cuando un deudor específico incumpla su obligación de pago de acuerdo con las condiciones, originales o modificadas, de un instrumento de deuda, con independencia de su forma jurídica, que puede ser, entre otras, la de fianza, aval financiero, contrato de seguro o derivado de crédito.

La entidad emisora de contratos de garantía financiera los reconoce en la partida de “Otros pasivos financieros” por su valor razonable más los costes de la transacción que sean directamente atribuibles a su emisión, salvo que se trate de contratos emitidos por entidades aseguradoras.



CLASE 8.ª



En el inicio, salvo evidencia en contrario, el valor razonable de los contratos de garantía financiera emitidos a favor de un tercero no vinculado dentro de una transacción aislada en condiciones de independencia mutua, es la prima recibida más, en su caso, el valor actual de los flujos de efectivo a recibir, utilizando un tipo de interés similar al de activos financieros concedidos por la Caja con similar plazo y riesgo. Simultáneamente, se reconocerá como un crédito en el activo el valor actual de los flujos de efectivo futuros pendientes de recibir utilizando el tipo de interés anteriormente citado.

Con posterioridad al reconocimiento inicial, los contratos se tratan de acuerdo con los siguientes criterios:

- i) El valor de las comisiones o primas a recibir por garantías financieras se actualiza registrando las diferencias en la cuenta de pérdidas y ganancias como un ingreso financiero.
- ii) El valor de los contratos de garantía financiera que no se hayan calificado como dudosos es el importe inicialmente reconocido en el pasivo menos la parte imputada a la cuenta de pérdidas y ganancias linealmente a lo largo de la vida esperada de la garantía o con otro criterio, siempre que este refleje más adecuadamente la percepción de los beneficios y riesgos económicos de la garantía.

La clasificación como dudoso de un contrato de garantía financiera implicará su reclasificación al epígrafe de “Provisiones – Compromisos y garantías concedidos”, que se valorará aplicando lo indicado en la Nota 14.p.

En el caso de que sea necesario constituir una provisión por las garantías financieras, las comisiones pendientes de devengo, que se registran en el epígrafe “Otros pasivos” del pasivo del balance, se reclasifican a la correspondiente provisión.

n) Gastos de personal y retribuciones post-empleo

Retribuciones a corto plazo

Las retribuciones a corto plazo a empleados son remuneraciones cuyo pago se atiende antes de los doce meses siguientes al cierre del ejercicio en el cual los empleados han prestado sus servicios. Estas remuneraciones se valoran, sin actualizar, por el importe que se ha de pagar por los servicios recibidos, registrándose, con carácter general, como gastos de personal del ejercicio y como una cuenta de periodificación de pasivo, por la diferencia entre el gasto total y el importe ya satisfecho.

Retribuciones post-empleo

Se consideran retribuciones post-empleo (o compromisos por pensiones) las remuneraciones a los empleados que se liquidan tras la terminación de su periodo de empleo. Las retribuciones post-empleo, incluso las cubiertas con fondos internos o externos de pensiones, se clasifican como planes de prestación definida o planes de aportación definida, en función de las condiciones de dichas obligaciones, teniendo en cuenta todos los compromisos asumidos.



CLASE 8.^a



En los planes de prestación definida la obligación de la Caja consiste en garantizar las prestaciones acordadas a los empleados actuales y anteriores. El coste para alcanzar la prestación acordada no está determinado en el compromiso y es asumido por la Caja.

En los planes de aportación definida, la obligación de la Caja se limita a realizar las contribuciones acordadas independientemente de la prestación que se alcance a la fecha en que acaezca la contingencia. La prestación estará determinada por las contribuciones realizadas por la Caja (las aportaciones del propio empleado, en su caso) y los rendimientos obtenidos por las inversiones donde se materializan los fondos aportados.

- Plan de aportación definida

La Caja reconoce las contribuciones a estos planes registrándose el gasto en el epígrafe de “Gastos de personal” de las cuentas de pérdidas y ganancias.

- Plan de prestación definida

La Caja registra en el epígrafe “Provisiones - Pensiones y otras obligaciones de prestaciones definidas post-empleo” del pasivo del balance (o en el activo, en el epígrafe “Otros activos – Resto de los otros activos”, dependiendo del signo de la diferencia y siempre y cuando se cumplan las condiciones establecidas en la normativa vigente) el valor actual de los compromisos por pensiones de prestación definida, netos, según se explica a continuación, del valor razonable de los activos que sean considerados activos afectos al plan.

Se consideran “Activos afectos al Plan” aquellos vinculados con un determinado compromiso de prestación definida con los cuales se liquidarán directamente estas obligaciones y que reúnen las siguientes condiciones:

- No son propiedad de la Caja, sino de un tercero separado legalmente y sin el carácter de parte vinculada a la Caja,
- Sólo están disponibles para pagar o financiar retribuciones post-empleo de los empleados y
- No pueden retornar a la Caja, salvo cuando los activos que quedan en dicho plan son suficientes para cumplir todas las obligaciones del plan o de la Caja relacionados con las prestaciones de los empleados actuales o pasados o para rembolsar las prestaciones de los empleados ya pagadas por la Caja.

En el caso que los compromisos estén exteriorizados a través de pólizas de seguros consideradas “Activos del Plan”, siempre que los flujos de dichas pólizas se correspondan exactamente, tanto en el importe como en el calendario de pagos, con alguna o todas las prestaciones pagaderas dentro del Plan, se considerará que el valor razonable de estas pólizas es igual al valor actual de las obligaciones de pago convexas.



CLASE 8.^a



OP1653660



El “Coste de los servicios pasados”, que tiene su origen en modificaciones introducidas en las retribuciones post-empleo ya existentes o en la introducción de nuevas prestaciones, se reconoce en la cuenta de pérdidas y ganancias, linealmente en el intervalo de tiempo comprendido entre:

- a) La fecha a partir de la cual el servicio prestado le da derecho a recibir la prestación según el plan, con independencia de que las prestaciones estén condicionadas a los servicios futuros.
- b) La fecha en la que los servicios posteriores a prestar no le generan derecho a recibir importes adicionales significativos de la prestación según el plan, salvo por causa de los eventuales incrementos de salarios en el futuro.

En el ejercicio 2013, la Circular 4/2004 del Banco de España se modificó mediante la Circular 5/2013, en lo relativo a las Retribuciones a los empleados. Dicha modificación supuso un cambio en el tratamiento contable de los planes de prestación definida, debiéndose registrar todas las ganancias y pérdidas actuariales inmediatamente en el patrimonio neto, así como en Elementos que no se reclasificarán en resultados, dentro del Estado de ingresos y gastos reconocidos de la Entidad. Por otro lado, el coste por intereses y el retorno esperado de los activos de los planes de prestación definida son sustituidos en la norma modificada por una cantidad neta por intereses, calculada aplicando el tipo de interés utilizado en la estimación del valor actual de la obligación al inicio del ejercicio al pasivo (o activo) por el compromiso. Por último, las modificaciones también suponen cambios en la presentación de los componentes del coste en la cuenta de pérdidas y ganancias. Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, las pérdidas y ganancias actuariales reconocidas en el epígrafe de “Otro resultado global acumulado” del patrimonio neto ascienden a unas ganancias netas de 7.717 y 7.511 miles de euros, respectivamente (Nota 33).

La Entidad calcula el valor actual de sus obligaciones legales e implícitas de su plan de prestación definida a la fecha de los estados financieros. La cifra así obtenida se registra como una provisión (activo) para fondos de pensiones de prestación definida.

La Entidad considera activos del plan aquellos que cumplen las siguientes características:

- Son propiedad de un tercero separado legalmente que no sea parte vinculada.
- Están disponibles exclusivamente para pagar o financiar los compromisos con los empleados.
- No se pueden retornar a la Entidad salvo cuando hayan sido liquidados los compromisos con los empleados o para satisfacer a la Entidad de prestaciones satisfechas previamente por ella.
- No son instrumentos intransferibles emitidos por la Entidad.



CLASE 8.^a



OP1655661



Los cambios en la provisión registrada se reconocerán:

- En la cuenta de pérdidas y ganancias: el coste de los servicios del periodo corriente, el interés neto de la provisión (activo) del coste por intereses, el coste de los servicios pasados, así como la ganancia o pérdida en el momento de liquidación.
- En el estado de cambios en el patrimonio neto: las nuevas valoraciones de la provisión (activo), consecuencia de las ganancias o pérdidas actuariales, del rendimiento de los activos del plan que no se hayan incluido en el interés neto sobre la provisión (activo), así como las variaciones en el valor actual del activo consecuencia de cambios en el valor actual de los flujos disponibles para la Entidad, que no estén incluidos en el interés neto sobre la provisión (activo). Los importes reconocidos en el estado de cambios en el patrimonio neto no se reclasificarán a la cuenta de pérdidas y ganancias en un ejercicio posterior.

Otras retribuciones a largo plazo a favor de los empleados

Los compromisos asumidos con el personal prejubilado, los premios de antigüedad, los compromisos por viudedad e invalidez anteriores a la jubilación que dependan de la antigüedad del empleado en la Caja, y otros conceptos similares se tratan contablemente, en lo aplicable, según lo establecido para los planes post-empleo de prestaciones definidas, con la salvedad de que las pérdidas y ganancias actuariales se reconocen de forma inmediata en la cuenta de pérdidas y ganancias.

Compromisos por pensiones contraídos por la Caja

Los compromisos por pensiones contraídos por la Caja, correspondientes al personal que presta sus servicios en la misma, se encuentran recogidos en los Convenios Colectivos que corresponden a cada colectivo y en los correspondientes acuerdos del Consejo Rector (ver detalle en Nota 32).

ñ) Impuesto sobre beneficios

El Impuesto sobre Sociedades se considera como un gasto y se registra en el epígrafe “Gastos o ingresos por impuestos sobre las ganancias de las actividades continuadas” de la cuenta de pérdidas y ganancias.

El gasto del mencionado epígrafe viene determinado por el impuesto a pagar calculado respecto a la base imponible del ejercicio, una vez consideradas las variaciones durante dicho ejercicio derivadas de las diferencias temporarias, de los créditos por deducciones y bonificaciones y de bases imponibles negativas. La base imponible del ejercicio puede diferir del resultado neto del ejercicio presentado en la cuenta de pérdidas y ganancias ya que excluye las partidas de ingresos o gastos que son gravables o deducibles en otros ejercicios y las partidas que nunca lo son.



CLASE 8.^a



OP1655662



Los activos y pasivos por impuestos diferidos corresponden a aquellos impuestos que se prevén pagaderos o recuperables en las diferencias entre los importes en libros de los activos y pasivos en los estados financieros y las bases imponibles correspondientes, se contabilizan utilizando el método del pasivo en el balance y se cuantifican aplicando a la diferencia temporal o crédito que corresponda el tipo de gravamen al que se espera recuperar o liquidar.

Un activo por impuesto diferido, tal como un impuesto anticipado, un crédito por deducciones y bonificaciones y un crédito por bases imponibles negativas, se reconoce siempre que sea probable que la Caja obtenga en el futuro suficientes ganancias fiscales contra las que pueda hacerlo efectivo. Se considera probable que la Caja obtendrá en el futuro suficientes ganancias fiscales, entre otros supuestos, cuando:

- i) Existen pasivos por impuestos diferidos cancelables en el mismo ejercicio que el de la realización del activo por impuesto diferido o en otro posterior en el que pueda compensar la base imponible negativa existente o producida por el importe anticipado.
- ii) Las bases imponibles negativas han sido producidas por causas identificadas que es improbable que se repitan.

No obstante lo anterior, sólo se reconoce el activo por impuesto diferido que surge en el registro contable de inversiones en Entidades dependientes, multigrupo o asociadas y, cuando es probable que se vaya a realizar en un futuro previsible y/o se espera disponer de suficientes ganancias fiscales en el futuro contra las que se podrá hacer efectivo el mismo. Tampoco se reconoce cuando inicialmente se registra un elemento patrimonial, que no sea una combinación de negocios, que en el momento del reconocimiento no haya afectado al resultado contable ni al fiscal.

Los pasivos por impuestos diferidos se contabilizan siempre, si la Caja es capaz de controlar el momento de reversión de la diferencia temporal y, además, es probable que ésta no revierta en un futuro previsible. Tampoco se reconoce un pasivo por impuesto diferido cuando inicialmente se registra un elemento patrimonial, que no sea una combinación de negocios, que en el momento del reconocimiento no haya afectado al resultado contable ni al fiscal.

En cada cierre contable se revisan los impuestos diferidos registrados, tanto activos como pasivos, con el objeto de comprobar que se mantienen vigentes y efectuándose las oportunas correcciones en los mismos.



CLASE 8.^a



OP1655663



o) Activos tangibles

El inmovilizado material de uso propio corresponde al activo tangible que se estima que se le dará un uso continuado por la Caja y el inmovilizado material que se adquiere por un arrendamiento financiero. Se valora a su coste de adquisición menos su correspondiente amortización acumulada y, en su caso, menos cualquier pérdida por deterioro que resulte de comparar el valor neto de cada elemento con su correspondiente importe recuperable. El coste de adquisición de los elementos del activo tangible de uso propio de libre disposición incluye la valoración de los mismos al 1 de enero de 2004 al valor razonable. Dicho valor razonable al 1 de enero de 2004 fue obtenido sobre la base de tasaciones realizadas por expertos independientes.

Las amortizaciones se calculan sistemáticamente según el método lineal, aplicando los años de vida útil estimada de los diferentes elementos sobre el coste de adquisición de los activos menos su valor residual. En el caso de los terrenos sobre los que se asientan los edificios y otras construcciones, se entiende que tienen una vida indefinida y que, por tanto, no son objeto de amortización. Las dotaciones anuales en concepto de amortización del activo tangible se registran con cargo en la cuenta de pérdidas y ganancias y se calculan en función de los siguientes años de vida útil estimada, como promedio, de los diferentes grupos de elementos:

	<u>Años de vida útil estimada</u>
Edificios de uso propio	50
Mobiliario	8 a 10
Maquinaria y equipos electrónicos	3,3 a 10
Instalaciones	12 a 16
Equipos informáticos	4 a 8
Vehículos	7
Derechos de uso por arrendamiento	(*)

(*) Según el plazo de arrendamiento

En cada cierre contable, la Caja analiza si existen indicios, tanto internos como externos, de que el valor neto de los elementos de su activo material excede de su correspondiente importe recuperable. En dicho caso, la Caja reduce el valor en libros del correspondiente elemento hasta su importe recuperable y ajusta los cargos futuros en concepto de amortización en proporción a su valor en libros ajustado y a su nueva vida útil remanente, en el caso de ser necesaria una reestimación de la misma. Por otra parte, cuando existen indicios de que se ha recuperado el valor de un elemento, la Caja registra la reversión de la pérdida por deterioro contabilizada en periodos anteriores y ajusta los cargos futuros en concepto de su amortización. La reversión de la pérdida por deterioro de un elemento en ningún caso puede suponer el incremento de su valor en libros por encima de aquél que tendría si no se hubieran reconocido pérdidas por deterioro en ejercicios anteriores.



CLASE 8.^a



La Caja, al menos al final de cada ejercicio, procede a revisar la vida útil estimada de los elementos del activo material de uso propio con la finalidad de detectar cambios significativos en las mismas que, en el caso de producirse, se ajustan mediante la correspondiente corrección del registro en la cuenta de pérdidas y ganancias de ejercicios futuros de la dotación a su amortización en virtud de la nueva vida útil estimada.

Los gastos de conservación y mantenimiento de los activos materiales de uso propio se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias del ejercicio en que se incurren.

Las inversiones inmobiliarias del activo tangible corresponden a los valores netos de los terrenos, edificios y otras construcciones que la Caja mantiene para su explotación en régimen de alquiler o para la obtención de una plusvalía en su venta como consecuencia de los incrementos que se produzcan en el futuro en sus respectivos precios de mercado.

Los criterios aplicados por la Caja para el reconocimiento del coste de adquisición de los activos cedidos en arrendamiento operativo, para su amortización y para la estimación de sus respectivas vidas útiles y para el registro de sus pérdidas por deterioro coinciden con los descritos en relación con los activos materiales de uso propio.

p) Provisiones y pasivos contingentes

Se consideran provisiones las obligaciones actuales de la Caja, surgidas como consecuencia de sucesos pasados, que se encuentran claramente especificadas en cuanto a su naturaleza a la fecha de los estados financieros, pero resultan indeterminadas en cuanto a su importe o momento de cancelación, al vencimiento de las cuales y para cancelarlas, la Caja espera que deberá desprenderse de recursos que incorporan beneficios económicos. Dichas obligaciones pueden surgir por los aspectos siguientes:

- i) Una disposición legal o contractual.
- ii) Una obligación implícita o tácita, cuyo nacimiento se sitúa en una expectativa válida creada por la Caja frente a terceros respecto de la asunción de ciertos tipos de responsabilidades. Tales expectativas se crean cuando la Caja acepta públicamente responsabilidades, se derivan de comportamientos pasados o de políticas empresariales de dominio público.
- iii) La evolución prácticamente segura de la regulación en determinados aspectos, en particular, proyectos normativos de los que la Caja no podrá sustraerse.

Son pasivos contingentes las obligaciones posibles de la Caja, surgidas como consecuencia de sucesos pasados, cuya existencia está condicionada a que ocurra o no, uno o más eventos futuros independientes de la voluntad de la Caja. Los pasivos contingentes incluyen las obligaciones actuales de la Caja cuya cancelación no sea probable que origine una disminución de recursos que incorporan beneficios económicos o cuyo importe, en casos extremadamente raros, no pueda ser cuantificado con la suficiente fiabilidad.



CLASE 8.^a



OP1635865



Las provisiones y los pasivos contingentes se califican como probables cuando existe mayor verosimilitud de que ocurran que de lo contrario, posibles cuando existe menor verosimilitud de que ocurran que de lo contrario y remotos cuando su aparición es extremadamente rara.

La Caja incluye en las cuentas anuales todas las provisiones significativas con respecto a las cuales se estima que la probabilidad de que se tenga que atender la obligación es mayor que de lo contrario. Los pasivos contingentes no se reconocen en las cuentas anuales, sino que se informa sobre los mismos a no ser que se considere remota la posibilidad de que se produzca una salida de recursos que incorporen beneficios económicos.

Las provisiones se cuantifican teniendo en consideración la mejor información disponible sobre las consecuencias del suceso que las originan y son estimadas en cada cierre contable. Las mismas son utilizadas para afrontar las obligaciones específicas para las cuales fueron reconocidas, procediéndose a su reversión, total o parcial, cuando dichas obligaciones dejan de existir o disminuyen.

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022 se encontraban en curso distintos procedimientos judiciales y reclamaciones entablados contra la Caja con origen en el desarrollo habitual de sus actividades. Tanto los asesores legales de la Caja como el Consejo Rector entienden que la conclusión de estos procedimientos y reclamaciones no producirá un efecto significativo, adicional al, en su caso, incluido como provisión, en las cuentas anuales de los ejercicios en los que finalicen.

q) Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta

El epígrafe de “Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta” del balance incluye los activos, cualquiera que sea su naturaleza, que no formando parte de las actividades de explotación, incluyan importes cuyo plazo de realización o recuperación se espera que sea superior a un año desde la fecha a la que se refieren las cuentas anuales. Asimismo, se consideran como activos no corrientes en venta aquellas participaciones en Entidades del grupo, multigrupo o asociadas que cumplan los requisitos mencionados en el párrafo anterior.

Cuando excepcionalmente la venta se espera que ocurra en un periodo superior a un año, la Caja valora el coste de venta en términos actualizados, registrando el incremento de su valor debido al paso del tiempo en el epígrafe de “Ganancias o pérdidas procedentes de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos clasificados como mantenidos para la venta no admisibles como actividades interrumpidas” de la cuenta de pérdidas y ganancias.

En consecuencia, la recuperación del valor en libros de estas partidas, que pueden ser de naturaleza financiera y no financiera, previsiblemente tendrá lugar a través del precio que se obtenga en su enajenación, en lugar de mediante su uso continuado.



CLASE 8.^a



Por tanto, los activos inmobiliarios u otros no corrientes recibidos por la Caja para la satisfacción, total o parcial, de las obligaciones de pago frente a ella de sus deudores se consideran activos no corrientes clasificados como mantenidos para la venta, salvo que la Caja haya decidido hacer un uso continuado de esos activos.

Los activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas se valoran inicialmente, en general, por el menor importe de los valores siguientes:

- a) Importe en libros de los activos financieros aplicados, entendiendo como tal su valor bruto menos las coberturas que le correspondan en función de su clasificación contable anterior a la entrega, tratando el activo adjudicado o recibido en pago de deudas como una garantía real. Este importe en libros se comparará con el importe en libros previo y la diferencia se reconocerá como un incremento o una liberación de coberturas, según proceda.
- b) Valor razonable en el momento de la adjudicación o recepción del activo menos los costes estimados de venta.

A estos efectos, el valor razonable menos los costes estimados de venta de estos activos en el momento de la adjudicación o recepción en pago se obtiene mediante la aplicación de los descuentos porcentuales sobre el valor de referencia obtenido a través de tasaciones individuales y completas realizadas por sociedades de tasación o servicios de tasación homologados, inscritos en el Registro Oficial de Sociedades de Tasación de Banco de España, e independientes, aplicando la Orden ECO/805/2003, de 27 de marzo .

Mientras que permanecen clasificados como mantenidos para la venta, los activos tangibles e intangibles amortizables por su naturaleza no se amortizan.

Con posterioridad al momento del alta, en el caso de que el valor en libros exceda al valor razonable de los activos neto de sus costes de venta, la Caja ajusta el valor en libros de los activos por el importe de dicho exceso, con contrapartida en el epígrafe de “Ganancias o pérdidas procedentes de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos clasificados como mantenidos para la venta no admisibles como actividades interrumpidas” de la cuenta de pérdidas y ganancias. En el caso de producirse posteriores incrementos del valor razonable de los activos, la Caja revierte las pérdidas anteriormente contabilizadas, incrementando el valor en libros de los activos con el límite del importe anterior a su posible deterioro, con contrapartida en el epígrafe de “Ganancias o pérdidas procedentes de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos clasificados como mantenidos para la venta no admisibles como actividades interrumpidas”, siempre que el mismo no haya superado el periodo medio de permanencia en balance de 3 años.

No obstante, los activos financieros, los activos procedentes de retribuciones a empleados, los activos por impuestos diferidos y los activos por contratos de seguros que formen parte de un grupo de disposición o de una operación en interrupción, no se valoran de acuerdo a lo dispuesto en los párrafos anteriores, sino de acuerdo a los principios y normas aplicables a estos conceptos, que se han explicado en los apartados anteriores de la presente Nota.



CLASE 8.^a

Los resultados generados en el ejercicio por aquellos componentes de la Caja que hayan sido considerados como operaciones en interrupción se registran en el epígrafe “Ganancias o pérdidas después de impuestos procedentes de actividades interrumpidas” de la cuenta de pérdidas y ganancias, tanto si el componente de la Caja se ha dado de baja del activo como si permanece en él al cierre del ejercicio. Si con posterioridad a su presentación como operaciones en interrupción se clasifican las operaciones como continuadas, sus ingresos y gastos se presentan, tanto en la cuenta de pérdidas y ganancias del ejercicio como en la correspondiente al ejercicio comparativo que se publique en las cuentas anuales, en las partidas que les corresponda según su naturaleza.

r) Estado de flujos de efectivo

En el estado de flujos de efectivo se utilizan determinados conceptos que tienen las definiciones siguientes:

- i) Flujos de efectivo: entradas y salidas de dinero en efectivo y de sus equivalentes, entendiendo por éstos las inversiones a corto plazo de gran liquidez y bajo riesgo de alteraciones en su valor.
- ii) Actividades de explotación: las actividades típicas de la Caja y otras actividades que no pueden ser calificadas como de inversión o de financiación y los intereses pagados por cualquier financiación recibida, aunque correspondan a pasivos financieros clasificados como actividades de financiación.
- iii) Actividades de inversión: correspondientes a la adquisición, enajenación o disposición por otros medios de activos a largo plazo y otras inversiones no incluidas en el efectivo y sus equivalentes, tales como activos materiales, activos intangibles, participaciones, activos no corrientes y pasivos asociados en venta, instrumentos de capital clasificados como disponibles para la venta que sean inversiones estratégicas y activos financieros incluidos en la cartera de inversión a coste amortizado.
- iv) Actividades de financiación: actividades que producen cambios en el tamaño y composición del Patrimonio neto y de los pasivos que no forman parte de las actividades de explotación.

La Caja realiza el estado de flujos de efectivo utilizando el método indirecto.

s) Aportaciones al capital

Las aportaciones al capital social de la Caja se reconocen como Patrimonio neto cuando existe un derecho incondicional a rehusar su reembolso o existen prohibiciones, legales o estatutarias, para realizar éste. Si la prohibición de reembolso es parcial, el importe reembolsable por encima de la prohibición se registra en una partida específica con naturaleza de pasivo financiero. Las remuneraciones de las aportaciones se registran como gastos financieros del ejercicio si corresponden a aportaciones contabilizadas como pasivos financieros y directamente contra el Patrimonio neto, como parte de la distribución de resultados de la cooperativa en el caso contrario.



t) Estado de cambios en el patrimonio neto

Estado de ingresos y gastos reconocidos

Por tanto, en este estado se presenta:

- El resultado del ejercicio.
- El importe neto de los ingresos y gastos reconocidos transitoriamente como otro resultado global en el patrimonio neto.
- El importe neto de los ingresos y gastos reconocidos definitivamente en el patrimonio neto.
- El impuesto sobre beneficios devengado por los conceptos indicados en las letras b) y c) anteriores.

- a) Ganancias o pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto: recoge el importe de los ingresos, netos de los gastos originados en el ejercicio, reconocidos directamente en el patrimonio neto. Los importes reconocidos en el ejercicio en esta partida se mantienen en esta partida, aunque en el mismo ejercicio se traspasan a la cuenta de pérdidas y ganancias, al valor inicial de otros activos o pasivos o se reclasifiquen a otra partida.
- b) Transferido a resultados: recoge el importe de las ganancias o pérdidas por valoración reconocidas previamente en el patrimonio neto, aunque sea en el mismo ejercicio, que se reconocen en la cuenta de pérdidas y ganancias.



CLASE 8.^a



OP1655689



- c) Transferido al importe en libros inicial de los elementos cubiertos: recoge el importe de las ganancias o pérdidas por valoración reconocidas previamente en el patrimonio neto, aunque sea en el mismo ejercicio, que se reconozcan en el valor inicial de los activos o pasivos como consecuencia de coberturas de flujos de efectivo.
- d) Otras reclasificaciones: recoge el importe de los traspasos realizados en el ejercicio entre partidas de “Otro resultado global acumulado” conforme a los criterios establecidos en la normativa vigente.

Los importes de estas partidas se presentan por su importe bruto, mostrándose su correspondiente efecto impositivo en la rúbrica “Impuesto sobre las ganancias relativo a los elementos que pueden reclasificarse en ganancias o pérdidas” o “Impuesto sobre las ganancias relativo a elementos que no se reclasificarán” del estado, según corresponda.

Estado total de cambios en el patrimonio neto

En esta parte del estado de cambios en el patrimonio neto se presentan todos los cambios habidos en el patrimonio neto, incluidas las que tienen su origen en cambios en los criterios contables y en correcciones de errores. Este estado muestra, por tanto, una conciliación del valor en libros al comienzo y al final del ejercicio de todas las partidas que forman el patrimonio neto, agrupando los movimientos habidos en función de su naturaleza en las siguientes partidas:

- a) Efectos de la corrección de errores y cambios en las políticas contables: que incluye los cambios en el patrimonio neto que surgen como consecuencia de la reexpresión retroactiva de los saldos de los estados financieros con origen en cambios en los criterios contables o en la corrección de errores.
 - b) Ingresos y gastos reconocidos en el ejercicio: recoge, de manera agregada, el total de las partidas registradas en el estado de ingresos y gastos reconocidos anteriormente indicadas.
 - c) Otras variaciones en el patrimonio neto: recoge el resto de las partidas registradas en el patrimonio neto, como pueden ser aumentos o disminuciones del capital, distribución de resultados, operaciones con instrumentos de patrimonio propios, pagos con instrumentos de patrimonio, traspasos entre partida del patrimonio neto y cualquier otro incremento o disminución del patrimonio neto.
- u) Fondo de educación y promoción (F.E.P)

Las dotaciones que la Caja realiza al Fondo de educación y promoción se reconocen como un gasto del ejercicio cuando son obligatorias. Si se producen dotaciones adicionales se reconocen como aplicación del beneficio.



CLASE 8.ª



Los gastos derivados del Fondo de educación y promoción cooperativa se presentan en el balance deduciendo del epígrafe “Otros pasivos-Fondo de Educación y Promoción”, sin que en ningún caso se imputen a la cuenta de pérdidas y ganancias.

Los activos materiales y los pasivos afectos al Fondo de educación y promoción se presentan en partidas separadas del balance.

v) Indemnización por despido

De acuerdo con la legislación vigente, existe la obligación de indemnizar a aquellos empleados que puedan ser despedidos sin causa justificada. El gasto por indemnizaciones se registra en el momento en que se toma la decisión de efectuar el despido.

15. Atención al cliente

El artículo 17.2 de la Orden ECO/734/2004, de 11 de marzo, sobre Departamentos y Servicios de Atención al Cliente y el Defensor del Cliente de las Entidades Financieras, indica que en la memoria de las cuentas anuales se debe resumir, brevemente, el contenido de la memoria del Servicio de Atención al Cliente de la Caja. Dicho resumen es el siguiente:

- a) El Servicio de Atención al Cliente y el Defensor del Cliente ha recibido en el ejercicio 2023, 198 quejas y 2.410 reclamaciones, y, en el ejercicio 2022, 235 quejas y 2.007 reclamaciones.
- b) Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, existían 224 y 108 reclamaciones pendientes de resolver, respectivamente.

16. Gestión y control de riesgos

El entorno en el que se ha venido desarrollando la actividad económica en los últimos años, ha puesto de manifiesto la importancia capital que tiene para las entidades financieras la adecuada gestión de sus riesgos.

Para la Caja, la calidad en la gestión del riesgo constituye una de sus señas de identidad y un ámbito prioritario de actuación, tratándose de un elemento diferenciador de su gestión que, gracias a la combinación de unas políticas prudentes y el uso de metodologías y procedimientos homogéneos y de efectividad contrastada, permiten la obtención recurrente y saneada de resultados, así como gozar de una holgada posición de solvencia.

Excepto en las materias reservadas a la Asamblea de socios de la Entidad, el Consejo Rector es el máximo órgano de decisión, correspondiéndole entre otras funciones la definición de la estrategia, el establecimiento y el seguimiento del nivel de tolerancia al riesgo y la sanción de la política de riesgos, aprobando a propuesta de la Alta Dirección o del Comité designado al respecto las atribuciones de los diferentes órganos de decisión.



CLASE 8.^a



OP1



El Consejo Rector se involucra activamente en el seguimiento y el control de los riesgos asumidos, sancionando las operaciones que requirieron su decisión y revisando la estrategia de la Entidad, el nivel de tolerancia al riesgo, la situación de liquidez, los resultados del proceso de autoevaluación del capital y el modelo de control interno, siendo así mismo informado de las conclusiones de las auditorías interna y externa. De igual modo, el Comité de Riesgos es el encargado de asesorar al Consejo Rector sobre la propensión global al riesgo, actual y futura, de la Entidad y su estrategia en este ámbito.

Para la gestión y el control de riesgos, el modelo de control interno de la Caja cuenta con un sistema de tres líneas de defensa, estructurado de tal forma que recogen las actividades y procesos que originan los riesgos y que determinan a los responsables de éstos.

La primera línea de defensa la constituyen las unidades de negocio, que son responsables del control en su ámbito y de la ejecución de las medidas fijadas desde instancias superiores.

La segunda línea la constituyen las unidades de control, en particular, la unidad de cumplimiento normativo y la unidad de control global del riesgo. Esta línea supervisa el control de las distintas unidades en su ámbito de especialidad transversal, define las medidas mitigadoras y de mejora necesaria y promueve la correcta implantación de las mismas.

Finalmente, la tercera línea la constituye la unidad de Auditoría Interna, que realiza una revisión independiente, verificando el cumplimiento y eficacia de las políticas corporativas y proporcionando información independiente sobre el modelo de control. Como principales funciones de Auditoría Interna destacan las siguientes:

- Evaluación de la eficacia y eficiencia de los Sistemas de Control Interno, velando por el cumplimiento de la legislación vigente y de las políticas y normativas internas.
- Emisión de recomendaciones para solucionar las debilidades detectadas en los procesos de revisión, haciendo un seguimiento de las mismas.

Complementado a estas líneas de defensa, para garantizar un adecuado entendimiento estratégico y de control y gestión de riesgos por parte de la Caja, hay que destacar el Mecanismo Institucional de Protección (MIP) (Nota 1.4).

La Caja, para mantener el perfil de riesgo moderado y prudente establece un conjunto de métricas clave en relación con los niveles de los distintos riesgos, la calidad y recurrencia de los resultados, la liquidez y la solvencia. Para cada una de estas métricas se definen unos niveles de tolerancia al riesgo que la Caja está dispuesta a asumir. En las métricas más relevantes se establecen adicionalmente sus objetivos a largo plazo. Estos objetivos y niveles se actualizan y se aprueban, al menos anualmente, por el Consejo Rector a propuesta del Comité de Riesgos.



CLASE 8.^a



OP16/5872



Todas las métricas tienen definido un objetivo, tolerancia y límite. En cada métrica, el objetivo es el valor que cumple con el apetito fijado; la tolerancia marca el umbral (alerta) a partir del cual se toman medidas de gestión, control y seguimiento reforzadas para volver a la situación objetivo y por último, el límite es el nivel que la Caja no quiere traspasar en ningún caso, dando lugar, si esta situación se produjera, a la adopción de medidas contundentes para la recuperación de niveles acordes con las directrices establecidas por el Consejo Rector.

En el desempeño de esta función se elaboran de manera periódica informes para el Consejo Rector acerca de los riesgos asumidos y su composición, el nivel de capitalización de la Caja, la mediación y el control de los riesgos, así como el ambiente de control interno existente y su adecuación para garantizar una gestión ordenada y prudente de los negocios y los riesgos de la Entidad, con especial atención a los indicadores y métricas aprobados en el Marco de Apetito al Riesgo y el Plan de Recuperación.

Comités involucrados en la gestión y control de riesgos

El Consejo Rector de la Caja es el órgano responsable de definir el marco general de control interno y de gestión de riesgos. En el marco de la gestión de riesgos, la Caja dispone de un sistema de delegación de facultades en diferentes órganos que bajo el mandato del Consejo Rector instrumentan la capacidad ejecutiva de la dirección de riesgos con el objetivo de garantizar la alineación de éstos con la estrategia de la Caja en términos de negocio y solvencia, responsabilizándose de la estrategia de gestión y seguimiento de los riesgos, así como del esquema de delegación de facultades. Asimismo, analizan y, si procede, aprueban las operaciones de riesgo dentro de sus respectivos niveles de atribuciones, elevando al órgano superior aquéllas que exceden su nivel de delegación.

La función de Gestión de Riesgos de la Caja se desarrolla gracias a la actividad de diferentes organismos que poseen una garantía de su autonomía e independencia en el ejercicio de sus competencias, teniendo como misión principal llevar a cabo las actuaciones y procedimientos necesarios para el desarrollo de sus funciones en todo lo relativo a gestión de riesgos.

Por una parte, el Consejo Rector acordó por unanimidad constituir un Comité de Riesgos, compuesto por consejeros, nombrados por el Consejo teniendo presentes los conocimientos, aptitudes y experiencia.

Son funciones del Comité de Riesgos:

- Asesorar al Consejo Rector sobre la propensión global al riesgo, actual y futura, de la Caja y su estrategia en este ámbito, y asistirle en la vigilancia de la aplicación de esa estrategia. No obstante, el Consejo Rector será el responsable de los riesgos que asuma la Caja.
- Intervenir en el análisis previo y apoyar al Consejo Rector en todas las cuestiones relativas al Marco de Apetito al Riesgo y al Plan de Recuperación.



CLASE 8.^a



OP1655673



- Supervisar la Política de Gestión de Riesgos.
- Reevaluar, al menos anualmente, la lista de riesgos, financieros y no financieros más significativos y valorar su nivel de tolerancia, proponiendo su ajuste al Consejo, en su caso.
- Vigilar que la política de precios de los activos y los pasivos ofrecidos a los clientes tenga plenamente en cuenta el modelo empresarial y la estrategia de riesgo de la Caja. En caso contrario, el Comité de Riesgos presentará al Consejo Rector un plan para subsanarla.
- Evaluar los riesgos asociados a los productos o servicios financieros ofrecidos y tendrá en cuenta la coherencia entre los precios asignados a dichos productos y servicios y los beneficios obtenidos.
- Vigilar la ejecución de las estrategias de gestión del capital y de la liquidez, así como todos los demás riesgos relevantes de la Entidad, como los riesgos de mercado, de crédito, operacionales, incluidos los legales, tecnológicos, reputacionales, ambientales, sociales y de gobernanza, a fin de evaluar su adecuación a la estrategia y el apetito de riesgo aprobados.
- Recomendar al Consejo Rector los ajustes en la estrategia de riesgo que se consideren precisos como consecuencia, entre otros, de cambios en el modelo de negocio de la Entidad, de la evolución del mercado o de recomendaciones formuladas por la función de gestión de riesgos de la Entidad.
- Determinar, junto con el Consejo Rector, la naturaleza, la cantidad, el formato y la frecuencia de la información sobre riesgos que deba recibir el propio Comité y el Consejo Rector.
- Colaborar para el establecimiento de políticas y prácticas de remuneración racionales. A tales efectos, el Comité de Riesgos examinará, sin perjuicio de las funciones del Comité de Remuneraciones, si la política de incentivos prevista en el sistema de remuneración tiene en consideración el riesgo, el capital, la liquidez y la probabilidad y la oportunidad de los beneficios.
- Cualquier otra que, por normativa legal o reglamentaria, o por decisión del Consejo Rector, le estén específicamente asignadas.

Por otra parte, la Comisión de Auditoría se constituye como un órgano interno de carácter informativo y consultivo, sin funciones ejecutivas y con facultades de información, asesoramiento y propuesta dentro de su ámbito de actuación. En este caso, la Comisión de Auditoría otorga el apoyo al Consejo respecto a la supervisión de los sistemas de gestión de riesgos, así como discute con el auditor de



CLASE 8.^a



OP1655874



cuentas las posibles debilidades significativas del sistema de control interno detectadas en el desarrollo de la auditoría, todo ello sin afectar a su plena independencia.

En coordinación, en su caso, con el Comité de Riesgos, la Comisión de Auditoría tendrá las siguientes funciones en el ámbito de la supervisión de la gestión y del control de los riesgos, en tanto en cuanto no estén expresamente asignadas al Comité de Riesgos:

- Supervisar la eficacia de los sistemas de gestión de riesgos de la Caja.
- Supervisar que los riesgos relevantes de toda índole que inciden en la consecución de los objetivos corporativos de la Caja se encuentran razonablemente identificados, medidos y controlados.
- Mantener, al menos anualmente, una reunión con los altos responsables de las unidades de negocio en la que éstos expliquen las tendencias del negocio y los riesgos asociados, reforzando la idea de que es a estos responsables a quienes corresponde gestionar eficazmente los riesgos y que debe existir un responsable asignado para cada riesgo identificado.

El Consejo Rector vela, con el apoyo de la Comisión de Auditoría y del Comité de Riesgos, para que los responsables de las funciones de gestión de riesgos se realicen con independencia y con capacidad para presentar recomendaciones o propuestas.

Cabe añadir la existencia de la función de Control Global de Riesgos entre cuyas tareas figuran:

- Identificar, medir y valorar, desde una perspectiva global, los riesgos relevantes a los que se encuentra expuesta la Entidad en el ejercicio de su actividad.
- Diseñar, implementar y mantener los sistemas de identificación, medición, información y control de estos riesgos.
- Definir los procedimientos y mecanismos de control de los diferentes riesgos.
- Evaluar y valorar las técnicas de mitigación de riesgos empleadas y aquellas susceptibles de utilización.
- Vigilar y en su caso proponer cambios en la estructura de límites y alertas internas que refuercen el control de los riesgos y su consistencia con el nivel de tolerancia definido por el Consejo.
- Revisar el nivel de riesgo asumido y su adecuación al perfil establecido por el Consejo Rector, así como la distribución interna del capital.

Esta función es independiente de las áreas generadoras de los riesgos, de modo que se garantiza la objetividad de los criterios de valoración y la ausencia de distorsiones en los mismos provocadas por consideraciones comerciales.

En este sentido, el área de Control Global del Riesgo está dotada de autonomía respecto de las demás áreas de la Entidad y con sustantividad propia, asignándole recursos específicos para el cumplimiento



CLASE 8.^a



OP1655675



de sus funciones y provocando la correspondiente modificación del organigrama de la Caja. De este modo, el responsable del área de Control Global del Riesgo tiene acceso al Consejo Rector. En esta área se integra la función de Control Global de Riesgos.

La misión del área de Control Global del Riesgo consiste en realizar un seguimiento y control del conjunto de todos los riesgos de forma agregada, con el objetivo de mostrar una perspectiva general de los riesgos asumidos por la Caja y poder transmitir esta visión a los órganos de gobierno. Con ello se pone en conocimiento de los órganos de la Entidad el perfil de riesgo asumido y permite proponer las políticas y procedimientos institucionales en materia de gestión y control del riesgo. Entre sus principales funciones destacan la elaboración y seguimiento del Marco de Apetito al Riesgo, el Plan de Recuperación, la elaboración del Informe de Autoevaluación del Capital y la Liquidez (IACL), la elaboración y actualización de los Planes de Contingencia de Capital y Liquidez, recabar y poner a disposición de Banco de España la información solicitada en el marco del Plan de Resolución, la realización del seguimiento de las operaciones identificadas por debajo de sus costes estimados, etc.

Finalmente, destaca también el Reglamento interno en el ámbito del mercado de valores, aplicado a los miembros del Consejo Rector, directivos y empleados que tengan acceso frecuente o habitual a informaciones relevantes relativas a la propia Entidad o sociedades del grupo.

Los principales riesgos identificados son riesgo de crédito, riesgo de liquidez, de tipo de interés estructural de balance, riesgo de mercado y operacional.

17. Riesgo de crédito

Representa las pérdidas que sufriría la Caja en el caso de que un cliente o alguna contraparte incumpliesen sus obligaciones contractuales de pago, constituyendo un riesgo relevante. Este riesgo incluye el riesgo de contraparte, el riesgo de concentración, el riesgo residual derivado de la utilización de técnicas de mitigación y el riesgo de liquidación o entrega.

Los principios que rigen la gestión de riesgo de crédito de la Caja son:

- Implicación de la Alta Dirección. El Consejo Rector define la política de riesgos de la Entidad y delimita las atribuciones de los diferentes niveles de decisión. En este sentido, delega la ejecución de dichas políticas en la Alta Dirección.
- Establecimiento de políticas y procedimientos bien definidos y comunicados en la Entidad para facilitar la gestión de los distintos riesgos.
- Política de no concentración: uno de los principios básicos en la limitación de concentración de riesgos con el fin de diversificar y mitigar posibles pérdidas.
- Prudencia. La Caja tiene como principio no realizar actividades especulativas, por lo que su cartera de negociación es mínima.



CLASE 8.^a

- Segregación de funciones. Las funciones de análisis, formalización, seguimiento y recuperación de activos son totalmente independientes de las unidades generadoras del mismo.
- Visión global del riesgo, que exige una función sólida de admisión, identificación y seguimiento del riesgo autorizado.
- Política de precios y asignación de capital adecuada al nivel de riesgo asumido.
- Asegurar un marco de control interno adecuado sobre los procesos de gestión de los riesgos basado en revisiones internas y externas independientes.
- Adecuación del modelo de gestión del riesgo al tamaño de la Entidad y a la diversidad y complejidad de las actividades que desarrolla.

La Entidad, cuenta con unas sólidas estructuras en torno al análisis, seguimiento y recuperación, así como de formación continua en esta materia para mantener el nivel de cualificación del personal de la Caja.

Análisis de riesgos y concesión

La gestión del riesgo crediticio se sustenta en la experiencia y cultura de la Caja. La concesión de operaciones de crédito se basa en una estructura descentralizada en la cual las unidades de negocio, según su nivel, experiencia, tipología de riesgo y de negocio, tiene delegados niveles máximos de importes autorizables, por encima de los cuales se escalan las operaciones a los siguientes niveles de decisión.

El criterio principal y básico para la determinación de la concesión es la capacidad de generación de recursos suficientes que permitan estimar la devolución en las condiciones determinadas de la operación crediticia por parte de los solicitantes. Las garantías aportadas (realizables y suficientes), como criterio general, se consideran un elemento complementario y adicional a la capacidad de pago.

Como marco general se establecen límites por tipología de riesgo, de modo que se diversifique la cartera crediticia de la Caja con el fin de mitigar posibles exposiciones a cambios externos que garanticen la rentabilidad y cobro de las inversiones.

Los requisitos y la documentación que debe contener cada expediente de crédito están definidos en función de la tipología tanto del cliente como de la operación propuesta estando su grado de exigencia directamente relacionado con el importe de la solicitud y su grado de complejidad.

Como políticas concretas se han establecido:



CLASE 8.^a

- Políticas de sanción: se establecen niveles de autonomía para sancionar operaciones de activo a los diferentes responsables de la gestión del riesgo de crédito.
- Políticas de exclusión: se establecen criterios, que en caso de que se materialicen, no permiten la concesión de la operación, salvo autorización expresa del órgano competente.
- Políticas de concentración: se establece un límite máximo de concesión de riesgos, a partir del cual, no pueda incrementarse el riesgo con el acreditado/grupo, salvo autorización expresa del órgano competente.
- Políticas sobre segmentos: debido a la especialización y tipología de nuestros clientes, se han establecido políticas relativas a personas físicas y personas jurídicas.
- Políticas de Grupos Económicos: se establecen los criterios de análisis y concesión en operaciones dadas a grupos identificados por la Caja en función a las interrelaciones de los Clientes, en la que junto al análisis realizado al interviniente que solicita dicha operación habrá que analizar al Grupo completo, así como tener dicha circunstancia en cuenta para determinar el Órgano decisor.

Seguimiento de riesgos

Para el control de la calidad crediticia y la anticipación en la recuperabilidad de la inversión, se encuentra definida la función de seguimiento del riesgo, a la cual se encuentran adscritos recursos concretos. Dicha función de seguimiento trata de evitar el incumplimiento por parte del cliente de las obligaciones de pago contraídas con la Caja y analizar de forma dinámica el endeudamiento y la solvencia del mismo para prever y evitar futuros problemas. La Caja dispone de un estudio riguroso del riesgo de crédito asumido con los clientes basados en su exposición al riesgo y en su situación económico-financiera.

El seguimiento de la cartera crediticia global y de los acreditados se realiza como una función clave y prioritaria tanto en la calidad de la cartera como en la prevención de la morosidad. El seguimiento eficiente y efectivo cuenta con alarmas que indican una posible detección de incidencias, tanto internas como externas, documentación del acreditado actualizada, y software de gestión que posibilita estos aspectos.

El seguimiento tiene una doble visión:

- Seguimiento preventivo: basado en alertas que permiten detectar cambios en las condiciones iniciales del cliente, así como en la segmentación de los mismos. Para llevar a cabo esta tarea, se han incorporado estas alertas a aplicaciones en funcionamiento en la Caja, con objeto de facilitar la gestión y detección de un posible deterioro de la situación del cliente en base a un análisis de su operativa habitual.



CLASE 8.^a



- Seguimiento de cartera: estructurado en diversos parámetros (zona, tipo de persona, sector, etc.) que posibilitan disponer de datos segmentados de la cartera crediticia de la Caja, así como de su evolución.

Refinanciación y reestructuración de operaciones

La Circular 4/2017 establece referencias para la adecuada identificación, clasificación y cobertura de las operaciones de refinanciación. La Caja revisa de forma continuada la adecuada clasificación de las operaciones de refinanciación y/o reestructuración, así como las provisiones constituidas para estas operaciones.

Igualmente se ha incorporado en la herramienta de tramitación y sanción de riesgos y en la plataforma bancaria la información necesaria que permita la identificación y el análisis individualizado de esta tipología de operaciones, así como, la propuesta de clasificación que deberían tener en base a los criterios establecidos por Banco de España en la mencionada normativa. Aplicando además las oportunas provisiones sobre dichos acuerdos en función de la clasificación adoptada.

La Entidad dispone de una política dirigida a utilizar la refinanciación, reestructuración, renovación y renegociación de operaciones como instrumentos de gestión del riesgo de crédito que, utilizados adecuadamente, van encaminados a mejorar la calidad del riesgo a partir de análisis individualizados, enfocados a dar viabilidad económica a los acreditados y las operaciones.

El seguimiento del riesgo es tarea fundamental para poder anticipar situaciones problemáticas. El objetivo primordial es doble:

- Dar viabilidad al acreditado (concesión de carencia, aumento de plazo, etc.).
- Mejorar en la medida de lo posible la posición de riesgo de la Entidad (mejora de garantías).

Tras el análisis caso por caso, se evalúa el potencial riesgo de incumplimiento y se reconocen las cantidades que se estimen irrecuperables, procediendo a contabilizar las provisiones necesarias para cubrir la pérdida.

Existe un sistema interno de información que permite la individualización y seguimiento de las operaciones refinanciadas, reestructuradas, renovadas y renegociadas. Además, se ha implementado un procedimiento periódico de revisión individualizada de las operaciones con objeto de vigilar la evolución de esta cartera y la adecuación de su clasificación.

Los requisitos, qué con carácter general, deben reunir este tipo de operaciones son los siguientes:

- Incorporar un análisis actualizado de la situación económico-financiera del acreditado, que soporte la capacidad de pago para atender las obligaciones financieras derivadas de la operación.



CLASE 8.^a

- Valorar la eficacia de las garantías aportadas. A estos efectos se consideran garantías eficaces las siguientes:
 - Garantías pignoraticias sobre depósitos dinerarios, instrumentos de patrimonio y valores representativos de deuda.
 - Garantía hipotecaria sobre viviendas, oficinas y locales polivalentes y fincas rústicas.
 - Garantías personales (avales, fianzas, nuevos titulares, etc.) que cubran plenamente el riesgo garantizado.
- Valorar el historial de cumplimiento de acreditado y/o la operación, en particular existencia de refinanciaciones o reestructuraciones previas.

Impactos en las coberturas por riesgo de crédito debidos a la inflación de costes de los sectores de la economía española

Los acontecimientos sociales y políticos que han tenido lugar en los últimos tres años están generando diversos impactos en el entorno macroeconómico global. La guerra en Ucrania y las sanciones impuestas contra Rusia ocasionaron perturbaciones, inestabilidad y volatilidad significativas en los mercados mundiales, así como un considerable aumento de la inflación, principalmente debido a un aumento en el precio de la energía. En la zona euro, con el principal objetivo de contener esta inflación, el Banco Central Europeo, desde mediados de 2022, ha ido subiendo paulatinamente los tipos de interés hasta niveles que no se veían desde el año 2008. Aunque la incertidumbre es alta, lo más probable es que los tipos de interés oficiales (los tipos de interés de las operaciones de refinanciación en el caso del BCE) se mantengan en niveles altos durante los próximos meses.

La incertidumbre actual sobre la evolución de la economía, hace necesario que persistan las recomendaciones de los reguladores contables y los supervisores bancarios, encaminadas a adoptar medidas específicas con el fin de mitigar los efectos que esta situación pudiera tener tanto en el cálculo de las pérdidas esperadas bajo la norma aplicable como en materia de solvencia, instando a las entidades a evaluar toda la información disponible, ponderando en mayor medida las previsiones a largo plazo frente a la situación económica a corto plazo.

El denominador común de todas las recomendaciones es que, considerando el elevado grado de incertidumbre en cuanto a la profundidad, duración y alcance de los factores detallados anteriormente, la dificultad de elaborar previsiones macroeconómicas fiables, el carácter transitorio del *shock* económico y la necesidad de incorporar el efecto de las medidas mitigadoras de los gobiernos, se hace aconsejable y necesario extremar la prudencia y tomar todas las medidas que permitan a la Caja anticipar y minimizar los impactos de la crisis en su balance y cuenta de pérdidas y ganancias.



OP1673620



CLASE 8.^a

En este sentido, la Caja considera dichas recomendaciones en el cálculo de las pérdidas esperadas por riesgo de crédito bajo la norma aplicable del Anejo 9 de la Circular 4/2017, considerando el impacto que la situación actual de altos costes energéticos y de las materias primas y, desde el segundo semestre de 2022, la subida de tipos de interés, están teniendo en la rentabilidad de los distintos sectores de actividad de la economía española, por lo que para el cálculo de dichas pérdidas se han considerado, entre otras, las siguientes recomendaciones:

- Identificar aquellos sectores o grupos de acreditados más vulnerables en su ámbito de actuación, a la subida generalizada de los costes, tanto operativos como financieros, con el objetivo de realizar una gestión activa de sus riesgos y reconocer prudentemente las provisiones de deterioro para alcanzar unos niveles de cobertura conservadores.
- Mantener actualizadas las tasaciones de los bienes en garantía y de los adjudicados, tomando en consideración las nuevas circunstancias del mercado inmobiliario y cuantificar los posibles impactos en caso de caídas en los precios de los inmuebles.

Considerando lo anterior, al 31 de diciembre de 2023 y 2022, la Caja mantiene, por este concepto, deterioros por riesgo de crédito, adicionales a los requeridos en el Anejo 9 de la Circular 4/2017, por importe de 113.005 y 99.700 miles de euros, respectivamente, asociados, principalmente, a exposiciones en sectores que pudieran estar más afectados por la fuerte subida de los costes energéticos y de las materias primas y por el significativo incremento de los costes de financiación.

Exposición al riesgo de crédito

A continuación, se muestra el nivel máximo de exposición al riesgo de crédito asumido por la Caja al 31 de diciembre de 2023 y 2022 sin deducir del mismo las garantías reales ni otras mejoras crediticias recibidas para asegurar el cumplimiento de los deudores:

Miles de euros								
Al 31 de diciembre de 2023								
			Activos financieros no destinados a negociación valorados	Activos Financieros a valor				
		Activos financieros mantenidos	obligatoriamente a	razonable con	Activos	Derivados –	Exposiciones	
Tipos de instrumentos	Otros depósitos a la vista	para negociar	valor razonable con	cambios en	financieros a	contabilidad de	fuera de	
			cambios en	otro resultado	coste	coberturas	balance	
			resultados	global	amortizado			
							Total	
Instrumentos de deuda	135.129	-	12.693	371.111	7.980.080	-	-	8.499.013
Depósitos en entidades de crédito	135.129	-	-	-	203.663	-	-	338.792
Valores representativos de deuda	-	-	1.990	371.111	963.011	-	-	1.336.112
Préstamos y anticipos a la clientela	-	-	10.703	-	6.813.406	-	-	6.824.109
Compromisos de préstamos concedidos	-	-	-	-	-	-	665.473	665.473
Garantías financieras concedidas	-	-	-	-	-	-	100.759	100.759
Otros compromisos concedidos	-	-	-	-	-	-	70.683	70.683
Otros	-	1.708	-	-	-	7.509	-	9.217
	135.129	1.708	12.693	371.111	7.980.080	7.509	836.915	9.345.145



A continuación, se presenta el desglose por contraparte de los “Préstamos a la clientela” sin incluir anticipos con un detalle del importe que se encuentra cubierto por cada una de las principales garantías y la distribución de las financiaciones con garantía real en función del porcentaje del valor en libros de las financiaciones sobre el importe de la última tasación o valoración de la garantía disponible:



CLASE 8.^a



OP1653502



31 de diciembre de 2023

	Miles de euros							
	Préstamos con garantía real. Importe en libros sobre importe de la última tasación disponible (loan to value)							
		Del que: Garantía inmobiliaria	Del que: Resto de garantías reales	Inferior o igual al 40%	Superior al 40% e inferior o igual al 60%	Superior al 60% e inferior o igual al 80%	Superior al 80% e inferior o igual al 100%	Superior al 100%
	Total							
Administraciones Públicas	389.957	3.687	25	1.134	1.422	1.156	-	-
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	101.385	828	-	265	246	317	-	-
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera) (desglosado según la finalidad)	2.541.930	838.656	95.164	329.173	325.090	166.589	58.457	54.511
- Construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)	90.202	68.400	166	29.097	22.224	5.486	6.192	5.567
- Construcción de obra civil	1.759	-	-	-	-	-	-	-
- Resto de finalidades	2.449.969	770.256	94.998	300.076	302.866	161.103	52.265	48.944
Grandes empresas	885.327	79.747	43.144	30.175	36.705	28.046	13.047	14.918
Pymes y empresarios individuales	1.564.642	690.509	51.854	269.901	266.161	133.057	39.218	34.026
Resto de hogares e ISFLSH	3.781.650	3.373.438	8.113	549.954	922.840	1.515.819	273.138	119.800
- Viviendas (adquisición y rehabilitación)	3.116.092	3.102.599	786	461.344	831.290	1.441.770	262.508	106.473
- Consumo	229.245	21.693	2.320	7.483	7.526	6.921	1.241	842
- Otros fines (*)	436.313	249.146	5.007	81.127	84.024	67.128	9.389	12.485
TOTAL	6.814.922	4.216.609	103.302	880.526	1.249.598	1.683.881	331.595	174.311
PRO MEMORIA								
Operaciones de refinanciación, reestructuradas y reestructuradas	140.553	113.179	264	34.172	33.199	25.566	11.306	9.201

(*) Incluye ISFLSH



CLASE 8.^a



31 de diciembre de 2022

		Miles de euros				
		Préstamos con garantía real. Importe en libros sobre importe de la última tasación disponible (loan to value)				
		Del que: Garantía inmobiliaria	Del que: Resto de garantías reales	Inferior o igual al 40%	Superior al 40% e inferior o igual al 60%	
					Superior al 60% e inferior o igual al 80%	Superior al 80% e inferior o igual al 100%
Total						
398.257	Administraciones Públicas	254	39	80	42	171
94.273	Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	720	-	96	486	-
2.495.282	Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera) (desglosado según la finalidad)	858.014	85.085	321.805	305.704	46.221
99.408	- Construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)	70.128	139	30.608	21.941	2.580
1.933	- Construcción de obra civil	-	-	-	-	-
2.393.941	- Resto de finalidades	787.886	84.946	291.197	283.763	43.641
671.504	Grandes empresas (**)	39.703	28.164	17.587	22.537	7.213
1.722.437	Pymes y empresarios individuales (**)	748.183	56.782	273.610	261.226	36.428
3.650.311	Resto de hogares e ISFLSH	3.272.989	8.149	524.664	831.329	282.493
3.029.679	- Viviendas (adquisición y rehabilitación)	3.016.395	753	436.782	749.120	272.640
209.964	- Consumo	19.400	1.925	7.041	6.581	1.177
410.668	- Otros fines (*)	237.194	5.471	80.841	75.628	8.676
6.638.123	TOTAL	4.131.977	93.263	846.645	1.137.561	328.714
138.724	PRO MEMORIA	120.993	393	42.901	26.841	16.211
	Operaciones de refinanciación, refinanciadas y reestructuradas					11.096

(*) Incluye ISFLSH

(**) A efectos comparativos, el saldo en el ejercicio 2022 incluye un importe neto de 91.026 miles de euros que se reclasifican desde Pymes y empresarios individuales a Grandes empresas en 2023..



CLASE 8.^a



El principal factor a la hora de analizar y sancionar las operaciones de activo concedidas por la Caja es la capacidad de generar recursos por parte de los solicitantes, tanto personas físicas como jurídicas, para poder hacer frente a las obligaciones contraídas. De manera adicional, la Caja utiliza como un instrumento fundamental en la gestión del riesgo de crédito el buscar que los activos financieros adquiridos o contratados por la Caja cuenten con garantías reales y otra serie de mejoras crediticias adicionales a la propia garantía personal del deudor. Las políticas de análisis y selección de riesgo de la Caja definen, en función de las distintas características de las operaciones, tales como finalidad del riesgo, contraparte, plazo, consumo de recursos propios, etc. y las garantías reales o mejoras crediticias de las que deberán disponer las mismas, de manera adicional a la propia garantía real del deudor, para proceder a su contratación.

La valoración de las garantías reales se realiza en función de la naturaleza de la garantía real recibida. Con carácter general, las garantías reales en forma de bienes inmuebles se valoran por su valor de tasación, realizada por entidades independientes de acuerdo con las normas establecidas por Banco de España para ello en el momento de la contratación. En el caso de que existan evidencias de pérdidas de valor de estas garantías, en aquellos casos en los que se produzca algún deterioro de la solvencia del deudor que pueda hacer pensar que se pueda tener que hacer uso de estas garantías o cuando se establece en normativa interna alineada con las directrices que marca Banco de España, se actualiza esta valoración de acuerdo con estos mismos criterios. Los avales y garantías reales similares se miden por el importe garantizado en dichas operaciones. Por su parte, las garantías en forma de depósitos pignorados se valoran por el valor de dichos depósitos.

18. Riesgo de liquidez, tipo de interés, mercado y operacional

a) Riesgo de liquidez

El riesgo de liquidez se define como la pérdida potencial por la no disponibilidad, a precios razonables, de fondos para atender puntualmente los compromisos adquiridos y financiar la actividad inversora de la Caja.

La gestión de liquidez en la Caja se lleva a cabo de una forma integral, buscando cumplir con los requerimientos regulatorios y lograr una rentabilidad adecuada a los objetivos estratégicos y al apetito al riesgo establecidos por el Consejo Rector, respaldando el crecimiento de su actividad y el mantenimiento de unos elevados ratings externos en términos comparativos con el sector. En esta gestión se incluye la obtención de financiación en los mercados mayoristas, si fuese necesario, al menor coste posible a medio y largo plazo, siendo el objetivo mantener un nivel óptimo de activos líquidos bajo una política prudente.

El Marco de Apetito al Riesgo establece los objetivos y el nivel de riesgo dispuesto a asumir por la Caja en relación al riesgo de liquidez.



CLASE 8.^a



Para ello, de manera proporcionada a la complejidad, el perfil de riesgo y el tipo de negocio de la Entidad, ésta ha establecido estrategias, políticas, procedimientos y sistemas sólidos para la identificación, medición, gestión y seguimiento del riesgo de liquidez sobre un conjunto adecuado de horizontes temporales, con objeto de garantizar, entre otros objetivos, el mantenimiento de un “colchón” de liquidez apropiado.

Las claves para poder solventar problemas de liquidez radican en la anticipación y la gestión preventiva. Consciente de ello, la Entidad considera ambos aspectos sus primeras líneas de defensa frente a los potenciales efectos adversos de una situación de iliquidez sobre sus resultados, reputación y solvencia.

Para paliar el impacto que la COVID-19 pudiera tener sobre la liquidez de las entidades, el 30 de abril de 2020 el Banco Central Europeo modificó algunos de los términos y condiciones de las facilidades TLTRO III con objeto de respaldar el acceso continuo de empresas y los hogares al crédito bancario ante las interrupciones y la escasez temporal de fondos asociados con la pandemia COVID-19 (ver Nota 31). Adicionalmente, el 10 de diciembre el Consejo de Gobierno, reajustó nuevamente las condiciones de la TLTRO III, ampliando el plazo de las condiciones favorables hasta junio de 2022, amplió el número de subastas y el importe a obtener de financiación.

Con relación a los términos y condiciones de esta financiación, cabe destacar que, desde el 24 de junio de 2020 hasta el 23 de junio de 2022, si se cumplían determinados objetivos de financiación, el tipo de interés aplicable a las facilidades dispuestas sería del -1% durante este periodo especial, siempre que se cumplieran los mencionados objetivos de financiación según las condiciones del BCE. La Caja, al 31 de diciembre de 2021, alcanzó el cumplimiento de esos objetivos de financiación.

En su decisión de política monetaria del 27 de octubre de 2022, el BCE decidió ajustar los tipos de interés aplicables a las TLTRO III a partir del 23 de noviembre de 2022 y ofrecer a las entidades de crédito fechas adicionales para los reembolsos anticipados voluntarios de esas operaciones. De esta manera, hasta el 23 de noviembre de 2022, fuera de los periodos especiales, el tipo de interés aplicado para cada disposición es el tipo medio de las facilidades de depósito desde el inicio de cada disposición hasta el 23 de noviembre. Desde el 23 de noviembre de 2022 hasta la fecha de vencimiento o la fecha de reembolso anticipado de la operación TLTRO III vigente correspondiente, el tipo de interés aplicable a las operaciones TLTRO III se indexa al promedio durante ese periodo de los tipos de interés oficiales del BCE aplicables.

El Comité de Activos y Pasivos (COAP) está encargado del control y seguimiento del riesgo de liquidez. El COAP no es un órgano ejecutivo, sino que tan sólo propone políticas y procedimientos de gestión que tienen como objetivo garantizar en cada momento la disponibilidad a precios razonables de fondos que permitan atender puntualmente los compromisos adquiridos y financiar el crecimiento de su actividad inversora.



CLASE 8.^a



Las principales métricas empleadas para el control de la liquidez entre otras son:

- **Ratio de cumplimiento de liquidez a corto plazo (LCR)**, el cual identifica los activos líquidos de libre disposición necesarios para cubrir las salidas netas de liquidez en 30 días bajo un escenario de estrés específico. El escenario incorpora no sólo situaciones críticas de la entidad sino también de los mercados.
- **Ratio estructural (NSFR)**, que evalúa las necesidades estables de financiación de la Entidad en un horizonte de un año, con el objetivo de asegurar que se cubren con fuentes de financiación que gocen también de estabilidad.
- **Ratio Loan to Deposit** o relación entre la inversión crediticia y los recursos de clientes, con el fin de monitorizar que existan unos niveles de autofinanciación adecuados de la inversión crediticia en balance en todo momento.
- **Gap de liquidez**, que proporciona información sobre los movimientos de flujos de caja con el fin de detectar la existencia de desfases entre cobros y pagos en el tiempo. El control estático se realizará al final de cada trimestre natural, a través de la caída de vencimientos obtenida con los saldos vivos a esa fecha
- **Ratio de activos libres de cargas admisibles por el Banco Central**, que mide el porcentaje de activos y colaterales libres de cargas y admisibles para financiación colateralizada del Banco Central sobre el total de depósitos no colateralizados.

Con carácter adicional, se realizan proyecciones de escenarios dentro de situaciones de normalidad y de estrés, habiendo establecido umbrales de alerta y medidas dentro del Plan de Contingencia de liquidez elaborado por la Entidad.

A continuación, se muestra un análisis al 31 de diciembre de 2023 y 2022 de los activos y pasivos financieros de la Caja agrupados por su vencimiento considerado como el período pendiente desde la fecha del balance hasta la fecha de vencimiento contractual o en su caso, la fecha en la que se espera cause baja en el mismo obtenidas en función de la experiencia histórica de la Caja, sin tener en cuenta, en su caso, los ajustes por valoración ni las correcciones de valor por deterioro constituidas:



CLASE 8.^a

Miles de euros			
2023			
	Activos	Pasivos	Gap de liquidez neto
Hasta 1 mes	1.309.663	(2.887.628)	(1.577.965)
Entre 1 mes y 3 meses	333.704	(604.816)	(271.112)
Entre 3 meses y 1 año	1.181.342	(2.072.336)	(890.994)
Entre 1 año y 5 años	3.400.820	(1.107.517)	2.293.303
Más de 5 años	4.740.649	(1.893.051)	2.847.598
	10.966.178	(8.565.348)	2.400.830

Miles de euros			
2022			
	Activos	Pasivos	Gap de liquidez neto
Hasta 1 mes	1.158.186	(2.283.502)	(1.125.316)
Entre 1 mes y 3 meses	300.599	(277.093)	23.506
Entre 3 meses y 1 año	1.106.961	(1.972.168)	(865.207)
Entre 1 año y 5 años	3.485.624	(1.319.114)	2.166.510
Más de 5 años	5.062.272	(2.709.344)	2.352.928
	11.113.642	(8.561.221)	2.552.421

El análisis se realiza sobre los activos y pasivos financieros sensibles del balance. Los bonos de las titulizaciones que se han mantenido en el balance de la Caja al 31 de diciembre de 2023 y 2022, y que a efectos contables se registran en el pasivo de balance neteando el importe de “Depósitos de la clientela”, se incluyen a efectos del análisis de “Gap de liquidez” en la columna de activos.

El equilibrio y control del desequilibrio de los vencimientos y tipos de interés de activos y pasivos es fundamental para la gestión de la Caja. Es inusual en entidades de crédito que se dé un equilibrio perfecto ya que las operaciones realizadas son, a menudo, de plazo incierto y de diferente tipo. Una situación de desequilibrio potencialmente aumenta la rentabilidad, pero también incrementa el riesgo de pérdidas.

Los vencimientos de activos y pasivos y la capacidad de sustituir, en un coste aceptable, los pasivos que soportan interés, así como vencimientos, son factores importantes en el cálculo de la liquidez de la Caja y su exposición a cambios en tipos de interés y tipos de cambio.



CLASE 8.^a



OP1655688



b) Riesgo de tipo de interés

El riesgo de tipo de interés estructural de balance se define como la posibilidad de sufrir pérdidas por el impacto negativo de las variaciones de los tipos de interés. Este riesgo varía en función de la estructura y fecha de depreciación de los activos, pasivos y operaciones fuera de balance.

El Marco de Apetito al Riesgo establece los objetivos y niveles de riesgo a asumir en materia de riesgo de tipo de interés.

El Comité de Activos y Pasivos (COAP) está encargado del control, y seguimiento del riesgo de tipo de interés. El COAP no es un órgano ejecutivo, sino que tan sólo propone políticas y procedimientos de gestión, habiéndose marcado un doble objetivo: reducir la sensibilidad del margen financiero a las variaciones de los tipos de interés y preservar el valor económico de la Caja.

La medición del riesgo de tipo de interés sobre el balance global se realiza a partir del cálculo del gap y la sensibilidad del margen financiero y del valor patrimonial ante variaciones en los tipos de interés:

- El **gap de tipo de interés** se basa en el análisis de los desfases en el perfil de vencimientos o reprecitaciones de las diferentes masas de activos y pasivos en diferentes intervalos temporales.
- La **sensibilidad del margen financiero** se evalúa en base a la proyección en un horizonte temporal de 12 meses de acuerdo con los escenarios establecidos por Banco de España y por la Autoridad Bancaria Europea.
- Por su parte, la **sensibilidad del valor patrimonial** permite obtener una visión del riesgo de tipo de interés asumido por la Entidad a largo plazo. Mediante el concepto de duración se puede aproximar la variación que experimentaría el valor económico de la Entidad ante modificaciones en los tipos de interés.

A continuación, se presenta el Gap de sensibilidad al 31 de diciembre de 2023 y 2022. Para construir el cuadro adjunto se han utilizado las fechas contractuales de revisión de los tipos de interés en caso de operaciones a tipo variable, y para las operaciones a tipo fijo se ha utilizado la fecha de vencimiento contractual o esperado en función de la experiencia histórica de la Caja, sin tener en cuenta, en su caso, los ajustes por valoración ni las correcciones de valor por deterioro constituidas:



CLASE 8.^a



Miles de euros			
2023			
	Activos	Pasivos	Gap de reprecio
Hasta 1 mes	2.015.927	(3.021.988)	(1.006.061)
Entre 1 mes y 3 meses	1.142.502	(560.479)	582.023
Entre 3 meses y 1 año	2.853.058	(2.056.472)	796.586
Entre 1 año y 5 años	1.669.232	(1.006.293)	662.939
Más de 5 años	1.543.938	(1.831.099)	(287.161)
	9.224.657	(8.476.331)	748.326

Miles de euros			
2022			
	Activos	Pasivos	Gap de reprecio
Hasta 1 mes	1.772.422	(3.409.914)	(1.637.492)
Entre 1 mes y 3 meses	985.435	(295.757)	689.678
Entre 3 meses y 1 año	3.022.803	(968.855)	2.053.948
Entre 1 año y 5 años	1.548.570	(1.191.169)	357.401
Más de 5 años	1.808.553	(2.683.690)	(875.137)
	9.137.783	(8.549.385)	588.398

El análisis se realiza sobre los activos y pasivos financieros sensibles del balance. Los bonos de las titulizaciones que se han mantenido en el balance de la Caja al 31 de diciembre de 2023 y 2022, y que a efectos contables se registran en el pasivo de balance neteando el importe de “Depósitos de la clientela”, se incluyen a efectos del análisis de “Gap de reprecio estático” en la columna de activos.

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, la Caja ha efectuado un análisis de sensibilidad basado en evaluar el impacto que sobre su margen financiero tendría la variación de los tipos de interés en un determinado rango. El efecto en el margen financiero del ejercicio 2023 y 2022 de un incremento de 200 puntos básicos en los tipos de interés sería de un incremento de 26.681 y 11.279 miles de euros, respectivamente, y el efecto de una disminución de 200 puntos básicos sería de un descenso de 29.185 y 18.433 miles de euros, respectivamente, a las fechas citadas.

c) Riesgo de mercado

La definición de riesgo de mercado representa la posibilidad de sufrir pérdidas ante movimientos adversos en los precios de los bonos, títulos o mercaderías o tipo de cambio de monedas en los activos financieros mantenidos para negociar. La Caja mantiene una baja actividad en la negociación de mercados. En este sentido, a dichas fechas, la Caja no está expuesta o no lo está de manera significativa al riesgo de tipo de cambio y al riesgo de fluctuaciones de materias primas.



CLASE 8.^a



En el patrimonio neto, podrían tener efecto los cambios en los precios de:

- Los valores representativos de deuda clasificados como activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global, principalmente por variaciones en los tipos de interés (ver nota 18.b) o variación en el riesgo de crédito (rating) de las contrapartes de estos valores. Como puede observarse en la Nota 21, al 31 de diciembre de 2023 el 93% de estos valores corresponden a deuda soberana (99% al 31 de diciembre de 2022). El efecto de una subida de 100 puntos básicos en el tipo de interés tendría un efecto negativo en el valor razonable de la cartera de deuda soberana de 1.103 miles de euros (1.536 miles de euros en el ejercicio 2022).
- Los instrumentos de patrimonio clasificados como activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global, si bien a 31 de diciembre de 2023 y 2022 la Caja no ha estado expuesta de forma significativa a este riesgo, dado que sus principales posiciones corresponden, fundamentalmente, a inversiones en entidades que tienen un carácter instrumental o de extensión de la actividad de la misma (véase Nota 21). Por tanto, dada la limitada exposición, no se ha considerado necesario a dichas fechas efectuar un análisis de sensibilidad sobre este riesgo.

d) Riesgo operacional

El riesgo operacional se define como la posibilidad de incurrir en pérdidas como consecuencia de la inadecuación o de fallos en los procesos, sistemas y personas, así como por eventos externos, entre los que se identifican aspectos medioambientales o sociales. Incluye el riesgo tecnológico, legal y de cumplimiento normativo.

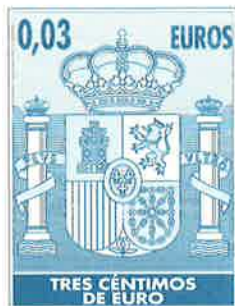
La Caja ya tiene implantado un modelo de gestión y control del riesgo operacional para, entre otros aspectos, intensificar los controles y reducir las pérdidas o quebrantos derivados de este riesgo, fomentando una cultura interna orientada a la mejora continua.

Asimismo, durante el ejercicio 2023 y 2022 se ha actualizado el Plan de Continuidad de Negocio de la Caja, en el que se describen las actividades de prevención, detección y recuperación a llevar a cabo ante potenciales amenazas de carácter extraordinario.

El Plan de Recuperación de la Caja fue actualizado en el ejercicio 2022, incorporando las modificaciones solicitadas por Banco de España, siendo dicho plan bienal.



CLASE 8.^a



19. Efectivo, saldos en efectivo en bancos centrales y otros depósitos a la vista

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Efectivo	57.425	73.652
Saldos equivalentes al efectivo en bancos centrales	780.260	620.069
Otros depósitos a la vista	135.129	53.309
	<u>972.814</u>	<u>747.030</u>

“Efectivo” recoge al 31 de diciembre de 2023 y 2022 saldos depositados en caja por la Entidad.

“Saldos equivalentes al efectivo en bancos centrales” recoge al 31 de diciembre de 2023 depósitos a un día con Banco de España. Dicho saldo ha devengado durante el ejercicio 2023 y 2022 un tipo de interés medio deudor del 3% y 0,30%, respectivamente.

“Otros depósitos a la vista” recoge al 31 de diciembre de 2023 y 2022 saldos a la vista en entidades de crédito españolas. Dichos saldos han devengado durante los ejercicios 2023 y 2022 un tipo de interés medio deudor del 3,14% y un tipo de interés medio acreedor del 0,25%, respectivamente.

20. Activos y pasivos financieros mantenidos para negociar

El desglose de estos epígrafes de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros			
	Activo		Pasivo	
	2023	2022	2023	2022
Derivados	<u>1.708</u>	<u>1.454</u>	<u>1.701</u>	<u>1.210</u>

El valor razonable de los elementos incluidos en el cuadro anterior se ha calculado utilizando una técnica de valoración por descuento de flujos basada en datos procedentes del mercado.



CLASE 8.^a



a) Derivados

El desglose del saldo de derivados financieros mantenidos para negociar de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

Miles de euros			
2023			
Valor nocional	Valor razonable		
	Activo	Pasivo	
Permutas financieras			
Sobre acciones	823	2	2
Sobre tipos de interés	162.173	1.356	1.356
	162.996	1.358	1.358
Opciones			
Sobre tipo de interés	35	-	-
Derivados			
Sobre tipo de cambio	16.733	350	343
Sobre acciones	-	-	-
	16.733	350	343
	179.764	1.708	1.701

Miles de euros			
2022			
Valor nocional	Valor razonable		
	Activo	Pasivo	
Permutas financieras			
Sobre acciones	1.448	378	378
Sobre tipos de interés	188.090	321	321
	189.538	699	699
Opciones			
Sobre tipo de interés	39	-	-
Derivados			
Sobre tipo de cambio	25.704	755	511
Sobre acciones	-	-	-
	25.704	755	511
	215.281	1.454	1.210

El importe nocional y/o contractual de los contratos de Derivados mantenidos para negociar no supone el riesgo asumido por la Caja ya que su posición neta se obtiene de la compensación y/o combinación de dichos instrumentos.



CLASE 8.^a



La Caja mantiene contratadas operaciones de derivados con el Banco Cooperativo Español para la cobertura económica del riesgo de base de tipo de interés asociado a las operaciones de titulización que ha efectuado (véase Nota 50). De este modo, los saldos incluidos en el concepto de "Permutas financieras - Sobre tipos de interés" del activo y el pasivo anteriores incluyen, entre otras, la valoración de los derivados asociados a dichas operaciones de titulización, al no considerarse como instrumentos de cobertura contable.

b) Ganancias o pérdidas por activos y pasivos financieros mantenidos para negociar, netas

Durante los ejercicios 2023 y 2022 no se han registrado saldos en este epígrafe (Nota 40).

21. Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 en función de su contraparte y por tipos de instrumento es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Valores representativos de deuda	371.111	570.706
Administraciones públicas españolas	344.951	564.180
Administración central	344.951	564.180
Entidades de crédito	1.206	198
Otros sectores residentes	14.505	9.959
Otros valores de renta fija	14.505	9.959
Otros sectores no residentes	25.193	19.155
Correcciones de valor por deterioro de activos	(186)	(324)
Correcciones de micro-cobertura	(14.558)	(22.462)
Instrumentos de patrimonio	200.686	174.050
Participaciones en entidades españolas	172.952	150.976
Participaciones en Instituciones de Inversión Colectiva (*)	15.386	11.924
Otras participaciones	12.348	11.150
	571.797	744.756

(*) Se incluyen participaciones en Fondos y/o Sociedad de Capital Riesgo.

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, con relación a su categoría por riesgo de crédito, la totalidad de los valores representativos de deuda clasificados en este epígrafe estaban clasificados como "riesgo normal".



CLASE 8.^a



El detalle de Instrumentos de patrimonio al 31 de diciembre de 2023 y 2022, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
GrucajRural Inversiones, S.L. (Nota 1.4)	138.763	119.379
Rural Servicios Informáticos, S.C.	10.433	9.499
Bestinfond, FI	6.808	5.480
Caja Rural de Jaén, S.C.C.	6.602	6.602
Helia Renovables II, FCR	3.124	2.936
Victoria Hotels & Resorts, S.L.	2.133	1.953
Espiga Equity Fund, FCR	2.060	2.051
Sociedad de Avals y Garantías de Andalucía SGR	1.940	1.940
Redsys, S.L.	1.628	1.463
Docalia, S.L.	1.549	1.473
Resto	25.646	21.274
Total	200.686	174.050

La Junta General de Socios de Grucajrural Inversiones, S.L. celebrada el 22 de junio de 2023 ha acordado la ejecución del scrip dividend consistente en el reparto de un dividendo, ejecutado como una ampliación de capital con cargo a la prima de asunción de Grucajrural Inversiones, S.L., por un importe de valor económico de 48 millones de euros, con ofrecimiento de adquisición de derechos de asignación gratuita.

La operación de scrip dividend fue realizada mediante una ampliación de capital a través de la emisión de 2.060.650.000 participaciones nuevas, a razón de 1.000 participaciones nuevas por cada 21.085 antiguas, de valor nominal de 0,01 euros por participación, sin prima de asunción, siendo por tanto un aumento del capital social de Grucajrural Inversiones, S.L. en un importe de 20.606.500 euros, con un valor razonable por participación de 0,023140 euros, equivalente al valor teórico por participación a 31 de diciembre de 2022. La oferta a los socios de la alternativa de adquisición en efectivo por parte de Grucajrural Inversiones, S.L. de derechos de asignación gratuita fue por importe de 0,0010975 euros por derecho.

Con respecto al ejercicio 2022, la Junta General de Socios de Grucajrural Inversiones, S.L. celebrada el 26 de mayo de 2022 acordó la ejecución del scrip dividend consistente en el reparto de un dividendo, ejecutado como una ampliación de capital con cargo a la prima de asunción de Grucajrural Inversiones, S.L., por un importe de valor económico de 57 millones de euros, con ofrecimiento de adquisición de derechos de asignación gratuita.

La operación de scrip dividend fue realizada mediante una ampliación de capital a través de la emisión de 2.473.889.000 participaciones nuevas, a razón de 1.000 participaciones nuevas por cada 16.553 antiguas, de valor nominal de 0,01 euros por participación, sin prima de asunción, siendo por tanto un aumento del capital social de Grucajrural Inversiones, S.L. en un importe de 24.738.890 euros, con un valor razonable por participación de 0,023213 euros, equivalente al valor teórico por participación a 31 de diciembre de 2021. La oferta a los socios de la alternativa de adquisición en efectivo por parte de Grucajrural Inversiones, S.L. de derechos de asignación gratuita fue por importe de 0,0014015 euros por derecho.



CLASE 8.^a



OP1675625



En este sentido en 2023, la Caja, al igual que sucedió en 2022, en su calidad de socio de Grucajural Inversiones, S.L., optó por suscribir la totalidad de las participaciones que le correspondían en función de su participación en el capital social y vender los derechos de asignación gratuita sobrantes, correspondientes a los restos.

Como consecuencia de las operaciones descritas anteriormente, la Caja ha procedido a registrar un importe de 8.606 miles de euros en el ejercicio 2023 (6.734 miles de euros en el ejercicio 2022) en el epígrafe “Ingresos por dividendos” de la cuenta de pérdidas y ganancias.

El desglose por vencimientos del epígrafe de “Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global –Valores representativos de deuda” de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Por vencimiento:		
A la vista	-	-
Hasta 1 año	91.946	220.481
Entre 1 año y 5 años	187.126	257.852
Más de 5 años	92.039	92.373
	371.111	570.706

Los movimientos experimentados durante los ejercicios 2023 y 2022 en el epígrafe de “Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global” se muestran a continuación:

	Miles de euros	
	2023	2022
Saldo al inicio del ejercicio	744.756	1.009.076
Adiciones	38.282	30.898
Ventas y amortizaciones	(229.192)	(130.747)
Movimientos en ajustes por valoración	14.753	(27.346)
Ajustes de microcobertura	7.904	(40.571)
Otros movimientos	(4.827)	(8.112)
Deterioro del valor o (reversión del deterioro del valor) de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados (Nota 46)	121	(148)
Reclasificación de cartera (Nota 22.a)	-	(88.294)
Saldo al cierre del ejercicio	571.797	744.756



CLASE 8.^a



OP1655686



Durante el ejercicio 2022, la Caja procedió a la modificación del modelo de negocio asociado a la cartera de valores representativos de deuda a valor razonable con cambios en otro resultado global, el cual fue revisado y aprobado por el Consejo Rector en su reunión de 20 de diciembre de 2022. La modificación en el modelo de negocio asociado a esta cartera tuvo lugar tras la aprobación, durante 2022, del nuevo plan estratégico de la Caja para el periodo 2023-2025. El plan estratégico contempla requerimientos adicionales de recursos propios y pasivos admisibles (MREL). Considerando lo anterior, la baja rotación de esta cartera desde que se aprobaron los modelos de negocio y la ausencia de remuneraciones adicionales a empleados por los resultados en ventas de esta cartera, la Caja ha incluido limitaciones relevantes en los valores que pueden formar parte de esta cartera, estableciendo que debe ser necesario para la clasificación de un título en esta cartera, aparte de alta calidad crediticia de los instrumentos financieros, que éstos deban tener una sensibilidad, ante variaciones 100 p.b. sobre el valor nominal de los mismos inferior o igual al 5,5% en el momento de la compra. Adicionalmente la suma del total de la cartera clasificada en la misma no podrá tener una sensibilidad superior al 5% sobre recursos propios de la Caja.

Este cambio en esta cartera supone que determinados valores existentes en la cartera a la fecha de revisión, no cumplían con los nuevos requisitos para su permanencia en la cartera. Considerando las actuales condiciones de mercado, la Entidad considera que, a la fecha en la que se produce el cambio en el modelo de negocio anteriormente descrito, la mejor opción para recuperar la inversión mantenida en los valores que dejan de cumplir con los requisitos la cartera no es la venta inmediata. Por tanto, una parte de los activos de este tipo actualmente en cartera se gestionarán bajo un modelo que mantenga los activos para obtener los flujos de efectivo contractuales siendo, por tanto, traspasados a la cartera de coste amortizado, considerando los requerimientos contables vigentes.

En consecuencia, la Entidad realizó en 2022 una reclasificación de títulos de valores representativos de deuda, cuyo valor nominal ascendía a 89.000 miles de euros, de la cartera “Activos financieros valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global” a la cartera de “Activos financieros a coste amortizado”. El valor razonable de los activos reclasificados ascendía a 74.465 miles de euros y el importe de los ajustes por valoración asociados a dichos activos ascendían a unas minusvalías brutas por importe de 13.829 miles de euros.

Durante el ejercicio 2023 no se han producido reclasificaciones de cartera.

El tipo de interés medio anual deudor (corregido con las coberturas realizadas sobre estos activos) durante los ejercicios 2023 y 2022 de los “Valores representativos de deuda” ha ascendido al 4,15% y al 1,35%, respectivamente.

Ingresos por dividendos

En el epígrafe “Ingresos por dividendos” de la cuenta de pérdidas y ganancias se registran al 31 de diciembre de 2023 y 2022, los dividendos percibidos por las participaciones que mantiene la Caja, indicadas en los desgloses anteriores de “Instrumentos de patrimonio” que no están registradas como “Activos financieros mantenidos para negociar”. Los ingresos por dividendos han alcanzado el importe de 11.080 y 9.533 miles de euros en los ejercicios 2023 y 2022, respectivamente.



CLASE 8.ª



OP1655697



Deterioro del valor o (reversión del deterioro del valor) de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados

El importe registrado por la Caja en el epígrafe “Deterioro del valor o reversión del deterioro del valor de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados – Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global” de la cuenta de pérdidas y ganancias adjunta asciende a una reversión del deterioro de valor neta de 121 miles de euros al 31 de diciembre de 2023 y a una dotación neta de 148 miles de euros al 31 de diciembre de 2022 (Nota 46).

Otro resultado global acumulado en el patrimonio neto

El saldo del epígrafe de “Otro resultado global acumulado” del patrimonio neto al 31 de diciembre de 2023 y 2022 producido por los cambios en el valor razonable, una vez deducido su efecto fiscal, de los elementos incluidos en el epígrafe de “Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global” es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Elementos que no se reclasificarán en resultados		
Instrumentos de patrimonio	40.172	23.033
Elementos que pueden reclasificarse en resultados		
Instrumentos de deuda	8.035	10.494
	<u>48.207</u>	<u>33.527</u>



CLASE 8.^a



22. Activos financieros a coste amortizado

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Valor en libros bruto:	8.266.639	8.178.141
Valores representativos de deuda (Nota 22.a)	963.011	1.092.632
Préstamos y anticipos a entidades de crédito (Nota 22.b)	203.663	193.668
Préstamos y anticipos a la clientela (Nota 22.c)	7.099.965	6.891.841
Correcciones de valor por deterioro de activos (Nota 22.d):	(286.559)	(254.243)
Valores representativos de deuda	-	-
Préstamos y anticipos a entidades de crédito	-	-
Préstamos y anticipos a la clientela	(286.559)	(254.243)
	<u>7.980.080</u>	<u>7.923.898</u>

a) Valores representativos de deuda

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Administraciones públicas	564.634	707.364
Administración central	537.475	664.647
Administraciones autonómicas	27.159	42.717
Administraciones públicas no residentes en España	269.047	257.291
Otras sociedades financieras	99.822	98.463
Sociedades no financieras	29.508	29.514
	<u>963.011</u>	<u>1.092.632</u>

El desglose por monedas y vencimientos del epígrafe de “Activos financieros a coste amortizado – Valores representativos de deuda” de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022, es el siguiente:



CLASE 8.^a



OP1655699



	Miles de euros	
	2023	2022
Por moneda:		
En Euros	963.011	1.092.632
	963.011	1.092.632
Por vencimiento:		
Hasta 1 año	129.193	146.606
Entre 1 año y 5 años	289.842	407.459
Más de 5 años	543.976	538.567
	963.011	1.092.632

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, con relación a su categoría por riesgo de crédito, la totalidad de los valores representativos de deuda clasificados en este epígrafe estaban clasificados como “riesgo normal”.

Los movimientos experimentados durante los ejercicios 2023 y 2022 en el epígrafe de “Activos financieros a coste amortizado – Valores representativos de deuda” se muestran a continuación:

	Miles de euros	
	2023	2022
Saldo inicio del ejercicio	1.092.632	1.044.616
Adiciones	-	40.933
Amortizaciones	(148.770)	(74.372)
Ajustes micro-coberturas	4.520	11.694
Otros movimientos	14.629	(18.533)
Reclasificación de cartera (Nota 21)	-	88.294
Saldo al cierre del ejercicio	963.011	1.092.632

El tipo de interés deudor medio anual durante el ejercicio 2023 y 2022 del epígrafe “Activos financieros a coste amortizado – Valores representativos de deuda” ha ascendido al 1,88% y 1,14%, respectivamente.



CLASE 8.^a



OP1655700



b) Préstamos y anticipos a entidades de crédito

El desglose del saldo de Préstamos y anticipos a entidades de crédito del epígrafe de “Activos financieros a coste amortizado” al 31 de diciembre de 2023 y 2022, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Otros préstamos a plazo	94.073	91.308
Principal dispuesto	93.908	91.189
Ajustes por valoración	165	119
Intereses devengados	165	119
Anticipos distintos de préstamos	109.590	102.360
Principal dispuesto	109.590	102.360
Ajustes por valoración	-	-
	<u>203.663</u>	<u>193.668</u>

El tipo de interés medio deudor anual durante los ejercicios 2023 y 2022 de los Depósitos en entidades de crédito ha ascendido al 3,42% y 0,36%, respectivamente.

En el epígrafe “Otros préstamos a plazo” se incluye un saldo de 78.378 y 73.178 miles de euros al 31 de diciembre de 2023 y 2022, respectivamente, en el Banco Cooperativo Español, S.A., que se encuentra afecto al cumplimiento del coeficiente de reservas mínimas, según lo estipulado en la normativa vigente, que se situaba, al 31 de diciembre de 2023 y 2022, en el 1%, de los pasivos computables a tal efecto, de acuerdo al Reglamento (UE) n° 1358/2011 del Banco Central Europeo de 14 de diciembre de 2011 (véase Nota 1.1).



CLASE 8.ª

c) Préstamos y anticipos a la clientela

El desglose del saldo de Préstamos y anticipos a la clientela de “Activos financieros a coste amortizado” al 31 de diciembre de 2023 y 2022, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Préstamos	6.804.219	6.626.129
Principal dispuesto	7.026.285	6.835.965
Ajustes por valoración:	(222.066)	(209.836)
Correcciones de valor por deterioro de activos	(282.997)	(253.938)
Intereses devengados	25.853	12.547
Comisiones	(24.794)	(22.632)
Costes de transacción	59.872	53.441
Primas o descuentos	-	746
Anticipos distintos de préstamos	9.187	11.469
Principal dispuesto	12.749	11.774
Ajustes por valoración:	(3.562)	(305)
Correcciones de valor por deterioro de activos	(3.562)	(305)
Intereses devengados	-	-
Comisiones	-	-
Costes de transacción	-	-
	6.813.406	6.637.598



CLASE 8.^a

El desglose según su naturaleza y contraparte del epígrafe “Activos financieros a coste amortizado – Préstamos y anticipos a la clientela” al 31 de diciembre de 2023, es el siguiente:

Miles de euros

	Administraciones públicas	Otras sociedades financieras	Sociedades no financieras	Hogares (*)	Total
A la vista y con breve plazo de preaviso	-	-	179	1.240	1.419
Deuda por tarjetas de crédito	-	10	2.598	49.470	52.078
Cartera comercial	4.936	-	266.963	1.579	273.478
Arrendamientos financieros	26	-	50.238	3.056	53.320
Préstamos de recompra inversa	-	-	-	-	-
Otros préstamos a plazo	384.995	89.348	1.942.872	4.006.709	6.423.924
Anticipos distintos de préstamos	151	1.069	2.764	5.203	9.187
	390.108	90.427	2.265.614	4.067.257	6.813.406
<i>De los cuales: préstamos hipotecarios</i>	<i>3.687</i>	<i>269</i>	<i>713.347</i>	<i>3.499.319</i>	<i>4.216.622</i>
<i>De los cuales: otros préstamos con garantías reales</i>	<i>26</i>	<i>-</i>	<i>90.740</i>	<i>13.200</i>	<i>103.966</i>
<i>De los cuales: crédito al consumo</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>229.245</i>	<i>229.245</i>
<i>De los cuales: préstamos para compra de vivienda</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>3.116.439</i>	<i>3.116.439</i>
<i>De los cuales: préstamos para financiación de proyectos</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>18.977</i>	<i>-</i>	<i>18.977</i>

(*) Incluye resto hogares, ISFLSH y empresarios individuales.

El desglose según su naturaleza y contraparte del epígrafe “Activos financieros a coste amortizado – Préstamos y anticipos a la clientela” al 31 de diciembre de 2022, es el siguiente:

Miles de euros

	Administraciones públicas	Otras sociedades financieras	Sociedades no financieras	Hogares (*)	Total
A la vista y con breve plazo de preaviso	-	-	118	1.058	1.176
Deuda por tarjetas de crédito	-	7	2.221	42.221	44.449
Cartera comercial	4.729	-	236.148	1.479	242.356
Arrendamientos financieros	40	-	50.784	2.975	53.799
Préstamos de recompra inversa	-	-	-	-	-
Otros préstamos a plazo	393.488	82.039	1.909.436	3.899.386	6.284.349
Anticipos distintos de préstamos	181	962	2.639	7.687	11.469
	398.438	83.008	2.201.346	3.954.806	6.637.598
<i>De los cuales: préstamos hipotecarios</i>	<i>254</i>	<i>86</i>	<i>718.044</i>	<i>3.413.607</i>	<i>4.131.991</i>
<i>De los cuales: otros préstamos con garantías reales</i>	<i>40</i>	<i>-</i>	<i>79.869</i>	<i>13.875</i>	<i>93.784</i>
<i>De los cuales: crédito al consumo</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>209.964</i>	<i>209.964</i>
<i>De los cuales: préstamos para compra de vivienda</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>3.030.022</i>	<i>3.030.022</i>
<i>De los cuales: préstamos para financiación de proyectos</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>

(*) Incluye resto hogares, ISFLSH y empresarios individuales.



CLASE 8.^a



OP1655703



El desglose del valor en libros bruto (incluido intereses devengados y comisiones) y coberturas por deterioro de los “Préstamos y anticipos a la clientela”, en función de su categoría de riesgo de crédito, al 31 de diciembre de 2023 es el siguiente:

	Miles de euros						Total
	Normales		Normales en vigilancia especial		Dudosas		
	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	
Administraciones públicas	390.108	-	-	-	-	-	390.108
Otras sociedades financieras	90.941	(514)	-	-	-	-	90.427
Sociedades no financieras	2.166.139	(76.593)	230.565	(90.300)	69.219	(33.416)	2.265.614
Hogares (*)	3.960.577	(56.906)	129.026	(5.951)	63.390	(22.879)	4.067.257
	6.607.765	(134.013)	359.591	(96.251)	132.609	(56.295)	6.813.406

(*) Incluye resto hogares, ISFLSH y empresarios individuales.

El desglose del valor en libros bruto (incluido intereses devengados y comisiones) y coberturas por deterioro de los “Préstamos y anticipos a la clientela” en función de su categoría de riesgo de crédito al 31 de diciembre de 2022 es el siguiente:

	Miles de euros						Total
	Normales		Normales en vigilancia especial		Dudosas		
	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	
Administraciones públicas	398.438	-	-	-	-	-	398.438
Otras sociedades financieras	83.356	(492)	151	(14)	29	(22)	83.008
Sociedades no financieras	2.119.973	(59.690)	201.386	(88.671)	45.138	(16.790)	2.201.346
Hogares (*)	3.860.031	(59.157)	116.213	(5.738)	67.126	(23.669)	3.954.806
	6.461.798	(119.339)	317.750	(94.423)	112.293	(40.481)	6.637.598

(*) Incluye resto hogares, ISFLSH y empresarios individuales.



CLASE 8.^a



OP165



Durante los ejercicios 2023 y 2022 se han realizado los siguientes movimientos entre las diferentes situaciones de riesgos:

	Miles de euros	
	2023	2022
Transferencias entre Normal y Vigilancia Especial		
A Vigilancia Especial desde Normal	105.659	82.856
A Normal desde Vigilancia Especial	20.326	34.764
Transferencias entre Vigilancia Especial y Dudosos		
A Dudosas desde Vigilancia Especial	15.205	15.072
A Vigilancia Especial desde Dudosas	9.604	14.900
Transferencias entre Normal y Dudosos		
A Dudosas desde Normal	38.016	11.933
A Normal desde Dudosas	1.009	1.184

El tipo de interés medio anual deudor durante los ejercicios 2023 y 2022 de los saldos incluidos en el epígrafe de “Préstamos y anticipos a la clientela” ha ascendido al 3,12% y 1,74% respectivamente.



El detalle a 31 de diciembre de 2023 y 2022 de los activos deteriorados considerados por criterios de morosidad (moroso y efecto arrastre) en función de la antigüedad de los importes clasificados como deteriorados y sus correcciones de valor, es el siguiente:

31 de diciembre de 2023		Con importe vencidos > 90 días <= 6 meses		Con importes vencidos > 6 meses <= 9 meses		Con importe vencidos > 9 meses <= 12 meses		Con importe vencidos > 12 meses <= 15 meses		Con importe vencidos > 15 meses <= 18 meses		Con importe vencidos > 18 meses <= 21 meses		Con importe vencidos > 21 meses	
	Total riesgos morosos	Con importe vencidos > 90 días <= 6 meses		Con importes vencidos > 6 meses <= 9 meses		Con importe vencidos > 9 meses <= 12 meses		Con importe vencidos > 12 meses <= 15 meses		Con importe vencidos > 15 meses <= 18 meses		Con importe vencidos > 18 meses <= 21 meses		Con importe vencidos > 21 meses	
		Importe en libros bruto	Cobertura	Importe en libros bruto	Cobertura	Importe en libros bruto	Cobertura	Importe en libros bruto	Cobertura	Importe en libros bruto	Cobertura	Importe en libros bruto	Cobertura	Importe en libros bruto	Cobertura
Bancos centrales															
Administraciones Públicas															
Entidades de crédito															
Otras sociedades financieras															
Sociedades no financieras y empresarios individuales	49.694	21.515	(14.289)	5.951	(1.701)	2.507	(914)	1.347	(653)	2.019	(782)	3.457	(1.130)	12.898	(6.418)
Financiación especializada	2.138	1.417	(833)	-	-	-	-	1	-	-	-	8	(8)	712	(171)
Finalidades distintas de la financiación especializada:	47.556	20.098	(13.456)	5.951	(1.701)	2.507	(914)	1.346	(653)	2.019	(782)	3.449	(1.122)	12.186	(6.247)
-Grandes empresas	17.374	9.150	(8.922)	727	(180)	-	-	-	-	-	-	529	(158)	6.968	(4.391)
-Pymes	25.241	9.469	(4.090)	4.411	(1.243)	1.866	(562)	987	(471)	1.768	(612)	2.770	(863)	3.970	(1.542)
-Empresarios individuales	4.941	1.479	(444)	813	(278)	641	(352)	359	(182)	251	(170)	150	(101)	1.248	(314)
Hogares (excluidos empresarios individuales)	40.840	14.073	(4.154)	5.667	(1.298)	4.079	(1.624)	2.844	(1.267)	2.102	(788)	1.697	(986)	10.378	(3.776)
Adquisición de viviendas	29.751	10.496	(2.827)	4.295	(843)	2.802	(874)	1.888	(601)	1.660	(405)	1.169	(498)	7.441	(2.458)
Crédito al consumo	2.534	756	(407)	349	(221)	416	(322)	290	(245)	239	(223)	320	(315)	164	(164)
Del cual: deudas por tarjetas de crédito	367	88	(50)	63	(39)	57	(42)	49	(40)	38	(35)	31	(31)	41	(41)
Otros fines	8.555	2.821	(920)	1.023	(234)	861	(428)	666	(421)	203	(160)	208	(173)	2.773	(1.154)
Total	90.534	35.588	(18.443)	11.618	(2.999)	6.586	(2.538)	4.191	(1.920)	4.121	(1.570)	5.154	(2.116)	23.276	(10.194)



OP1655706



CLASE 8.ª



CLASE 8.^a

Total riesgos morosos		Con importe vencidos > 90 días <= 6 meses		Con importes vencidos > 6 meses <= 9 meses		Con importe vencidos > 9 meses <= 12 meses		Con importe vencidos > 15 meses <= 18 meses		Con importe vencidos > 18 meses <= 21 meses		Con importe vencidos > 21 meses	
		Importe en libros bruto	Cobertura	Importe en libros bruto	Cobertura	Importe en libros bruto	Cobertura	Importe en libros bruto	Cobertura	Importe en libros bruto	Cobertura	Importe en libros bruto	Cobertura
31 de diciembre de 2022	Bancos centrales	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Administraciones Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Entidades de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Otras sociedades financieras	29	(21)	-	-	29	(21)	-	-	-	-	-	-
	Sociedades no financieras y empresarios individuales	30.355	(10.716)	5.252	(1.081)	8.661	(4.161)	1.680	(434)	1.132	(510)	7.396	(2.901)
	Financiación especializada	1.024	(319)	66	(24)	266	(192)	-	-	-	-	684	(97)
	Finalidades distintas de la financiación especializada:	29.331	(10.397)	5.186	(1.057)	8.395	(3.969)	1.680	(434)	1.132	(510)	6.712	(2.804)
	-Grandes empresas (*)	7.276	(3.653)	-	-	7.276	(3.653)	-	-	-	-	-	-
	-Pymes (*)	17.729	(5.184)	3.758	(683)	929	(225)	1.466	(361)	795	(308)	5.296	(2.272)
	-Empresarios individuales	4.326	(1.560)	1.428	(374)	190	(91)	214	(73)	337	(202)	1.416	(532)
	Hogares (excluidos empresarios individuales)	32.969	(11.387)	10.290	(1.957)	2.426	(1.004)	2.335	(939)	2.055	(822)	11.219	(5.020)
	Adquisición de viviendas	22.210	(4.953)	8.085	(1.019)	1.521	(500)	1.704	(523)	1.118	(331)	6.733	(1.874)
	Crédito al consumo	3.328	(2.759)	435	(241)	414	(287)	160	(136)	206	(204)	1.411	(1.359)
Del cual: deudas por tarjetas de crédito		434	(340)	140	(78)	46	(37)	18	(15)	22	(22)	142	(142)
Otros fines		7.431	(3.675)	1.770	(697)	491	(217)	471	(280)	731	(287)	3.075	(1.787)
Total		63.353	(22.124)	15.542	(3.038)	11.116	(5.186)	4.015	(1.373)	3.187	(1.332)	18.615	(7.921)

(*) A efectos comparativos, el saldo en el ejercicio 2022 incluye el importe neto de 1.998 miles de euros que se reclasifican desde Pymes y empresarios individuales a Grandes empresas en 2023.



CLASE 8.^a



Las garantías asociadas a activos deteriorados (dudosos) al 31 de diciembre de 2023 y 2022 son las siguientes:

	Miles de euros	
	2023	2022
Operaciones con garantía financiera	1.158	102
Operaciones con garantía real residencial	87.509	87.067
Operaciones con garantía real comercial	41.723	22.291
Operaciones con resto de garantía inmobiliaria	31.248	40.229
Operaciones con resto de garantía	1.303	1.031
	162.941	150.720

El valor en libros de los activos financieros vencidos y no deteriorados sin considerar las correcciones de valor por deterioro, clasificados en función de su antigüedad al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros		
	Menos de 1 mes	Entre 1 y 3 meses	Total
31 de diciembre de 2023			
Préstamos y anticipos a la clientela:			
Administraciones Públicas	-	-	-
Otras sociedades financieras	-	-	-
Sociedades no financieras	27.691	11.846	39.537
Hogares	85.019	49.429	134.448
31 de diciembre de 2022			
Préstamos y anticipos a la clientela:			
Administraciones Públicas	1.468	-	1.468
Otras sociedades financieras	-	-	-
Sociedades no financieras	18.625	9.094	27.719
Hogares	85.916	37.885	123.801



CLASE 8.^a



La clasificación de los importes vencidos de los activos clasificados como no deteriorados pendientes de cobro en función de su antigüedad es la siguiente (incluyendo el valor de las garantías asociadas):

	Miles de euros			
	2023		2022	
	Importes vencidos (*)	Valor de las garantías asociadas (**)	Importes vencidos (*)	Valor de las garantías asociadas (**)
Menos 1 mes	7.424	263.461	4.024	253.348
Más de 1 mes sin exceder de 3 meses	2.091	52.687	828	44.752
Más de 2 meses sin exceder de 3 meses	1.343	30.905	1.442	26.431
	10.858	347.053	6.294	324.531

(*) Se incluyen las cuotas de los riesgos vencidas pendientes de cobro a cierre del ejercicio 2023 y 2022.

(**) Se incluyen las garantías que cubren el 100% de la exposición del riesgo cuyas cuotas se encuentran impagadas a cierre de los ejercicios 2023 y 2022.

El movimiento de los activos financieros deteriorados dados de baja del balance de la Caja al considerarse remota su recuperación es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Saldo al inicio del ejercicio	64.339	63.139
Altas:		
Con cargo a correcciones de valor por deterioro de activos (Nota 22.d)	9.577	7.470
Con cargo directo en la cuenta de pérdidas y ganancias (Nota 22.d)	2.559	2.930
Productos vencidos y no cobrados	3.737	2.173
Por otros conceptos	256	2.520
Bajas:		
Por recuperación en efectivo de principal a las contrapartes (Nota 22.d)	(176)	(187)
Por recuperación en efectivo de productos vencidos y no cobrados	(111)	(520)
Por condonación y otros conceptos	(43.888)	(3.091)
Por prescripción	-	-
Por adjudicación de activo material	-	-
Ventas		
Cobro a los cesionarios (Nota 22.d)	(363)	(14)
Pérdida definitiva	(6.611)	(10.081)
Saldo al final del ejercicio	29.319	64.339



CLASE 8.ª



d) Pérdidas por deterioro

El detalle al 31 de diciembre de 2023 y 2022 del saldo de “Correcciones de valor por deterioro de activos” del epígrafe “Activos financieros a coste amortizado” es el siguiente:

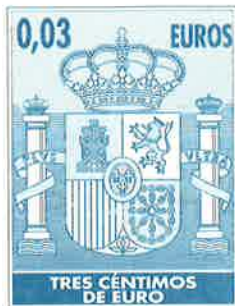
	Miles de euros	
	2023	2022
Valores representativos de deuda		
Correcciones de valor valoradas individualmente	-	-
Correcciones de valor valoradas colectivamente	-	-
Préstamos y anticipos a la clientela		
Correcciones de valor valoradas individualmente	121.481	100.301
Correcciones de valor valoradas colectivamente	165.078	153.942
	286.559	254.243
	286.559	254.243

El movimiento durante los ejercicios 2023 y 2022 del saldo de “Correcciones de valor por deterioro de activos” del epígrafe “Activos financieros a coste amortizado” es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Saldo al inicio del ejercicio	254.243	256.515
Dotaciones con cargos a resultados	60.556	29.168
Recuperación de dotaciones con abono a resultados	(18.846)	(24.282)
Utilización del saldo del deterioro de valor acumulado (Nota 22.c)	(9.577)	(7.470)
Otros movimientos	183	312
Saldo al cierre del ejercicio	286.559	254.243



CLASE 8.^a



El desglose del saldo del epígrafe “Deterioro del valor o (reversión del deterioro del valor) de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados – Activos financieros a coste amortizado” de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2023 y 2022 se muestra a continuación:

	Miles de euros	
	2023	2022
Activos financieros a coste amortizado		
Dotaciones con cargo a resultados	60.556	29.168
Amortizaciones directas de saldos (Nota 22.c)	2.559	2.930
Recuperaciones de dotaciones con abono a resultados	(18.846)	(24.282)
Recuperaciones de activos fallidos (Nota 22.c)	(539)	(201)
Total (Nota 46)	43.730	7.615

e) Activos financieros renegociados

El importe al 31 diciembre de 2023 y 2022 de las operaciones que, con posterioridad a la refinanciación o reestructuración, han sido clasificadas como dudosas durante el ejercicio 2023 y 2022, desglosado por contraparte y finalidad, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Entidades de crédito	-	-
Administraciones públicas	-	-
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	-	-
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera)	5.087	8.267
De las cuales: financiación a la construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)	498	102
Resto de hogares	3.681	3.383
Total	8.768	11.650



CLASE 8.ª

El detalle del número e importe bruto en libros (en miles de euros) de las operaciones de refinanciación, refinanciadas y reestructuradas, junto con sus respectivas coberturas por riesgo de crédito, desglosado por contrapartes y finalidades es como sigue:

31 de diciembre de 2023



	TOTAL						Del cual: dudosos						
	Sin garantía real		Con garantía real				Sin garantía real		Con garantía real				
	Número de operaciones	Importe en libros bruto	Número de operaciones	Importe en libros bruto	Importe máximo de la garantía real que puede considerarse		Número de operaciones	Importe en libros bruto	Número de operaciones	Importe en libros bruto	Importe máximo de la garantía real que puede considerarse		
					Garantía inmobiliaria	Resto de garantías reales					Garantía inmobiliaria	Resto de garantías reales	
Entidades de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administraciones Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	1	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera)	751	29.597	343	55.858	53.301	231	86	7.751	133	19.411	17.425	204	(11.354)
De las cuales: financiación a la construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)	13	654	33	6.465	6.083	-	10	393	8	1.195	880	-	(621)
Resto de hogares	347	2.837	1.298	83.359	79.267	45	159	994	467	32.828	30.967	20	(13.415)
Total	1.099	32.441	1.641	139.217	132.568	276	245	8.745	600	52.239	48.392	224	(24.769)

INFORMACIÓN ADICIONAL

Financiación clasificada como activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

31 de diciembre de 2022

CLASE 8.^a



	TOTAL										Del cual: dudosos				
	Sin garantía real			Con garantía real				Sin garantía real		Con garantía real			Deterioro de valor acumulado o pérdidas acumuladas en el valor razonable deudas al riesgo de crédito		
	Número de operaciones	Importe en libros bruto	Número de operaciones	Importe en libros bruto	Garantía inmobiliaria	Resto de garantías reales	Número de operaciones	Importe en libros bruto	Número de operaciones	Importe en libros bruto					
											Importe máximo de la garantía real que puede considerarse				
Entidades de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Deterioro de valor acumulado o pérdidas acumuladas en el valor razonable deudas al riesgo de crédito
Administraciones Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	1	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera)	236	19.670	381	57.564	54.235	309	(15.236)	80	12.676	154	22.011	19.725	233	(11.179)	
De las cuales: financiación a la construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)	3	320	38	7.112	6.742	-	(1.802)	1	103	7	805	798	-	(227)	
Resto de hogares	383	2.850	1.388	89.912	83.915	35	(16.045)	199	1.449	565	39.361	36.430	1	(13.782)	
Total	620	22.529	1.769	147.476	138.150	344	(31.281)	279	14.125	719	61.372	56.155	234	(24.961)	

INFORMACIÓN ADICIONAL

Financiación clasificada como activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---



CLASE 8.^a



23. Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados

El desglose de este epígrafe del balance al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Valores representativos de deuda	1.990	1.982
Otras sociedades financieras	1.990	1.982
Sociedades no financieras	-	-
Préstamos y anticipos a la clientela	10.703	11.994
Otras sociedades financieras	10.703	10.828
Sociedades no financieras	-	1.166
	12.693	13.976

El desglose del saldo de “Préstamos y anticipos a la clientela” del epígrafe de “Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados” al 31 de diciembre de 2023 y 2022, es el siguiente:

	Miles de Euros	
	2023	2022
Préstamos	10.703	11.994
Principal dispuesto	18.356	18.692
Ajustes por valoración	(7.653)	(6.698)
Intereses devengados	17	6
Ajuste al valor razonable	(7.670)	(6.704)
Anticipos distintos de préstamos	-	-
	10.703	11.994



CLASE 8.^a



24. Derivados – contabilidad de coberturas

El desglose de estos epígrafes de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros			
	Activo		Pasivo	
	2023	2022	2023	2022
Coberturas:	7.509	13.803	102.302	101.943
Coberturas del valor razonable	2.131	5.637	52.832	49.951
Coberturas del valor razonable del riesgo de tipo de interés de una cartera	5.378	8.166	5.500	-
Coberturas de los flujos de efectivo	-	-	43.970	51.992
	<u>7.509</u>	<u>13.803</u>	<u>102.302</u>	<u>101.943</u>

En los ejercicios 2023 y 2022, la Caja ha realizado coberturas del riesgo de tipo de interés de carteras concretas de préstamos hipotecarios formalizados a tipo fijo, con permutas de tipos de interés mediante las que intercambia el tipo fijo recibido por un tipo variable. La valoración en el valor razonable de la cartera objeto de cobertura por variaciones en el tipo de interés se registra en el epígrafe “Cambios del valor razonable de los elementos cubiertos de una cartera con cobertura del riesgo del tipo de interés” del balance de situación. En el ejercicio 2023 y 2022, el valor razonable de la cartera cubierta por variaciones en el tipo de interés alcanzó un valor deudor de 343 y acreedor de 8.280 miles de euros, respectivamente.

El resto de coberturas realizadas, cubren mayoritariamente determinadas operaciones de renta fija, siendo tanto de valor razonable como de flujos de efectivo, estas últimas destinadas a cubrir las fluctuaciones de la curva de inflación.



CLASE 8.^a



OP1655716



El desglose de los epígrafes de “Derivados – contabilidad de coberturas” de activo y pasivo del balance al 31 de diciembre de 2023 y 2022 clasificados por contraparte, vencimiento y por tipos de riesgos cubiertos es el siguiente:

	Miles de euros					
	Valor nominal		Valor razonable			
			Activo		Pasivo	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Por contraparte:						
Entidades de crédito residentes	798.810	805.692	7.509	13.803	102.302	101.943
Por vencimiento:						
Hasta 1 año	110.773	150.625	-	-	27.285	8.935
Más de 1 año y hasta 5 años	296.050	406.823	1.447	2.094	53.940	82.135
Más de 5 años	391.987	248.244	6.062	11.709	21.077	10.873
	<u>798.810</u>	<u>805.692</u>	<u>7.509</u>	<u>13.803</u>	<u>102.302</u>	<u>101.943</u>
Por tipos de riesgos cubiertos:						
Sobre tipo de interés (permutas financieras)	797.987	804.244	7.509	13.803	102.285	101.909
Sobre acciones	823	1.448	-	-	17	34
	<u>798.810</u>	<u>805.692</u>	<u>7.509</u>	<u>13.803</u>	<u>102.302</u>	<u>101.943</u>

El importe nominal y/o contractual de los contratos de derivados de cobertura de activo y pasivo no supone el riesgo asumido por la Caja ya que su posición neta se obtiene de la compensación y/o combinación de dichos instrumentos.



CLASE 8.^a



25. Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 adjuntos es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Inversiones inmobiliarias	3.392	3.698
Activo material adjudicado (Nota 9)	11.225	16.708
Total importe bruto	14.617	20.406
Inversiones inmobiliarias	(1.335)	(1.369)
Activo material adjudicado (Nota 9)	(8.728)	(11.180)
Total correcciones de valor por deterioro de activos	(10.063)	(12.549)
Total importe neto	4.554	7.857

El siguiente cuadro muestra la razón social de las sociedades y agencias de tasación en base a cuyas tasaciones se ha procedido a estimar la necesidad o no, de contabilizar pérdidas por deterioro sobre los activos no corrientes en venta consistentes en inversiones inmobiliarias y activo material adjudicado, indicándose para cada sociedad y agencia de tasación, el valor en libros neto de pérdidas por deterioro contabilizado de los activos tasados por dichas sociedades, así como el correspondiente valor razonable estimado en las mencionadas tasaciones al 31 de diciembre de 2023 y 2022:



CLASE 8.^a



	Miles de euros			
	2023		2022	
	Contable	Tasación	Contable	Tasación
Valmesa	1.224	7.579	2.397	8.210
Cohispania	-	54	1.803	3.001
Gloval Valuation	795	1.226	1.447	3.304
Arco Valoraciones	509	735	745	1.313
Tinsa	1.354	3.143	844	3.236
Instituto de Valoraciones	3	271	308	3.454
Tasasur	95	808	172	414
Krata	442	3.125	141	550
Gestión de Valoraciones y Tasaciones	132	484	-	238
Eurotasa	-	239	-	239
Tasaciones Andaluzas	-	34	-	34
Spania Tasaciones	-	76	-	76
	4.554	17.774	7.857	24.069

El desglose del epígrafe “Activo material adjudicado” de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022, en función del tipo de bien adjudicado, sin considerar las correcciones de valor por deterioro de activos, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Activos residenciales	2.540	3.137
Activos industriales	779	1.996
Activos agrícolas	1.901	2.558
Otros activos	6.005	9.017
	11.225	16.708



CLASE 8.^a



El epígrafe “Inversiones inmobiliarias” recoge los edificios de uso propio de la Caja, que se ha decidido poner a la venta. En relación con dichos edificios, la Caja continúa desarrollando políticas activas encaminadas a su enajenación, disponiendo además de tasaciones efectuadas por expertos independientes que soportan el valor neto contable registrado al 31 de diciembre de 2023 y 2022.

El epígrafe “Activo material adjudicado” registra los activos adjudicados en pago de deudas.

Los activos no corrientes mantenidos para la venta no son objeto de amortización mientras permanezcan en esta categoría.

Los movimientos experimentados durante los ejercicios 2023 y 2022 en el epígrafe de “Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta”, antes de las correcciones de valor por deterioro de activos, se muestran a continuación:

Miles de euros

	Inversiones inmobiliarias	Activo material adjudicado	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2021	5.772	21.461	27.233
Altas	15	245	260
Bajas	(2.361)	(4.998)	(7.359)
Traspasos (Nota 27)	272	-	272
Saldo al 31 de diciembre de 2022	3.698	16.708	20.406
Altas	-	279	279
Bajas	(306)	(5.762)	(6.068)
Traspasos (Nota 27)	-	-	-
Saldo al 31 de diciembre de 2023	3.392	11.225	14.617



CLASE 8.^a

Durante los ejercicios 2023 y 2022 se han enajenado elementos clasificados como mantenidos para la venta por importe bruto de 6.068 y 7.359 miles de euros, respectivamente, habiéndose generado un beneficio neto por las citadas ventas de 276 y 641 miles de euros, respectivamente (Nota 49).

Los movimientos experimentados durante los ejercicios 2023 y 2022 en el epígrafe de “Correcciones de valor por deterioro de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta” se muestran a continuación:

	Miles de euros	
	2023	2022
Saldo al inicio del ejercicio	12.549	15.228
Dotaciones netas de recuperaciones de ejercicios anteriores	(628)	316
Inversiones inmobiliarias (Nota 49)	(4)	78
Activo material adjudicado (Nota 49)	(624)	238
Saneamientos (Nota 49)	-	-
Utilización	(1.858)	(2.995)
Saldo al cierre del ejercicio	10.063	12.549

26. Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Asociadas	-	-
Valor bruto	-	-
Correcciones de valor por deterioro de activos	-	-
Dependientes:	-	-
Valor bruto	1.720	1.720
Correcciones de valor por deterioro de activos	(1.720)	(1.720)
	-	-

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, el valor bruto de las Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas corresponde a la participación mantenida en Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U. por importe de 1.720 miles de euros, en concepto de capital social en poder de la Entidad, el cual representa el 100% del capital de dicha sociedad al 31 de diciembre de 2023 y 2022 (véase Nota 1.3).



CLASE 8.^a



No se han producido movimientos durante los ejercicios 2023 y 2022 en el saldo del epígrafe de “Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas”.

Son Entidades dependientes las entidades participadas que constituyan una unidad de decisión con la Entidad, que se corresponde con aquéllas para las que la Entidad tiene, directamente o indirectamente a través de otra u otras Entidades Participadas, capacidad de ejercer control. Dicha capacidad de ejercer control se manifiesta, en general, aunque no exclusivamente, por mantener una participación, directamente o indirectamente a través de otra u otras Entidades Participadas, del 50% o más de los derechos de voto de la Entidad participada. El control se entiende como el poder de dirigir las políticas financieras y operativas de una Entidad participada, con el fin de obtener beneficios de sus actividades y puede ejercerse, aunque no se mantenga el porcentaje de participación antes indicado.

La información relevante de la participación en la Entidad dependiente al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es la siguiente:

Nombre y domicilio social	Forma jurídica	Actividad	Participación en el capital	
			Directa (%)	
			2023	2022
Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U.	Sociedad Anónima Unipersonal	Gestión, Administración y enajenación de activos inmobiliarios	100%	100%
			Miles de euros (*)	
			2023	2022
Total activo			27.954	35.135
Patrimonio Neto(**)			(62.868)	(60.817)
Resultados			(2.051)	(3.444)

(*) Elaborado teniendo en cuenta los criterios establecidos por el Plan General de Contabilidad.

(**) Al 31 de diciembre de 2023 y 2022 la Caja posee un préstamo participativo por importe de 90.500 y 85.500 miles de euros respectivamente, que de considerarse en el patrimonio neto, éste se elevaría a 27.632 miles de euros a cierre del ejercicio 2023 (24.683 miles de euros a cierre del ejercicio 2022).

La Caja mantiene un número total de 3.356.536 acciones de un valor nominal por acción de 1 euro al 31 de diciembre de 2023 y 2022 (Nota 1.3). Las acciones de esta sociedad no cotizan en mercados organizados.



CLASE 8.^a



27. Activos tangibles

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 adjuntos es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Inmovilizado material		
De uso propio:	132.758	130.010
Equipos informáticos y sus instalaciones	4.000	4.609
Mobiliario, vehículos y resto de instalaciones	18.105	18.026
Edificios	94.139	91.609
Obras en curso	742	64
Derechos de uso	13.869	13.745
Otros	2.876	2.930
Correcciones de valor por deterioro	(973)	(973)
Afecto al Fondo de Educación y Promoción	1.414	1.414
Inmuebles (Nota 29)	1.414	1.414
	134.172	131.424

El derecho de uso corresponde principalmente al alquiler de los inmuebles y locales para la red de oficinas. Las cláusulas de los contratos de alquiler corresponden en gran parte a contratos de alquiler en condiciones habituales de mercado.



CLASE 8.ª

El movimiento durante los ejercicios 2023 y 2022 del saldo del epígrafe de “Activos tangibles” es el siguiente:

	Miles de euros				
	De uso propio	Afecto al FEP	Inversiones inmobiliarias	Derechos de uso	Total
Bruto					
Saldo a 31 de diciembre de 2021	236.505	1.414	-	19.020	256.939
Adiciones	6.456	-	-	3.587	10.043
Retiros	(2.086)	-	-	(2.800)	(4.886)
Traspasos (Nota 25)	(478)	-	-	-	(478)
Saldo a 31 de diciembre de 2022	240.397	1.414	-	19.807	261.618
Adiciones	8.171	-	-	3.231	11.402
Retiros	(6.357)	-	-	(1.944)	(8.301)
Traspasos (Nota 25)	-	-	-	-	-
Saldo al 31 de diciembre de 2023	242.211	1.414	-	21.094	264.719



CLASE 8.^a

Miles de euros					
	De uso propio	Afecto al FEP	Inversiones inmobiliarias	Derechos de uso	Total
Amortización acumulada					
Saldo al 31 de diciembre de 2021	(119.570)	-	-	(5.553)	(125.123)
Dotaciones (Nota 44)	(5.714)	-	-	(2.237)	(7.951)
Retiros	1.919	-	-	1.728	3.647
Trasposos (Nota 25)	206	-	-	-	206
Saldo al 31 de diciembre de 2022	(123.159)	-	-	(6.062)	(129.221)
Dotaciones (Nota 44)	(5.511)	-	-	(2.270)	(7.781)
Retiros	6.321	-	-	1.107	7.428
Trasposos (Nota 25)	-	-	-	-	-
Saldo al 31 de diciembre de 2023	(122.349)	-	-	(7.225)	(129.574)



CLASE 8.ª

	Miles de euros				
	De uso propio	Afecto al FEP	Inversiones inmobiliarias	Derechos de uso	Total
Correcciones de valor por deterioro de activos					
Saldo al 31 de diciembre de 2021	(973)	-	-	-	(973)
Dotaciones netas	-	-	-	-	-
Utilizaciones	-	-	-	-	-
Trasposos	-	-	-	-	-
Saldo al 31 de diciembre de 2022	(973)	-	-	-	(973)
Dotaciones netas	-	-	-	-	-
Utilizaciones	-	-	-	-	-
Trasposos	-	-	-	-	-
Saldo al 31 de diciembre de 2023	(973)	-	-	-	(973)
Neto					
Saldo al 31 de diciembre de 2022	116.265	1.414	-	13.745	131.424
Saldo al 31 de diciembre de 2023	118.889	1.414	-	13.869	134.172



CLASE 8.^a



El desglose del saldo del “Activo material de uso propio” de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022, excluidos los derechos de uso, es el siguiente:

	Miles de euros			
	Bruto	Amortización acumulada	Correcciones de valor de activos	Neto
Al 31 de diciembre de 2023				
Equipos informáticos y sus instalaciones	35.053	(31.053)	-	4.000
Mobiliario, vehículos y resto de instalaciones	63.671	(45.566)	-	18.105
Edificios	139.473	(45.334)	(199)	93.940
Obras en curso	742	-	-	742
Otros	3.272	(395)	(774)	2.102
	<u>242.211</u>	<u>(122.349)</u>	<u>(973)</u>	<u>118.889</u>
Al 31 de diciembre de 2022				
Equipos informáticos y sus instalaciones	37.848	(33.239)	-	4.609
Mobiliario, vehículos y resto de instalaciones	64.099	(46.073)	-	18.026
Edificios	135.114	(43.505)	(199)	91.410
Obras en curso	64	-	-	64
Otros	3.272	(342)	(774)	2.156
	<u>240.397</u>	<u>(123.159)</u>	<u>(973)</u>	<u>116.265</u>

El epígrafe “Obras en curso” registra al 31 de diciembre de 2023 y 2022, los inmuebles adquiridos por la Caja para la ubicación de sus oficinas y en las que a dicha fecha no han concluido las obras de acondicionamiento que permitan el inicio de la actividad comercial.

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022 no se registran Activos tangibles que se encuentren temporalmente fuera de uso.

El coste de los elementos del inmovilizado material que están totalmente amortizados y que todavía están en uso al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es de 67.565 y 66.293 miles de euros, respectivamente.

La Caja tiene contratadas varias pólizas de seguro para cubrir los riesgos a que están sujetos los bienes del inmovilizado material. Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, la cobertura de estas pólizas se considera suficiente.



CLASE 8.^a



28. Situación fiscal

El detalle de los epígrafes de “Activos y Pasivos por impuestos” al 31 de diciembre de 2023 y 2022 respectivamente es el siguiente:

		Miles de euros			
		2023		2022	
		Activo	Pasivo	Activo	Pasivo
Corrientes:		4.083	1.203	8.298	1.177
Diferidos:		118.473	20.784	119.690	21.174
		122.556	21.987	127.988	22.351

El saldo del epígrafe de “Activos por impuestos” recoge los importes a recuperar por impuestos en los próximos doce meses (“Activos por impuestos corrientes”) y los importes de los impuestos a recuperar en ejercicios futuros, incluidos los derivados de créditos por deducciones o bonificaciones fiscales pendientes de compensar (“Activos por impuestos diferidos”). El saldo del epígrafe de “Pasivos por impuestos” incluye el importe de todos los pasivos de naturaleza fiscal, distinguiendo entre los corrientes y los diferidos.

El Real Decreto 14/2013 de medidas urgentes para la adaptación del derecho español a la normativa de la Unión Europea en materia de supervisión y solvencia de entidades financieras, estableció determinadas medidas destinadas a permitir que ciertos activos por impuestos diferidos puedan seguir computando como capital, en línea con la regulación vigente en otros estados entre ellas, la modificación del texto refundido de la ley del impuesto sobre sociedades, aprobado por el Real Decreto legislativo 4/2004, actual Ley 27/2014, de 27 de noviembre del Impuesto sobre Sociedades especialmente en lo relativo a la conversión de activos por impuesto diferido en crédito exigible frente a la Administración Pública. La estimación realizada por la Caja al 31 de diciembre de 2023 y 2022, supone un importe aproximado de 86.838 y 82.825 miles de euros, respectivamente, que pueden ser considerados créditos fiscales exigibles frente a la Administración Pública.



CLASE 8.^a



El movimiento experimentado por los epígrafes de “Activos y Pasivos por impuestos corrientes y diferidos” durante los ejercicios 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros							
	2023				2022			
	Activos Fiscales		Pasivos Fiscales		Activos Fiscales		Pasivos Fiscales	
	Corrientes	Diferidos	Corrientes	Diferidos	Corrientes	Diferidos	Corrientes	Diferidos
Saldo inicial	8.298	119.690	1.177	21.174	7.097	117.058	1.215	26.519
Altas	4.083	10.420	1.203	1.083	8.298	8.797	1.177	50
Bajas	(8.298)	(11.637)	(1.177)	(1.473)	(7.097)	(6.165)	(1.215)	(5.395)
Saldo final	4.083	118.473	1.203	20.784	8.298	119.690	1.177	21.174

A estos efectos, el desglose de los activos y pasivos por impuestos al 31 de diciembre de 2023 y 2022 atiende al siguiente detalle:

	Miles de euros			
	Activo		Pasivo	
	2023	2022	2023	2022
Impuestos corrientes	4.083	8.298	1.203	1.177
Diferencias Temporarias	118.473	119.690	20.784	21.174
Deterioro de Insolvencias	39.268	34.962	-	-
Deterioro de Adjudicados	3.492	3.755	-	-
Otros fondos	10.390	8.065	-	-
Otros conceptos	61.960	66.827	14.855	15.055
DT imputadas a P. Neto Instrumentos Financieros	3.363	6.081	5.929	6.119
Créditos por deducciones fiscales no aplicadas	-	-	-	-
Cuotas tributarias Negativas	-	-	-	-
Total DT/Deducciones y Cuotas Negativas	118.473	119.690	20.784	21.174
Total Activos/Pasivos por impuestos	122.556	127.988	21.987	22.351

El origen de los impuestos diferidos registrados en los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022, es el efecto fiscal de los ajustes realizados en el patrimonio inicial de la Entidad, los ajustes por valoración de los activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global, los ajustes realizados a los efectos de la determinación de las cuotas tributarias del impuesto (principalmente correspondientes a dotaciones y recuperaciones de fondos de insolvencias) y las deducciones generadas en el ejercicio.



CLASE 8.ª



El movimiento de los activos y pasivos fiscales diferidos recoge en el ejercicio 2023 y 2022 aquellos activos y pasivos generados y revertidos en las liquidaciones definitivas del Impuesto de Sociedades de los ejercicios 2023 y 2022 por importe neto negativo de 817 y positivo de 38 miles de euros, respectivamente.

La conciliación del resultado contable de los ejercicios 2023 y 2022 con la base imponible del Impuesto sobre Sociedades es la siguiente:

	Miles de Euros		
	2023		Total
	Resultado Extracooperativo	Resultado Cooperativo	
Resultado contable antes de impuestos y FEP	37.861	93.582	131.443
Diferencias permanentes:	(24.367)	(42.828)	(67.195)
Retribuciones al capital (Nota 4)	-	(12.011)	(12.011)
Dotación al Fondo de Reserva Obligatorio (Nota 4) (50%)	(16.872)	(24.241)	(41.113)
Dotación Obligatoria al FEP (Nota 4)	-	(10.278)	(10.278)
Otros aumentos	2.012	3.702	5.714
Otras disminuciones	(9.507)	-	(9.507)
Resultado contable ajustado	13.494	50.754	64.248
Diferencias temporales:	13.826	21.106	34.932
Otros aumentos de diferencias temporales de activo	13.377	22.024	35.401
Otras disminuciones de diferencias temporales de activo	(570)	(1.460)	(2.030)
Reversión de diferencias temporales de pasivo	1.019	542	1.561
Base imponible fiscal	27.320	71.860	99.180
Cuota íntegra previa compensación	8.196	17.965	26.161
Ajuste aplicación Art. 11.12 LIS 27/2014 y otros	(2.107)	(4.613)	(6.720)
Cuota íntegra	6.089	13.352	19.441
Compensación cuotas tributarias negativas	-	-	-
Deducciones y bonificaciones	-	-	(366)
Retenciones y pagos a cuenta	-	-	(22.781)
Cuota a pagar (recuperar)	-	-	(3.706)



CLASE 8.ª

	Miles de Euros		
	2022		
	Resultado Extracooperativo	Resultado Cooperativo	Total
Resultado contable antes de impuestos y FEP	25.720	58.061	83.781
Diferencias permanentes:	(19.555)	(25.478)	(45.033)
Retribuciones al capital (Nota 4)	-	(6.000)	(6.000)
Dotación al Fondo de Reserva Obligatorio (Nota 4) (50%)	(11.957)	(15.241)	(27.198)
Dotación Obligatoria al FEP (Nota 4)	-	(6.800)	(6.800)
Otros aumentos	672	2.563	3.235
Otras disminuciones	(8.270)	-	(8.270)
Resultado contable ajustado	6.165	32.583	38.748
Diferencias temporales:	(1.052)	(5.235)	(6.287)
Otros aumentos de diferencias temporales de activo	5.339	1.952	7.291
Otras disminuciones de diferencias temporales de activo	(6.960)	(7.918)	(14.878)
Reversión de diferencias temporales de pasivo	569	731	1.300
Base imponible fiscal	5.113	27.348	32.461
Cuota íntegra previa compensación	1.534	6.837	8.371
Ajuste aplicación Art. 11.12 LIS 27/2014 y otros	(438)	(1.814)	(2.252)
Cuota íntegra	1.096	5.023	6.119
Compensación cuotas tributarias negativas	-	-	-
Deducciones y bonificaciones	-	-	(240)
Retenciones y pagos a cuenta	-	-	(14.177)
Cuota a pagar (recuperar)	-	-	(8.298)



CLASE 8.^a

La composición del epígrafe “Gastos o ingresos por impuestos sobre las ganancias de las operaciones continuadas” de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022 es la siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Cuota íntegra	19.441	6.119
Compensación cuotas tributarias negativas	-	-
Deducciones y bonificaciones	(366)	(240)
Impuesto sobre Sociedades corriente	19.075	5.879
Impuesto diferido de activo	(2.443)	4.070
Impuesto diferido de pasivo	(441)	(353)
Otros conceptos	460	189
Gasto por impuesto sobre beneficios	16.651	9.785

La Caja se ha acogido a los beneficios fiscales relativos a las deducciones y bonificaciones de la cuota del Impuesto sobre Sociedades previstas en la normativa de dicho impuesto.

Asimismo, el Consejo Rector de la Caja propondrá a la Asamblea constituir una reserva de capitalización por un importe de 680 miles de euros (600 miles de euros en el año anterior), en virtud y a los efectos del artículo 25 de la Ley 27/2014, de 27 de noviembre, del Impuesto de Sociedades, con cargo a reservas voluntarias (Nota 4).

De acuerdo con la Ley 27/2014 del Impuesto sobre Sociedades y la anterior Texto Refundido en vigor, el tipo de gravamen general en 2023 y 2022 para las entidades de crédito es del 30%. En aplicación del régimen especial al que se acogen las sociedades cooperativas, el tipo de gravamen en persona específico aplicable a la Caja por los rendimientos propios de su actividad cooperativa es del 25% para los ejercicios 2023 y 2022.



CLASE 8.ª



Los ejercicios abiertos a inspección para los principales impuestos y contribuciones a los que está sujeta la Caja, son los siguientes:

Impuesto sobre Sociedades	2019 a 2022
Impuesto sobre la Renta de las Personas Físicas	2020 a 2023
Seguridad Social	2020 a 2023
Impuesto sobre el Valor Añadido	2020 a 2023

Debido a las diferentes interpretaciones que puedan hacerse de las normas fiscales aplicables a las operaciones realizadas por la Caja, podrían existir, para los años pendientes de inspección, determinados pasivos fiscales de carácter contingente que no son susceptibles de cuantificación objetiva. Sin embargo, en opinión de los Administradores de la Caja, la posibilidad de que en futuras inspecciones se materialicen dichos pasivos contingentes es remota y, en cualquier caso, la deuda tributaria que de ellos pudiera derivarse no afectaría significativamente a las presentes cuentas anuales.

Otras informaciones de carácter fiscal

La sociedad realizó en el ejercicio 2017 una operación consistente en una aportación no dineraria de activos de las acciones en Banco Cooperativo Español, S.A. y RGA Seguros Generales Rural, S.A. de Seguros y Reaseguros a GrucajRural Inversiones, S.L. (Nota 1.4).

Los datos sobre los que obligatoriamente hay que informar en la memoria anual según lo establecido en el artículo 86.3 de la Ley 27/2014, de 27 de noviembre, del Impuesto sobre Sociedades, figuran en las cuentas anuales aprobadas del año 2017.

29. Fondo de Educación y Promoción

De acuerdo con la Ley 27/1999, de 16 de julio, de Cooperativas, el Fondo de Educación y Promociones es inembargable e irrepartible, y se aplicará a la formación y educación de los socios y trabajadores en los principios y valores cooperativos, o en materias específicas de su actividad societaria o laboral y demás actividades cooperativas; a la difusión del cooperativismo y la promoción de las relaciones intercooperativas, así como a la promoción cultural, profesional y asistencial del entorno local o de la comunidad en general y a la mejora de la calidad de vida, del desarrollo comunitario y de la protección medioambiental.

La Ley 13/1989, de 26 de mayo, de Cooperativas de Crédito, establece que este Fondo se constituirá, como mínimo, con un 10% de los excedentes disponibles.

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, el porcentaje mínimo a destinar según los Estatutos de la Entidad al Fondo de Educación y Promoción, es del 10%.



CLASE 8.^a



El desglose, por conceptos, de los saldos afectos al Fondo de Educación y Promoción de la Caja, al 31 de diciembre de 2023 y 2022, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Aplicación Fondo de Educación y Promoción	(4.873)	(4.303)
Gastos de mantenimiento del ejercicio corriente	(6.287)	(5.717)
Aplicado a Activo material (Nota 27)	1.414	1.414
Fondo de Educación y Promoción	17.078	12.798
Importe comprometido	6.800	5.998
Importe no comprometido (Nota 4 y Nota 45)	10.278	6.800
Excedente	1.337	999
Otros pasivos	85	57
Total (Nota 30)	13.627	9.551

30. Otros activos y Otros pasivos

La composición del saldo de estos epígrafes del activo y del pasivo de los balances adjuntos al 31 de diciembre de 2023 y 2022, es la siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Activo:		
Periodificaciones	1.398	1.005
Resto	3.584	1.862
Activos netos en planes de pensiones (Nota 32)	956	-
Operaciones en camino	699	617
Otros conceptos	1.929	1.245
	4.982	2.867
Pasivo:		
Periodificaciones	16.547	10.610
Resto	15.361	12.832
Otros conceptos	1.734	3.281
Fondo de Educación y Promoción (Nota 29)	13.627	9.551
	31.908	23.442



CLASE 8.^a



31. Pasivos financieros a coste amortizado

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Depósitos	8.486.814	8.556.454
Bancos centrales (Nota 31.a)	101.040	1.111.420
Entidades de crédito (Nota 31.b)	168.164	35.740
Clientela (Nota 31.c)	8.217.610	7.409.294
Ajustes por valoración	12.939	(15.114)
Bancos centrales (Nota 31.a)	2.528	(15.662)
Entidades de crédito (Nota 31.b)	1.941	91
Clientela (Nota 31.c)	8.470	457
Otros pasivos financieros (Nota 31.d)	128.654	119.893
	8.628.407	8.661.233

El desglose por vencimientos del epígrafe de “Pasivos financieros a coste amortizado” del balance al 31 de diciembre de 2023 y 2022 sin considerar los ajustes por valoración es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Por vencimiento:		
A la vista	6.713.508	7.014.608
Hasta 1 mes	79.852	79.744
Entre 1 mes y 6 meses	940.836	1.213.299
Entre 6 meses y 1 año	547.074	1.405
Entre 1 año y 5 años	136.207	212.882
Más de 5 años	119.059	76.908
Indeterminado	78.932	77.501
	8.615.468	8.676.347



CLASE 8.^a



a) Depósitos – Bancos centrales

El saldo de Depósitos de Bancos centrales del balance al 31 de diciembre de 2023 y 2022 corresponde íntegramente a depósitos a plazo tomados del Banco Central Europeo a través del Banco de España. En concreto, se recogen las disposiciones de las facilidades TLTRO III del Banco Central Europeo que ascienden a 101.040 miles de euros y a 1.111.420 miles de euros a 31 de diciembre de 2023 y de 2022, respectivamente, y que, adicionalmente, incluyen la periodificación de los intereses devengados por esta financiación que, asciende a un saldo pasivo por importe de 2.528 miles de euros y un saldo activo de 15.662 miles de euros a 31 de diciembre de 2023, y 2022, respectivamente.

Tal y como se indica en la Nota 18, el tipo de interés aplicable a esta financiación ha sido objeto de varias modificaciones desde su concesión. La última de ellas tuvo lugar el 27 de octubre de 2022 y desde el 23 de noviembre de 2022, hasta la fecha de vencimiento o la fecha de reembolso anticipado de la operación TLTRO III vigente correspondiente, el tipo de interés aplicable a las operaciones TLTRO III se indexa al promedio durante ese período de los tipos de interés oficiales del BCE aplicables.

Como consecuencia de los cambios producidos en el tipo de interés aplicable, la Caja ha procedido a recalcular el tipo de interés aplicado a la financiación para el último tramo de la misma.

Considerando lo anterior, durante el ejercicio 2023 y 2022, la financiación ha originado un gasto por importe de 11.785 y 751 miles de euros respectivamente, que se encuentran registrados en el epígrafe “Gastos por intereses –Pasivos financieros a coste amortizado” (Nota 38).

b) Depósitos – Entidades de crédito

El desglose del saldo de “Depósitos de entidades de crédito” de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Cuentas corrientes y otros depósitos	14.751	17.743
Depósitos a plazo	153.413	17.997
Ajustes por valoración	1.941	91
	<u>170.105</u>	<u>35.831</u>

El tipo de interés medio anual durante el ejercicio 2023 y 2022 de los “Depósitos de entidades de crédito” ha ascendido a un tipo de interés medio acreedor del 3,89% y 1,98%, respectivamente.



CLASE 8.^a



c) Depósitos – Clientela

El desglose del saldo de “Depósitos de la clientela” de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Administraciones públicas	611.260	468.400
Cuentas corrientes / depósitos intradía	489.337	415.962
Depósitos a plazo	121.923	52.438
Otras sociedades financieras	23.279	26.659
Cuentas corrientes / depósitos intradía	5.714	7.503
Depósitos a plazo	17.565	19.156
Sociedades no financieras	1.976.405	1.754.789
Cuentas corrientes / depósitos intradía	1.407.960	1.558.980
Depósitos a plazo	568.445	195.809
Hogares	5.615.136	5.159.903
Cuentas corrientes / depósitos intradía	4.805.873	5.031.940
Depósitos a plazo	809.263	127.963
<i>De los que: Ajustes por valoración</i>	8.470	457
	8.226.080	7.409.751

El tipo de interés medio anual acreedor durante los ejercicios 2023 y 2022 de los “Depósitos de la clientela” ha ascendido al 0,51% y 0,01% respectivamente.



CLASE 8.^a



d) Otros pasivos financieros

El desglose del saldo de “Otros pasivos financieros” de los balances al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Otras obligaciones a pagar	11.125	9.751
<i>De los que contribución al Fondo de Garantía de Depósitos (Nota 11)</i>	<i>3.130</i>	<i>3.109</i>
Fianzas recibidas	580	436
Cuentas de recaudación	46.419	38.973
Cuentas especiales	55.440	55.875
Garantías Financieras	845	909
Pasivos por arrendamientos	14.245	13.949
	<u>128.654</u>	<u>119.893</u>

32. Provisiones

El detalle de este epígrafe del balance al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Pensiones y otras obligaciones de prestaciones definidas post-empleo	-	483
Cuestiones procesales y litigios por impuestos pendientes	-	-
Compromisos y garantías concedidas	2.731	2.810
Restantes provisiones	43.119	33.310
	<u>45.850</u>	<u>36.603</u>



CLASE 8.^a



Los movimientos experimentados durante los ejercicios 2023 y 2022 en el epígrafe de “Provisiones” se muestran a continuación:

	Miles de euros				
	Pensiones y otras obligaciones de prestaciones definidas post-empleo	Cuestiones procesales y litigios por impuestos pendientes	Compromisos y garantías concedidos	Restantes provisiones	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2021	-	821	2.836	34.137	37.794
Adiciones, incluidos los aumentos de las provisiones existentes	236	32	618	12.497	13.383
Gastos de personal (Nota 42)	244	-	-	-	244
Gastos por intereses (Nota 38)	189	-	-	-	189
Ingresos por intereses (Nota 37)	(197)	-	-	-	(197)
Provisiones (Nota 47)	-	32	618	12.497	13.147
Importes utilizados	(378)	(853)	-	(13.295)	(14.526)
Recuperaciones (Nota 47)	(64)	-	(662)	(1.143)	(1.869)
Otros movimientos	689	-	18	1.114	1.821
Rescates	23	-	-	-	23
(Ganancia)/Pérdida Patrimonial	1.253	-	-	-	1.253
Otros	(587)	-	18	1.114	545
Saldo al 31 de diciembre de 2022	483	-	2.810	33.310	36.603
Adiciones, incluidos los aumentos de las provisiones existentes	220	-	865	24.569	25.654
Gastos de personal (Nota 42)	187	-	-	6.103	6.290
Gastos por intereses (Nota 38)	328	-	-	-	328
Ingresos por intereses (Nota 37)	(303)	-	-	-	(303)
Provisiones (Nota 47)	8	-	865	18.466	19.339
Importes utilizados	(184)	-	-	(13.688)	(13.872)
Recuperaciones (Nota 47)	(1.200)	-	(955)	(1.072)	(3.227)
Otros movimientos	681	-	11	-	692
Rescates	-	-	-	-	-
(Ganancia)/Pérdida Patrimonial	(275)	-	-	-	(275)
Otros	956	-	11	-	967
Saldo al 31 de diciembre de 2023	-	-	2.731	43.119	45.850

Compromisos por pensiones contraídos por la Caja

Los compromisos por pensiones contraídos por la Caja, correspondientes al personal que presta sus servicios en la misma, se encuentran recogidos en los Convenios Colectivos, y en los correspondientes acuerdos del Consejo Rector. Se detallan a continuación:



CLASE 8.^a



OP1655739



Las retribuciones post-empleo que mantiene Caja Rural del Sur con sus empleados son:

Prestación Definida

- Premio a la dedicación por jubilación e invalidez del Convenio Colectivo de Cooperativas de Crédito, de aplicación para todos los empleados de la Caja, independiente de su procedencia. Dicho premio se clasifica como retribución a largo plazo para el caso de invalidez, y retribución post-empleo para el premio en el caso de jubilación.
- Adicionalmente, para los empleados procedentes de Caja Rural de Huelva y anteriores al 28 de mayo de 1986, les es de aplicación los compromisos procedentes del Convenio Colectivo de Cajas de Ahorro:
 - Pensiones de jubilación, viudedad y orfandad post-jubilación. Estas prestaciones son consideradas retribución post-empleo de prestación definida.

Este colectivo puede optar por participar en el Plan de Pensiones de Empleo de la Caja, renunciando, en su caso, a la financiación futura del compromiso procedente del Convenio Colectivo de Cajas de Ahorros.

- Adicionalmente, para los empleados procedentes de Caja Rural de Córdoba y anteriores al 8 de enero de 1998, o los que, ingresando con posterioridad, partícipes del actual Subplan 2 del Plan de Pensiones de Empleo de Caja Rural del Sur, les es de aplicación los compromisos de prestación definida recogidos en las especificaciones de este plan:
 - Pensiones de jubilación y viudedad post-jubilación. Estas prestaciones son consideradas retribución post-empleo de prestación definida.
- Caja Rural del Sur, además, mantiene compromisos por pensiones causadas con su personal jubilado, invalidado y fallecido. Los beneficiarios de pensiones procedentes de Caja Rural de Huelva tienen reconocidas pensiones vitalicias revalorizables conforme lo establecido en el Convenio Colectivo para las Cajas y Entidades financieras de ahorro en cada momento, y se encuentran exteriorizadas con Seguros RGA quien ha garantizado un tipo de interés machado y tabla de mortalidad y donde Caja Rural del Sur contrató una revalorización a futuro de un 2% anual acumulativo. La Caja regulariza cada año abonándole, en su caso, a la compañía de seguros la prima correspondiente por la diferencia entre el crecimiento real y el asegurado en la póliza de seguros. Los beneficiarios de pensiones procedentes de Caja Rural de Sevilla y Caja Rural de Córdoba tienen reconocidas pensiones vitalicias constantes, que se encuentran, perfectamente, exteriorizadas con Seguros RGA, quien ha garantizado un tipo de interés machado y tabla de mortalidad. Estas prestaciones son consideradas retribución post-empleo de prestación definida.



CLASE 8.^a



Aportación definida

- Subplan 1 del Plan de pensiones de empleo implantado para los empleados de Caja Rural del Sur. Todos los empleados de la Caja, independiente de su procedencia, pueden participar voluntariamente en el mismo. Este subplan atiende a la modalidad de aportación definida y se financia con aportaciones del promotor y del partícipe.
- A aquellos que no sean partícipes del Plan de pensiones de empleo, empleados procedentes de Caja Rural de Sevilla, Caja Rural de Córdoba, Caja Rural de Huelva posteriores al 28 de mayo de 1986, así como las altas que se produzcan en Caja Rural del Sur mientras no tengan la condición de partícipe del Plan de Empleo, les es de aplicación un sistema de aportación definida, que tiene su base en el Convenio Colectivo de Cajas de Ahorros y se concreta con las aportaciones que año a año ha aprobado el Consejo Rector, según acuerdo del mismo con fecha 27 de julio de 2004.

Otras retribuciones

- La Caja tiene contratadas una serie de pólizas de accidentes para todos los empleados, para el personal directivo y para el Consejo Rector.

En opinión de los Administradores de la Caja, los compromisos descritos anteriormente surgen de la política de la Caja de compensación a los mismos por su fidelidad y de las normativas laborales y se concretan en las prestaciones a percibir por los empleados en el momento de su jubilación.

Políticas de reconocimiento de las pérdidas y ganancias actuariales

Se consideran “Pérdidas y ganancias actuariales” las que proceden de las diferencias entre las hipótesis actuariales previas y la realidad, incluidos posibles cambios en las hipótesis actuariales utilizadas.

Tal y como se indica en la nota 14.n) anterior, en el ejercicio 2013 la Circular 4/2004 del Banco de España fue modificada mediante la Circular 5/2013, en lo relativo a las Retribuciones a los empleados. Dicha modificación supone un cambio en el tratamiento contable de los planes de prestación definida, debiéndose registrar ahora todas las ganancias y pérdidas actuariales inmediatamente en el patrimonio neto, así como en “Otro resultado global”, dentro del estado de ingresos y gastos reconocidos de la Entidad.

Por otro lado, el coste por intereses y el retorno esperado de los activos de los planes de prestación definida son sustituidos en la norma modificada por una cantidad neta por intereses, calculada aplicando el tipo de interés utilizado en la estimación del valor actual de la obligación al inicio del ejercicio al pasivo (o activo) por el compromiso.

Por último, las modificaciones también suponen cambios en la presentación de los componentes del coste en la cuenta de pérdidas y ganancias.



CLASE 8.ª



A 31 de diciembre de 2023 y 2022, las pérdidas y ganancias actuariales brutas reconocidas, durante dichos ejercicios, en el epígrafe de “Otro resultado global acumulado” del patrimonio neto ascienden a una pérdida de 275 miles de euros y una pérdida de 1.253 miles de euros, respectivamente.

Con fecha 31 de diciembre de 2023 y 2022, se han realizado estudios actuariales relativos a la cobertura de los compromisos de retribuciones post-empleo y a largo plazo, aplicando como método de cálculo el de la unidad de crédito proyectado. Las principales hipótesis adoptadas en los estudios actuariales han sido los siguientes:

		2023	2022
Tablas de mortalidad		PER2020_Col 1er orden	PER2020_Col 1er orden
Tablas de invalidez		75% SS 1992	75% SS 1992
Edad de jubilación:			
Afectados Convenio Colectivo Cajas de Ahorro		63 años	63 años
Afectados Convenio Colectivo Cooperativas de Crédito		63 años	63 años
Partícipes Subplan 2 procedentes de Caja Rural de Córdoba		65 años	65 años
Tipo de Interés Técnico efectivo anual:	Activos	3,30%	3,80%
	Pasivos	5,90%	5,90%
Rendimiento de los activos	Activos	3,30%	3,80%
	Pasivos	5,90%	5,90%
Evolución salarial (incluye deslizamientos)		2,5% en 2024 y siguientes	4,25% en 2023; 2,6% en 2024 y siguientes
Incremento de Precios al consumo (IPC)		2,5%	2,6%
Incrementos de las pensiones:			
Beneficiarios procedentes de Caja Rural de Huelva		Según IPC	Según IPC
Revalorización anual de la pensión máxima mensual de la Seg. Social		Según IPC	Según IPC
Incrementos anuales de las bases de cotización de la Seg. Social		IPC + 1,2%	2%

Para la determinación del tipo de interés en la valoración actuarial, de los compromisos con el personal activo, de 31 de diciembre de 2023 y 2022, se ha utilizado como referencia la curva iBoxx AA Corporate.

La duración financiera media al 31 de diciembre de 2023 es de 13,4 años (13,7 años a 31 de diciembre de 2022), resultando un tipo de interés del 3,3% a 31 de diciembre de 2023 (3,8% a 31 de diciembre de 2022). Esta curva se ha determinado de acuerdo con los criterios establecidos por la Circular 4/2017.

El tipo de interés utilizado en la valoración actuarial de los compromisos con el personal pasivo a 31 de diciembre de 2023 y 2022 ha sido el 5,90%, tipo garantizado en las pólizas contratadas.



CLASE 8.^a



La variación en el tipo de interés aplicado en la valoración actuarial no tiene un efecto significativo dado que los rendimientos esperados de los Activos del Plan se determinarán aplicando el mismo tipo.

Los rendimientos esperados de los activos del plan son los siguientes:

	Rentabilidad esperada de los activos	
	2023	2022
Activos	3,30%	3,80%
Pasivos	5,90%	5,90%

La rentabilidad esperada considerada para las diferentes pólizas de seguro ha sido el tipo de interés técnico efectivo anual considerado en la valoración del compromiso asociado.

Fondo de pensiones y obligaciones similares

El detalle de las partidas de balance reconocidas en el activo y el pasivo por los compromisos por pensiones de prestación definida es el siguiente:

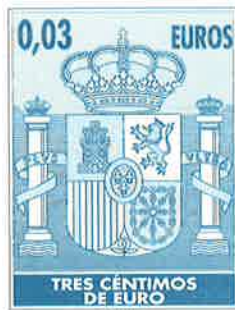
	Miles de euros	
	2023	2022
Otros activos – Activos netos en planes de pensiones (Nota 30)	956	-
Provisiones – Pensiones y otras obligaciones de prestaciones definidas post-empleo	-	483

El valor actual de los compromisos en base a las hipótesis señaladas, asumidos en materia de retribuciones post-empleo y retribuciones a largo plazo por la Caja, así como la forma en la que esos compromisos se encontraban cubiertos, dando lugar a las anteriores partidas de balance, son los siguientes:

	Miles de euros			
	2023	2022	2021	2020
Valor actual de las obligaciones:	6.176	7.477	8.963	9.389
Compromisos devengados con el personal activo	4.668	5.402	7.010	7.661
Compromisos devengados con el personal pasivo	1.508	2.075	1.953	1.728
Valor razonable de los activos del plan (-):	(7.132)	(6.994)	(9.550)	(11.359)
Contrato de seguro	(7.132)	(6.994)	(9.550)	(11.359)
Ganancias actuariales no reconocidas en balance (+)	-	-	-	-
Pérdidas actuariales no reconocidas en el balance (-)	-	-	-	-
Coste por servicios pasados no reconocidos todavía en el balance (-)	-	-	-	-
(Otros activos)/Provisiones reconocidos en balance (Nota 30)	(956)	483	(587)	(1.970)



CLASE 8.^a



Los movimientos habidos durante los ejercicios de 2023 y 2022 en las obligaciones por compromisos por pensiones y en el valor razonable de los activos del plan se muestran a continuación:

	Miles de euros	
	Obligaciones por compromisos por pensiones	Valor razonable de los activos
Saldo al 31 de diciembre de 2021	8.963	9.550
Coste por intereses (Nota 38)	189	-
Rendimientos esperados (Nota 37)	-	197
Coste normal del ejercicio (Nota 42)	244	-
Pagos de prestaciones	(224)	(215)
Aportaciones realizadas por la Entidad	-	369
Rescates	-	(23)
Efecto reducción / liquidación	(121)	(121)
Pérdidas y ganancias actuariales	(1.574)	(2.763)
Saldo al 31 de diciembre de 2022	7.477	6.994
Coste por intereses (Nota 38)	328	-
Rendimientos esperados (Nota 37)	-	303
Coste normal del ejercicio (Nota 42)	187	-
Pagos de prestaciones	(157)	(148)
Aportaciones realizadas por la Entidad	-	175
Rescates	-	-
Efecto reducción / liquidación	(1.233)	(32)
Pérdidas y ganancias actuariales	(426)	(160)
Saldo al 31 de diciembre de 2023	6.176	7.132

El detalle de los gastos e ingresos totales reconocidos en la cuenta de pérdidas y ganancias por los compromisos por pensiones en los ejercicios 2023 y 2022, según lo estipulado en la Circular 4/2017:

	Miles de euros	
	2023	2022
Gasto de personal (coste corriente del periodo) (Nota 42)	187	244
Gastos por intereses (coste por intereses) (Nota 38)	328	189
Ingresos por intereses (rendimiento esperado de los activos del Plan) (Nota 37)	(303)	(197)
Provisiones o reversión de provisiones (Nota 47)	(1.192)	(64)
Pérdidas y ganancias actuariales	8	(64)
Coste por servicios pasados reconocidos en el ejercicio	-	-
Otros (efecto de la reducción/liquidación)	(1.200)	-
Gasto / (Ingreso) contable	(980)	172



CLASE 8.ª



OP1655744



Las aportaciones a pólizas de seguros que instrumentan compromisos de pensiones de aportación definida realizadas por la Caja durante los ejercicios 2023 y 2022, han ascendido a 49 y 54 miles de euros, respectivamente, que se encuentran contabilizados en el epígrafe “Gastos de personal - Dotaciones a planes de aportación definida externos” (Nota 42).

El gasto por las aportaciones al Plan de Pensiones de Empleo de Caja Rural del Sur, S.C.C. en el ejercicio 2023 asciende a 3.932 miles de euros (2.510 miles de euros en el ejercicio 2022), que se encuentran contabilizados en el epígrafe “Gastos de personal - Dotaciones a planes de aportación definida externos” (Nota 42).

Restantes provisiones

El desglose del epígrafe “Restantes provisiones” al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Fondo para reclamación de pensiones	973	272
Fondo de compensación de Consejeros (Nota 7.d)	2.241	2.158
Fondo procedimiento colectivo de regulación de empleo	6.103	-
Otros fondos	33.802	30.880
	<u>43.119</u>	<u>33.310</u>

El “Fondo para reclamación de pensiones” al 31 de diciembre de 2023 y 2022 corresponde a una provisión constituida para hacer frente a posibles contingencias derivadas de las reclamaciones judiciales de algunos antiguos empleados en concepto de fondo de pensiones.



CLASE 8.ª



El “Fondo de compensación de Consejeros” al 31 de diciembre de 2023 y 2022 corresponde a una provisión constituida para hacer frente a las obligaciones que surgen con los miembros del Consejo Rector en el momento que causen baja como consejeros. Tal y como establecen los Estatutos, todos los miembros del Consejo, que hayan desempeñado el cargo durante al menos 3 ejercicios, sea cual fuere el momento en que dejen de serlo, no podrán durante 15 meses, desarrollar actividades, ni directamente ni participando en los órganos de administración de sociedades a excepción de las del grupo Caja Rural, concurrentes con las actividades de la Caja; debiendo, además llevar a cabo aquellos cometidos de representación y asistencia que le sean encomendados por el Consejo. Por ello percibirán en un único pago, al final de dicho periodo la cantidad equivalente a una anualidad, tomando como base la retribución anual percibida en el ejercicio anterior a su vacante. Al menos dicha base será la retribución anual percibida en el 2010. En el caso de que hubiesen desempeñado el cargo durante 12 años o más, se incrementará en una anualidad más. En dicho caso no la concurrencia se extiende hasta los 30 meses. En caso de fallecimiento de los Consejeros, se reconoce a los miembros del Consejo Rector el derecho a un seguro de vida con una prestación por importe equivalente a una anualidad, si hubiera desempeñado el cargo durante al menos tres ejercicios, y a dos anualidades cuando hubiera desempeñado el cargo durante doce años o más, tomando como base la retribución anual percibida en el ejercicio anterior, y como mínimo en su caso la percibida en el 2010, que se devengará si el Consejero fallece en el ejercicio de su cargo. El seguro mantendrá su vigencia durante el periodo de no concurrencia.

El “Fondo procedimiento colectivo de regulación de empleo” al 31 de diciembre de 2023 recoge la provisión constituida con motivo del acuerdo alcanzado por la Caja y los representantes de las personas trabajadoras con fecha 17 de noviembre de 2023, en el marco de un procedimiento colectivo de regulación de empleo, que afecta a 50 empleados, y que contempla un plan de bajas indemnizadas, estableciéndose como criterio preferente de selección la adscripción voluntaria por razones de edad. Las salidas de los empleados adheridos serán escalonadas y se producirán hasta junio de 2024. Este plan ha supuesto el registro de 6.103 miles de euros en gastos de personal en la cuenta de pérdidas y ganancias del ejercicio 2023 (Nota 42).

En “Otros fondos” se recoge al 31 de diciembre de 2023 y 2022 la provisión constituida por la Caja para hacer frente a quebrantos que pueden originar desembolsos futuros relacionados con hechos acaecidos en el pasado y un fondo constituido para hacer frente a las obligaciones que se recogen en los contratos de determinados miembros del Colectivo Identificado y que se activarán, en general, como cláusula protectora de la Entidad, en el momento que algunos de estos miembros del colectivo identificado causen baja de la Entidad. Este fondo fue objeto de revisión en el ejercicio 2022 al adaptarse los clausulados a la normativa vigente en materia de no competencia postcontractual. Los cambios fueron aprobados por el Consejo Rector a propuesta de la Comisión de Remuneraciones.

El 7 de abril de 2016 se publicó la sentencia del Juzgado de lo Mercantil nº11 de Madrid referente a un procedimiento de nulidad de las cláusulas de limitación de tipo de interés en préstamos hipotecarios con consumidores (conocidas como “cláusulas suelo”), afectando entre otras entidades a la Caja como parte demandada. Entre otros aspectos, la citada sentencia declaraba la nulidad de las citadas cláusulas suelo y condenaba a la Caja a la devolución de las cantidades indebidamente abonadas en aplicación de las mismas a partir de la fecha de publicación de la sentencia del Tribunal



CLASE 8.ª



Supremo de 9 de mayo de 2013. Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, dicha sentencia se encontraba recurrida.

Adicionalmente, el 21 de diciembre de 2016 el Tribunal de Justicia de la Unión Europea hizo pública la sentencia que resolvió la cuestión prejudicial formulada por la Audiencia Provincial de Alicante y otros órganos judiciales nacionales en relación a la limitación en el tiempo de los efectos restitutorios derivados de la nulidad de las cláusulas suelo. En dicha sentencia, el TJUE estableció que dicha limitación es contraria al artículo 6.1 de la Directiva 93/13 sobre cláusulas abusivas.

Tras el análisis de la cartera de préstamos hipotecarios a consumidores en los que ha aplicado una cláusula suelo, la Caja tiene constituida al 31 de diciembre de 2023 y 2022 una provisión incluida dentro de “Otros fondos” por importe de 19.209 y 18.970 miles de euros, respectivamente, para la cobertura de las reclamaciones que se puedan recibir en relación a esta contingencia.

En relación con el tipo de referencia oficial para las hipotecas en España denominado IRPH, la sentencia hecha pública por el Tribunal de Justicia de la Unión Europea (TJUE) el 3 de marzo de 2020, y el conjunto de sentencias emitidas por la Sala Primera del Tribunal Supremo (TS) el 6 y 12 noviembre de 2020 aportan claridad al enjuiciamiento de las demandas que cuestionen la falta de transparencia en la comercialización de préstamos hipotecarios que incluyan tal índice.

La Caja reevalúa anualmente los riesgos a los que se encuentran expuesta su actividad de acuerdo con el contexto económico en que ésta se desarrolla y con la información de la que dispone en cada cierre de ejercicio. En consecuencia, como resultado de la misma, la Caja ha registrado dotaciones netas de “Otras provisiones” durante el ejercicio 2023 por importe de 17.394 miles de euros (11.386 miles de euros en 2022) (Nota 47).

33. Otro resultado global acumulado

Este epígrafe de los balances recoge el importe neto de aquellas variaciones del valor razonable de los activos valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global que, deben clasificarse como parte integrante del Patrimonio neto, conforme a lo dispuesto en la Nota 14.f. Para los instrumentos de deuda clasificados en dicha categoría estas variaciones se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias cuando tiene lugar la venta de los activos en los que tiene su origen o cuando se produce el deterioro de los mismos.

Asimismo, este epígrafe recoge el importe de la ganancia o pérdida atribuible a la parte de los instrumentos de cobertura de los flujos de efectivo calificados como cobertura eficaz, conforme a lo dispuesto en la Nota 14.f., pendiente de imputación a la cuenta de resultados.

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, las pérdidas y ganancias actuariales reconocidas en el epígrafe de “Otro resultado global acumulado – Elementos que no se reclasificarán en resultados” del patrimonio neto ascienden a 7.717 y 7.511 miles de euros, respectivamente (Nota 14.n).



CLASE 8.^a



El movimiento del epígrafe “Otro resultado global acumulado”, ocurrido durante los ejercicios 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Saldo inicial	25.268	52.991
Efecto de las coberturas contables de los flujos de efectivo	7.362	(4.716)
Variaciones de valor razonable de valores representativos de deuda	(2.459)	(13.221)
Variaciones de valor razonable de instrumentos de patrimonio	17.139	(8.847)
Variaciones de valor razonable de planes de pensiones de prestación definida	206	(939)
Saldo final	47.516	25.268

Las variaciones de valor razonable de valores representativos de deuda se corresponden con el registro a valor razonable, neto de efecto impositivo, de los valores de renta fija, correspondiendo las variaciones de valor razonable de instrumentos de patrimonio a las revalorizaciones, netas del efecto impositivo, de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable.

34. Fondos propios

El movimiento de las partidas incluidas en el epígrafe de “Fondos propios” del balance adjunto, se incluye en el Estado Total de Cambios en el Patrimonio Neto.

Capital

Tal como se indica en Nota 14.s en la Asamblea General Ordinaria y Extraordinaria de Socios de 7 de junio de 2011 fueron modificados los Estatutos de la Caja entre otros asuntos, se procedió a la modificación en referencia a la consideración de las aportaciones de socios para adaptarse a las recomendaciones de los supervisores -nacionales e internacionales- sobre solvencia y capital social (que ha quedado plasmada en la Circular 4/2011 de Banco de España), de forma que el reembolso de aportaciones al capital social requiere en todo caso acuerdo previo y favorable del Consejo Rector.

Tal y como se describe en el Real Decreto 84/1993, de 22 de enero, por el que se aprueba el Reglamento de Desarrollo de la Ley 13/1989, de 26 de mayo, y en los Estatutos de la Caja, el capital social estará integrado por las aportaciones patrimoniales efectuadas en tal concepto por los socios (incorporadas al capital social), que cumplan las condiciones legalmente establecidas.



CLASE 8.^a



Los Estatutos de la Caja contemplan, entre otros, los siguientes aspectos, en relación con su capital social, tras sus diversas modificaciones:

1. El capital social obligatorio, cuya cuantía mínima se fija en 4.808 miles de euros, tendrá carácter variable y estará integrado por las aportaciones que, cumpliendo los requisitos de retribución, duración y desembolso fijados en el artículo diez del Reglamento de Cooperativas de Crédito, realicen socios en moneda de curso legal.
2. El importe de la aportación mínima al capital social para adquirir la condición de socio, que deberá desembolsar íntegramente cada socio en el momento de la admisión, será de 60,11 euros para las personas físicas y de 300,55 euros para las personas jurídicas.
3. Los socios no podrán tener un importe total de aportaciones representativas del capital social que exceda de los límites que en cada momento establezca para las personas físicas y jurídicas, respectivamente, la normativa relativa a las cooperativas de crédito. En ningún caso, entre todas las personas jurídicas que no tengan la condición de sociedad cooperativa podrán poseer más del porcentaje del capital social que, en cada momento, establezca la normativa relativa a las cooperativas de crédito. Los límites a la concentración de aportaciones girarán sobre las que directa o indirectamente supongan la titularidad o el control de los porcentajes máximos de capital.
4. El Consejo Rector podrá acordar la admisión de aportaciones al capital social, fijando la cuantía global máxima, las condiciones y plazo de suscripción, que no podrá ser superior a seis meses desde la fecha del acuerdo. Las aportaciones deberán desembolsarse totalmente en el momento de su suscripción, y su retribución se fijará por la Asamblea.
5. Las aportaciones al capital social podrán devengar el interés que acuerde la Asamblea General, sin que, en ningún caso, pueda exceder de los límites fijados por disposición legal. Su eventual retribución estará efectivamente condicionada a la existencia de resultados netos o reservas de libre disposición suficientes para satisfacerla, necesitando, en este último caso, la previa autorización del Banco de España. No se devengará interés alguno si se incumple el coeficiente de solvencia o la cifra de recursos propios mínimos o si existen pérdidas no absorbidas con cargo a los recursos propios de la Entidad.

La propuesta de distribución de resultado para el ejercicio 2023 (Nota 4), recoge un tipo de interés del 5,02% para las aportaciones. Siendo el tipo medio devengado para el ejercicio 2022 del 2,50%.

Valores propios

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022 la Caja mantiene 429 y 574 miles de euros en autocartera, respectivamente.



CLASE 8.^a



Reservas

La composición del epígrafe de “Reservas” al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Ganancias acumuladas	563.735	502.539
Fondo de Reserva Obligatorio	514.903	460.506
Reservas de capitalización	3.462	2.863
Reservas voluntarias	45.370	39.170
Reservas de revalorización	19.828	20.148
Otras reservas	6.744	5.692
	590.307	528.379

Fondo de Reserva Obligatorio

Las dotaciones efectuadas a este fondo (no distribuible entre los socios) procedentes de las aplicaciones de los excedentes de ejercicios anteriores se han llevado a cabo siguiendo lo indicado en la Ley 13/1989, de 26 de mayo, de Cooperativas de Crédito, modificada parcialmente por la Ley 20/1990, de 19 de diciembre, sobre Régimen Fiscal de las Cooperativas y en los Estatutos de la Caja.

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022, el porcentaje mínimo a destinar según los Estatutos de la Entidad al Fondo de Reserva Obligatorio, es del 80%.

Reservas de revalorización generadas por la Circular 4/2004

El saldo de este epígrafe se corresponde con la reserva generada por la revalorización del activo material realizada al amparo de lo dispuesto en la Disposición Transitoria Primera, apartado B, de la Circular 4/2004, según la cual se podía valorar el 1 de enero de 2004 cualquier elemento incluido dentro del activo material por su valor razonable sujeto a determinadas condiciones. Esta valoración de los activos materiales se realizó con cargo a esta reserva de revalorización neta de efecto impositivo.

La disminución del saldo de este epígrafe corresponde a un importe equivalente a la amortización y a las bajas de la cifra revalorizada traspasándose durante el ejercicio a “Otras reservas”.

Reservas de capitalización

Durante el ejercicio 2023 la Caja ha constituido una reserva indisponible por importe de 600 miles de euros con cargo a “Reservas voluntarias” (385 miles de euros durante el ejercicio 2022) (véase Nota 4). Dicha Reserva se ha constituido para acogerse a la deducción establecida en el artículo 25 de la Ley 27/2014, del Impuesto sobre Sociedades.



CLASE 8.^a



De conformidad con lo dispuesto en el inciso a) del apartado 1 del artículo 25 de la Ley 27/2014, del Impuesto sobre Sociedades, la Entidad ha venido manteniendo durante el plazo de 5 años, el importe del incremento de los fondos propios dotados con anterioridad. En la medida que, ya ha transcurrido el citado periodo de obligado cumplimiento, la Entidad durante el ejercicio 2023, no ha traspasado ningún importe a otras reservas (452 miles de euros traspasados durante el ejercicio 2022 correspondiente a la reserva constituida en el ejercicio 2016).

Al 31 de diciembre de 2023 y 2022 las “Reservas acumuladas” por este concepto ascienden a 3.462 y 2.863 miles de euros, respectivamente.

Reservas voluntarias y Otras reservas

Estas reservas son de libre disposición.

35. Garantías financieras concedidas

El desglose de este epígrafe, que corresponde a los importes que la Caja deberá pagar por cuenta de terceros en el caso de no hacerlo quienes originalmente se encuentran obligados al pago como consecuencia de los compromisos asumidos por la Caja en el curso de su actividad habitual, al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Garantías financieras concedidas		
Administraciones públicas	38.250	37.393
Entidades de crédito	11.570	12.723
Otras sociedades financieras	3.511	3.511
Sociedades no financieras	42.266	45.023
Hogares	5.162	5.524
	<u>100.759</u>	<u>104.174</u>



CLASE 8.^a



36. Compromisos de préstamo y otros compromisos concedidos

El desglose de este epígrafe al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Compromisos de préstamos concedidos		
Administraciones públicas	43.030	36.386
Entidades de crédito	-	112
Otras sociedades financieras	1.180	1.100
Sociedades no financieras	441.063	401.771
Hogares	180.200	172.495
	<u>665.473</u>	<u>611.864</u>
Otros compromisos concedidos		
Administraciones públicas	318	318
Entidades de crédito	602	24.962
Otras sociedades financieras	8.222	10.644
Sociedades no financieras	50.718	40.162
Hogares	10.823	8.324
	<u>70.683</u>	<u>84.410</u>



CLASE 8.^a



37. Ingresos por intereses

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	10.325	18.147
Activos financieros a coste amortizado	270.369	142.839
Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados	630	499
Derivados - contabilidad de coberturas, riesgo de tipo de interés	(3.760)	(24.962)
Otros activos	11.128	2.657
De los que: Rendimientos de contratos de seguros vinculados a pensiones y obligaciones similares (Nota 32)	303	197
Ingresos por intereses de pasivos	3	581
	<u>288.695</u>	<u>139.761</u>

38. Gastos por intereses

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Pasivos financieros a coste amortizado	56.158	2.009
De los que procedentes de Tltro (ver Nota 31.a)	11.785	751
Derivados - contabilidad de coberturas, riesgo de tipo de interés	8	(1)
Otros pasivos	339	205
De los que: Coste por intereses de los fondos de pensiones (Nota 32)	328	189
Gastos por intereses de activos	-	3.620
	<u>56.505</u>	<u>5.833</u>



CLASE 8.^a



39. Ingresos por comisiones y Gastos por comisiones

El detalle por productos que han generado el ingreso o gasto registrado como comisiones durante los ejercicios 2023 y 2022 es el siguiente:

Ingresos por comisiones	Miles de euros	
	2023	2022
Valores	154	122
Custodia	811	126
Garantías financieras concedidas	533	485
Compromisos de préstamo concedidos	1.104	1.114
Actividades de administración de préstamos	16	21
Servicios de pago	49.465	45.984
Recursos de clientes distribuidos, pero no gestionados	23.906	20.345
Inversión colectiva	4.475	4.242
Productos de seguro	18.980	15.438
Otros	451	665
Préstamos concedidos	1.776	2.013
Divisas	170	148
Otras comisiones	4.636	5.975
	82.571	76.333

Gastos por comisiones	Miles de euros	
	2023	2022
Valores	80	47
Compensación y liquidación	99	93
Custodia	96	-
Servicios de pago	3.622	2.969
Otros	348	114
	4.245	3.223

Los epígrafes de “Ingresos por comisiones” y “Gastos por comisiones” recogen el importe de todas las comisiones a favor y en contra de la Caja y devengadas en el ejercicio, excepto las que forman parte del tipo de interés efectivo de los instrumentos financieros.



CLASE 8.ª



40. Ganancias o (pérdidas) procedentes de activos y pasivos financieros, excluidos los deterioros

El desglose de estos epígrafes de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Ganancias o (pérdidas) al dar de baja en cuentas activos y pasivos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados, netas	(56)	1.500
Ganancias o (pérdidas) por activos y pasivos financieros mantenidos para negociar, netas (Nota 20.b)	-	-
Derivados	-	-
Ganancias o (pérdidas) por activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados, netas	(1.181)	(1.682)
Ganancias o (pérdidas) resultantes de la contabilidad de coberturas, netas (Nota 24)	6	(52)

41. Otros ingresos de explotación

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Inversiones inmobiliarias	92	162
Ventas y otros ingresos por prestación de servicios no financieros	112	116
Otros ingresos recurrentes	1.376	1.270
Otros ingresos no recurrentes	1.232	696
Costes incorporados a activos y Otros conceptos	1.639	1.178
	4.451	3.422



CLASE 8.^a



42. Gastos de personal

La composición del saldo de este epígrafe de las cuentas de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022, es la siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Sueldos y gratificaciones al personal activo	46.386	41.929
Cuotas de la Seguridad Social	15.636	14.445
Dotaciones a planes de prestación definida externos (Nota 32)	187	244
Dotaciones a planes de aportación definida externos (Nota 32)	3.981	2.564
Indemnizaciones por cese (Nota 32)*	6.287	100
Gastos de formación	283	196
Resto de gastos de personal	10.559	5.254
	<u>83.319</u>	<u>64.732</u>

*Del que el importe 6.103 miles de euros se corresponden al fondo procedimiento colectivo de regulación de empleo, (véase Nota 32).

El número medio de empleados de la Caja en los ejercicios 2023 y 2022 distribuido por categorías es el siguiente:

	2023	2022
Alta Dirección-Dirección General	1	1
Directores de Área	11	12
Jefes	503	455
Administrativos	547	577
	<u>1.062</u>	<u>1.045</u>

El número medio de empleados de la Caja en los ejercicios 2023 y 2022 distribuido por categorías y sexo es el siguiente:

	2023		2022	
	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres
Alta Dirección-Dirección General	1	-	1	-
Directores de Área	8	3	9	3
Jefes	388	115	356	99
Administrativos	199	348	223	354
	<u>596</u>	<u>466</u>	<u>589</u>	<u>456</u>



CLASE 8.^a



El número de empleados de la Caja a la finalización del ejercicio 2023 y 2022 ascendía a 1.067 y 1.049 empleados respectivamente.

Las remuneraciones consideradas retribución en especie concedidas a los empleados de la Caja durante los ejercicios 2023 y 2022 han ascendido a 1.641 y 575 miles de euros, respectivamente, estando pactadas en convenio y correspondiendo a préstamos concedidos a bajo tipo de interés, seguros de vida y otras retribuciones en especie.

43. Otros gastos de administración

La composición del saldo de este epígrafe de las cuentas de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022, es la siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
De inmuebles, instalaciones y material:	4.127	5.614
Alquileres	538	562
Entretenimiento de inmovilizado	2.540	2.382
Alumbrado, agua y calefacción	715	2.367
Impresos y material de oficina	334	303
Informática	14.899	12.563
Comunicaciones	2.659	2.451
Publicidad y propaganda	1.434	1.348
Gastos judiciales y de letrados	541	619
Informes técnicos	2.748	1.960
Servicios de vigilancia y traslado de fondos	1.170	996
Primas de seguro y autoseguro	447	444
Por Órganos de gobierno y control	1.447	1.615
Gastos de representación y desplazamiento del personal	610	311
Cuotas de asociaciones	155	136
Servicios de administración subcontratados	3.359	3.028
Contribuciones e impuestos	696	592
Otros gastos	670	589
	<u>34.962</u>	<u>32.266</u>



CLASE 8.ª



44. Amortización

La composición del saldo de este epígrafe de las cuentas de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022, es la siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Activos tangibles:	7.781	7.951
De uso propio (Nota 27)	5.511	5.714
De Derechos de uso (Nota 27)	2.270	2.237
Inversiones inmobiliarias (Nota 27)	-	-
Activos intangibles	370	317
	8.151	8.268

45. Otros gastos de explotación

La composición del saldo de este epígrafe de las cuentas de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022, es la siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Contribución al Fondo de Garantía de Depósitos (Nota 11)	3.130	3.109
Aportación al Fondo de Educación y Promoción (Notas 4 y 29)	10.278	6.800
Otros conceptos	5.562	9.388
de los que: Aportación al fondo MIP (Nota 1.b)	1.077	4.700
	18.970	19.297

El epígrafe de “Otros conceptos” incluye al 31 de diciembre de 2023 y 2022 un importe de 1.502 y 1.822 miles de euros, respectivamente, correspondientes a las contribuciones *ex-ante* al Fondo Único de Resolución satisfechas durante sendos ejercicios (Nota 11).



CLASE 8.^a



46. Deterioro del valor o (reversión del deterioro del valor) de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados y pérdidas netas por modificación

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global (Nota 21)	(121)	148
Activos financieros a coste amortizado (véase Nota 22.d))	43.730	7.615
	<u>43.609</u>	<u>7.763</u>

47. Provisiones o (reversión) de provisiones

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Pensiones y otras obligaciones de prestaciones definidas post-empleo (Nota 32)	(1.192)	(64)
Compromisos y garantías concedidos (Nota 32)	(90)	(44)
Otras provisiones (Nota 32)	17.394	11.386
	<u>16.112</u>	<u>11.278</u>

48. Ganancias o (pérdidas) al dar de baja en cuentas activos no financieros, netas

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Inversiones inmobiliarias	-	-
Activos intangibles	-	-
Activo material	(36)	(30)
	<u>(36)</u>	<u>(30)</u>



CLASE 8.^a



49. Ganancias o (pérdidas) procedentes de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos clasificados como mantenidos para la venta no admisibles como operaciones interrumpidas

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Inversiones inmobiliarias	(18)	(135)
(Deterioro) o reversión del deterioro (Nota 25)	4	(78)
Ganancias (pérdidas) por ventas (Nota 25)	(22)	(57)
Saneamientos (Nota 25)	-	-
Activos tangibles adjudicados	922	460
(Deterioro) o reversión del deterioro (Nota 25)	624	(238)
Ganancias (pérdidas) por ventas (Nota 25)	298	698
	904	325

50. Otra información

- a) El detalle de los recursos de clientes fuera del balance de la Caja al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Carteras de clientes gestionadas (*)	36.843	56.891
Sociedades y fondos de inversión	477.950	469.456
Fondos de pensiones y contratos de seguro-ahorro	382.482	388.963
	897.275	915.310

(*) Incluye el importe de 11.792 y 17.483 miles de euros respectivamente, de fondos de inversión nacionales comercializados y valores de terceros depositados, incluidos en dichas partidas.

La Caja no administra directamente los patrimonios bajo mandatos, sino que se limita a realizar la labor comercializadora al Banco Cooperativo Español, S.A., quien firma con el cliente un contrato de administración y gestión de carteras.



CLASE 8.^a



- b) El detalle del valor razonable de los instrumentos financieros de terceros depositados en la Caja al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Renta fija	214.566	126.500
Renta variable	44.443	38.778
Fondos de inversión	24.426	37.764
Total	283.435	203.042

- c) El detalle de las titulizaciones y otras transferencias de activos realizadas por la Caja al 31 de diciembre de 2023 y 2022 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2023	2022
Dados íntegramente de baja del balance: (Nota 14.h)	-	-
Activos titulizados a través de participaciones hipotecarias	-	-
Certificados de transmisión hipotecaria	-	-
<i>Pro memoria: Datos de baja del balance antes del 1 de enero de 2004</i>	-	-
Mantenidos íntegramente en el balance:	143.131	167.857
Activos titulizados a través de participaciones hipotecarias	7.851	9.235
Certificados de transmisión hipotecaria	135.280	158.622
Otros activos titulizados	-	-



CLASE 8.^a



A continuación, se muestra, el detalle de los activos titulizados con sus correspondientes pasivos asociados agrupados por fondos de titulización a los que han sido aportados, a 31 de diciembre de 2023 y 2022:

	Miles de euros	
	2023	2022
Rural Hipotecario VIII Fondo de Titulización		
Préstamos y anticipos	21.686	26.283
Pasivos asociados	21.686	26.283
Rural Hipotecario IX Fondo de Titulización		
Préstamos y anticipos	17.588	20.696
Pasivos asociados	17.588	20.696
Rural Hipotecario X Fondo de Titulización		
Préstamos y anticipos	37.877	43.629
Pasivos asociados	37.877	43.629
Rural Hipotecario XI Fondo de Titulización		
Préstamos y anticipos	54.251	63.247
Pasivos asociados	54.251	63.247
Rural Hipotecario XII Fondo de Titulización		
Préstamos y anticipos	12.045	14.142
Pasivos asociados	12.045	14.142
Total préstamos y anticipos (*)	143.447	167.997
Total pasivos asociados (*)(**)	143.447	167.997

(*)Incluye devengo de intereses.

(**)La cifra de pasivos asociados se encuentra minorada en balance por los bonos de titulización que han sido adquiridos por la Caja que a 31 de diciembre de 2023 y 2022 ascendían a 126.532 y 149.109 miles de euros, respectivamente.

- d) La Caja no tenía compromisos de compra y venta de activos financieros al 31 de diciembre de 2023 y 2022.



CLASE 8.ª



- e) Los activos propiedad de la Caja al 31 de diciembre de 2023 y 2022 afectos a obligaciones propias ascendían a 439.807 y 1.214.472 miles de euros, respectivamente, y corresponden a préstamos y bonos que se encuentran pignorados como activos elegibles para actuar como garantía para la línea de financiación abierta con Bancos centrales. A 31 de diciembre de 2023 y 2022 el saldo disponible sobre el principal de la financiación obtenida alcanzo 338.748 y 103.053 miles de euros.
- f) La Caja realiza operaciones de préstamo de valores representativos de deuda con otras entidades, clasificados como activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global y activos financieros a coste amortizado. A 31 de diciembre de 2023 no había valores prestados y a 31 diciembre de 2022, el importe contable de los valores prestados ascendía a 159.676 miles de euros.
- g) Saldos y depósitos abandonados: de conformidad con lo indicado en el artículo 18 de la Ley 33/2003, de 3 de noviembre, sobre el patrimonio de las administraciones públicas, los saldos y depósitos en las entidades financieras en situación de abandono conforme a lo dispuesto en el citado artículo ascienden a 153 miles de euros al cierre de las presentes cuentas anuales (7 miles de euros al 31 de diciembre de 2022), pudiendo variar el citado importe desde esta fecha hasta la fecha de presentación definitiva al organismo competente.



CLASE 8.^a



51. Valor razonable

A continuación, se incluye el detalle de valor razonable de los activos y pasivos financieros de la Caja al 31 de diciembre de 2023 y 2022 comparados con sus respectivos valores en libros a las citadas fechas clasificados por Niveles 1, 2 y 3 (en miles de euros):

Nivel 1	2023		2022	
	Valor registrado	Valor razonable	Valor registrado	Valor razonable
Activo				
Efectivo	57.425	57.425	73.652	73.652
Saldos equivalentes al efectivo en bancos centrales	780.260	780.174	620.069	620.037
Otros depósitos a la vista	135.129	135.149	53.309	53.239
Activos financieros mantenidos para negociar				
Derivados	-	-	-	-
Activos financieros no destinado a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados	-	-	-	-
Valores representativos de deuda				
Préstamos y anticipos a la clientela	-	-	-	-
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global:				
Valores representativos de deuda	349.851	349.851	564.089	564.089
Instrumento de patrimonio	24.672	24.672	21.189	21.189
Activos financieros a coste amortizado				
Valores representativos de deuda	963.011	935.672	1.092.632	1.042.006
Préstamos y anticipos a entidades de crédito			-	-
Préstamos y anticipos a la clientela			-	-
Derivados – contabilidad de coberturas			-	-



CLASE 8.^a

Nivel 2	2023		2022	
	Valor registrado	Valor razonable	Valor registrado	Valor razonable
Activo				
Activos financieros mantenidos para negociar				
Derivados	1.706	1.706	1.076	1.076
Activos financieros no destinado a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados				
Valores representativos de deuda	-	-	-	-
Préstamos y anticipos a la clientela	-	-	-	-
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global:				
Valores representativos de deuda	21.260	21.260	6.617	6.617
Instrumento de patrimonio	1.261	1.261	1.038	1.038
Activos financieros a coste amortizado				
Valores representativos de deuda	-	-	-	-
Préstamos y anticipos a entidades de crédito	-	-	-	-
Préstamos y anticipos a clientela	-	-	-	-
Derivados – contabilidad de coberturas	7.509	7.509	13.803	13.803
Nivel 3				
	2023		2022	
	Valor registrado	Valor razonable	Valor registrado	Valor razonable
Activo				
Activos financieros mantenidos para negociar				
Derivados	2	2	378	378
Activos financieros no destinado a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados				
Valores representativos de deuda	1.990	1.990	1.982	1.982
Préstamos y anticipos a la clientela	10.703	10.703	11.994	11.994
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global:				
Instrumentos de patrimonio	174.753	174.753	151.823	152.823
Activos financieros a coste amortizado				
Valores representativos de deuda				
Préstamos y anticipos a entidades de crédito	203.663	203.775	193.668	193.882
Préstamos y anticipos a la clientela	6.813.406	7.370.811	6.637.598	7.018.189
Derivados – contabilidad de coberturas	-	-	-	-



CLASE 8.^a



Nivel 1

	2023		2022	
	Valor registrado	Valor razonable	Valor registrado	Valor razonable
Pasivo				
Pasivos financieros mantenidos para negociar				
Derivados	-	-	-	-
Pasivos financieros a coste amortizado				
Depósitos				
Bancos centrales	-	-	-	-
Entidades de crédito	-	-	-	-
Clientela	-	-	-	-
Otros pasivos financieros	-	-	-	-
Derivados – contabilidad de coberturas	-	-	-	-

Nivel 2

	2023		2022	
	Valor registrado	Valor razonable	Valor registrado	Valor razonable
Pasivo				
Pasivos financieros mantenidos para negociar				
Derivados	1.700	1.700	832	832
Pasivos financieros a coste amortizado				
Depósitos				
Bancos centrales	-	-	-	-
Entidades de crédito	-	-	-	-
Clientela	-	-	-	-
Otros pasivos financieros	-	-	-	-
Derivados – contabilidad de coberturas	102.285	102.285	101.909	101.909

Nivel 3

	2023		2022	
	Valor registrado	Valor razonable	Valor registrado	Valor razonable
Pasivo				
Pasivos financieros mantenidos para negociar				
Derivados	1	1	378	378
Pasivos financieros a coste amortizado				
Depósitos				
Bancos centrales	103.568	112.154	1.095.758	1.164.735
Entidades de crédito	170.105	170.367	35.831	35.724
Clientela	8.226.080	7.697.338	7.409.751	6.642.048
Otros pasivos financieros	128.654	128.654	119.893	119.893
Derivados – contabilidad de coberturas	17	17	34	34



CLASE 8.ª



Para los activos y pasivos financieros anteriormente expuestos, el valor razonable ha sido determinado tal y como se indica a continuación:

- i) Activos y pasivos financieros indicados en el Nivel 1: El valor razonable se ha determinado utilizando precios cotizados en mercados activos para el mismo instrumento, es decir, sin modificar o reorganizar de diferente forma.
- ii) Activos y pasivos financieros indicados en el Nivel 2: El valor razonable se ha determinado: Precios cotizados en mercados activos para instrumentos similares u otras técnicas de valoración en las que todos los inputs significativos están basados en datos de mercado observables directa o indirectamente.
- iii) Activos y pasivos financieros indicados en el Nivel 3: Técnicas de valoración en las que algún input significativo no está basado en datos de mercado observables. El valor razonable para los activos financieros a coste amortizado y los pasivos a coste amortizado se ha determinado a través del descuento de los flujos futuros a través de la curva actual de tipos de interés. El valor descontado es igual al producto de:
 - a) el factor de descuento correspondiente al plazo residual entre la fecha de análisis y la fecha de revisión o amortización teniendo en cuenta la curva actual de tipos de interés.
 - b) el importe del flujo que tenga lugar.



CLASE 8.^a



CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

INFORME DE GESTIÓN CORRESPONDIENTE AL EJERCICIO 2023

1. Entorno económico

El ejercicio 2023 ha estado marcado por las incertidumbres macroeconómicas destacando la inflación y tipos de interés con sus consiguientes efectos en el crecimiento, la complejidad de los asuntos geopolíticos y la ciberseguridad. Tras un 2022 marcado por el comienzo del conflicto entre Rusia y Ucrania que dio lugar entre otros aspectos a una crisis energética y una subida generalizada de los precios, el ejercicio 2023 ha sido partícipe de una actividad económica mucho más proactiva de lo que se esperaba. La crisis energética se ha relajado y la economía se ha adaptado a los cambios vividos, la actividad económica se ha normalizado y se vuelve a un ritmo parecido al que existía con anterioridad a la crisis del Covid. Los conflictos no han cesado en el ejercicio objeto de análisis, destacando el conflicto en Oriente Medio, y China como una de las potencias mundiales que ha perdido parte de la cadena de valor y su crecimiento se ha visto ralentizado, hecho que se viene produciendo desde 2019 coincidiendo con el inicio de la crisis del Covid.

Durante 2023, la presión inflacionista iniciada en 2022 ha sido ápice de una tensa política monetaria por parte de los principales bancos centrales, donde, los tipos de referencia han sufrido fuertes impactos con subidas entre 2 y 4 puntos porcentuales. El Banco Central Europeo situó a cierre de diciembre de 2023 el tipo de interés de referencia en el 4,5%, el tipo de la facilidad marginal de depósito en el nivel de 4% y el tipo de la facilidad marginal de crédito en el 4,75%.

Las medidas llevadas a cabo por los principales bancos centrales de endurecer las condiciones financieras, con la subida de tipos de interés que han mantenido niveles restrictivos y no esperados al inicio del ejercicio, y que se han subsistido durante todo el año, han sido en aras a mantener un nivel de inflación sostenida.

A pesar de las tensiones vividas durante 2023, hemos podido observar impactos de crecimiento en las bolsas internacionales, la economía global se ha visto estable, llegando a mostrar niveles de crecimiento aunque la tendencia es de desaceleración respecto al año anterior. La actividad global no llegó a un porcentaje de crecimiento superior al 3%.

La economía de la **eurozona** se ha visto debilitada por el endurecimiento monetario, el elevado coste de la vida, pérdida de la demanda exterior y la pérdida de competitividad en el sector energético. En el ejercicio 2023, el PIB se contrajo y apenas creció. El mercado laboral de la Unión Europea se presenta sólido alcanzando las tasas de actividad sus niveles más altos.

La **economía española**, ha mostrado un bajo crecimiento del PIB, no obstante, la economía del país se ha visto fortalecida en comparación a otras economías de la eurozona, resistiendo a factores



CLASE 8.^a



desfavorables. Ha jugado un papel fundamental el extraordinario comportamiento del mercado laboral, en relación al número de personas activas y a la calidad del empleo y por tanto se prevé una mejora en la capacidad adquisitiva de los españoles. Esto ha permitido la recuperación de las rentas de las familias y la creación de confianza en el sistema económico permitiendo que consumo y demanda vayan de la mano.

2. Situación Caja Rural del Sur

En este entorno, la Entidad ha mantenido una situación ventajosa con respecto al sector, respecto a las principales ratios que son las siguientes:

Solvencia: La Entidad mantiene a 31 de diciembre de 2023 un **coeficiente de nivel 1 (CET1) (ordinario y adicional) así como una ratio total de capital del 20,76%**, La ratio de capital total se sitúa 11,39 puntos porcentuales por encima del mínimo que el Banco de España ha establecido a la Entidad a dicha fecha y 8,87 puntos porcentuales incluyendo el colchón de conservación de capital y anticíclico requerido. Adicionalmente a 31 de diciembre 2023, la Entidad ha cumplido con el requisito mínimo de fondos propios y pasivos admisibles (MREL por sus siglas en inglés) exigido por Banco de España para 2024 y con objetivo intermedio en 2022. Todo ello, fruto de la capacidad de generación de ingresos de la Entidad, una adecuada política de distribución de resultados y de gestión de sus riesgos.

Liquidez: La Entidad cuenta con un sólido nivel de financiación minorista, que supone un **porcentaje de préstamos brutos sobre depósitos tradicionales del 86,46%**, la Entidad no tiene dependencia de la financiación en mercados mayoristas. El **Liquidity Coverage Ratio (LCR) se sitúa en el 217%** muy por encima del mínimo exigido (100%).

Niveles de cobertura de activos deteriorados: La ratio de cobertura de activos dudosos sobre préstamos sin anticipos se sitúa en el **219,39%** y con adjudicados en el **208,05%**, con un decremento de 7,27 puntos porcentuales en el primer caso y un aumento de 2,12 puntos porcentuales en el segundo caso respecto al año anterior.

Rentabilidad y eficiencia: La Entidad ha cerrado el ejercicio con un **ROE** (rentabilidad sobre fondos propios medios) de un **12,77%** y una **ROA** (rentabilidad sobre activos totales medios) de un **1,09%** lo que supone mejoras de **3,91** y **0,4 puntos**, respectivamente respecto al 2022. La ratio de eficiencia, **ha mejorado 11 puntos**, alcanzado a 31 de diciembre el 40% sin Fep.

En relación con la evolución durante el ejercicio 2023, el Grupo ha destacado un año más por un importante crecimiento del volumen de negocio y por ende de los resultados. En relación, al primero, destaca la inversión crediticia, que ha crecido un 3%, fruto del continuo apoyo a la financiación a empresas y particulares, manteniendo unos niveles muy reducidos de morosidad, por debajo de la media del sector, debido a una gestión activa de los activos deteriorados, así como un fuerte crecimiento de pasivo comercial del 11% y fuera de balance en un 7%, que han llevado a un crecimiento total del negocio de 1.107 millones de euros, un 7% más. Por otro lado, en el pasivo, las entidades financieras se enfrentaban a un ejercicio 2023 marcado por el vencimiento de



CLASE 8.^a



las facilidades TLTRO del Banco Central Europeo, al que la Entidad ha hecho frente por importe de 1.000 millones de euros.

Por otro lado, la cuenta de resultados ha destacado por un incremento del resultado antes de impuestos del 57% (44.184 miles de euros), incrementando todos sus márgenes, y es que en este ejercicio, el incremento del margen de intereses ha supuesto un crecimiento del 73,4% (98.262 miles de euros), y los ingresos recurrentes generados por las comisiones netas, un 7,13% más (5.216 miles de euros), como detallaremos a continuación.

3. Evolución del negocio

El balance de la Caja a 31 de diciembre de 2023 se ha situado en 9.814.044 miles de euros, lo que ha supuesto un incremento interanual de un 1,10%, 106.691 miles de euros respecto al ejercicio anterior, motivado por el incremento de pasivo comercial y a su vez reducción por amortización de la financiación del Banco Central Europeo.

Dentro del activo, el volumen de **Préstamos y anticipos a la clientela** bruta de correcciones de valor (Nota 22 y 23) asciende a 7.110.668 miles de euros a 31 de diciembre de 2023, lo que supone un incremento de 206.833 miles de euros, un 3,00% respecto al año anterior. En concreto, el importe de los Préstamos a la Clientela supone un crecimiento de 205.858 miles de euros, un 2,99% respecto a la misma cifra del ejercicio anterior, tal y como se detalla a continuación:

Miles de euros				
	2023	2022	Variación	Var. %
Préstamos a la Clientela (Nota 22 y 23)	7.097.919	6.892.061	205.858	2,99%
Principal dispuesto	7.044.641	6.854.657	189.984	2,77%
Intereses devengados	25.870	12.553	13.317	106,09%
Comisiones	(24.794)	(22.632)	(2.162)	9,55%
Ajustes al valor razonable	(7.670)	(6.704)	(966)	14,41%
Costes de transacción	59.872	53.441	6.431	12,03%
Primas o descuentos	-	746	(746)	(100%)
Anticipos distintos de préstamos (Nota 22)	12.749	11.774	975	8,28%
Principal dispuesto	12.749	11.774	975	8,28%
TOTAL Préstamos y Anticipos a la Clientela	7.110.668	6.903.835	206.833	3,00%

En cuanto a los activos dudosos y adjudicados, los préstamos a la clientela dudosos aumentan 16.960 miles de euros (20.390 miles de euros incluyendo anticipos distintos a préstamos), y los activos adjudicados se reducen en 5.483 miles de euros con lo que en conjunto de estos activos registran un aumento de 11.477 miles de euros, lo que supone un crecimiento porcentual del 8,91% con respecto al año anterior, la cifra se eleva a 14.907 miles de euros, incluyendo los anticipos distintos a préstamos dudosos.



CLASE 8.^a



En consecuencia, la ratio de morosidad ha aumentado en 0,19 puntos porcentuales respecto al año anterior, situándose esta en 2023 en el 1,82% (1,87% con anticipos distintos de préstamos). La tasa de cobertura sobre préstamos comentada anteriormente, junto a las garantías de los activos deteriorados (Nota 22), muestran la calidad de la cartera y la gestión prudente de los riesgos llevada a cabo por la Entidad.

	Miles de euros			
	2023	2022	Variación	Var. %
Préstamos dudosos (Nota 22)	128.993	112.032	16.961	15,14%
Adjudicados (Nota 25)	11.225	16.708	(5.483)	(32,82%)
Total	140.218	128.740	11.478	8,92%

En el pasivo, los **Depósitos de la clientela** registrados en el epígrafe Pasivos financieros a coste amortizado a 31 de diciembre de 2023 se sitúan en la cifra de 8.226.080 miles de euros, de los cuales el pasivo tradicional asciende a 8.209.709 miles de euros lo que supone un incremento del 11,07%, 818.527 miles de euros en términos absolutos.

Si nos referimos a los **Recursos de clientes fuera de balance**, incluidos en la Nota 50, estos totalizan 897.275 miles de euros, y sin incluir los importes en las carteras comercializadas de los fondos y valores depositados, estos ascienden a 885.483 miles de euros, lo que ha supuesto una disminución de 12.344 miles de euros respecto 2022 (un 1,37%), que recoge Fondos de inversión, Fondos de pensiones y Seguros de Ahorro. Por último, si nos referimos a los valores de renta fija y variable, depositados por terceros (Nota 50), estos se sitúan en 259.009 miles de euros al cierre del ejercicio 2023 (93.731 miles de euros más respecto a 2022, un incremento anual de 56,71%)

Con todo ello, el total de **Recursos gestionados de clientes**, que incluye depósitos de la clientela, así como recursos de clientes fuera de balance y valores depositados de terceros se ha visto incrementado en 899.914 miles de euros respecto al ejercicio anterior (un 10,64%). El volumen de negocio de la Entidad ha crecido 1.107 millones de euros, un 7%.

Por último, el patrimonio neto ha crecido un 14% en el ejercicio 2023, 121.318 miles de euros, situándose a 31 de diciembre de 2023 en la cifra de 981.889 miles de euros.

En lo que respecta al número de socios, a 31 de diciembre de 2023 la cifra es de 150.254 socios.

4. Cuenta de resultados

El **Margen de Intereses** a 31 de diciembre de 2023 de la Entidad se sitúa en 232.190 miles de euros, 98.262 miles de euros más que el ejercicio anterior, lo que supone un crecimiento del 73,37%. Este incremento viene provocado por la subida de los tipos de interés que comenzó a mediados del año 2022 y que ha tenido su mayor impacto en este ejercicio 2023, y que ha llevado a un crecimiento de los ingresos por intereses de 148.934 un 106,56%, y un incremento en los gastos por intereses de 50.672 miles de euros.

El **Margen Bruto** asciende a 306.450 miles de euros a 31 de diciembre del 2023 (200.993 miles de euros en el ejercicio anterior), lo que supone un incremento del **52,47% (105.457 miles de euros)**.



CLASE 8.^a



Esto viene motivado principalmente por el aumento de los ingresos por comisiones netas (5.216 miles de euros respecto al ejercicio anterior, 7,13%).

Dentro de las partidas que componen el resultado de la actividad de explotación, los gastos de administración, tanto los gastos de personal como los otros gastos de administración incrementan, en 18.587 y 2.696 mil euros respectivamente.

Tras este incremento en los gastos de explotación, el **Margen de explotación de la Entidad**, el margen bruto menos los gastos de administración y amortización se sitúa en 180.018 miles de euros habiendo incrementado dicho margen 84.291 miles de euros respecto al ejercicio anterior, Lo que supone un crecimiento del 88,05%.

Finalmente, las Dotaciones a provisiones y Pérdidas por deterioro de activos financieros han supuesto una dotación de 59.729 miles de euros, de las que destacan las pérdidas por deterioro por 43.609 miles de euros en 2023, frente a la dotación de 7.763 miles de euros en el ejercicio 2022, aumentando por tanto en 35.846 miles de euros, un 461% más que el anterior ejercicio, fruto de una política prudente en la gestión y anticipación de los riesgos por parte de la Entidad, que ha cerrado con unos altos ratios de cobertura de dudosos muy por encima del sector. Y es que al 31 de diciembre de 2023 la Caja mantiene deterioros por riesgo de crédito, adicionales a los requeridos en el Anejo 9 de la Circular 4/2017, por importe de 113.005 miles de euros.

Esto ha llevado a que el **Resultado de la actividad de explotación** se sitúe en 120.297 miles de euros, lo que supone un aumento de un 56,87% (43.611 miles de euros) respecto al ejercicio anterior.

Las Ganancias o pérdidas procedentes de activos no corrientes en venta netas de provisiones han generado unas ganancias de 904 miles de euros en el ejercicio 2023 frente a las ganancias de 325 miles de euros en el ejercicio 2022.

Con todo ello, el **Resultado antes de impuestos** se sitúa en 121.165 miles de euros, un 57,40% más que el del ejercicio anterior (44.184 miles de euros) y **después de Impuestos** de 104.514 miles de euros frente a 67.196 miles de euros del año anterior, lo que supone un incremento de 55,54%. El **Resultado antes de impuestos y Fondo de Educación y Promoción**, este último registrado dentro del margen bruto de la Entidad, y que forma parte de la distribución del excedente disponible se ha situado en 131.443 miles de euros que frente a 83.781 miles de euros del año anterior, lo que supone un crecimiento 47.662 miles de euros un 57% más.

5. Fondo de Educación y Promoción Cooperativo

A continuación, se presenta el detalle de los diferentes epígrafes en los que se ha aplicado el Fondo de Educación y Promoción Cooperativo durante el ejercicio 2023:



CLASE 8.^a



Aplicaciones	Importe aplicado (miles de euros)
Difusión y ayuda al cooperativismo	1.754
Formación socios y empleados	380
Promoción y relaciones intercooperativas	1.046
Mejora en la calidad de vida	1.152
Promoción cultural	1.955
Total Fondo de Educación y Promoción Cooperativo (*)	6.287

(*) A 31 de diciembre de 2023, la Caja presentaba un excedente de 1.935 miles de euros.

6. Acontecimientos posteriores

Nos remitimos a lo indicado en la nota 13 de las presentes Cuentas Anuales.

7. Evaluación del riesgo

En las Notas 16, 17 y 18 de memoria, que forman parte de las Cuentas Anuales, se hace un análisis detallado de la situación al cierre y de la gestión realizada durante el ejercicio 2023 de los diferentes tipos de riesgos.

8. Participaciones propias

A 31 de diciembre de 2023 y 2022 la Caja mantenía el importe de 429 y 574 miles de euros como autocartera en el epígrafe de Valores propios.

9. Información Medioambiental y Sostenibilidad

El peso de la sostenibilidad de las empresas va adquiriendo relevancia con el paso del tiempo, haciéndose palpable un aumento de la concienciación del conjunto de la sociedad y las instituciones supranacionales sobre la necesidad de tener en cuenta la sostenibilidad en la actividad económica y su consiguiente transformación. Esto ha marcado gran parte de la agenda regulatoria vinculada a las empresas en el ejercicio 2023. La regulación existente es cada vez más exigente y está unida a una mayor concienciación social, empresarial, hacen que las actividades que se realicen en el ámbito empresarial estén cada vez más encaminadas a ser una Entidad más sostenible y a adaptar las estrategias de consecución de objetivos a estos nuevos requerimientos.

El 2023 ha visto nacer los primeros estándares en materia de sostenibilidad en aras a reforzar la progresiva transparencia de las organizaciones que se unen al objetivo de descarbonización de la economía. En el seno de la Unión Europea, se están aprobando numerosas directivas y regulación cuya implementación en los próximos años, supondrá un avance en cuanto a los nuevos requerimientos relacionados con el ámbito de la sostenibilidad.



CLASE 8.ª



Desde la Caja, se considera prioritario avanzar en la transición de una economía más sostenible, más verde y baja en carbono. Para la gestión de los riesgos ASG, la Caja tiene definida una hoja de ruta “Plan Director de Sostenibilidad” que, junto con la Política de Financiación Sostenible y Riesgos ASG, marca los planes tácticos y estratégicos en materia de sostenibilidad. Ambos documentos fueron aprobados y son objeto de actualización por el Consejo Rector de la Entidad.

A pesar de que la Caja no tiene gastos, activos, ni provisiones y contingencias de naturaleza medioambiental que pudieran ser significativos en relación con el patrimonio, la situación financiera y los resultados de la Caja, motivo por el cual no se incluyen desgloses específicos en la presente memoria respecto a información de cuestiones medioambientales, lleva a cabo un conjunto de acciones que tienen como objetivo minimizar el impacto medioambiental, así como ser lo más activo posible en la difusión de buenas prácticas entre sus grupos de interés.

A través del Manual de Cumplimiento y del Protocolo para la prevención de la responsabilidad penal, la Caja manifiesta expresamente su compromiso con la seguridad colectiva y la salud colectiva, no aceptando riesgos o peligros para el medio ambiente y para la salud humana. Además, la Entidad cuenta con procedimientos rigurosos que tienen como objetivo el cumplimiento de normas de diversas materias, entre las que se encuentra la protección del medio ambiente.

10. Otra información

Durante el ejercicio, no se ha activado ninguna cantidad en el balance de la Caja en relación a trabajos en Investigación y Desarrollo.

11. Información no financiera y sobre diversidad

Con fecha 28 de diciembre de 2018 se aprobó la Ley 11/2018 sobre información no financiera y diversidad, por la que se modifica el Código de Comercio, el texto refundido de la Ley de Sociedades de Capital aprobado por el Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julio, y la Ley 22/2015, de 20 de julio, de Auditoría de Cuentas, en materia de información no financiera y diversidad, la cual supone la trasposición de la normativa europea prevista en la Directiva 2014/95/UE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 22 de octubre de 2014, por la que se impone la obligación de la divulgación de información no financiera y sobre diversidad por parte de determinadas entidades y grupos.

Caja Rural del Sur, S.C.C. presenta el Estado de Información no Financiera requerido por la normativa vigente en el informe de gestión consolidado, que se formulará junto a las Cuentas Anuales Consolidadas del Grupo.

El Estado de Información No Financiera Consolidado correspondiente al ejercicio anual finalizado el 31 de diciembre de 2023 de Caja Rural del Sur SCC será depositado junto con sus Cuentas Anuales Consolidadas en el Registro Mercantil de Sevilla y estará disponible en la página web de Caja Rural del Sur (www.cajaruraldelsur.es) dentro del plazo exigido por la ley.



CLASE 8.^a



OP1655774



CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

El Consejo Rector de Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito, en su sesión celebrada en el día de hoy, formula las Cuentas Anuales de la Entidad referidas al ejercicio anual terminado el 31 de diciembre de 2023, el Informe de Gestión correspondiente al ejercicio 2023 y la propuesta de distribución del excedente relativo al ejercicio 2023, todo ello recogido en el anverso de los folios de papel timbrado del Estado, numerados correlativamente del 1655595 al 1655773 todos inclusive, de la Serie OP, Clase -8^a de 0,03 euros cada uno, en cumplimiento de la legislación vigente.

Sevilla, 19 de marzo de 2024

D. José Luis García-Palacios Álvarez
Presidente

D. Antonio Torres Conde
Vicepresidente 1º

D. Ricardo López-Crespo Delgado
Vicepresidente 2º

D. Macarena Pérez-Miyares Travieso
Secretaria



OP1655775



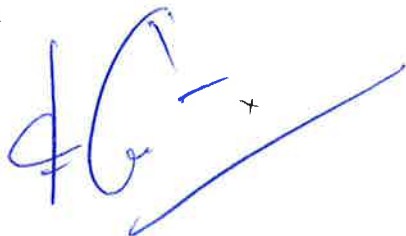
CLASE 8.^a

7 

D. Alberto Garrocho Robles
Vocal



D. Francisco José Bernal Muñoz
Vocal



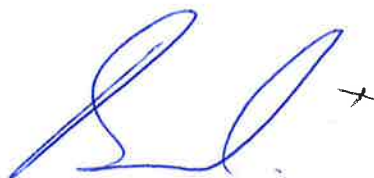
D. Francisco Javier Contreras Santana
Vocal



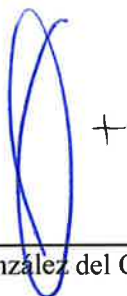
D. José María Calero Muñoz
Vocal



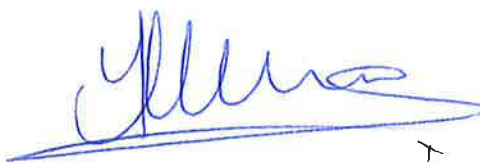
D^a M^a del Valle Novales de la Escalera
Vocal



D. Darío Candau del Cid
Vocal



D. Pablo González del Corral Martín
Vocal



D^a Yolanda Pelayo Díaz
Vocal



D^a. Rocio Acosta Ferrero
Vocal



D. Gabriel Villegas Escobar
Vocal

HP0284904

05/2023



YO, ARTURO OTERO LÓPEZ-CUBERO, Notario de esta Capital y del Ilustre Colegio de Andalucía

HAGO CONSTAR

Que las firmas y rúbricas que anteceden corresponden a DON JOSÉ LUIS GARCÍA-PALACIOS ÁLVAREZ, DON ANTONIO TORRES CONDE, DON RICARDO LÓPEZ-CRESPO DELGADO, DOÑA MACARENA PÉREZ-MIYARES TRAVIESO, DON ALBERTO GARROCHO ROBLES, DON FRANCISCO JOSÉ BERNAL MUÑOZ, DON FRANCISCO JAVIER CONTRERAS SANTANA, DON JOSÉ MARÍA CALERO MUÑOZ, DOÑA MARÍA DEL VALLE NOVALES DE LA ESCALERA, DON DARÍO CANDAY DEL CID, DON PABLO GONZÁLEZ DEL CORRAL MARTÍN, DOÑA YOLANDA PELAYO DÍAZ, DOÑA ROCÍO ACOSTA FERRERO Y DON GABRIEL VILLEGAS ESCOBAR por cotejo con otra firma indubitada, en 132 folios

En Sevilla a 20 de Marzo de 2.024
Asiento: 261





ORDEM DOS ADVOGADOS

REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º 657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) Filipa Abraúl

CÉDULA PROFISSIONAL: 53482L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Tradução e certificação de tradução de documentos

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito

NIPC n.º. ESF91119065

OBSERVAÇÕES

Tradução e Certificação de tradução das Contas Anuais individuais.

EXECUTADO A: 2024-06-12 12:05

REGISTADO A: 2024-06-12 12:06

COM O N.º: 53482L/193

Poderá consultar este registo em <http://oa.pt/atos>
usando o código 46503757-421975